



Fernando
Bessa
Ribeiro

UMA SOCIO LOGIA DO DESENVOL VIMENTO



UMA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Fernando Bessa Ribeiro

hnm

UMA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Autor: Fernando Bessa Ribeiro

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

Revisão e paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda. e Autor, 2017

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2017

Depósito Legal: 434975/17

ISBN: 978-989-755-310-3

Coleção Debater o Social – 49

ÍNDICE GERAL

Índice FIGURAS FOTOGRAFIAS QUADROS	7
Lista de siglas e abreviaturas	9
Prefácio	13
Manuel Carlos Silva	
Agradecimentos	27
Nota prévia	29
INTRODUÇÃO	33
CAPÍTULO 1.	
ENQUADRAR O DESENVOLVIMENTO	43
1. O desenvolvimento: interpelar um conceito polissêmico e contestado	43
2. Onde reside o desenvolvimento? Sistema mundial e economia-mundo capitalista	51
3. O desenvolvimento em ação: desigualdades, técnica e confisco do sono	59
CAPÍTULO 2.	
O DESENVOLVIMENTO COMO CAMPO DE CONFRONTO TEÓRICO	69
1. O debate referencial: argumentos, trajetos, confrontos	69
2. Da modernização ao neoliberalismo: o desenvolvimento assente no mercado	85
3. As abordagens críticas: teorias da dependência e do desenvolvimento desigual	99

CAPÍTULO 3.

OUTROS CAMINHOS DA TEORIA:

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO DECRESCIMENTO? 115

1. Questionar o “velho” desenvolvimento: as críticas e as propostas para um desenvolvimento sustentável 115
2. Para lá do desenvolvimento sustentável: o decrescimento como alternativa pós-capitalista? 127
3. O decrescimento: as propostas 131

CAPÍTULO 4.

UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO?

GLOBALIZAÇÃO, CRISE, UM PAÍS E A RECOMPOSIÇÃO DO MUNDO 139

1. A globalização: origens, faces, críticas 139
2. Crise, trabalho e a Europa 149
3. Uma sociedade na periferia europeia: constrangimentos, crise e perspectivas em Portugal 170
4. A recomposição do mundo: em direção a uma configuração multipolar? 194

CONCLUSÕES 219

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 229

- Livros e artigos 229
- Documentos e fontes primárias 252
- Documentação em suporte eletrónico 252

ÍNDICE FIGURAS | FOTOGRAFIAS | QUADROS

FIGURAS

Figura 1. Desigualdade de riqueza na Europa e nos EUA (1810-2010)	61
Figura 2. Os multimilionários segundo a classificação da revista <i>Forbes</i> (1987-2013)	63
Figura 3. Taxa efetiva de imposto sobre os lucros das empresas na UE, na EA-17, na EA-12 e em Portugal (1995-2013)	93
Figura 4. Taxa do escalão superior do imposto sobre o rendimento (1900-2013)	97
Figura 5. Taxa de crescimento da produção mundial desde a Antiguidade até 2200	133
Figura 6. Principais potências económicas segundo o critério das exportações de bens e serviços	158
Figura 7. Evolução da taxa de câmbio euro-dólar (1990 a 2012)	159
Figura 8. Evolução da composição da força de trabalho segundo o sexo entre 1972 e 2014	183
Figura 9. A Europa connosco!	185
Figura 10. Taxa de crescimento (%) do PIB e PIB <i>per capita</i> a preços constantes (base=2011)	188
Figura 11. Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais	191
Figura 12. Emigração portuguesa (1960-2014)	193
Figura 13. Pobreza e indigência na América Latina (1984-2014)	208
Figura 14. Aumento do salário mínimo no Brasil (1994-2014)	211

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. O automóvel Trabant, modelo P601	79
Fotografia 2. <i>Made in China</i> (ou a expressão da força da economia chinesa)	205

QUADROS

Quadro 1. Evolução do PIB <i>per capita</i> (0-2012)	59
Quadro 2. Comparação da evolução de vários países nos campos económico e demográfico (2010-2050)	206

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Alba	Aliança Bolivariana para as Américas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
Asean	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BAII	Banco Asiático de Investimento e Infraestruturas
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BES	Banco Espírito Santo
BM	Banco Mundial
BMW	Bayerische Motoren Werke
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
BRICS	Brazil, Russia, India, China and South Africa (em inglês)
Caricom	Comunidade do Caribe
CDS	Centro Democrático Social
CDU	Christlich Demokratische Union (União Democrática-Cristã)
CEE	Comunidade Económica Europeia
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
Cepal	Comissão Económica para a América Latina
CIA	Central Intelligence Agency
CIRDI	Centro Internacional de Resolução de Disputas sobre Investimento
Cnpq	Centro Nacional de Pesquisas
CRP	Constituição da República Portuguesa
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
DL	Decreto-Lei
Ects	European Credit Transfer and Accumulation System
EFTA	European Free Trade Association
EUA	Estados Unidos da América

FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (da Universidade Nova de Lisboa)
FFMS	Fundação Francisco Manuel dos Santos
FIAT	Fabbrica Italiana Automobili Torino (atualmente Fiat Chrysler Automobiles)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GM	General Motors
IBM	International Business Machines
ICS	Instituto de Ciências Sociais (da Universidade do Minho)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
ISCTE-IUL	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa
JNICT	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MFA	Movimento das Forças Armadas
NAFTA	North American Free Trade Agreement
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONG	Organização Não Governamental
OT	Orientação Tutorial
PAC	Política Agrícola Comum
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP	Partido Comunista Português
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREC	Processo Revolucionário em Curso
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social-Democrata
PT	Partido dos Trabalhadores (Brasil)
RDA	República Democrática Alemã
RU	Reino Unido
SME	Sistema Monetário Europeu
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TP	Teórico-Prática
TPP	Trans-Pacific Partnership
TTIP	Transatlantic Trade and Investment Partnership
UC	Unidade Curricular
UE	União Europeia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UM	Universidade do Minho
Unasul	União das Nações Sul-americanas
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
UNL	Universidade Nova de Lisboa
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
v.g.	Verbi gratia (por exemplo)
§	Parágrafo
€	Euro
\$USD	Dólar norte-americano
¥	Yuan

PREFÁCIO

Manuel Carlos Silva*

Durante as décadas em que lecionei Sociologia do Desenvolvimento, fiz um esforço por fazer um manual de síntese policopiado acerca das teorias sobre o desenvolvimento, parte do qual, num momento posterior, publiquei juntamente com António Cardoso sob o título “O local face ao global: por uma reavaliação crítica dos modelos de desenvolvimento”, um longo capítulo de um livro organizado por mim, Ana Paula Marques e Rosa Cabecinhas. Porém, sem desmerecer diversos artigos e trabalhos publicados em vários centros de investigação no país, mantinha-se, nomeadamente no âmbito da produção científica nacional, a falta de uma obra mais sistematizada sobre Sociologia do Desenvolvimento. Em boa hora, Fernando Bessa Ribeiro, com base no trabalho elaborado para efeito das suas provas de agregação, oferece aos colegas de sociologia e de outras ciências sociais uma obra de referência sobre a sociologia do desenvolvimento, a qual, dada a preocupação do autor, serve também certamente para os/as alunos/as de sociologia e de outras áreas científicas, desde a antropologia e a história, passando pela geografia, até à própria economia e ciência política. Por isso, congratulo-me por esta obra, na medida em que, para além do preenchimento da referida lacuna, ela conjuga um elevado nível científico com uma preocupação pedagógica, aliás já visível no seu relatório da disciplina e, em particular, na lição agora incorporada e bem na própria obra.

Devo elogiar ainda o autor, não só pela reavaliação crítica de conceitos como progresso, desenvolvimento, tempo longo, sistema e estrutura em diversos

* Investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova_UM). Professor catedrático aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

autores (Braudel, Godinho, Wallerstein), como pela procura teórico-metodológica na busca de novos caminhos em torno do desenvolvimento sustentável, o que implica ligar técnica-economia-sociedade, economia, classes sociais e Estado e um novo e pluridisciplinar olhar sobre velhos e novos problemas sobre esta matéria. Porém, o autor não deixa de trazer à reflexão o modelo marxista sobre o desenvolvimento assente no velho mas seminal e atual contributo de Marx [2014 (1867)] em *O Capital* sobre os efeitos maléficos do capitalismo para o ambiente: a sobre-exploração dos recursos naturais, o saque da natureza vista como um agregado de coisas e o esgotamento das fontes da fertilidade da terra em função do lucro, a par da exploração do trabalhador; ou a reflexão de Engels [1978 (1873)] em torno da *Dialética da Natureza*, onde defende que o homem não deve olhar a natureza como um conquistador devastador estrangeiro mas como membro integrante dessa natureza e dos seus recursos finitos. Fernando Bessa Ribeiro evidencia de modo incisivo como a crise ecológica provocada pelo capitalismo comporta erosão e salinização do solo, poluição, desflorestação, alterações climáticas e escassez de água potável e, de modo ainda mais impressionante, a degradação física e moral do “planeta favela” com os fenómenos cruéis da fome e da favelização, aliás na esteira de autores como Dumont e Rosier (1966), Sahlins (1997), Wallerstein (1998) e Davis (2006), entre outros.

Não obstante os avanços nas sucessivas Conferências das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente e Desenvolvimento, e mesmo após ter constatado um impulso na consciência dos cidadãos sobre o ambiente e a necessidade de um desenvolvimento sustentável, o autor, seguindo Latouche (2009) e Spindler (2013), sustenta com argúcia que os conceitos de sustentabilidade e de “economia verde” já funcionam como recursos retóricos de certos políticos e até já foram capturados pelas multinacionais no quadro de lógicas mercantis.

Na introdução, Fernando Bessa Ribeiro, começando por referir de modo sucinto a história de longa duração dos quinhentos anos de colonização no quadro da economia-mundo, dá conta e critica, com base em autores como Sahlins (1997/1972) e Wallerstein (1998), a evolução/involução-regressão do capitalismo, os seus processos de acumulação, as suas sucessivas crises nomeadamente de sobreprodução, as suas formas de exploração extensiva e intensiva e a destruição dos recursos naturais e suas consequências desastrosas para os ecossistemas, as desigualdades sociais e seus efeitos mais gravosos e dilacerantes para as classes e grupos desprovidos e vulneráveis, destacando ainda a concentração da riqueza em centenas de indivíduos e o aumento das

desigualdades nos dois últimos séculos quanto à distribuição da riqueza por países e, no seio de cada país, por classes, etnias, géneros e indivíduos. Por outro lado, têm emergido formas de legitimação nas agendas políticas e narrativas ideológicas, nomeadamente as meritocráticas, desde meados do século XX, com Davis e Moore (1945) e Parsons [1988 (1951)]. Em contraponto, o autor não deixa de trazer ao debate o contraditório face às narrativas dominantes positivistas e neoliberais, enunciando a traço grosso as contestações críticas provindas da perspetiva marxista e, em particular, da sociologia crítica da Escola de Francoforte e de outros teóricos como Mills [1980 (1959)], Gouldner (1970) e, posteriormente, Bourdieu (2001) e Burawoy (2008) por uma sociologia pública, crítica e interventiva.

Com efeito, convém notar que o desenvolvimento das forças produtivas, a eliminação dos feudos e das barreiras de circulação provindas do antigo regime feudal e subsequente processo de modernização capitalista foram saudados pelos fundadores do marxismo como um avanço. Não obstante a manutenção de desigualdades de classe, étnicas, de género e outras, as velhas formas despóticas, escravagistas e feudais, além de profundamente mais injustas, cruéis e desumanas, representavam um enorme desperdício de recursos; por isso, a abolição destas formas de exclusão social não modernas constituiu um enorme avanço, de resto expresso não só nos fundadores do marxismo mas também em filósofos sociais iluministas como Rousseau [1995 (1755)]. Estes autores iluministas, mesmo quando benignamente essencialistas ou idealistas em torno da tese da bondade ou igualdade do ser humano por nascimento, abandonaram a tese da justificação e legitimação das desigualdades como um produto “natural” das coisas ou, pior ainda, como algo emanado da vontade dos deuses e/ou da transcendente ordem divina.

Esta consideração não retira qualquer força a posicionamentos críticos sobre os enormes malefícios do capitalismo, cujo principal obreiro de uma análise crua e dura das contradições e desigualdades criadas pelo emergente capitalismo foi certamente o mesmo Marx que saudara o capitalismo em relação ao escravagismo e ao feudalismo. É ainda de relevar, por outro lado, que na própria introdução Fernando Bessa Ribeiro convoca, não só os críticos radicais do sistema mas também a reflexão recente do Papa Francisco com a sua encíclica *Laudato si* com o interessante subtítulo “Sobre o cuidado da nossa casa comum”, uma reflexão que, mesmo quando envolta numa narrativa moral, religiosa e mística da doutrina social da Igreja, é convergente com a tese de uma única crise socioambiental global e sobre o necessário pacto entre a “ecologia e o progresso integral” perante a poluição, o desperdício, a cultura

do descarte; isto, não obstante economistas neoliberais como João César das Neves ciosamente vociferarem contra ‘radicais’ que, no seu entender, instrumentalizam o pensamento do Papa Francisco para os seus objetivos.

No primeiro capítulo Fernando Bessa Ribeiro, esteando-se nos diversos autores acima referidos, questiona, interpela e critica “o velho” desenvolvimento e respetivas teorias dominantes. Com efeito, o autor explicita e desenvolve a teoria que lhe deu guarida, ou seja, (i) a velha teoria liberal do crescimento desde Smith, passando por Ricardo, à tese positivista do crescimento e da modernização, elaborada já desde os anos 50 e 60 do século XX pelo modelo evolucionista de Rostow [1974 (1960)] com as diversas fases de um percurso alegadamente necessário desde as sociedades primitivas até à atual “sociedade da abundância” europeia e norte-americana. Perante o descabro da doutrina e política neoliberais, o autor explicita outras correntes, nomeadamente (ii) a neoinstitucional, sustentada por diversos autores (Myrdal 1970, Seers 1969), que, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, em parte inspirados no keynesianismo, prosseguiram as críticas às correntes liberais e avançaram com propostas de intervenção estatal no sentido de corrigir as assimetrias causadas pelo mercado e superar as injustiças e situações de pobreza; (iii) o modelo territorialista ou de desenvolvimento local e regional (Stohr 1981 e Bailly 1999), o qual, assente na mobilização dos recursos endógenos, pode potenciar o desenvolvimento de baixo para cima; (iv) a abordagem (neo)marxista que, constatando o fracasso das teorias liberais e, posteriormente, a incapacidade da reformista abordagem neoinstitucional, advoga a transformação radical da economia, da sociedade e do Estado como única via de superação das desigualdades sociais. Nesta discussão cabe destacar as teorias da dependência [Prebisch (s.d. 1949), Furtado 1964, Frank 1976] e as teorias do centro-periferia [Wallerstein 1990 (1974)], segundo as quais o subdesenvolvimento nos países dependentes ou periféricos é o resultado do desenvolvimento dos países centrais.

O autor desenvolve uma linha crítica das correntes neoliberais, as quais se assumem de modo ocidentalocêntrico como vanguardas e faróis do crescimento e do progresso, da modernização e do desenvolvimento, para o que, no quadro da Guerra Fria, procuravam fidelizar os regimes implantados na África, na Ásia e na América Latina através da instalação de bases militares, de “planos de ajuda” e de outros planos de “ajustamento estrutural” lançados pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e agências como a USAID; estas instituições funcionavam como instrumentos de penetração e dominação/controlamento/condicionamento em diversos países dos referidos continentes e de erosão ou derrube de governos progressistas e/ou tutelados pela URSS

até ao seu desaparecimento. As consequências não deixam de se fazer sentir: aumento da dívida pública, privatização de empresas públicas, austeridade e desemprego, nomeadamente de funcionários públicos, redução de salários, empobrecimento e miséria, hiperinflação e até desconexão da economia mundial. Ao mesmo tempo, aumentam os dividendos do capital financeiro, não raro associado a práticas de corrupção e tráfico como lavagem de dinheiro e colação do dinheiro em paraísos fiscais, entre outros fenómenos.

No seguimento da exposição crítica das diversas correntes, Fernando Bessa Ribeiro empreende de modo inovador no já referido terceiro capítulo a exposição e análise das teorias do decrescimento, cuja relevância retomarei na parte final deste prefácio. Antes, porém, devo assinalar no quarto capítulo da obra o contributo do autor em torno do processo da globalização: os debates a propósito deste conceito, com múltiplas dimensões e significados, da sua génese (século XVI, finais do século XIX ou anos 70/80 do século XX), suas etapas e formas de desenvolvimento; as relações entre economia, política e cultura, seus processos de homogeneização e/ou diferenciação/fragmentação, e seus impactos em termos económicos, sociais, políticos e culturais.

A análise do autor não se limita ao nível internacional, em termos macroeconómicos e sociais, mas debruça-se, já numa fase avançada do livro, sobre a sociedade portuguesa, caracterizada, na esteira de outros autores (Santos 1993, Fortuna 1993, Silva 2013), como sociedade (semi)periférica, heterogénea, desigual e de ‘desenvolvimento intermédio’ no contexto europeu e internacional, que, contudo, já nem sequer opera como país ‘intermediário privilegiado’ mesmo em relação aos PALOP. E, a este propósito, socorrendo-se do contributo de diversos especialistas em várias áreas, faz uma breve retrospectiva analítica das fases da formação social portuguesa desde o Estado Novo à atualidade, em termos económicos e políticos. O autor releva como eixo de viragem o 25 de Abril de 1974 e a inserção de Portugal na então CEE em 1986, e posteriormente na UE, tendo presente determinados indicadores como a recomposição da força de trabalho, a evolução do PIB *per capita*, a taxa de risco de pobreza, a retoma e o aumento dos índices de emigração no contexto das políticas da austeridade impostas pela *Troika* e pelo governo PSD/CDS entre 2011 e 2015. Após este sintético olhar sobre a sociedade portuguesa, o autor retoma a análise do capitalismo a nível global, seus processos de acumulação e concomitantes impactos nos índices de pobreza na América Latina e sobretudo em África, as diversas configurações societais a nível mundial (particularmente desde a ascensão e hegemonia dos EUA, desafiados pela URSS), as crises desde os anos 70 do século passado até à mais recente de 2007-2008 e os processos de

adaptação e recomposição do capitalismo no quadro do imperialismo assente na tríade EUA-Europa-Japão, mas também a emergência de reconfigurações multipolares a partir dos BRICS, sobretudo da China.

O autor constata e analisa os impactos do modelo de crescimento económico e do processo de modernização capitalista, salientando quer os ganhos e pontos positivos, quer os danos ou pontos negativos desse processo (como referido: a manutenção da pobreza e das desigualdades, bem como os danos ecológicos por via da produção agrícola, industrial e sobretudo mineira), quer ainda os novos problemas provocados pelo consumo irracional dos recursos naturais, a destruição do meio ambiente físico e as alterações climáticas pela via da introdução de componentes químicos (pesticidas) e do comércio com os países periféricos de direitos de emissão de dióxido de carbono. Nesse sentido, o autor, num primeiro momento do terceiro capítulo, interpela e bem o “velho” desenvolvimento e seus efeitos negativos sem deixar de propor novas soluções; num segundo momento, e de modo inovador, focaliza-se no decrescimento como alternativa pós-capitalista; e, num terceiro, analisa as propostas de decrescimento para uma sociedade radicalmente diferente e reconciliada com os limites ecológicos do planeta, mas que, curiosa, cautelosa e moderadamente, designa de sociedade pós-capitalista e pós-produtivista.

O autor, tendo feito uma resenha e análise sintética sobre as diversas conferências e os seus avanços em termos declarativos (Estocolmo em 1972, Cocoyoc no México em 1974, Relatório da Comissão Brundtland em 1987, Cimeiras da Terra no Rio em 1992 e 2013), conclui que estas se saldaram por declarações importantes mas sem compromissos políticos sérios, relevando a este respeito a subscrição tardia da declaração de Quioto por parte dos EUA e da China, países que até recente data consideravam que a questão ecológica não tinha qualquer relação com o crescimento económico. A este propósito o autor, nomeadamente na conclusão, refere que estes encontros e propostas não solucionaram os problemas, o que deveria induzi-lo a evidenciar de modo ainda mais contundente as assinaláveis discrepâncias entre a retórica e a realidade. Por outro lado, embora tenha trazido à colação o carácter polissémico do conceito de desenvolvimento, é fundamental assumir logo à partida que este conceito é diferenciado quando visto por diversos atores (jornaleiro, agricultor, ecologista, burocrata, tecnocrata ou político liberal, social-democrata ou marxista); de resto, a própria conceção de desenvolvimento é diferenciada (cf. Silva e Cardoso 2005): desenvolvimento como crescimento económico em função do rendimento *per capita*, tendo como referência o PIB; desenvolvimento *socioeconómico* não só em termos do PIB mas de outros itens como

qualidade e esperança de vida; desenvolvimento social com base em critérios como diminuição da pobreza e bem-estar social, tipo de democracia; ou ainda desenvolvimento como liberdade e acesso aos direitos básicos (alimentação, trabalho, educação, cultura) no sentido de Sen (1999) ou poder de disposição sobre recursos, como diria Weber [1993 (1922)], também referidos pelo autor.

É por esta razão, creio, que, mesmo quando se trata de um modelo de desenvolvimento pervasivo, dominante ou até devastador, é curial que não se utilize um dos significados ou correntes como o todo: é o que ocorre quando se trata de modo quase monolítico o pensamento neoliberal como pensamento único sobre o desenvolvimento, ideia desenvolvida por Santos – “em vez de buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento” (1999: 3) –, o que, tomando a parte pelo todo, não passa de um jogo de palavras.

Fernando Bessa Ribeiro parte de um outro modelo alternativo de desenvolvimento que, além de diferentes pressupostos, implica ser movido de baixo para cima com base em movimentos sociais, ecologistas, feministas. Por outro lado, o autor recorre e bem a Santos e Rodríguez (2003) para sustentar que se recusa a admitir que a economia constitua uma esfera independente e separada da vida social, aliás na senda de Polanyi [1983 (1944)] e Bourdieu (2000), mas que Santos e Rodríguez localizam nos anos 70 do século passado. Seria todavia de justiça reconhecer que a articulação entre economia e política, sociedade e Estado é um corolário do modelo marxista de desenvolvimento, dos próprios escritos dos fundadores do marxismo, segundo os quais, contrariamente ao corporativismo durkheimiano e ao liberalismo – em que a propriedade ou as relações laborais estão fora do poder e vice-versa –, a economia é inseparável da política e da ideologia e vice-versa (cf. Silva 2006). Por seu turno, e do mesmo modo, o próprio conceito de desenvolvimento não pode ser pura e simplesmente anulado ou apagado alegadamente na base de ter de se encontrar uma alternativa ao desenvolvimento. Será que existe apenas um modelo de desenvolvimento? Será correto ignorar toda uma série de correntes que vão desde a moderada teoria neoinstitucional, passando pela, ainda que limitada, teoria territorialista, até ao marxismo, que apresenta uma perspectiva radicalmente nova e crítica dos velhos e recauchutados modelos de crescimento e desenvolvimento?

Na segunda parte do terceiro capítulo, Fernando Bessa Ribeiro, ancorando-se em diversos autores, com destaque para Harvey (2011), sustenta a tese de expansão do capitalismo como uma característica inerente ao próprio sistema por via de uma concorrência coerciva e permanente, implicando daí uma crítica

radical ao produtivismo, à competição e ao crescimento do próprio sistema capitalista gerador não só de desigualdades sociais como de agressões e problemas ambientais tremendos. Para além do debate sobre o desenvolvimento sustentável, o autor traz com pertinência para a discussão as teses sobre o decrescimento. Ora, o debate sobre o decrescimento não só comporta alterações profundas nos modos de vida, nas culturas, nos valores morais e políticos, como refere, mas também se situa ao arpejo das lógicas e narrativas correntes à direita do espectro político-partidário e inclusive em alguma esquerda que não reconhece os erros ecológicos dos modelos ditos socialistas sob a tutela da URSS. Pela minha parte não tenho objeção de fundo a esta nova abordagem em torno de uma futura “sociedade radicalmente diferente e livre das peias do produtivismo e do consumismo” e da compulsão pelo trabalho e pelo consumismo. Porém, tentando uma apurada compreensão do tempo presente e próximo futuro, das situações dramáticas de carências e privações, das urgências e premências das classes mais desprovidas, dos desempregados e dos precários, dos que têm fome e vivem na extrema pobreza, poderá a tese do decrescimento ter eco social e político nos tempos atuais ou, de modo mais preciso, ser uma proposta adequada a curto e a médio prazo, nomeadamente para os países dependentes ou periféricos e das classes e grupos sociais mais vulneráveis?

Como refere Latouche (2009), o surgimento da tese do decrescimento tem o seu contexto de contestação social e crítica ecologista, de lutas estudantis e de outros ativistas ambientalistas sobretudo nos EUA, de reflexão de cientistas, diplomatas e outros, nomeadamente expressa no Relatório *The Limits to Growth* de Meadows e outros investigadores, de 1972. Este relatório, realizado a pedido do Clube de Roma formado nos anos de 1960, revela a consciência dos limites do crescimento por diversos fatores: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição. Por outro lado, e voltando ao momento histórico presente, se é certo que os imperativos de crescimento já proclamados há inúmeras décadas, sobretudo desde os anos 50 e 60 do século passado, não resolveram os problemas do desemprego, da pobreza e da habitação, a questão pertinente a colocar é: alguma vez será possível a realização plena dos objetivos das teses do decrescimento ou do crescimento sem uma rutura desta sociedade e a implantação de um outro tipo de sociedade, nomeadamente socialista? O autor, a certo momento, diz-nos que tal não é possível. Mas, se assim não é, porquê ficar-se numa proposta prudente e indefinida de sociedade pós-capitalista ou de sociedade de pós-escassez?

Voltando a Latouche e a outros autores adeptos das teorias do decrescimento, embora também reconheçam a necessidade de uma mudança radical,

advogam opções voluntárias por uma sociedade do decrescimento para evitar o retrocesso brutal e dramático. Mais, quando Latouche é questionado sobre quais as condições e etapas para essa mudança, assume como primeira condição a mudança de valores e conceitos, depois a mudança de estruturas, a realocização da economia, a revisitação dos modos de vida e uso dos produtos, o regresso ao decrescimento convivencial e local; mas em nenhuma parte é assumida a necessidade de socialização dos meios de produção, ou seja, é ignorado ou subestimado o modelo marxista de desenvolvimento. Um outro teórico do decrescimento, Taibo (2010), não só descarta o neoliberalismo como também o que ele designa ‘socialismo irreal’, não destrinchando entre a teoria marxista e o dito socialismo na ex-URSS e países-satélite. É caso para perguntar: não serão as posições de Latouche e sobretudo de Taibo também elas “irrealistas” e idealistas, quando estes autores não colocam no centro da discussão e da política a socialização dos meios de produção, implicando uma revolução política de carácter socialista?

Relativamente à proposta de consumir menos, embora Fernando Bessa Ribeiro sustente e bem não dever ser aplicada de modo homogéneo (certamente nos países centrais mas não nos periféricos), os referidos teóricos deveriam densificar a proposta no quadro da atual sociedade capitalista. Uma reflexão ecológica que não tenha presente uma reflexão marxista, ou que pense ser possível reformar o capitalismo sem alterar a correlação de forças das classes sociais e do poder político, constituirá uma visão totalmente idealista, dado ser impossível uma mudança radical ecológica no quadro do capitalismo. Tal, porém, não significa que, entretanto, nada se possa fazer no âmbito do capitalismo; ou seja, tal não significa que, atendendo às ameaças da catástrofe ecológica e de sobrevivência da espécie humana, não se possam atenuar algumas das consequências, fazer algumas travagens e lançar algumas sementes para uma futura sociedade ecossocialista.

Perante o posicionamento de diversos autores referidos por Fernando Bessa Ribeiro, desde B. S. Santos a Latouche, em vez de assumirem o abandono do conceito de desenvolvimento, não seria mais adequado (para além de desconstruir a teoria neoliberal e a falácia da narrativa ideológica da prosperidade para todos que lhe está associada) apontar um outro modelo de desenvolvimento consistente e assegurando a prosperidade efetiva para todos? Sem deixar de assumir a necessidade de um desenvolvimento frugal com mudança de modos e estilos de vida consumistas, o que importa, em primeiro lugar, é testar e projetar um outro modelo de desenvolvimento de orientação socialista, reconhecer os seus limites nas experiências históricas, mas não o ignorar, como de facto é

feito pelos teóricos do decrescimento ou crescimento. Mais, mesmo admitindo os erros ecológicos do modelo soviético, para o qual não é curial nem justo arrastar ou responsabilizar Marx, não é possível um diagnóstico adequado se não se ligar a crise ecológica às contradições da estrutura e da dinâmica do capitalismo, a crise ecológica à crise capitalista, tal com o faz Löwy (2013), na medida em que, segundo este autor, na esteira de Marx, o capitalismo transforma em mercadorias não só os seres humanos, mas também a terra, a água, o ar, os recursos naturais. Com efeito, contrariamente a alguns teóricos do decrescimento, é profundamente erróneo colocar o esboçado modelo duma sociedade socialista segundo Marx no mesmo registo produtivista da lógica capitalista. A sociedade socialista e, subsequentemente, a sociedade comunista, a que se refere Marx, não são uma sociedade de compulsão para o trabalho, mas uma sociedade em que, a par do tempo para o trabalho, haverá também espaço para o estudo, a cultura, a participação política, o lazer, o amor. Marx [2014 (1867)] é muito claro quando critica radicalmente o fetichismo das mercadorias, fornecendo instrumentos críticos à lógica produtivista do capitalismo, incessante na exploração do trabalho e na devastação dos recursos naturais ou mesmo no esgotamento das energias da terra. Como travar este comboio sem travões?

A chamada de atenção dos autores do decrescimento para a contradição insanável sobre a tese do crescimento infinito num planeta finito representa certamente uma crítica a alguns pressupostos do dominante conceito de desenvolvimento. Com efeito, seria de questionar em que medida Fernando Bessa Ribeiro, começando por convocar vários autores, nomeadamente Latouche, concorda com a tese deste sobre a necessidade de um “projeto alternativo para uma política do após-desenvolvimento”? Terá algum sentido falar de uma sociedade “após-desenvolvimento”, quando o modelo dominante não realizou o básico do desenvolvimento em termos não só sociais e culturais como inclusive económicos para todos os cidadãos? Mais adiante, admite, seguindo Latouche, que se utilize o termo e a ideia de sustentável, na medida em que remete para prudência e responsabilidade para as gerações futuras, mas rejeita o conceito de desenvolvimento, porque etnocêntrico, etnossuicidário, tóxico. É certo que o modelo subjacente do desenvolvimento é etnocêntrico, euro-americanocêntrico, mas sê-lo-á o conceito de desenvolvimento? É certo também que a ideia de desenvolvimento sustentável tem-se tornado um baluarte apropriado por diversos quadrantes teóricos e ideológicos, mas o conceito e o modelo marxistas sobre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável são mais uma “ladainha” similar à de outros modelos?

Serge Latouche e Carlos Taibo não só criticam o trabalho como fonte de alienação, cuja ideia, importa dizê-lo, é originária de Marx, como criticam o trabalho *per se*, convocando Paul Lafargue, Bertrand Russel ou Savoj Žižek. É sobretudo Taibo quem visa comprovar com alguns resultados de inquéritos que as perceções sobre as desigualdades são hoje maiores e que as pessoas são mais infelizes que no passado ou mesmo nos anos 60/70 do século passado. Só faltaria dizer que as pessoas, por consentirem esta situação, teriam a economia que merecem! Em suma, segundo estes autores, tal como importa acabar com o trabalho assalariado, importaria também acabar com os padrões de consumo atuais induzidos pela publicidade, pelo sistema de crédito e pela caducidade programada dos bens produzidos. No entanto, a questão prévia a recolocar deveria ser: em que medida se considera possível realizar tais objetivos no quadro do atual modo de produção capitalista e correlativo modo de circulação e distribuição? Pelo desenvolvimento desta obra, o autor não responderia positivamente a esta questão, convocando em primeira linha o contributo de Marx em torno não só da exploração da força de trabalho pelo capital mas também da exploração e devastação da terra e dos seus recursos naturais. Porém, a não ser como eventual etapa pré-socialista em determinados contextos societais, porquê preferir o objetivo de uma “sociedade de pós-escassez”, como aponta o autor, em vez do objetivo e da designação clara de sociedade (ecos)socialista num Estado socialista? Embora estejamos longe de reunir as condições objetivas, político-organizativas e ideológicas a curto e médio prazo para uma sociedade (ecos)socialista, não poderemos cair na armadilha de pensar uma sociedade sem exploração, justa e solidária sem o derrube do sistema capitalista.

Tendo dado grande relevo às teorias do decrescimento, creio ser de tomar algum distanciamento relativamente à crítica de Latouche e Taibo ao marxismo não só por classificarem Marx como teórico produtivista e inspirador do campo socialista num registo similar ao produtivismo do sistema capitalista, como sustentarem a necessidade de nos libertarmos da razão produtivista tanto do capitalismo como do ‘socialismo irreal’ – um termo de resto não explicado. Mais, segundo estes autores, o modelo dito socialista da ex-URSS e demais países de Leste teria caído na mesma deriva ou “mística de produção” desde o início, nomeadamente com Lenine ao advogar a eletrificação do país como um designio do poder soviético. Se é certo que o posterior desenvolvimento do modelo aplicado na ex-URSS não acautelou os valores ecológicos, não pode ser menosprezado o enorme salto da sociedade agrária sob o czarismo para uma sociedade industrializada sob o modelo socialista, ainda que posteriormente desvirtuada.

Termino, lembrando que tive o privilégio de integrar o júri e conhecer num primeiro momento os conteúdos do Relatório de Disciplina e da Lição nas provas de agregação de Fernando Bessa Ribeiro que estão na base deste livro. Nessas provas tive o prazer de arguir, dando lugar a um debate vivo com o então candidato. Foi com manifesta curiosidade que reli a presente obra sobre Sociologia do Desenvolvimento. Consideravelmente revistos e ampliados os seus conteúdos, este livro confirma os bons augúrios então pressentidos pelo júri, constituindo-se, no meu entender, num trabalho de referência no campo da sociologia do desenvolvimento, dos modelos e dos debates sobre os caminhos para a construção de uma sociedade sustentável e justa.

Após o inestimável contributo desta obra em torno das questões sobre o desenvolvimento, talvez a sua próxima tarefa, eventualmente com outros especialistas, possa consistir em, sem deixar de aproveitar relevantes elementos dos teóricos do decrescimento e sem abandonar o princípio estratégico da socialização dos meios de produção, diferenciar propostas de desenvolvimento adequadas aos diversos grupos de países conforme as diversas situações, contextos e tipos de recursos, tendo por base o princípio da satisfação das necessidades básicas numa sociedade ‘decente’ ou de ‘não escassez’ como etapa intermédia. Porém, a eventual aproximação a este objetivo não dispensa a reflexão sobre quais os fatores e estratégias necessários à realização do desenvolvimento sustentável, tendo no horizonte as precondições de realização duma sociedade ecossocialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILLY, Antoine (1999), “Le développement locale: un choix de société”, in C. Cavaco (org.), *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 29-31.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Les structures sociales de l'économie*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Contre-feux 2: pour un mouvement social européen*. Paris, Raisons d'Agir.
- BURAWOY, Michael (2008), “Por uma sociologia pública”, in Ruy Braga e Michel Burawoy, *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, 15-66.
- DAVIS, Kingsley e Wilbert E. Moore (1945), “Some principles of stratification”, *American Sociological Review*, vol. 10, n.º 2, 242-249.
- DAVIS, Mike (2006), *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo.
- DUMONT, René e Bernard Rosier (1966), *A fome: flagelo da humanidade*. Lisboa, Ulisseia.
- ENGELS, Friedrich [1978 (1873)], *Dialéctica da natureza*. Lisboa, Presença.
- FRANK, André Gunder (1976), *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. Coimbra, Centelha.

- FORTUNA, Carlos (1993), *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto, Afrontamento.
- FURTADO, Celso (1964), *Dialéctica do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- GOULDNER, Alvin (1970), *The coming crisis of Western sociology*. Nova Iorque, Basic Books.
- LATOUCHE, Serge (2009), *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo, WMF Martins Fontes.
- LÖWY, Michael (2013), “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista”, *Cadernos CRH*, v. 26, 67, 79-86.
- MARX, Karl [2014 (1867)], *O capital: crítica da economia política (Livro primeiro – O processo de produção do capital)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MILLS, Charles Wright [1980 (1959)], *The sociological imagination*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MYRDAL, Gunnar (1970), *The challenge of world poverty*. Londres, Allen Lane.
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*, Madrid, Alianza Editorial.
- POLANYI, Karl [1983 (1944)], *La grand transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris, Gallimard.
- PREBISCH, Raúl [s.d. (1949)], *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais* (disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>, 15 de janeiro de 2014).
- ROSTOW, Walt Whitman [1974 (1960)], *Las etapas del crecimiento económico: un manifiesto no comunista*. México, Fondo de Cultura Económica.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques [1995 (1755)], *Discurso sobre a origem da desigualdade e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Mem Martins, Europa-América.
- SAHLINS, Marshall [1997 (1972)], “The original affluent society”, in Majid Rahnema e Victoria Bawtree (comp. e ed.). *The Post-Development Reader*. London, Zed Books, 3-21.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), “O estado, as relações salariais e o bemestar na semiperiferia: o caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto, Afrontamento, 15-56.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e César Rodríguez (2003), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Afrontamento, 21-63.
- SEERS, Dudley (1969), “The Meaning of Development”, *IDS Communication*, 44.
- SEN, Amartya (1999), *Development as freedom*. Oxford, Oxford University Press.
- SILVA, Manuel Carlos (2006), “Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o estado-nação e a democracia em perda”, in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e estado: entre o global e o local*. Porto, Afrontamento, 125-149.
- SILVA, Manuel Carlos (2013), “Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal”, *Revista Espanhola de Sociologia*, n.º 19, 153-168.
- SILVA, Manuel Carlos e António Cardoso (2005), “O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento”, in Manuel Carlos Silva, Ana Paula Marques e Rosa Cabecinhas

- (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócioespaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/Inovação à Leitura, 2379.
- SPINDLER, Edmund A. (2013), “The history of sustainability: the origins and effects of a popular concept”, in Ian Jenkins e Roland Schröder (eds.), *Sustainability in tourism: a multidisciplinary approach*. Wiesbaden, Springer, 9-32.
- STOHR, W. (1981), “Development from below: the bottom-up and the periphery – inward development paradigm”, in W. Sthor e D. Taylor (orgs.), *Development from above or below?* Nova Iorque, Wiley & Sons.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990 (1974)], *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo no século XVI*. Porto, Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas.
- WEBER, Max [1993 (1922)], *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.

AGRADECIMENTOS

Sendo uma realização individual, este livro beneficiou da colaboração generosa de colegas e amigos e do apoio de várias instituições. Não lhes cabendo qualquer responsabilidade no texto publicado, aos primeiros devo manifestar a minha gratidão pelo interesse e tempo que dedicaram aos meus textos; às segundas devo sublinhar as condições e meios proporcionados para a boa execução do trabalho.

Depois ter sido um orientador incansável durante o meu doutoramento, José Portela voltou a assumir uma posição da maior relevância na construção deste texto, lendo-o com o seu conhecido rigor crítico, interpelando as minhas convicções e sugerindo outras leituras. A ele fico a dever o incentivo para explorar a *Laudato si*, lembrando justamente que muitos dos meus argumentos sobre as crises sociais e ambientais com que nos confrontamos estavam em linha com os desenvolvidos na carta encíclica do Papa Francisco. Quero também sublinhar o meu apreço pela leitura e sugestões, sempre pertinentes e estimulantes, dos colegas e amigos Ivonaldo Leite, Luís Francisco Carvalho, Mara Clemente, Francisco Mendes, Fátima Moura Ferreira, Sílvia Sousa e Joel Felizes, com quem tenho mantido, sempre menos do que gostaria, debates animados sobre muitas das questões escrutinadas neste livro. Não menos relevante, devo referir os comentários interpelantes e as apropriadas recomendações de Artur Cristóvão, Casimiro Balsa, Luís Baptista, José António Pereirinha e José Carlos Venâncio, membros do júri das minhas provas de agregação em Sociologia, que procurei incorporar no texto presente.

A minha dívida maior é para com Manuel Carlos Silva. Meu professor de Estratificação e Classes Sociais no mestrado em Antropologia da Universidade do Minho, no já longínquo ano de 1993, desde então mantivemos uma profícua relação pessoal e profissional, feita também de muitos projetos e publicações, sempre

temperados e, não raro, perturbados, por lutas políticas e sociais. Trabalhando há muitas décadas sobre teorias do desenvolvimento, beneficiei mais uma vez das suas inestimáveis observações críticas e orientações de leitura, apesar da sua crônica falta de tempo. Não deixou, como sempre, de apaziguar o meu pessimismo, confrontando as minhas dúvidas e inquietações com o seu irreduzível otimismo nas possibilidades da ação coletiva para a transformação social emancipatória. O último grande debate travado entre nós, bem colegial e fraterno mas nem por isso menos combativo, foi no segundo dia das provas da agregação, no qual tive o privilégio de escutar uma densa e acutilante arguição à minha lição sobre o desenvolvimento sustentável e o decrescimento, um dos tópicos maiores do livro, tendo sempre como ponto de mira a crítica ao capitalismo.

Não teria levado este trabalho a “bom porto” sem o tempo e as condições que me foram disponibilizadas por diversas instituições. Em primeiro lugar, devo lembrar as duas licenças sabáticas concedidas pela UTAD, sempre propostas e apoiadas pela direção do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, onde trabalhei quase duas décadas, até janeiro de 2017. Ainda que constitua um direito consignado em sede do estatuto da carreira docente, os tempos que se viviam, em especial os dos anos sombrios da governação sob a tutela da chamada *Troika* (Comissão Europeia, FMI e BM), eram propícios a todos os atropelos jurídicos, aos quais não eram estranhos os severos constrangimentos orçamentais que afetavam (e afetam) as instituições públicas de ensino superior. Uma das licenças sabáticas foi passada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pesquisador visitante do Cnpq, onde beneficiei, como aconteceu em outras estadias, do acolhimento amigo de Alípio Sousa Filho, sempre solicito para me proporcionar as melhores condições de trabalho e com quem tenho mantido muitos diálogos que contribuem para nutrir a nossa relação pessoal. Mais recentemente, desde fevereiro de 2017, beneficiei do apoio do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, cuja direção e colegas me proporcionaram as melhores condições para concluir este trabalho. Devo ainda sublinhar a solicitude inextinguível da Maria João Lobato e de Rita Moreira, do secretariado CICS.Nova – polo da UM, sempre disponíveis para solucionar os meus problemas administrativos e de edição do texto.

Os agradecimentos derradeiros vão para o meu editor, Rui Magalhães. Com o cuidado e competência que sempre coloca nos textos que lhe chegam às mãos, apoiou mais esta proposta editorial, realizando um trabalho de edição magnífico. Os créditos deste resultado devem ser também atribuídos à Margarida Baldaia que, de novo, fez uma revisão minuciosa que em muito melhorou o texto do livro que agora se publica.

NOTA PRÉVIA

O desenvolvimento constitui um tópico de grande relevância para a sociologia. Este livro analisa-o a partir das macroteorias do sistema mundial moderno e do centro-periferia, procurando demonstrar que o desenvolvimento não é inteligível ignorando o capitalismo. Nem tão-pouco a questão ambiental pode ser entendida fora deste; logo, não pode ser desligada dos problemas sociais, económicos e políticos por ele produzidos e que afetam a vida dos cidadãos.

O livro é consequência de parte relevante do trabalho empreendido ao longo dos últimos seis anos, tendo por objetivo a produção do relatório e da lição (Ribeiro 2015a e 2015b) para a agregação em Sociologia pela FCSH da UNL, com um enfoque na UC de Sociologia do Desenvolvimento e Sustentabilidade do 1.º ciclo de Sociologia desta universidade, e retomando algumas das discussões já empreendidas em livros e artigos publicados ao longo dos últimos dez anos.

Procedendo a uma breve apresentação do relatório e da lição, o primeiro documento está estruturado em duas partes. A segunda, juntamente com a lição, deu origem ao presente texto, ainda que com muitas alterações, justificadas pela marcha acidentada do nosso tempo. Já na primeira parte do relatório temos quatro pontos, a saber: *(i)* escrutínio da presença do desenvolvimento na formação universitária em Portugal nos cursos de 1.º ciclo em Sociologia; *(ii)* pertinência científica e pedagógica da Sociologia do Desenvolvimento e Sustentabilidade, UC do 1.º ciclo em Sociologia; *(iii)* objetivos, conteúdos científicos e organização dos temas a abordar na UC de Sociologia do Desenvolvimento e Sustentabilidade; *(iv)* método de ensino, sessões de trabalho e avaliação da UC. Procurou-se que os conteúdos estivessem suportados por uma bibliografia atualizada, sem menosprezo dos textos clássicos (ou em vias de o ser), imprescindíveis para se aceder a uma compreensão densa do

desenvolvimento, não só na sua dimensão e trajeto históricos, mas também para a sua discussão no presente, enquanto objeto científico e político da maior importância para o futuro das sociedades humanas.

A sociologia do desenvolvimento é uma disciplina consolidada no campo da formação em sociologia¹. Por isso, é vasta a bibliografia disponível. Não sendo viável abordar todos os problemas, tópicos e perspectivas, deu-se um especial relevo aos conteúdos relacionados com a reflexão sobre as origens e trajeto do conceito, confrontos teóricos, novas perspectivas e mudanças sociais e políticas em curso a diversas escalas (global, europeia e portuguesa). Articulando obras clássicas com textos mais recentes, como foi acima mencionado, tentou-se dar conta da multiplicidade de temas, questões e posições que envolvem o desenvolvimento, tendo por base uma abordagem conceptual, histórica e política guiada pela discussão teórica crítica mas não dogmática.

Considerando que se trata de um objeto complexo e multidimensional, o estudo do desenvolvimento exige uma abordagem multidisciplinar, capaz de dialogar e de integrar os contributos da ciência política, da economia e da antropologia e história económicas. Aliás, não é excessivo sublinhar que a economia e os seus problemas, nomeadamente os relacionados com o desenvolvimento, nunca foram estranhos à sociologia, antes devendo ser estudados de “uma forma integrada” (J. M. Pinto 2008: 116). Por sua vez, os contributos da história para a sociologia são realçados por A. S. Silva (2013), quando os analisa à luz da obra de V. M. Godinho. Com indiscutível pertinência, o autor argumenta que “as ciências sociais e humanas não se diferenciam por especializações empíricas (esta ‘realidade’ para mim, aquela para ti), mas sim pelas diferentes perspectivas que acionam e iluminam dimensões distintas dos mesmos factos, processos ou estruturas” (A. S. Silva 2013: 2).

Podendo ser analisado a diferentes escalas (macro, meso e micro), o desenvolvimento reveste-se de especial importância para a compreensão da realidade portuguesa, interessando a muitos dos que ensinam e investigam no campo das ciências sociais, ainda que muitas vezes subsumido em outras denominações. Neste sentido, não só a sociologia do desenvolvimento é uma das mais abertas disciplinas da sociologia, como deverá desempenhar uma posição da maior relevância na formação dos futuros sociólogos, ao equipálos com uma compreensão plural, comparativa e histórica do mundo e seus problemas. Mais,

1 Embora não se justifique uma análise exaustiva, o desenvolvimento está presente em outros cursos, quer de formação graduada, quer de formação pós-graduada, oferecidos pelas instituições de ensino superior em Portugal.

as questões discutidas pela sociologia do desenvolvimento não se esgotam, de modo algum, no campo disciplinar da sociologia, interessando também aos cidadãos e à política. Daí ela ser um dos tópicos sociológicos mais importantes para a vertente pública da sociologia e do debate político envolvendo cidadãos, sociólogos e outros cientistas sociais que se interessam pelo desenvolvimento enquanto objeto político, social e económico.

* * *

Com o objetivo de tornar o texto mais conciso, foram indicados pelas suas siglas ou acrónimos todos os nomes de instituições, organizações e expressões suscetíveis de serem contraídos, muitos deles de uso corrente, logo bem conhecidos do leitor. No caso dos excertos citados, e considerando que ainda subsistem numerosas diferenças, apesar de o acordo ortográfico em vigor os ter aproximado, respeitaram-se os diferentes modos de redigir em português em Portugal e no Brasil. Sublinhe-se que todas as citações de textos publicados por editoras e outras entidades portuguesas se colocaram sem qualquer alteração ortográfica, respeitando-se a forma como se redigia à data da sua publicação. De igual modo, adotando um procedimento já seguido em outras publicações [M. C. Silva e F. B. Ribeiro (orgs.) 2010 e F. B. Ribeiro, M. C. Silva e A. P. Marques (orgs.) 2012], as citações em castelhano foram transcritas sem tradução. Rejeitando o que Halimi (2013: 1) caracteriza como “língua única” – recurso relevante para a produção de uma certa homogeneização do mundo de acordo com os interesses anglo-americanos –, não só se considera que a língua de Cervantes é acessível ao leitor medianamente competente em português, como se procura contribuir para a promoção da intercompreensão linguística entre as centenas de milhões de pessoas espalhadas pelo mundo que se exprimem através de línguas latinas muito próximas.

INTRODUÇÃO

A história dos últimos cinco séculos está marcada pela incorporação de territórios e estados no sistema mundial moderno. Ainda que com desconexões temporárias e precárias, sobre as quais não existe concordância entre os teóricos críticos – é o caso da posição ocupada pelo bloco socialista no sistema mundial entre 1917 e 1991, se exterior ou dele fazendo parte –, nas últimas décadas assistiu-se a um aprofundamento desta tendência longa. Para os mais otimistas, nomeadamente políticos conservadores e economistas ortodoxos, estas dinâmicas, fundadas no mercado e na redução do papel do Estado nos campos económico e social, podem ser entendidas como a expressão afortunada do desenvolvimento em ação. Contudo, o escrutínio empírico revela outros cenários. Às sucessivas crises económicas e sociais do capitalismo, feitas de colapsos económicos e financeiros súbitos, superprodução, desemprego em massa, sempre no quadro de desigualdades persistentes entre países e indivíduos, associa-se a crise ambiental em que o planeta está mergulhado, consequência direta de um modo de produção e consumo aparentemente sem limites, no qual a natureza tem sido utilizada como um recurso pretensamente infinito que importa explorar cada vez mais intensamente para aumentar o crescimento económico, independentemente dos custos para o ambiente e para a vida. A exploração predatória dos recursos naturais, incluindo os renováveis, como os haliêuticos, delapidados a uma cadência não sustentável, está hoje sujeita a uma pressão crescente devido aos impactos ecológicos decorrentes do crescimento económico vigoroso da China, da Índia e de outros países emergentes². Esta

² Aquando da minha primeira estadia em Moçambique para fazer trabalho de campo para o doutoramento, a embaixada chinesa em Maputo causou-me a mais viva impressão mal cheguei

situação tem como pano de fundo uma demografia que vai levar a população humana para bem próximo dos dez mil milhões de indivíduos em meados do século (www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estima-que-a-populacaomundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050-), dinâmica esta que convoca também para o debate a questão populacional, não podendo solução alguma dispensá-la [Butler (ed.) 2015].

As consequências são dramáticas: destruição do meio ambiente, “efeito de estufa” e aquecimento do planeta, desertificação e envenenamento dos solos e da água. Se no longo prazo a crise ambiental pode comprometer um futuro viável para as sociedades humanas e colocar em causa até a existência de vida no planeta, no presente os seus impactos são já socialmente devastadores, fazendo-se sentir sobretudo nos países pobres, não só tornando a vida muito difícil para parte significativa das camadas populacionais mais frágeis, como confrontando com o risco de pobreza extrema largas centenas de milhões de pessoas (Granoff *et al.* 2015). Mesmo onde existe crescimento económico pujante, a situação assume contornos calamitosos: na China, muitas das suas cidades estão sujeitas a níveis elevados de poluição atmosférica, provocada pela queima de combustíveis fósseis, sendo diretamente responsável pela morte prematura de cerca de meio milhão de pessoas, a que acresce a contaminação estimada de 20% do solo arável e de 60% da água de superfície do país (http://internacional.elpais.com/internacional/2014/12/19/actualidad/1419008786_874583.html). Enfim, sendo necessário escavar mais fundo, pagar mais pela energia e reciclar a água e o ar poluídos e impróprios até para utilização industrial, a degradação crescente das condições de produção interpela os fundamentos em que assenta a economia política do capitalismo.

a esta cidade, em maio de 2001. Localizada não muito longe da Universidade Eduardo Mondlane, deparei-me com ela no caminho que percorri para a primeira visita que fiz a esta instituição. Edifício de avantajadas dimensões, de arquitetura bem ao estilo chinês, a embaixada tornava visível aquilo que vezes sem conta ouvi da boca de muitos amigos e colegas, até de informantes pouco letrados: “os chineses estão a tomar conta disto [de Moçambique]”. Isto é, a China começava a instalar-se em força neste país da África austral, tal como fazia um pouco por todo o continente. Não se limitando a ser uma mera compradora de matérias-primas e exportadora de produtos de baixo valor acrescentado, antes procurava ter uma presença política robusta, disputando a influência que em tempos fora da URSS – cuja embaixada com seu edifício ainda maior do que o chinês, sem par com o de qualquer outro país com representação diplomática em Moçambique, é um testemunho da pujança desaparecida – e, mais recentemente, dos EUA. Apesar de pressentir que algo estava a mudar no sistema mundial e nas relações de força no interior da economia-mundo capitalista, não senti necessidade de incluir o yuan na lista de siglas daquele trabalho (F. B. Ribeiro 2010), ao contrário do que faço no texto presente.

Nada disto é indiferente ao desenvolvimento. É em seu nome que muitas das políticas foram (e são) desenhadas e implementadas, algumas delas produzindo efeitos severos e mesmo prejudiciais para a própria legitimidade ideológica do capitalismo, ao suscitarem a contestação social. Assim, o desenvolvimento deve ser escrutinado, quer como conceito, quer como agenda política para a melhoria das condições de vida da humanidade. Importa sublinhar que

não há efectivamente consenso sobre o papel das ciências sociais face aos processos de (sub)desenvolvimento, o que, desde já, suscita a questão de saber em que medida a ciência pode e/ou deve empenhar-se relativamente às decisões e às tomadas de posição perante determinados processos económicos e políticos geradores de (sub)desenvolvimento ou, pelo contrário, em nome da “pureza” e da (pseudo)neutralidade científicas, deve alhear-se da esfera económica e política e dos correlativos interesses e valores (M. C. Silva e F. B. Ribeiro 2000: 121)³.

A sua interpelação convoca outras questões, como as que se prendem com o lugar do trabalho na sociedade, as desigualdades sociais e a sua relação com os processos de desenvolvimento. A resposta deve considerar, por um lado, a estreita relação entre o capitalismo e a produção das desigualdades sociais e, por outro lado, a relação destas com a degradação ambiental, o que implica

3 Como já foi argumentado em outros textos (M. C. Silva e F. B. Ribeiro 2000 e 2015 e F. B. Ribeiro 2011), a neutralidade axiológica faz parte do velho e sempre renovado debate entre marxistas e positivistas, sem obnubilarem os weberianos. Aqui haverá que destrinçar a posição dos positivistas daquela que foi defendida por Weber. Ainda que uma leitura empobrecida do teórico alemão possa conduzir a uma confusão entre neutralidade axiológica e ausência de valores, ao advogar para as ciências sociais e, em particular, para a sociologia o individualismo metodológico, bem como o método da compreensão e da explicação da realidade social, de modo algum associável às ciências naturais, Weber (1993 [1922]) não se confunde com os positivistas. Algo bem destacado por Bourdieu, quando afirma: “Max Weber realmente falou de neutralidade axiológica [– que Löwy (2014: 47) considera tratar-se de uma tradução imprecisa do conceito de *Wertfreiheit*, ‘ciência livre de julgamentos de valor’ –, querendo dizer que não se deveria fazer julgamentos de valores; mas nunca disse que se deveria ser indiferente ao mundo social. Ele foi um pensador engajado em tempo integral” (*apud* Loyola 2002: 38). De igual modo, Burawoy (2004: 3) considera que em Weber os princípios morais e os valores dos compromissos constituem os aspetos *sine qua non* de qualquer programa de investigação. Embora não exista qualquer contradição na sua manifestação pública, para o teórico alemão eles devem ser feitos no campo da política. Em Weber a separação da ciência dos valores tem também de ser compreendida no contexto de defesa do campo científico contra as frequentes investidas da política e da ideologia nas universidades do seu tempo. Em suma, procedendo a um exame muito minucioso e rigoroso do pensamento do sociólogo alemão, Löwy lembra-nos que, “felizmente, Weber não conseguiu ‘neutralizar’ suas opiniões e crenças; ele exprimiu uma visão radicalmente crítica e bastante pessimista do presente e do futuro da civilização moderna” (2014: 47).

considerar as questões suscitadas pela justiça ambiental (M. L. P. de Lima 2008). A multiplicação das desigualdades entre países e, no interior destes, entre indivíduos tem de ser analisada considerando as estruturas políticas, económicas e ideológicas do capitalismo, pois elas são um elemento constitutivo e expressão concreta da forma como nele se organiza a posse dos meios de produção, o trabalho, a distribuição da riqueza e até a desigual exposição e vulnerabilidade dos seres humanos e dos países aos efeitos ambientais adversos.

Objeto multidimensional da maior importância para a sociologia, o desenvolvimento pode ser analisado e discutido segundo as mais diferentes teorias e abordagens conceptuais. Neste caso, escolheu-se um alinhamento pouco canónico que, sem descurar os principais contributos e referências que estruturam o campo do desenvolvimento, pudesse dar conta das novas questões e inovações teóricas, incluindo as que se prendem com a dimensão incontornável do pós-desenvolvimento. Se é certo que são muitas as soluções analíticas, optou-se por uma discussão teórica, desde as teorias liberais de Adam Smith e David Ricardo até aos contributos mais recentes, amarrada ao contexto histórico onde tem vivido o desenvolvimento, isto é, ao sistema mundial moderno e sua economia-mundo capitalista. Este ancoramento ao capitalismo é essencial para permitir uma melhor compreensão das mudanças, sucessos e fracassos do desenvolvimento, facilitando também a discussão de tópicos como a globalização, a crise e a análise da situação europeia e portuguesa. Trata-se, pois, de um exercício analítico baseado na articulação de teorias e dados empíricos a partir de uma posição teórica e política que procura contribuir para a crítica do desenvolvimento, seus problemas e dimensões.

A exploração dos conteúdos do primeiro capítulo – Enquadrar o desenvolvimento –, dividido em três grandes tópicos, tem como guia orientador as perspetivas acima enunciadas. Começando pelo que se pode considerar como a raiz, procurar-se-á mostrar que o conceito de desenvolvimento é polissémico e contestado, não podendo ser compreendido desligado do mundo onde ele vive, isto é, da modernidade capitalista. Embora esteja hoje globalizado, o conceito tem origem ocidental e surge muitas vezes associado a outros como os de modernização, progresso e crescimento. Encontrando as suas raízes históricas nas grandes transformações políticas e económicas iniciadas na Europa a partir de finais do século XVIII e, mais remotamente, na expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI, o desenvolvimento produziu mudanças notórias na vida material e quotidiana dos seres humanos, ao mesmo tempo que foi condicionado pelas transformações políticas, sociais e culturais. Daí que se empreenda uma análise demorada do que se entende ser o contexto

onde o desenvolvimento tem operado, quer dizer, do sistema mundial e sua economia-mundo capitalista, com base nos contributos que estruturam esta macroteoria. Por fim, uma vez que não é possível discutir o desenvolvimento sem considerar as suas ações e efeitos, apresenta-se o quadro geral da evolução das desigualdades aos seus diferentes níveis, quer entre países, quer no interior destes, argumentando-se que elas estão historicamente situadas, logo condicionadas pelas escolhas políticas e transformadas pelas dinâmicas económicas, sociais e políticas.

Passando ao capítulo seguinte – O desenvolvimento como campo de confronto teórico –, o texto desdobra-se em três subcapítulos, a saber: (i) o debate referencial: argumentos, trajetos, confrontos; (ii) da modernização ao neoliberalismo: o desenvolvimento assente no mercado; (iii) as inovações críticas: teorias da dependência e do desenvolvimento desigual. Trata-se de explorar o vasto arsenal teórico-conceitual e metodológico produzido sobre o desenvolvimento, com profundas reverberações políticas e sociais. Das teorias liberais às inovações teóricas críticas de raiz marxista, passando pelo keynesianismo, pelas teorias institucionais, pelos modelos de base territorial e pelo marxismo clássico, procura-se mostrar as suas especificidades, oposições, mas também complementaridades. Um especial destaque será dado às teorias da dependência e do centro-periferia (Frank 1976, Frank s.d., Furtado 1961, Baran e Sweezy 1970, entre muitos outros), em estreita articulação com a teoria do sistema mundial moderno, pois tal facilita e, sobretudo, fundamenta a discussão que se levará a cabo nos capítulos seguintes. As leituras sociais e políticas fundadas nas teorias da dependência e do centro-periferia são as mais capazes para explicar, por exemplo, o trajeto recente da UE, em especial a crise económica que atingiu os países do Sul da Europa. Neste sentido, podemos mesmo considerar que se justifica uma recuperação e renovação deste vasto acervo teórico.

O terceiro capítulo – Outros caminhos da teoria: do desenvolvimento sustentável ao decrescimento? – debruça-se sobre a sustentabilidade e as propostas que visam a própria superação do desenvolvimento dito sustentável, com a mobilização das teses decrescentistas, assumidas como questão política e social vital para as sociedades contemporâneas. Trata-se de um debate necessário e mesmo urgente, comprometido com novos caminhos que, sublinhando a insustentabilidade ecológica atual das sociedades humanas, pretende equacionar as soluções sociais e políticas que possam contribuir para imaginar um mundo melhor e mais justo. Dando afinal cumprimento a muitos dos objetivos que sustentaram as agendas desenvolvimentistas, em especial as de cunho mais progressista, o decrescimento exige mudanças nos mais diversos

campos da vida económica e social e nos próprios modos de vida, de forma a compatibilizar a existência humana com o planeta e os seus limites ecológicos.

Por fim, o derradeiro capítulo – Um mundo em transformação? Globalização, crise, um país e a recomposição do mundo – analisa as dinâmicas mais recentes do sistema mundial e do desenvolvimento em ação com um enfoque nos seguintes aspetos: (i) a globalização; (ii) a crise, o trabalho e a Europa; (iii) a situação de Portugal, cuja marca dominante se entende ser a posição periférica no contexto europeu, encerrando com a discussão acerca da recomposição do mundo. O debate sobre a globalização tem relevância, sobretudo se se considerar que uma das marcas mais fortes do nosso tempo é a da crescente articulação da cultura com a economia. Quer dizer, “a cultura se torna decididamente económica, e esse tipo especial de economia claramente define uma agenda política, ditando formas de ação política” (Jameson 2002: 24), dando origem a novas expressões de imperialismo, nomeadamente cultural, garantido pelas leis de ferro produzidas pelos acordos internacionais estabelecidos, nomeadamente sobre a propriedade intelectual e as patentes. Realizada a análise da globalização, o capítulo avança para a discussão acerca da crise, do trabalho e da Europa, inseparáveis, como se mostrará, das dinâmicas, discursos e opções políticas que se colocam também muito para além do campo nacional e mesmo europeu. Mas não só. Neste capítulo dar-se-á a devida relevância aos efeitos da crise, em especial no campo do trabalho, justamente porque não é possível pensar o desenvolvimento sem o considerar. Ou, se quisermos, qualquer solução desenvolvimentista, sustentável ou mesmo pós-desenvolvimentista, como é a do decrescimento, deverá sempre levar em conta o acesso ao trabalho e o seu papel na procura de uma vida de bem-estar por parte dos cidadãos. Será neste quadro analítico que se discutirá a sociedade portuguesa, com os contributos da teoria do sistema mundial, incluindo o conceito de semiperiferia. Em termos cronológicos, o período histórico de análise recua até à ditadura do Estado Novo.

Encerrando a introdução, o desenvolvimento não se esgota como objeto de análise científica da sociologia. É também um tópico maior para a sua vertente pública, reclamando a participação plena dos cientistas sociais nos debates travados também fora do campo académico, segundo o proposto por Burawoy (2004, 2005 e 2008). Inseparável daquilo que designa por *critical sociology*, para a qual contribuíram figuras de proa da Escola de Francoforte, como Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas, e outros como Mills [1980 (1959)] e Gouldner (1970), prosseguida hoje através do trabalho e das intervenções de muitos cientistas sociais, nomeadamente os vinculados à tradição marxista, os

que alinham por esta forma de produção de conhecimento sociológico ambicionam evidenciar que o mundo não tem de ser como é, contribuindo assim para a desestabilização da “inevitabilidade do presente” (Burawoy 2004) – no qual, é atinente vincar, o desenvolvimento se eleva como peça estruturante, tal como nos é servido pelo capitalismo e os Estados hegemônicos.

Em Portugal, os debates em torno da sociologia pública e o papel dos seus produtores na intervenção política têm merecido a atenção de, entre outros, A. S. Silva (2006 e 2008) e Casanova *et al.* (2012). No caso desta obra coletiva, há que sublinhar a relevância do texto de J. T. Lopes (2012), no qual o autor empreende uma defesa vigorosa da vocação pública da sociologia, tendo por base o conhecimento crítico e o envolvimento com públicos, movimentos e organizações no escrutínio dos problemas e debate das soluções. Esta posição convoca Bourdieu. Como foi já abordado em F. B. Ribeiro (2011), o sociólogo francês foi um dos cientistas sociais que mais fomentaram o compromisso entre ciência social e intervenção no campo político e social. Para Bourdieu (2001) é necessário impregnar a ciência no debate público através da apresentação e discussão com os cidadãos dos resultados das pesquisas, a larga maioria realizada com financiamento estatal. Trata-se de assegurar o envolvimento no debate público dos que têm condições para intervir, segundo o sentido dado por este autor (*apud* Delsaut e Rivière 2002). Revelando uma certa influência gramsciana, esta posição articula o *scholarship* com o *commitment* (Bourdieu 2002: 3): o saber engajado, socialmente comprometido, que confronta e rejeita a separação entre o conhecimento científico e a intervenção no mundo exterior à academia, de forma a praticar “uma busca incessante por uma explicação engajada do mundo” (Wolf *apud* Ribeiro e Feldman Bianco 2003: 246). Expressando uma ética científica e política, esta posição convoca os cientistas sociais para o trabalho de proposição de soluções viáveis e mais justas para os problemas com que as sociedades humanas se confrontam.

Tendo presente este compromisso, a feitura do trabalho permitiu-me sentir – no sentido que lhe é dado por Wacquant (2002: 11), o de um ator social provido de corpo e emoções que participa na vida social – como a teoria social é útil para compreender e municiar as lutas pela transformação do nosso quotidiano. Para esta compreensão não foram indiferentes as condições em que este trabalho foi elaborado: restrições orçamentais, redução brutal dos salários (afetando em especial os funcionários públicos) e empobrecimento, com o país a recuar uma década, como foi aliás objeto de atenção por parte dos media (www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-voltou-aos-niveis-de-pobreza-de-ha-dez-anos1684583). A bem dizer, vidas destruídas, porque

é disso que se trata, quando milhares de pessoas, por força do desemprego, ficaram privadas de um rendimento, outras se confrontaram com a pobreza (aparentemente impensável, pois trabalham) e outras ainda, muitas, foram forçadas a emigrar.

Como há muito foi já discutido (v.g., F. B. Ribeiro 2008), o posicionamento crítico, ao qual se conecta a ação esclarecida, está longe de ser fácil de colocar em prática e não é, em regra, uma situação confortável. A subordinação jurídico-funcional que caracteriza as empresas e as entidades estatais e paraestatais e uma certa ordem das coisas estão também presentes no campo académico. Conquanto a liberdade neste seja superior, garantida pelo estatuto profissional, os constrangimentos sobre quem investiga também se fazem sentir, em conformidade com o que se passa em qualquer campo social, sempre trespassado por relações de poder. Mais, a crescente dependência dos centros de investigação e dos seus investigadores em relação a fundos externos dá uma margem de manobra acrescida aos financiadores e patrocinadores, cada vez mais oriundos do sector privado, para impor aquilo que se investiga e publica⁴. Por outro lado, há que enfrentar os efeitos negativos daquilo que Burawoy (2008: 19) designa como “pressões normalizadoras das carreiras” que, num contexto de competição feroz, concorrem para desincentivar a presença dos académicos críticos no espaço público da cidadania. Estas pressões exercem-se também através das políticas de publicação, nas quais os livros são vistos cada vez mais como marginais pelos gestores e avaliadores das unidades de investigação científica face aos artigos em revistas e outras publicações de carácter essencialmente científico, de preferência em inglês e, em regra, de circulação restrita ao campo académico.

4 Em 2014, a polémica em torno da publicação do número 212 da *Análise Social* não deixa de constituir uma expressão concreta dos efeitos decorrentes da dependência da investigação em relação ao financiamento privado. Tendo como foco da polémica o ensaio de Ricardo Campos, com o título *A luta voltou ao muro*, nele constavam *graffiti* em muros de Lisboa com frases hostis ao governo, a empresários e a banqueiros. Um dos visados era Soares dos Santos, cuja fundação, a FFMS, tem um acordo com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, proprietário da revista, para o financiamento de investigação. Tal suscitou a censura do presidente desta instituição, retirando a revista de publicação. Com amplas repercussões mediáticas (vd., entre outras notícias, www.publico.pt/politica/noticia/os-graffiti-que-o-ics-nao-quis-mostrar-1674981), a mobilização da comunidade científica nacional e internacional obrigou a censura a recuar, acabando a revista por ser publicada. Não existindo uma prova factual da ingerência da FFMS, não deixa de ser politicamente relevante o fixado no protocolo entre esta fundação e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o qual confere ao patrocinador um poder de disposição sobre o que é passível de financiamento e quem investiga (http://ffms.pt/upload/docs/protocolo-com-o-instituto-de-ciencias-sociais-ul_RDkNPK2NsEuNXIDj2ZmzvA.pdf).

Este cenário é também impulsionado pela crescente contaminação imposta pela chamada *new public management* e sua focalização na medição e avaliação (Ferlie *et al.* 1996). Como denunciam Halfman e Radder (2015), daqui decorre a transformação das instituições universitárias em lugares crescentemente colonizados por administradores profissionais, equipados com instrumentos e procedimentos de medição de desempenho, mantendo os docentes e investigadores sob a ameaça da reorganização e mesmo despedimento, para os sujeitos a vínculo contratual precário, exacerbando assim a concorrência interna, ao mesmo tempo que procuram discipliná-los pelo medo. Tal produz especiais riscos para as ciências sociais, manifestos mas nem sempre devidamente percebidos. Aceitar este quadro organizacional conduz ao encerramento no campo científico e ao fornecimento de conhecimento pericial ao poder político de turno, abdicando da intervenção no campo público e da cidadania, justamente aquele onde poderemos encontrar os fundamentos para a legitimação democrática das ciências sociais, em especial da sociologia. Algo pertinentemente sublinhado por Lordon, quando assinala, na sua crítica à recente e largamente discutida obra de Thomas Piketty, que se trata

de um livro, isto é, coisa que os economistas [mas desafortunadamente também já aplicável a produtores de outras áreas das ciências sociais] radicalmente desaprenderam a fazer, obcecados com a imposição de publicação que os manda multiplicar os artigos técnicos e estandardizados até à perda de sentido, não ultrapassando as quinze páginas admissíveis nas revistas universitárias (Lordon 2015: 36).

É neste terreno perigosamente socavado que o envolvimento pessoal é interpelado e colocado em prática. Se, para muitos, tal suscita simplesmente indiferença, não se pode obliterar que no campo académico-científico, mormente devido às contradições e concorrências que o caracterizam, há margem de manobra para permitir aos cientistas sociais críticos colocar sob exame as estruturas hegemónicas que organizam e naturalizam o nosso mundo. Os que alinham por este caminho crítico não deixam de se rever no argumento de Sousa Filho: “se o conhecimento não serve para pensar e melhorar a vida humana não serve para mais nada de importante” (2017: 13).

É certo que nada está assegurado ou é oferecido. Porém, o exercício da liberdade proporcionada pelo campo académico depende, em grande medida, da energia criativa que cada um coloca na defesa dos compromissos políticos e sociais dissidentes a que está vinculado. Esta energia é decisiva para se fazer o trabalho de crítica radical à atual configuração do nosso mundo e das

suas diversas formas de exploração, opressão e dominação. Necessariamente orientado para o debate público, este trabalho é essencial para a renovação das ciências sociais, em especial da sociologia. Para isso, é necessário que sejamos capazes de redescobrir novas formas de crítica teórica e intervenção política para cooperar na tarefa de reflexão compreensiva da sociedade em que vivemos, trabalhando para a construção de soluções simultaneamente globais, nacionais e locais, envolvendo o diálogo e as experiências concretas que animam os movimentos sociais e políticos com as mais diversas agendas, incluindo aquelas que se encontram ligadas às questões dos direitos civis.

Enfim, as opções no campo do desenvolvimento não são política e socialmente neutras, pelo que é atinente que as ciências sociais e seus produtores dialoguem e participem com os demais cidadãos nos debates públicos sobre os problemas, perspectivas e caminhos possíveis para a construção de um mundo melhor para todos e ambientalmente viável, em lugar de um mundo desejável para alguns, a quem o dinheiro e a propriedade conferiram o privilégio de beneficiar dos proveitos decorrentes do trabalho e dos conhecimentos legados pelas gerações que nos antecederam. Afinal, é sobre isto que a reflexão sobre o desenvolvimento se ocupa, a partir de distintos posicionamentos teóricos e políticos, ora procurando amparar o muito que já se conseguiu, ora procurando transformar o que nos explora e oprime.

CAPÍTULO 1.

ENQUADRAR O DESENVOLVIMENTO

1. O DESENVOLVIMENTO: INTERPELAR UM CONCEITO POLISSÊMICO E CONTESTADO

O desenvolvimento tem um trajeto histórico, é produto concreto de um sistema político e económico, melhor dito, de uma civilização. Ou seja, o desenvolvimento é uma construção social e política, devendo ser compreendido no quadro das dinâmicas seculares do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo capitalista, no qual a ação do Estado e das elites políticas e económicas desempenhou um papel-chave.

Aos olhos do cidadão leigo, a palavra “desenvolvimento” emerge, em regra, como inequívoca, parecendo suscitar um amplo consenso, mobilizando o desejo de mudança social por parte dos indivíduos (Amaro 2004). É preocupação permanente dos Estados e das organizações internacionais, com destaque para o BM, o FMI, a OCDE e o PNUD. Todos parecem empenhados, no mesmo sentido e com propósitos semelhantes, em escrutinar as condições e reunir os meios necessários para o aumento da riqueza e do bem-estar, enfim, para o desenvolvimento. Para muitos, trata-se mesmo de perseguir, como aponta Wallerstein com certa ironia, observando a situação africana, “aquele eldorado fugidio chamado ‘desenvolvimento’” (2002b: 71). Enfim, como justamente argumentam Payne e Phillips (2009), nunca como hoje o conceito necessita tanto de ser discutido, criticado e clarificado.

Para além de não existir consenso teórico e político sobre o que ele significa, o desenvolvimento tem-se revelado esquivo para muitos povos e camadas sociais. Basta pensar que, depois de tantas décadas e planos de desenvolvimento, as organizações internacionais, com destaque para a ONU, continuam a visar

objetivos tão simples mas fundamentais como a erradicação da fome e da pobreza extrema (vd. www.pnud.org/content/undp/es/home/mdgoverview/). Um dos mais instrumentos mais relevantes foi o da agenda ODM, decorrente da Cimeira do Milénio, realizada em setembro de 2000 em Nova Iorque e subscrita por 191 países (www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf), na qual se fixaram oito grandes objetivos para melhorar as condições de vida dos seres humanos, com destaque para a erradicação da fome e da pobreza extrema (www.pnud.org.br/odm.aspx). Decorridos quinze anos, não obstante alguns progressos relevantes, a concretização plena dos seus objetivos permanece como um horizonte bem distante. Não cumprida, a agenda do ODM foi substituída pela do ODS, em setembro de 2015. Mantendo os objetivos já fixados em 2000, é também designada por agenda 2030. Os seus 17 objetivos aprofundam a componente de sustentabilidade ambiental, conectando-a, assim, com a luta contra a pobreza e a promoção do bem-estar humano (<http://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>).

Como conceito e agenda política, o desenvolvimento consolidou-se completamente após a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, a Carta das Nações Unidas faz referência ao desenvolvimento em vários artigos, nomeadamente nos 55.º, 73.º, 76.º e 88.º. Nestes artigos é sublinhada a importância do desenvolvimento para a paz e o bem-estar dos povos, incluindo aqueles que viviam nos chamados “territórios não autónomos”. Já Rist (2014) destaca a relevância do discurso do presidente norte-americano Henry Truman em janeiro de 1949, que dará origem, alguns meses mais tarde, ao relatório *Point four* (http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pcaac280.pdf), tendo em vista a ajuda ao desenvolvimento dos territórios subdesenvolvidos, elaborado já num contexto de tensão com o bloco soviético. Daqui decorre que o desenvolvimento está associado à descolonização e aos conflitos entre os EUA e a URSS (vd. Furtado 1961), constituindo desde então assunto da maior relevância para as sociedades e os cidadãos e traduzindo-se em dissensões e perspetivas descoincidentes que se fundam em alicerces políticos e ideológicos, não raro bem antagónicos:

Mesmo quando possam conjunturalmente, a curto prazo, encontrar-se plataformas mínimas de intervenção social e política perante determinadas realidades sociais pungentes e, como tal, tacitamente defensáveis, não há, de facto, convergência real nos modelos explicativos do desenvolvimento desigual, bem como nos diagnósticos das desigualdades sociais, nem tão-pouco nas análises prospetivas e propostas estratégicas de médio-longo prazo (M. C. Silva e F. B. Ribeiro 2000: 122).

Convocando a nossa atenção para o carácter polissémico do conceito, M. C. Silva e A. Cardoso (2005: 24-25) referem que o conceito é entendido por alguns como crescimento económico, medido em função de determinado índice (principalmente em termos de PIB), por outros como desenvolvimento socioeconómico mobilizando indicadores como esperança de vida, saúde, educação ou ainda como desenvolvimento social, medido também em termos de critérios humanos e sociais (redução da pobreza, bem-estar e justiça social, democracia e liberdade). Ou seja, enquanto alguns entendem o desenvolvimento como estando vinculado a um conceito centrado na dimensão económica, outros entendem-no como um conceito mais centrado na dimensão social. Ao analisarmos não só o modo como se produz, mas também como se distribui a riqueza de uma região, país ou grupo de países, confrontamo-nos com uma disputa teórica e política que interpela a sociedade, suas formas de organização e as relações entre indivíduos e instituições. Conquanto exista uma pluralidade explicativa muito ampla, a abordagem crítica ao desenvolvimento exige que este não seja visto apenas como um conceito técnico, mas também como um conceito político e moral. Mesmo quando escudados em argumentos pretensamente técnicos, os objetivos da ação podem ser muito descoincidentes, ora procurando-se soluções orientadas para a redução das tensões no sistema capitalista, de forma a preservar a sua legitimidade e as condições de acumulação e de obtenção de mais-valias, ora procurando-se soluções comprometidas com a construção de alternativas societais ancoradas em formas ecologicamente sustentáveis para a vida.

Se olhado a partir da história, o desenvolvimento encontra as suas raízes nas grandes transformações económicas, científicas e industriais iniciadas na Europa a partir dos finais do século XVIII e, mais remotamente, na expansão marítima europeia encetada no século XV. Quer dizer, trata-se de uma realidade histórica, passível de datação que implica pensar sempre no seu contraponto, o subdesenvolvimento. Daqui decorre uma asserção fundamental: “antes de existir desenvolvimento, não existia subdesenvolvimento” (Frank s.d.: 17); quer dizer, um e outro jogam-se em contextos e processos históricos comuns e contando vários séculos de interação recíproca, não podendo ser compreendidos desligados do capitalismo, do colonialismo e do imperialismo (M. C. Silva 2013: 161). Sem obnubilar a centralidade das mudanças operadas pelos processos de desenvolvimento no campo económico, com efeitos marcantes na vida material e quotidiana dos seres humanos, eles implicaram também profundas transformações nas práticas políticas, sociais e culturais. Convocando a posição crítica de, entre outros, Shanin (1997), Bastide (1979)

e, entre nós, M. C. Silva e A. Cardoso (2005) e A. Cardoso (2013), quer seja visto como progresso, crescimento ou modernização, o desenvolvimento, no entendimento ocidental hegemónico, é amparado por uma concepção evolucionista da história, no qual prevalece a ideia da superioridade da economia e da cultura ocidentais. Por conseguinte, a mudança só pode ter um caminho: do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, isto é, do dito primitivo, arcaico e tradicional para o alegadamente moderno, capitalista e desenvolvido.

Daí que seja incontornável o debate em torno do progresso enquanto conceito e seu lugar na mudança social. Nascido na Grécia clássica (vd. Nisbet 1994 e Preston 1982), é indissociável da noção de perfeição humana, que tanto inquietava e interessava os gregos clássicos. “Ideia-chave da concepção moderna de história ocidental” (Featherstone 1997: 85), parte relevante da herança filosófica dos séculos XVII e XVIII, o progresso propulsiona a visão vulgar da história das sociedades, na qual prevalece a ideia da evolução do simples para o complexo, do mítico para o racional, da barbárie para a civilização (Shanin 1997: 66). É bem mais do que um mero conceito, podendo ser entendido como ideologia (Gramsci 1974: 79 80)¹.

É simultaneamente expressão e consequência das transformações decisivas para a formatação do nosso tempo: a Revolução Francesa e suas implicações, sobretudo no campo político-social, e as revoluções tecnocientíficas. Do ponto de vista político, como assinala Preston (1982), o Estado moderno configura-se como representação e instrumento da ideia de progresso, no qual a burocracia procura desenvolver os meios necessários para o implementar. Progresso traduz-se, pois, em mudança social, sem que esta a ele corresponda. Se entendida no seu sentido amplo, abrangendo as transformações das estruturas políticas, económicas e ideológicas, a mudança deu vida à formação de um sistema de dimensão mundial – o sistema mundial moderno² –, incorporando também uma ideologia, “a crença básica que define o mundo

1 Refletindo sobre a ideologia, Gramsci argumenta que “o seu significado originário era o de ‘ciência das ideias’, isto é ‘investigação sobre as origens das ideias’” (1974: 100). Por sua vez, Althusser *et al.* (s.d. 193-203) consideram que os indivíduos estão implicados em três tipos de atividades: (i) de produção económica; (ii) de participação política; (iii) de cariz religioso, moral e filosófico. Este último compõe a “atividade ideológica”, sendo imprescindível para que a ideologia se constitua como “uma certa ‘representação do mundo’ que une os homens às suas condições de existência e une os homens entre si, na divisão das suas tarefas e na igualdade ou desigualdade do seu destino” [Althusser *et al.* (s.d.) 196]. Em Portugal, o trabalho de J. M. Pinto (1978) permanece como uma referência fundamental.

2 Ver também o quadro conceptual denso proposto por D. Ribeiro (1997: 68-78). Para uma reflexão sobre a mudança social assente em outras escalas e perspetivas de análise, vd. A. S. Silva (2002).

moderno” (Wallerstein 1995: 3)³. Sem ignorar os problemas que enfrentamos – entre outros, o ambiental, os decorrentes da globalização, o esvaziamento da democracia, a existência precária de um sistema de regulação das relações entre Estados baseado no primado da lei e já não no da força –, Soromenho-Marques (2005) considera a ideia do progresso admissível e pertinente, nomeadamente na esfera do político, enquanto condutora de uma continuidade em relação ao passado que não implica o fechamento, antes o prosseguir da história. E esta ideia foi, parcialmente e criticamente reconhecida por Marx e Engels, por exemplo no *Manifesto do Partido Comunista* [1968 (1848)], ao olharem para as mudanças históricas como exprimindo um certo sentido de progresso, sempre associado à ideia de transformações económicas e sociais radicais, que não terminarão com o capitalismo:

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média. Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e troca. [...] A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas [Marx e Engels 1968 (1848): 24-25].

Esta conexão entre progresso e capitalismo é também sublinhada por uma das figuras de proa da teoria crítica e leitor atento dos fundadores do marxismo, ainda que recusando a sua visão elogiosa:

a ideia de progresso justificou toda a transição do feudalismo para o capitalismo. Ela justificou a quebra da remanescente oposição à mercantilização de tudo, e tendeu a subvalorizar os aspetos negativos do capitalismo, com a justificação de que os benefícios ultrapassavam, de longe, os prejuízos (Wallerstein 1998: 71).

3 Daqui não decorre que, argumenta Wallerstein (1995: 4), a mudança implique que tudo esteja em permanente transformação. Recorrendo a Portugal como exemplo ilustrativo, o autor sublinha que o país está hoje muito diferente, embora aspetos cruciais pouco se tenham alterado ao longo de décadas e mesmo séculos, como as alianças políticas ou a posição ocupada no sistema capitalista.

O progresso está sujeito a crescente discussão e mesmo oposição. Não tendo cumprindo muitas das expectativas nele colocadas, são numerosas as críticas, sobretudo a partir dos anos setenta do século XX. Instrumento fundamental na legitimação de “um sistema de dominação do Norte sobre o Sul, de acumulação ilimitada de lucros em benefício de uma pequena elite e de destruição crescente do meio ambiente” (Löwy 2006: 261), estas críticas ajudaram a tornar passado o “tempo de confiança irracional no progresso e nas capacidades humanas” (Francisco 2015: 18). Com a sua interpelação são também questionados conceitos conexos, como o de progressista, entendido já não como adepto do progresso, mas sim como exprimindo uma posição de “precaução perante a ciência e a técnica” (Innerarity 2013: 19). Observando as dificuldades em escrutinar as suas consequências, Wallerstein argumenta:

Diz-se que o progresso científico e tecnológico é inquestionável, o que é certamente verdade, em especial na medida em que a maioria do conhecimento técnico é cumulativo. Mas nunca se discutiu seriamente sobre a quantidade de conhecimento perdido, por via da vassourada mundial imposta pela ideologia universalista (Wallerstein 1998: 72).

Enfim, não se esgotando os aspetos negativos nesta destruição de conhecimento e saberes, questão que tem merecido em Portugal a atenção crítica de B. S. Santos (2007), o nosso tempo está tingido por questões sociais que interpelam os cidadãos e constituem também objeto de interesse sociológico. Começando por algo tão básico como a alimentação, o século passado

– a mais extraordinária era na história da Humanidade, com uma combinação singular de catástrofes humanas sem paralelo, avanços materiais substanciais e um aumento sem precedentes na nossa capacidade de transformar (e de destruir, talvez) a face do nosso planeta (Hobsbawm 2008: 11) –,

foi também o século da fome. Como argumentou Sahlins [1997 (1972): 18-19], no tempo das inovações técnicas e científicas a fome persistiu e alargou-se mesmo. Por exemplo, a Serra Leoa é uma expressão trágica do fracasso no nosso tempo: as condições de vida neste país da África ocidental – recorrentemente tocado ora pela infeção do ébola, ora por catástrofes ambientais e com um péssimo índice de desenvolvimento humano – são equivalentes às que existiam no Ocidente há seiscentos anos (Commission on HIV/AIDS and Governance in Africa s.d.: 5).

Com um mundo em acelerada urbanização e concomitante reorganização das cidades, marcada, por um lado, pela concorrência entre elas para captar investimentos e grupos sociais afluentes e, por outro, pelos efeitos produzidos pelas desigualdades sociais (*vd.* Pereira, Baptista e Nunes 2011), a vida nelas está longe de ser fácil para a maioria da população. Dando expressão a um cenário urbano marcado por privações e múltiplos problemas e dificuldades, Davis caracteriza hoje o mundo como “planeta favela”, destacando que “o bilhão de habitantes urbanos que mora nas favelas pós-modernas pode mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Hüyük, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos” (Davis 2006: 29). Esta análise de Davis está em linha com o defendido, ainda antes da viragem do milênio, por Wallerstein (1998: 74), ao observar que largas camadas da população pobre vive em bairros de lata das periferias urbanas, estando pior do que aquelas que viviam cinco séculos atrás. Embora os dados mais recentes – por exemplo, os mobilizados e largamente analisados no relatório coordenado por Van Zanden (2014) sobre o estado do mundo desde 1820 – não permitam dar total cabimento à tese da regressão social, nomeadamente no que se prende com a dieta alimentar e a esperança média de vida, Wallerstein não deixa de ter razão quando argumenta que os indivíduos, para garantirem a sua reprodução social, têm de trabalhar mais arduamente e durante mais horas por dia, por ano e por vida. Daqui decorre uma séria interpelação: se considerarmos que uma sociedade é de abundância quando todas as necessidades materiais dos indivíduos que dela fazem parte são facilmente realizadas, não exigindo muitas horas de trabalho diário e persistente [Sahlins 1997 (1972)], então o progresso terá fracassado também neste campo.

Face a isto, e apesar do “tremor que acompanha a sensação de blasfêmia” (Wallerstein 1998: 72), há que perguntar se o capitalismo, enquanto sistema histórico, significou invariavelmente progresso em relação aos sistemas históricos mais antigos por ele destruídos ou transformados. Os argumentos de Wallerstein não estão em total contradição com o pensamento de Marx (e de Engels), justamente porque

existe em Marx uma concepção *dialética do progresso*, que leva em conta o lado sinistro da modernidade capitalista. [...] Trata-se de pensar a história *simultaneamente* como progresso e como catástrofe, *sem privilegiar um dos aspectos*, pois a saída do processo histórico não está pré-determinada. Um comentário de Frederic Jameson sobre o *Manifesto Comunista* capta bem este procedimento. “Marx exige com força que façamos o impossível, isto é, pensemos este desenvolvimento (do

capitalismo) ao mesmo tempo positiva e negativamente [, pelo que] a civilização burguesa moderna aparece, em relação com as sociedades pré-capitalistas, ao mesmo tempo como um avanço e como uma regressão (Löwy 2006: 261 e 263-264).

Procurando evidenciar esta tensão dialética, e em contraponto a algumas afirmações sobre o capitalismo enquanto alavanca de progresso, também presentes no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels sublinham neste texto, por exemplo, a degradação das condições materiais de existência do operariado no século XIX, em pleno desenvolvimento das forças produtivas:

Todas as sociedades anteriores, como vimos, basearam-se no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhe as condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência de escravo. O servo, em plena servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, se elevava à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições da sua própria classe [Marx e Engels 1968 (1848): 36].

A degradação não é apenas material, é também moral, como Löwy (2014: 32-34) justamente lembra ao citar diversos textos, como *A miséria da filosofia* e os *Manuscritos económico-filosóficos*. Neles Marx faz diversas considerações críticas sobre os efeitos devastadores do dinheiro e da mercantilização de todas as coisas – a quantificação venal da vida social –, a par da irracionalidade, que se exprime nas crises cíclicas de sobreprodução, e da dominação violenta e cruel de povos inteiros, primeiro pelo colonialismo, sob a forma de genocídio e escravatura, posteriormente pelo imperialismo.

Encerrando a discussão, a situação hoje de muitos dos mais pobres, países e indivíduos, não terá mudado significativamente face àquela em que se encontravam os que estavam em igual situação no início do século XIX, isto é, nos alvares da revolução industrial (Louçã e Caldas 2009: 261). Ou seja, no tempo histórico do desenvolvimento este não só não chegou a todos como pouco melhorou a vida de parte significativa da humanidade. Mas não só, como reconheceu o próprio BM na transição do milénio (*vd.* www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Poverty.pdf): o fosso entre países ricos e países pobres alargou-se fortemente nas últimas décadas do século XX, prosseguindo neste novo século, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais no interior de cada país, sobretudo em muitos dos que fazem parte

do grupo restrito dos mais ricos, aumentaram significativamente, assumindo dimensões que só têm paralelo com meados da segunda metade do século XIX (vd. Piketty 2013).

2. ONDE RESIDE O DESENVOLVIMENTO? SISTEMA MUNDIAL E ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Prosseguindo com a análise já empreendida em textos anteriores (entre outros, vd. F. B. Ribeiro 2006 e 2010), são muitas as possibilidades teóricas para analisar o desenvolvimento e seus problemas. Considerando que não é produto do acaso mas sim de dinâmicas políticas, económicas e sociais com espessura histórica, a compreensão das suas múltiplas dimensões deve considerar o sistema mundial moderno e sua economia-mundo capitalista. Muito discutido, este quadro teórico de alcance global permite situar o desenvolvimento no contexto histórico em que nasceu e se expandiu, fornecendo explicações teóricas alternativas que rompem com as baseadas nas teorias da modernização (Wallerstein 2000).

Tendo como principal impulsionador Immanuel Wallerstein, desde 1967 que este sociólogo norte-americano tem dedicado muito do seu trabalho à elaboração da teoria do sistema mundial, sobretudo no Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, fundado em setembro de 1976, na Universidade Estadual de Nova Iorque, em Binghamton. Como refere Van der Linden (2008: 288), Wallerstein e a sua equipa estavam fortemente influenciados pela leitura de Marx sobre o capitalismo, a historiografia da escola francesa dos *Annales*, em especial os trabalhos realizados por Fernand Braudel – cujo reconhecimento é sublinhado ao ser escolhido o seu nome para a designação da instituição –, a análise sociológica dos sistemas sociais, as perspetivas de longa duração na economia e as teorias da dependência, cruciais para definir um dos elementos-chave da teoria do sistema mundial: a relação entre centro e periferia.

Para Wallerstein [1990 (1974): 9], o pensamento de Braudel teve um papel decisivo na elaboração teórica do sistema mundial. Entre os textos mais relevantes do historiador francês destaca-se *Civilização material, economia e capitalismo*, com o derradeiro volume – *O tempo do mundo* – a ser publicado em 1979. O conceito de longa duração, do tempo longo que caracteriza a vida de muitas das estruturas sociais, políticas, culturais e ideológicas, ocupa um lugar incontornável no esquema teórico do sistema-mundo. Tal exige examinar a “história estrutural ou de longa duração [que] determina séculos inteiros”

(Braudel 1986: 80). O tempo longo não inutiliza outros tempos, como o “tempo breve de todas as formas de vida: tanto económico, social, literário, institucional, religioso e inclusivamente geográfico (um vendaval, uma tempestade), como político” (Braudel 1986: 11). Desta forma, o conceito de sistema-mundo cruza-se com o de civilização definido por Braudel (1989): espaços geográficos estruturados e constituídos por economias e sociedades, onde as continuidades são a regra, e as ruturas e as mudanças a exceção.

Pensar em sistema mundial como conceito pressupõe admitir a existência de sistemas sociais e de estruturas. Fundamentais para a teoria social (Giddens 2000a), são conceitos que circulam pelas mais diversas ciências sociais, com destaque para a sociologia. Tendo merecido o interesse demorado de Parsons [1988 (1951)], num sistema social o todo é mais do que as diferentes partes que o constituem, implicando uma certa coerência, ordem e estabilidade, não obstante as tensões e conflitos (Layton 1997). Já as estruturas, seguindo a conceptualização braudeliiana, podem ser compreendidas como “coisas” que duram e, em regra, se transformam lentamente, resistindo aos efeitos do tempo e das mudanças:

uma arquitectura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora muito a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações [...]. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar (Braudel 1986: 14).

Nesta discussão não se pode obliterar os contributos pioneiros de Godinho (1961)⁴. Refletindo sobre estruturas, sistemas e complexos histórico-geográficos, o autor elucida que

4 Godinho é frequentemente citado por Wallerstein nos seus textos. Na comunicação apresentada ao colóquio “Le Portugal et le monde: lectures de l’œuvre de Vitorino Magalhães Godinho”, realizado em Paris, em dezembro de 2003, e publicada no ano seguinte pela Revista Crítica de Ciências Sociais, Wallerstein sublinha o enorme contributo do historiador português para a teoria do sistema mundial moderno, em especial *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, originalmente publicada em 1963 em dois volumes. Prestando a Godinho o justo reconhecimento, Wallerstein escreve: “Os ‘descobrimentos’ não foram somente a descoberta de territórios longínquos pelos portugueses ou mesmo pelos europeus; foram também a descoberta de uma nova construção social de que estas viagens, estas rotas oceânicas, estas trocas comerciais faziam parte, a construção da economia-mundo capitalista em que todos hoje vivemos. A descoberta

as estruturas justapõem-se, são intersecantes, integram-se, subordinam-se ou coordenam-se, umas vezes de forma compatível, outras em incompatibilidade ou pelo menos em desarmonia ou discronia. A realidade é sempre, assim, um complexo mais ou menos coerente – ou antes, incoerente – de estruturas configurando-se num espaço geográfico, processando-se nos tempos histórico-sociais. Se considerarmos um complexo coerente de estruturas tal que o conjunto das relações pareça resultar de um pequeno número de princípios compatíveis explicitados, teremos o *sistema*, concepção doutrinária mais do que realidade social, mas que pela força real se transforma sempre que os homens – ou pelo menos certos homens – dele tomam consciência: assim o feudalismo, o mercantilismo, o absolutismo, o liberalismo, o capitalismo, o socialismo (1968: 15-16).

O sistema mundial moderno é um sistema social, composto por grupos de indivíduos que constituem classes sociais que se confrontam e procuram configurá-lo de modo a que funcione segundo os seus interesses. Feito de contradições, o seu trajeto histórico mostra que balança entre períodos de estabilidade e períodos de instabilidade. Ainda que pouco frequente, nos períodos de instabilidade o sistema pode ser atingido por ruturas e processos de mudança acelerada [Wallerstein 1990 (1974): 337ss]. A posição nele ocupada por cada país, apesar de tendencialmente estável, está sujeita a negociação, podendo alterar-se, incluindo a mudança de área (centro, periferia ou semiperiferia). Sendo histórico, durante a sua existência mantém algumas das suas características enquanto outras se modificam. A teorização de Wallerstein coloca-se, assim, em contramão com as teses do “fim da história” de Fukuyama (1992), na qual se estabelece o triunfo irrevogável do capitalismo e da democracia liberal, extinguindo assim o carácter histórico do sistema mundial. Ao considerar que o sistema-mundo existente é eterno, Fukuyama não deixa de se inscrever no “trabalho de eternização” (Bourdieu 1999: viii) levado a cabo por instituições como o Estado, as escolas de economia e gestão, os partidos políticos e a comunicação social hegemónicas, cuja finalidade é a manutenção do *statu quo*⁵.

dessa estrutura ficou a dever-se a um grupo de investigadores, a bem dizer, um grupo de hereges, que escreveram em meados do século XX. Entre estes textos transformadores encontra-se a obra monumental de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial (1963)*” (Wallerstein 2004: 3).

5 A tese do fim da história há muito que perdeu potência e sedução, sendo incapaz de invalidar o argumento de Hobsbawm: “a única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história” (1994: 18). Confrontado com a negação empírica da sua teoria do “fim da história”, Fukuyama admite que se enganou, embora mantendo a sua convicção em relação ao triunfo definitivo do capitalismo e do mercado: “A história

No sistema mundial moderno não existe um único sistema político. Ao invés do que se verifica na outra alternativa de sistema-mundo (os impérios-mundo), há apenas uma economia-mundo e uma multiplicidade de Estados e distintas culturas, sublinham Arienti e Filomeno (2007), na sua análise aos contributos de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Insistindo em algo já acima referido,

[os sistemas mundiais] são definidos pelo facto de a sua auto-inclusão como entidade económico-material estar baseada numa divisão extensiva do trabalho e de conterem no seu seio uma multiplicidade de culturas. Defende-se também aqui até ao momento que apenas existiram duas variedades de tais sistemas mundiais: impérios-mundo, nos quais existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que seja o grau do seu controlo efetivo; e aqueles sistemas em que tal sistema político único não existe sobre toda, ou quase toda, a sua extensão. Por conveniência, e à falta de um termo melhor, utilizamos o termo “economia-mundo” para definir estes últimos [Wallerstein 1990 (1974): 338].

Não se circunscrevendo às fronteiras de um Estado, conjunto de Estados ou de um império, a economia-mundo distingue-se por uma certa autossuficiência. Apesar de trespassada de contradições, possui uma relativa coerência orgânica, produzida pelas ligações e trocas que nela se realizam. O espaço geográfico onde ela se insere muda lentamente, possui um centro e uma hierarquia, subordinando países pobres a países ricos, daí resultando assimetrias que não impedem, em regra, o regular e estável funcionamento do conjunto. Por outras palavras, o sistema mundial moderno produz uma distinção de poder que se exprime sob a forma de uma forte hierarquia entre centro e periferia, em que os países ricos dominam os países pobres (ChaseDunn e Grimes 1995).

Nesta abordagem teórica, a economia não é desagregável do social. Se nos anos mais recentes coube a Bourdieu (2000) esgrimir esta visão substantivista, ela foi antes magistralmente discutida por Godinho (1961, 1963 e 1968). Na caracterização dos referidos complexos histórico-geográficos, o historiador português considerou a economia inseparável da sociedade, estando ambas

não pode terminar, uma vez que as ciências naturais modernas não têm fim, e estamos prestes a alcançar novas descobertas científicas que, na sua essência, abolirão a humanidade como tal” (Fukuyama: 1999: 1). Para Fukuyama, os enormes progressos ao nível das biotecnologias permitem prever uma história pós-humana, sem os seres humanos tal como hoje os entendemos. Como nos diz Viveret, “tendo em conta o elogio das desigualdades ao qual se entrega permanentemente, presentimos igualmente que o nosso autor prevê sem demasiados problemas um mundo onde sub-homens estariam ao serviço de sobre-homens” (2000: 20). Para uma crítica acutilante sobre o “fim da história”, da política e das ideologias, *vd.* Ziegler e Costa (1992).

inscritas no espaço geográfico, ideia de resto já exposta quase vinte anos antes por Polanyi [1983 (1944)]. Definindo-a,

uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, económicos e não económicos, por ela agrupados; que representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência, em determinada época e em determinada zona do globo); que, habitualmente, transcende os limites dos outros grupos maciços da história [Braudel 1992 (1979): 14].

Na sua fase mais tardia a economia-mundo passa a englobar todos os espaços económicos e seus indivíduos. Se na primeira metade do século XV a economia-mundo europeia cabia ainda, em termos geográficos, praticamente no continente europeu, três séculos mais tarde já tinha incorporado outras geografias, como a África subsariana, o continente americano e parte bem larga da Ásia, sendo Londres o seu centro político e económico. Esta economia-mundo capitalista alimentou-se nomeadamente de uma extensa e intensa acumulação de capital, baseada na “expropriação violenta dos camponeses pelas *enclosures*, o tráfico de escravos e a pilhagem brutal das colónias que explicam a formação do capital” (Löwy 2014: 1920). Debruçando-se sobre a pilhagem dos territórios colonizados, Marx e Engels argumentam que:

A descoberta de ouro e de prata na América, a extirpação, escravização e enterramento das populações autóctones nas minas, o começo da conquista e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de coutada para a caçada comercial aos peles-negras assinalaram o despontar da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são o ponto mais importante da acumulação primitiva. No seu seguimento vem a guerra comercial das nações europeias, com o globo como teatro (Marx e Engels 1978: 158-159).

Sem obnubilar as discordâncias quanto ao desenvolvimento histórico do capitalismo, já debatidas em F. B. Ribeiro (2010) – se fundamentalmente relacionado com a revolução industrial, se ligado ao arranque da expansão marítima europeia, com o capitalismo a assumir nesta uma vertente sobretudo mercantil e de pilhagem, na qual a América Latina irá funcionar como elemento-chave para a acumulação primitiva de capital –, há que ressaltar os fatores de ordem não económica na formação do capitalismo. Em concreto, trata-se da intervenção violenta do Estado – como aponta Löwy (2014: 19), em linha com os argumentos há muito desenvolvidos por Polanyi [1983 (1944)] –,

especialmente militar, conjugada com instrumentos jurídicos e a mobilização do campo religioso. O objetivo foi a instituição de uma nova ordem política, consolidando e legitimando a dominação colonial. Tanto mais relevante quanto se sabe que as relações económicas entre Estados e entre estes e os territórios coloniais são assimétricas, não sendo os ganhos económicos distribuídos homogeneamente. Isto é,

a correlação de forças entre as diferentes nações engendra uma geografia internacional de produção/absorção de riquezas e de criação/destruição de postos de trabalho, que, ao fim e ao cabo, abrem portas a múltiplas formas de dominação de um país/região por outro/a, através das dimensões económica, militar, política e cultural (Leite 2008: 1).

Explorando os argumentos de Leite, a divisão do trabalho é também geográfica, isto é, as atividades económicas distribuem-se de modo muito desigual pelos diferentes países. Longe de ser recente, e ao contrário do defendido pelos liberais [v.g., A. Smith 1999b (1776) e 1999c (1776) e Friedman e Friedman 1980], elas produzem trocas comerciais que não comportam vantagens recíprocas para os países e territórios envolvidos:

A divisão do trabalho à escala do mundo (ou de uma economia-mundo) não é um acordo concertado e reversível a cada momento entre parceiros iguais. Estabeleceu-se progressivamente, como uma cadeia de subordinações que se determinam umas às outras. A troca desigual, criadora da desigualdade do mundo e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora da troca, são velhas realidades [...]. Certas actividades dão mais lucro do que outras: é mais lucrativo cultivar vinha do que trigo (pelo menos enquanto houver quem aceite cultivar o trigo para o vinicultor), mais lucrativo trabalhar no sector secundário do que no primário, no sector terciário do que no sector secundário [Braudel 1992 (1979): 36-38].

Nesta configuração político-económica não existe apenas uma única forma de organização estatal, não obstante os países sofrerem pressões políticas por parte dos Estados com maior poder sistémico para uma certa uniformização. Assim, o regular funcionamento do sistema mundial e da sua economia-mundo depende, em larga medida, da reprodução das relações desiguais entre o centro e as periferias, legitimada por discursos de legitimação das desigualdades [Wallerstein 2000a e 1990 (1974)] e, não raro, de promoção da diversidade (vd. M. C. Silva 2000). Daqui decorre que a integração

varia em formas que são determinadas, em primeiro lugar, pela estrutura e pelo desenvolvimento do sistema capitalista nacional e internacional e, em segundo lugar, pelos próprios esforços, parcialmente bem-sucedidos, destas populações para se defenderem das consequências da exploração deste sistema (Frank 1976: 82-83).

No modelo teórico de Wallerstein [1990 (1974): 339], a economia-mundo capitalista é constituída por três áreas: centro, semiperiferia e periferia. O centro é ocupado por um conjunto restrito de Estados no qual sobressaem os EUA. Quase sempre em articulação com as instituições de Bretton Woods e as empresas multinacionais, os EUA possuem uma capacidade de intervenção na arena internacional sem paralelo com qualquer outro país, não obstante o seu declínio relativo. Na semiperiferia encontramos países que já foram centro, atuando como mediadores entre o centro e a periferia. Portugal será, neste quadro conceptual, um Estado semiperiférico, no qual prevalece uma estrutura de classes sociais e relações entre elas que favorecem o consentimento em lugar do conflito (*vd.* M. C. Silva 2009). No entender de Wallerstein, os Estados centrais podem recorrer a estes países para exercerem de forma indireta e encoberta a dominação sobre os periféricos. As dinâmicas das relações internacionais nas últimas décadas obrigam a interpelar o conceito, ao verificar-se a submissão direta dos Estados aos interesses dos países que efetivamente ditam a política mundial, dispensando a mediação dos países semiperiféricos entre centro e periferia. Por último, da periferia fazem parte Estados muito débeis [Wallerstein [1990 (1974): 339]. Se no passado, no quadro da sua situação colonial, não tinham existência independente, hoje possuem um grau de autonomia escasso, marcado por múltiplas formas de dependência que se fazem sentir nomeadamente através da extração predatória de recursos naturais e exploração da força de trabalho. Podemos mesmo considerar que o mundo está tingido de “periferias”, inclusive no interior dos próprios países centrais, como oportunamente assinalou Braudel [1992 (1979): 55], nas quais as lógicas que regulam, no contexto nacional, a relação entre estas e o seu centro podem, em determinados aspetos, ter alguma semelhança com as existentes à escala global na economia-mundo.

Procedendo a uma síntese crítica, o valor heurístico dos critérios centro, semiperiferia e periferia não deve ser liminarmente descartado, mesmo quando se constata que existem “concentrações de poder políticas ou militares que não correspondem de forma exacta às diferenciações económicas” (Giddens 1998: 49). Talvez as críticas mais pertinentes sejam as relacionadas com o período em que se dá o alargamento da economia-mundo capitalista a todo

o planeta, integrando as áreas até aí externas a ela. Expressando as posições discordantes, Van der Linden (2008: 289) considera que a teoria projetada para os três primeiros séculos características que apenas se encontram presentes a partir da centúria de 1900. Não negando que o tráfico com as colônias constitui um dos elementos fundamentais para o crescimento econômico da Europa ocidental, não só o comércio entre estas duas zonas, centro e periferia, não era nem extensivo nem excepcionalmente lucrativo, como eram poucas as atividades industriais que dependiam de matérias-primas importadas, não exercendo o comércio externo grande pressão para a especialização das economias domésticas. Van der Linden (2008) define com concisão o que é hoje o sistema mundial: a divisão internacional do trabalho coexiste com a diversidade política expressa na existência de Estados com autonomia, ainda que em grau variável. O sistema é muito desigual, composto por um centro que explora a periferia através da troca desigual e uma semiperiferia ocupando uma posição intermédia. O sistema é também dinâmico, estando sujeito a mudanças na posição ocupada pelos diversos Estados que o compõem, no sentido quer da ascensão em direção ao centro, quer da decadência. No centro a rivalidade entre os países que o constituem pode ser intensa, sobretudo quando a hegemonia daquele que o domina é percebida como frágil pelos restantes. Ao longo da sua história a potência hegemónica foi mudando, passando da Holanda no século XVII para o RU no século XIX e, finalmente, para os EUA no século XX. Estamos, assim, perante longos períodos de hegemonia, ciclos longos de ascensão e queda. Conquanto as suas raízes estejam no século XVI, a integração plena do mundo dá-se apenas no século XIX, quando todas as regiões passam a estar conectadas no sistema mundial e na sua economia-mundo capitalista, incluindo – argumento muito polémico, como veremos – o bloco socialista. Encerrando a discussão, o modelo teórico proposto por Wallerstein é entendido por Van der Linden (2008: 289) como uma das mais discutidas contribuições para as ciências sociais no último quartel do século XX. Sujeito a um escrutínio crítico enriquecedor ao longo de mais de quarenta anos, conserva largas potencialidades compreensivas e interpretativas, na medida em que “ele [consegue] contornar a habitual preocupação dos sociólogos com as ‘sociedades’ a favor de uma concepção muito mais abrangente de relações globalizadas” (Giddens 1998: 4748), continuando a dar um contributo valioso à investigação empírica.

3. O DESENVOLVIMENTO EM AÇÃO: DESIGUALDADES, TÉCNICA E CONFISCO DO SONO

O desenvolvimento em ação é indissociável da produção de desigualdades. Tal suscita questões cruciais. Serão as desigualdades consequência da própria natureza do sistema capitalista e dos processos de desenvolvimento a ele associados, não só em termos nacionais mas também globais? Serão as desigualdades decorrentes do modo como no capitalismo se instituiu a posse dos meios de produção e a distribuição da riqueza, das quais emerge a contradição maior (e insanável) entre o carácter social da produção e o carácter privado da apropriação da mais-valia dela resultante?

Seguindo as observações de Wallerstein (1998), entre 1820 e o final do século XX a diferença dos mais ricos face aos mais pobres multiplicou-se de forma acentuada; os países mais pobres estão a um nível idêntico ao que estavam aqueles que se encontravam em igual situação em 1820. Embora existam algumas diferenças numéricas, Maddison (*apud* Silva 2013: 156) aponta no mesmo sentido, ao apresentar a evolução do rácio da desigualdade entre países ricos e países pobres: em 1820, de 3:1; em 1975, de 15:1; e em 1999 de 19:1, tendo isto ocorrido no quadro de um crescimento enorme da economia mundial [*vd.* Quadro 1].

Quadro 1. Evolução do PIB *per capita* (0-2012)

Ano	Produção mundial por habitante (€ 2012) (PPC)	Europa Ocidental	América do Norte	América Latina	Norte de África	África Subsaariana	China	Índia	Japão
0	629	804	526	516	719	547	600	585	552
1000	608	596	526	516	649	539	621	585	587
1500	754	1076	526	538	604	554	800	715	690
1700	821	1386	671	680	587	570	800	715	787

1820	893	1666	1617	892	594	568	800	693	924
1870	1173	2725	3128	873	854	643	707	693	1018
1913	2051	4822	6883	1929	1220	777	736	875	1915
1950	2822	6374	12 314	3239	1505	1136	597	805	2652
1970	4916	14 187	19 377	5158	2386	1676	734	951	13 412
1990	6417	22 194	29 922	6538	3589	1545	1053	1168	25 942
2012	10 092	30 689	40 664	10 435	5741	2045	7673	3200	29 999

Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty 2013).

Vale a pena analisar este crescimento com o detalhe adequado. Citando também Maddison, Harvey refere que:

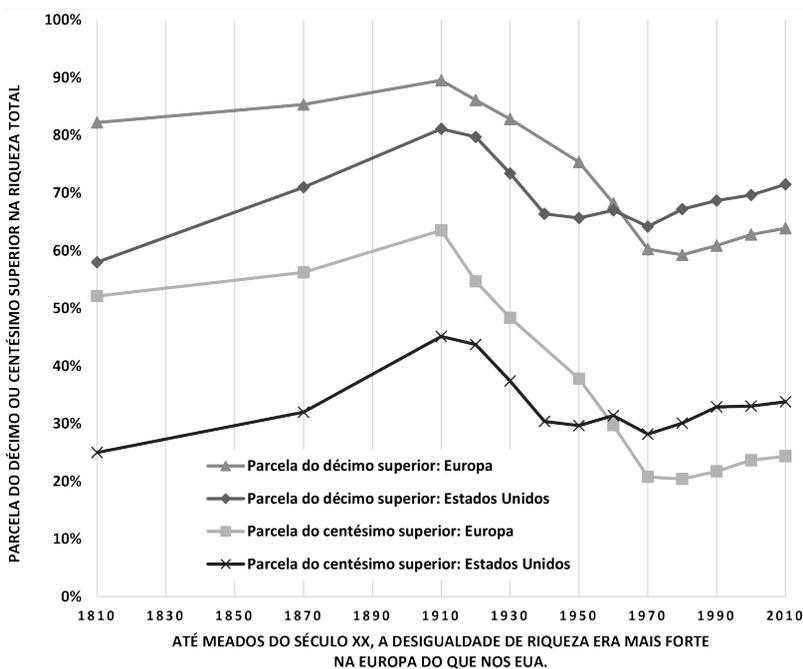
A produção total de bens e serviços na economia mundial equivalia, em 1820, a 694 mil milhões de dólares (em dólares constantes de 1990). Em 1913 ascendera aos 2,7 biliões de dólares; em 1950 era de 5,3 biliões de dólares; em 1973 de 16 biliões e, em 2003, rondava os 41 biliões. O relatório mais recente do Banco Mundial, referente a 2009, avalia-a em 56,2 biliões de dólares (ao valor atual, cabendo aos Estados Unidos cerca de 13,9 biliões) (Harvey 2011: 40).

Ou seja, apesar de incrivelmente mais rico, o mundo é também mais desigual. E esta desigualdade acentuou-se nas últimas décadas. Esta situação não deve ser entendida como paradoxal, antes é expressão do capitalismo e do desenvolvimento sob o seu comando. Independentemente do modo como é entendido, o resultado do desenvolvimento em ação traduziu-se, em regra e não ignorando situações históricas em que ocorreram reduções, no aumento da desigualdade:

O mundo é mais desigual no início do século XXI do que era no início da Revolução Industrial, há mais de duzentos anos. O crescimento criou divergência em vez de convergência. Ao longo dos anos mais recentes, quanto mais desreguladas e mais liberalizadas foram as relações económicas internacionais, mais se acentuou essa divergência (Louçã e Caldas, 2009: 261).

A esta desigualdade entre países há que acrescentar a desigualdade entre os indivíduos. O extenso trabalho de história económica de Piketty (2013), esteado num vasto arsenal de fontes e dados sobre as desigualdades nos últimos duzentos anos em alguns países ocidentais, nomeadamente França, RU e EUA, demonstra-a com total evidência empírica. Confrontando-os, verifica-se que a desigualdade voltou a patamares próximos daqueles que existiam em 1870, numa época em que ela era muito intensa. Consequência de uma tendência que se iniciou na década de 1970, a riqueza acumulada atualmente corresponde a quase seis vezes o rendimento anual obtido através do trabalho, algo que só tem paralelo na segunda metade do século XIX, quando era, em 1870, de sete para um. Ou seja, os estafados argumentos meritocráticos tão propalados pelos liberais acerca das possibilidades do mercado, quando deixado a funcionar sem qualquer forma de regulação, de contribuição para a disseminação da riqueza e, logo, do esbatimento das desigualdades, nomeadamente por via do

Figura 1. Desigualdade de riqueza na Europa e nos EUA (1810-2010)



Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty 2013).

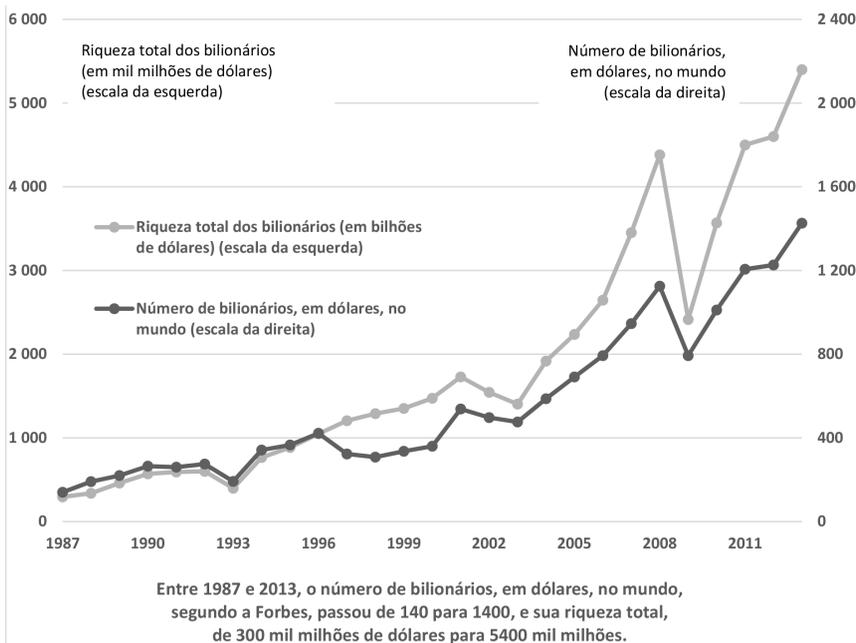
escorregar do dinheiro do topo da pirâmide para a base, não possuem qualquer fundamento. Como mostra Piketty, o que efetivamente reduz a desigualdade é, salvo situações extremas como as guerras mundiais, a intervenção do Estado.

Procurando mostrar como a concentração da riqueza se tem feito sentir nos últimos anos, o relatório da Oxfam *Even it up: time to end extreme inequality* (www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/cr-even-it-up-extreme-inequality-291014-en.pdf), um entre muitos produzidos nos últimos anos sobre o crescimento da desigualdade social, informa que o número de multimilionários duplicou desde o colapso do Lehman Brothers, passando de 793 para 1645, tendo o valor patrimonial dos 85 mais ricos aumentado a um ritmo diário médio de 668 milhões de dólares, equivalendo a sua fortuna à riqueza detida por metade da população mundial. Esta extrema concentração da riqueza corre a par do declínio do peso dos rendimentos do trabalho na riqueza mundial. Um relatório ainda mais recente, *Wealth: Having It All and Wanting More* (www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf), apresentado em 2015, estima que em 2020 o valor patrimonial detido por estes indivíduos poderá representar mais de 54% da riqueza a nível global. Manifestamente insaciável, esta elite restrita e poderosa manobra de forma sistemática para limitar a implementação de políticas fiscais, nomeadamente no domínio da tributação do património e sua transmissão – o relatório da Oxfam sublinha que mais de um terço dos multimilionários herdou no todo ou em parte a sua fortuna –, de forma que a acumulação e concentração de riqueza nas suas mãos permaneça intocável.

Face a isto, a compreensão do modo como as desigualdades se exprimem, considerando que elas não são homogêneas em todos os países, mesmo entre aqueles que têm níveis semelhantes de desenvolvimento, deve considerar as dinâmicas sociais e as relações de força entre as diversas classes sociais que compõem cada sociedade concreta num determinado tempo histórico e que concorrem para a definição de compromissos que permitem a implementação de políticas, nomeadamente fiscais e sociais, com efeitos positivos na redistribuição da riqueza. Este aspeto é destacado por Dubet (2000: 6-8), ao mostrar, para os últimos quarenta anos do século XX, que a evolução das diferenças salariais entre os países centrais do sistema capitalista, ainda que submetidos às mesmas tendências estruturais, produziu resultados bem diferentes⁶. Por

6 Refira-se que Dubet (2000: 7) parece descrever do carácter estrutural da produção das desigualdades sob o capitalismo, ao considerar que elas resultam não das “leis” que regem este sistema mas

Figura 2. Os multimilionários segundo a classificação da revista *Forbes* (1987-2013)



Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty 2013).

exemplo, na Noruega a desigualdade económica manteve-se estável, mas já nos EUA cresceu, enquanto em França se reduziu. Mas não só, há que considerar também que a desigualdade tem muitas faces. Para além da estritamente económica, relacionada com o rendimento salarial ou outro obtido por cada indivíduo, é necessário considerar também o acesso aos bens públicos. Este acesso tanto pode reforçar a desigualdade existente no domínio económico, como diminuí-la, ao nivelar os indivíduos neste campo dos bens públicos. Se assim nos colocarmos, o paradoxo apontado por B. S. Santos deixa de o ser, conquanto os contrastes se mantenham:

antes da ação dos atores sociais e do próprio sistema de governo existente em cada sociedade. Ora, se a ação dos cidadãos e do Estado é relevante, não podendo ser descartado o seu papel na redução das desigualdades, ela acaba sempre por ser insuficiente no quadro do capitalismo.

O nosso tempo é um tempo paradoxal. É, por um lado, um tempo de grandes avanços e de transformações dramáticas, dramaticamente designadas por revolução da informação e da comunicação, revolução eletrónica, revolução da genética e da biotecnologia. Mas é, por outro lado, um tempo de inquietantes regressões, do regresso de males que pareciam superados ou em vias de o ser: o regresso da escravatura e do trabalho servil; o regresso da alta vulnerabilidade a doenças antigas que pareciam erradicadas, pelo menos nos países desenvolvidos, como a tuberculose, e a doenças novas de proporções pandémicas, como o HIV/sida; o regresso das repugnantes desigualdades sociais que deram o nome à questão social no final do século XIX, enfim, o regresso do espectro da guerra, talvez agora mais mundial que nunca e com temperatura (quente? fria?), por agora, ainda indefinível (B. S. Santos 2003: 11)⁷.

Daqui decorre, prossegue B. S. Santos:

Que, se, por um lado, parecem hoje, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje (2003: 11).

Ora, a existência de condições técnicas está longe de ser suficiente para que se concretizem as sempre anunciadas promessas de prosperidade e bem-estar. Não sendo a técnica neutra, em termos sociais e políticos (Martinelli 1987: 321-322), ela não está imperativamente vinculada ao bem comum e aos interesses dos mais pobres e excluídos. Como se assinalou já em F. B. Ribeiro, M. C. Silva e Marques (2012), os interesses e objetivos sociais das classes dominantes e do Estado não deixam de condicionar as escolhas técnicas, alavancando-as para configurar a sociedade e o modo de vida, incluindo no campo do trabalho. Assim, e dando o devido relevo aos contributos dos teóricos da Escola de Francoforte, há que problematizar as técnicas com o económico, o político, o

7 Como se referiu em Ribeiro e Sacramento (2014), o VIH surgiu quando os avanços no campo das tecnociências aplicadas ao campo da biologia perspectivavam um "mundo novo" às sociedades humanas. As terapias genéticas eram uma dessas promessas, sendo uma das suas realizações maiores a clonagem de um gene humano (Castells 1998: 83ss). Com o VIH/sida, os seres humanos voltam a confrontar-se com o espectro da contaminação infecciosa mortal que se se pensava extinta, graças aos progressos das ciências médicas, da farmacologia e das tecnologias utilizadas na área do tratamento da doença.

cultural e o religioso (*vd.* Habermas 1994). Este exercício facilita a compreensão da situação do trabalho, hoje ainda mais violentamente confrontado com a velha contradição entre a necessidade de alocar força de trabalho e a sua dispensa, tendo em vista a redução dos custos de produção. Impulsionada quer pelas inovações técnicas, quer pelo afrouxamento da regulação e seus mecanismos de proteção, tal tem conduzido a um cenário no qual aqueles que têm emprego trabalham cada vez mais, ao mesmo tempo que cresce (ou se mantém a um nível muito elevado) o número de indivíduos sem trabalho, num contexto de concentração crescente da riqueza:

Do Egito a El Salvador, e da Europa aos Estados Unidos, a maior parte dos países está a ser atingida por níveis elevados ou graves de subemprego ou de desemprego. Noutros termos, a produtividade capitalista eclipsa o consumo capitalista. Por muito gastadores que sejam, os vinte e cinco gestores de *hedge funds* nunca vão conseguir consumir os seus 21 mil milhões de dólares de remuneração anual. O capitalismo é onerado por aquilo a que Marx chama os “monstros” da “sobreprodução, da sobrepopulação e do sobreconsumo”. Sozinha, a China pode sem dúvida produzir mercadorias suficientes para alimentar os mercados europeus, americano e africano. Mas o que acontecerá à força de trabalho no resto do mundo? (Jacoby 2014: 35).

A análise da mudança técnica no capitalismo, sobretudo nas últimas décadas, revela bem estas conexões: as inovações resultam, em larga medida, do interesse das empresas em maximizar o lucro e, em última instância, em sobreviver num contexto de concorrência exacerbado, se necessário através da redução dos custos de produção, à cabeça dos quais se encontram os relacionados com a força de trabalho (Chase-Dunn e Grimes 1995). Para que o florescimento da inovação se concretizasse, foi necessária a intervenção do Estado, nomeadamente através das leis da propriedade adequadas aos interesses da burguesia e das empresas, e a disseminação de uma cultura de consumo que valoriza a novidade. O Estado assumiu também um papel decisivo na criação das infraestruturas e do próprio ambiente institucional para promover a inovação e alavancar a produtividade. Não sendo direta a relação entre esta e a tecnologia, as inovações dependem, para fazerem surtir os seus efeitos, da mudança e do bom acolhimento a nível cultural e institucional, sem os quais não é possível levar a cabo as necessárias transformações no campo organizacional.

A mudança técnica não pode ser desligada das mudanças sociais e das estruturas no interior das quais faz sentir os seus efeitos, nem a sua crítica pode ser separada da crítica ao modo como a sociedade se organiza. Sendo parte

fundamental dos processos de trabalho através do qual as forças produtivas e as relações de produção se exprimem (Harvey 1999), as técnicas detêm um lugar relevante na organização laboral e nas disputas entre o capital e o trabalho nos espaços de produção (Burawoy, 1979). Mas não só, as opções técnicas são também parte fundamental das políticas de produção, da organização do trabalho nos espaços laborais e seus efeitos nos trabalhadores. As técnicas estão igualmente presentes em outros campos do quotidiano, influenciando a vida presente e as perspectivas de futuro dos cidadãos.

Sublinhe-se que as técnicas não só não produzem necessariamente efeitos homogeneizantes, como circulam incorporadas nas mercadorias e, como tal, provocam fluxos diferenciados que atingem de forma desigual os países e os indivíduos. Assim, as assimetrias na produção, distribuição e uso das técnicas produzem impacto na produção e consolidação das desigualdades, quer entre países, quer no interior destes. Para bem compreender os seus efeitos, é necessário conhecer os lugares onde as inovações técnicas e os conhecimentos que as forjam ocorrem, bem como analisar os processos de circulação à escala global, com especial atenção para os modos de negociação das inovações com as técnicas pré-existentes nos diferentes contextos geográficos. Até porque, como lembra Castells (1998: 128), ninguém investe em tecnologia por amor à inovação técnica; quer dizer, empresas e Estados não pesquisam a tecnologia pela tecnologia ou procuram o crescimento da produtividade guiados simplesmente pelo sentimento altruísta de melhorar as condições de existência da humanidade.

“Máquinas” de produção da mudança, concorrendo para “a magna aceleração do nosso tempo” (H. Martins 2003: 20), as técnicas podem, como foi discutido em Ribeiro, Silva e Marques (2012: 18), desencadear formas de resistência por parte das populações; por outro lado, suscitam dilemas éticos e políticos que interpelam o modo como cada sociedade encontra resposta para a vida em comum e os riscos e problemas sociais suscitados pelo seu desenvolvimento e utilização. Destes emergem também os relacionados com as desigualdades. Embora o deva considerar, a sua compreensão não pode circunscrever-se ao campo da técnica (e das suas eventuais insuficiências); deve também considerar e dar prioridade analítica ao político, ao Estado e à ação das diferentes classes sociais que compõem uma dada sociedade. Ou seja, a ação do Estado e a correlação de forças entre as diferentes classes sociais no seu interior são cruciais para compreender as notórias diferenças existentes, nomeadamente em termos de desenvolvimento humano e bem-estar social, entre os diversos países que compõem o sistema mundial, em especial entre

aqueles que fazem parte do seu núcleo central e a larga maioria restante que se inscreve nas diversas zonas periféricas.

Se as inovações técnicas permitiram a intensificação do trabalho – tornando-o hoje possível em qualquer lugar, nomeadamente devido à miniaturização, portabilidade e conectividade dos artefactos eletrónicos, como o computador portátil (*vd.* Standing 2011: 210ss) –, elas são também decisivas para a aceleração dos ritmos de vida (Wajcman 2014). Vivendo num “*overheated world*” (Eriksen 2015 e 2016), dilatadamente estimulado pela mudança técnica, até o sono está sob ameaça. Depois da expansão geográfica, através da incorporação de novos espaços geográficos, da estimulação incessante de novas necessidades e consumos induzidos também pelas práticas de obsolescência planeada e da invenção de novas celebrações – concretizadas sob a forma de dias festivos que fazem com que hoje quase não haja semana no calendário que não tenha um que constitua motivo de celebração para algum grupo social, logo motivo de consumo –, a par da antecipação e prolongamento dos tempos de consumo de festas antigas, como o Natal (Ribeiro e Portela 2000), confrontamo-nos agora com o confisco crescente do tempo de sono. A bem dizer, é um tempo não produtivo, de inatividade, de interrupção do trabalho e do consumo, por conseguinte inútil para o capitalismo. Estamos, literalmente, perante a expansão temporal radical do capitalismo (Crary 2013). Neste provocador e estimulante texto, Crary traz ao debate outras consequências do capitalismo, mal conhecidas, mas nem por isso menos ruinosas. É o caso da erosão crescente das diferenças entre o dia e a noite por ação do mercado. Passando a funcionar em regime temporal contínuo, procura com isso aprofundar a compulsão pelo consumo, largamente facilitada pelas inovações tecnocientíficas, nomeadamente no domínio comunicacional. Com esta erosão surgem não só as perturbações físicas nos indivíduos privados de sono, mas também os danos nas práticas de sociabilidade, lazer e mesmo de participação política. Convocando os dados estatísticos, Crary lembra, aliás retomando o já observado por Schor (1991), que cada norte-americano dorme hoje, em média, seis horas e meia, quando a geração anterior dormia oito horas. Incompatível com um capitalismo em funcionamento contínuo (24/7), expressão máxima dos modos destrutivos do crescimento e da acumulação capitalistas, o sono humano adquire, assim, um potencial subversivo que deverá colocá-lo na agenda das lutas emancipatórias e anticapitalistas.

Em contraponto, se a mudança técnica tem sobretudo favorecido o capital, Mason (2015) argumenta que ela pode também servir como arma para se construir um futuro pós-capitalista. Olhando sobretudo para as tecnologias da

informação e os efeitos por elas provocados no trabalho, na produção de valor e na propriedade, o editor económico do canal de televisão inglês Channel 4 argumenta que a inovação técnica tem permitido o aparecimento de moedas e “bancos” alternativos, cooperativas e atividades digitais organizadas segundo princípios da autogestão, abrindo-se assim caminhos, ainda que incertos e precários, a práticas económicas pós-capitalistas.

CAPÍTULO 2.

O DESENVOLVIMENTO COMO CAMPO DE CONFRONTO TEÓRICO

1. O DEBATE REFERENCIAL: ARGUMENTOS, TRAJETOS, CONFRONTOS

Enquanto conceito e campo teórico e político, o desenvolvimento suscita o interesse e a disputa analítica de distintas teorias que são mobilizadas também para o confronto político-social. Por outras palavras, estamos face a um vasto arsenal teórico-conceitual e metodológico com amplas reverberações políticas e sociais. Das teorias liberais às inovações teóricas marxistas, passando pelo keynesianismo, pelas teorias institucionais, pelas de base territorial e pelo marxismo ortodoxo, são muitos os modelos de análise e as perspetivas sobre as melhores formas de superar os problemas económicos e sociais. Se aquilo que se destaca é a diferença, a oposição, o dissenso, há que reconhecer que se podem encontrar complementaridades e possibilidades de diálogo entre as diferentes teorias.

A grande fratura é a que opõe liberais a marxistas (*vd.*, entre outros, Preston 1982). Se para os primeiros o desenvolvimento se alcança por via do crescimento e da modernização, de cuja ação surgirá o progresso, já para os teóricos marxistas fazer equivaler crescimento económico a desenvolvimento exprime uma visão muito empobrecida e mutilada deste. Por isso, entendem que a sua realização plena depende de reformas sociais que possam conduzir a uma sociedade radicalmente diferente, não subordinada ao lucro e à apropriação maioritariamente privada e desigual da riqueza socialmente produzida.

A teoria liberal desenvolveu-se na Grã-Bretanha a partir do século XVIII, tendo como figuras de proa David Ricardo, John Stuart Mill, Thomas Malthus

e, acima de qualquer outro, Adam Smith. Para esta corrente teórica, a principal inquietação passava pela compreensão dos modos de as nações aumentarem a sua riqueza, algo bem presente na obra de A. Smith. Como assinalam Louçã e Caldas (2009: 56), lendo este filósofo e economista escocês, importava definir a riqueza, compreender as diferenças existentes entre as nações e identificar os modos como uma nação pode enriquecer. No prefácio, publicado na edição portuguesa, à edição em língua inglesa de *Liberdade para escolher*, Friedman e Friedman (1980: 23) sublinham a importância destes intelectuais ingleses para o desenvolvimento do pensamento liberal, nomeadamente no domínio económico. Ao debruçarem-se sobre a obra seminal de A. Smith, abreviadamente conhecida por *A riqueza das nações*, Friedman e Friedman escrevem que nela se

analisa a maneira como um sistema de mercado pode combinar a liberdade dos indivíduos que têm determinados objectivos com a colaboração extensiva e cooperação necessária ao campo económico para produzir a nossa alimentação, vestuário e habitação. A opinião de Adam Smith é que, numa troca, ambas as partes podem beneficiar e que, desde que a *cooperação seja estritamente voluntária*, a troca só se verificará quando as duas partes beneficiarem. [...] É por isso que, tal como Adam Smith diz, um indivíduo que “só pretende o seu próprio lucro é levado por uma mão invisível a defender um fim que não fazia parte da sua intenção. Procurando defender o seu próprio interesse, ele promove, frequentemente com maior eficácia, os interesses da sociedade” (Friedman e Friedman 1980: 29-30).

Defensor intransigente do mercado livre, A. Smith acreditava que a iniciativa privada e os atores económicos deveriam agir livremente, de modo a que o mercado tendesse sempre para uma situação de máxima eficiência. O filósofo e economista escocês introduz um dos conceitos que permanece como um dos princípios basilares do liberalismo – a “mão invisível”, acima referida por Friedman e Friedman, no seu entender responsável por transformar o interesse e a ação egoístas dos indivíduos em benefício da sociedade:

Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles [A. Smith 1999b (1776): 95].

Este egoísmo estava, porém, solidamente estribado em valores éticos e morais. No entender de Louçã e Caldas (2009: 57-58), a liberdade de cada um na utilização do egoísmo deveria subordinar-se às “leis da justiça”, sendo dever do Estado defender os cidadãos contra as injustiças, aliás demoradamente analisadas na obra *Teoria dos sentimentos morais*, publicada originalmente em 1759. Ou seja, esta subordinação da economia a princípios não económicos está solidamente presente na obra do filósofo escocês, como assinala também Viveret (2006: 174). Apesar de considerar que os seres humanos têm uma tendência natural para procurarem os seus interesses, A. Smith [1999a (1759)] procura fundamentar a formação de valores morais com base na simpatia, por ele considerada como um sentimento instintivo, natural. Reconhecendo a necessidade imperiosa da existência da sociedade para os seres humanos, a simpatia desempenha um papel-chave na construção do bem comum através da imaginação da situação do outro, sobretudo quando se encontra em situação difícil, facilitando a formação de uma moral na qual cada indivíduo não deseja o mal e a infelicidade aos outros. Estando longe de ser um revolucionário, A. Smith coloca-se, assim, manifestamente em oposição às prerrogativas dos privilegiados, nomeadamente daqueles que tiravam partido das atividades monopolistas, podendo assim ser visto como um simpatizante de reformas sociais, obviamente em rutura com as leituras reacionárias posteriores da sua obra, como é patente em Friedman e Friedman (1980). A bem dizer, são abordagens muito empobrecidas do pensamento de A. Smith, sobrevalorizando as condutas “egoístas” dos atores sociais – fundadas naquilo que se pode designar como um senso comum económico e, logo, social e político, que prescrevem o mercado como o regime natural de organização da economia e o pretense egoísmo da ação individual como fazendo parte da nossa herança genética – em detrimento de princípios morais que devem orientar o comportamento humano. Algo aliás oportunamente assinalado por Sen (1999), ao denunciar a desvalorização, a seu ver inaceitável, destes princípios na ação humana, incluindo económica, retomando um argumento já demoradamente exposto por outros autores, com óbvio destaque para Polanyi [1983 (1944)].

Guiado por uma visão otimista, não considerando que, ao contrário de Malthus, o crescimento populacional pudesse ser um constrangimento (M. C. Silva e A. Cardoso 2005: 27), nem, tão-pouco, os de ordem ambiental, para A. Smith o progresso económico não tem limites, assentando na divisão social do trabalho, por ele considerado a chave para o crescimento económico e o aumento da riqueza das nações:

O maior acréscimo dos poderes produtivos do trabalho e grande parte da perícia, destreza e bom senso com que ele é em qualquer parte dirigido, ou aplicado, parecem ter sido os efeitos da divisão do trabalho. [...] O grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar, deve-se a três circunstâncias: primeira, o aumento da destreza de cada um dos trabalhadores; segunda, a possibilidade de poupar o tempo que habitualmente se perdia ao passar de uma tarefa a outra; e, finalmente, a invenção de um grande número de máquinas que facilitam e reduzem o trabalho, e tornam um só homem capaz de realizar o trabalho de muitos [A. Smith 1999b (1776): 77 e 83].

Antecipando o potencial da divisão social do trabalho, através da especialização da força de trabalho em atividades e profissões específicas, a par da inovação técnica que sustenta o aumento da produtividade, A. Smith entende que a especialização, desde que exercida num contexto de livre mercado, contribui para o aumento da riqueza. Esta disseminar-se-á através da troca por todos os trabalhadores, sem distinção:

É a grande multiplicação das produções de todas as artes, consequência da divisão do trabalho, que origina, numa sociedade bem administrada, a opulência generalizada que se estende às camadas mais inferiores da população. Cada trabalhador dispõe de uma quantidade de trabalho próprio muito superior àquela que pode utilizar; e, uma vez que todos os outros trabalhadores estão exactamente na mesma situação, é-lhe possível trocar uma grande quantidade dos seus próprios produtos por uma grande quantidade, ou, o que vem dar no mesmo, pelo preço de uma grande quantidade dos deles. Fornece-lhes em abundância aquilo de que necessitam e eles fornecem-lhes, com igual profusão, tudo o que ele pretende, difundindo-se a abundância pelas diferentes camadas sociais [A. Smith 1999b (1776): 89)].

É, pois, pela troca que a riqueza se dissemina, argumenta Smith, permitindo a cada um a ela aceder. Falar em troca convoca à discussão o comércio. Sobre a sua importância, A. Smith não tem dúvidas. Desejando-o livre, considera que “todas as cidades e países, à medida que foram abrindo os seus portos às outras nações, em vez de se arruinarem com esse comércio livre, como os princípios do sistema comercial nos levariam a esperar, tornaram-se mais ricos” [A. Smith 1999b (1776): 821)].

Inspirando certamente o pensamento de David Ricardo, A. Smith opõe-se às teses mercantilistas que olhavam para a riqueza a partir de uma base

estritamente monetária construída a partir de excedentes da balança comercial e, em especial, ao mercantilismo francês de Jean-Baptiste Colbert, orientado para uma política de substituição de importações por via do desenvolvimento da produção manufatureira nacional (Louçã e Caldas 2009: 54-55). Daí a sua defesa do livre comércio, cujas vantagens são explicadas assim: “se um país estrangeiro nos pode fornecer uma mercadoria mais barata do que se fosse feita por nós, é melhor comprá-la a esse país com parte da produção da nossa própria indústria, que assim é utilizada de maneira a obter alguma vantagem” [A. Smith 1999b (1776): 759]. No tomo II, A. Smith prossegue com a interpeção crítica à visão mercantilista, sublinhando que:

O consumo é o único fim e propósito de toda a produção; e o interesse do produtor só deveria ser atendido na medida em que possa ser necessário para se promover o interesse do consumidor. Isto é tão evidente que seria absurdo prová-lo. Mas, no sistema mercantil, o interesse do consumidor é quase sempre sacrificado ao do produtor e este sistema parece considerar a produção, e não o consumo, como o fim e o objectivo últimos de toda a indústria e comércio. Nas restrições que se verificam em relação à importação de todas as mercadorias estrangeiras que possam competir com as da própria produção ou manufactura, o interesse do consumidor interno é, obviamente, sacrificado ao do produtor [A. Smith 1999c (1776): 245-246].

Esta perspectiva sobre o papel do comércio na economia foi desenvolvida posteriormente por David Ricardo. Autor de diversas obras, nomeadamente da importante *Princípios da economia política e tributação*, este economista inglês desenvolveu a teoria das vantagens comparativas. Na trilha de A. Smith, e conquanto entenda que os recursos são limitados, defende que não é a quantidade de dinheiro que determina a riqueza de um país mas sim a abundância de bens que contribuem para um quotidiano confortável e o bem-estar dos indivíduos. O livre comércio internacional é, na conceção ricardiana, o elemento-chave para permitir aos países enriquecer. Suportado por um raciocínio simples e aparentemente “à prova de bala”, posteriormente contestado fortemente pelos teóricos marxistas e das teorias da dependência, Ricardo volta a estar na ordem do dia, trazido pela mão da hegemonia neoliberal:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e

propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra [Ricardo 1996 (1817): 97].

Como exemplo ilustrativo da sua teoria das vantagens comparativas, Ricardo apresenta o comércio do vinho e dos têxteis entre Portugal e Inglaterra, regulado pelo tratado de Methuen:

A Inglaterra exportava tecidos em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva; teria mais tecidos e vinho do que se os produzisse para si mesma; Portugal importava tecidos e exportava vinho porque a indústria portuguesa poderia ser mais benéficamente utilizada para ambos os países na produção de vinho [Ricardo 1996 (1817): 101].

Voltemos a Smith e à questão do trabalho. Evacuando da sua análise estruturas econômicas e políticas, constrangimentos ambientais, dinâmicas coletivas, classes sociais e poder, para A. Smith a sociedade funciona e compreende-se sobretudo pela vontade e ação dos indivíduos¹, sendo estas as determinantes para o aparecimento e o estabelecimento da divisão do trabalho, que no seu entender radica nas tribos de caça e pastoreio:

Tal como é por acordo, por tratado, ou por compra que obtemos uns dos outros a maior parte do que necessitamos, é essa mesma disposição para o intercâmbio que originariamente leva à divisão do trabalho. Numa tribo de caçadores ou de pastores, uma determinada pessoa faz, por exemplo, arcos e flechas com maior prontidão e destreza do que qualquer outra. Troca-os frequentemente com os companheiros, por gado ou caça, e acaba por descobrir que, desta forma, pode obter mais gado e caça do que se for ele mesmo para os campos apanhá-los. Assim, tem de ter em consideração o seu próprio interesse, o fabrico de arcos e flechas passa a constituir

1 Muito mais tarde, repegando de modo mutilado e panfletário o pensamento de A. Smith, Margaret Thatcher afirmou que “essa coisa” de sociedade não existe, o que há e sempre haverá são indivíduos (Thatcher 1995).

a sua actividade principal, e ele torna-se numa espécie de armeiro [...]. E, assim, a certeza de poder trocar o excedente daquilo que produz com o seu próprio trabalho e que vai além do seu próprio consumo, por aquelas coisas, de que ele necessita, produzidas pelo trabalho de outros homens, leva cada homem a aplicar-se a uma determinada actividade e a cultivar e aperfeiçoar aquele talento ou génio que lhe seja dado possuir para esta actividade particular [A. Smith 1999b (1776): 96)]².

Não se produzindo riqueza sem trabalho, em A. Smith este assume um papel fundamental na reprodução social dos indivíduos, não podendo o seu valor descer abaixo de um determinado limiar, o necessário para manter a pessoa e a sua família:

Um homem tem de viver do seu trabalho, e o salário que recebe tem, pelo menos, de ser suficiente para o manter. Tem mesmo, na maior parte dos casos, de ir um pouco além disso, de outro modo ser-lhe-ia impossível manter uma família, e a raça de tais trabalhadores não perduraria para além da primeira geração [A. Smith 1999b (1776): 180].

Conquanto não retire daqui qualquer consequência acerca dos eventuais efeitos negativos do funcionamento do mercado de trabalho em regime de não regulação estatal para as condições de vida dos trabalhadores, questão com a qual se ocuparia demoradamente Marx, Smith não deixa de considerar que:

Quando, em qualquer país, a procura daqueles que vivem dos salários, trabalhadores, jornaleiros, servidores de qualquer espécie, está em constante aumento, [...] os trabalhadores não terão oportunidade de se coligar para fazerem subir os salários [A. Smith 1999b (1776): 180].

Este lado sombrio do funcionamento de uma economia baseada no mercado livre e concorrencial confronta-nos com os problemas suscitados pela distribuição da riqueza, assunto que mereceu o interesse de outro dos fundadores da economia política clássica, John Stuart Mill. Na sua obra *Princípios da economia política* [1951 (1848)], o filósofo e economista inglês argumenta

2 A. Smith tinha um conhecimento superficial e quase idílico das sociedades tradicionais; daí que o seu argumento tenha de ser colocado no tempo em que foi elaborado. Porém, o que (aparentemente) surpreende é a sua persistência; retomado hoje por muitos outros, o seu pensamento passou assim a constituir-se como um elemento fundamental e estruturante do regime de verdade neoliberal.

que a distribuição da riqueza depende da sociedade, em concreto, das leis e costumes engendrados em cada espaço e tempo histórico, desempenhando as elites um papel relevante da maior importância, posição que o afasta das visões meritocráticas defendidas pelo pensamento liberal.

Confrontado com as contradições decorrentes da consolidação do capitalismo, seus efeitos destrutivos, atingindo com especial violência as classes trabalhadoras, a reação destas organizadas em partidos políticos e sindicatos e, por fim mas não menos importante, a concorrência de outras teorias económicas, o liberalismo não teve vida fácil ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras duas décadas do século XX. Mas foi a crise de 1929 e a subsequente Grande Depressão que acabaram por desacreditar o liberalismo, para só recuperar a hegemonia meio século mais tarde.

O contraponto à teoria liberal irá ser feito por diversas correntes, com destaque para a marxista. Enquanto esta coloca como fator fundamental a liquidação do capitalismo, as correntes keynesiana, institucional e territorialista assumem uma abordagem que não implica a rutura, antes uma intervenção do Estado tendo em vista regulá-lo, expurgando os seus efeitos sociais mais negativos.

A corrente marxista, crítica severa da economia política clássica, entende que as mudanças progressistas se farão sobretudo por via revolucionária. Os problemas económicos devem ser analisados considerando os contextos históricos e políticos. No campo do desenvolvimento, face à dependência financeira e tecnocientífica a que os países periféricos estão sujeitos, só um programa diversificado promovido pelo Estado, incluindo a área da acumulação de capacidades científicas e tecnológicas, permitirá reunir as condições para a rutura com a dependência. Nenhuma das vias, a reformista ou a revolucionária, é descartada, dependendo sempre das condições políticas e sociais existentes e da correlação de forças entre a burguesia e as classes trabalhadoras.

Apesar das deformações, erros e fracasso, este medido pelo seu desaparecimento, a referência histórica para as propostas desenvolvimentistas do marxismo mais vinculado à Terceira Internacional foi a URSS, não apenas enquanto contexto de aplicação mas também como farol dos povos feito presente, ainda que em fase de construção, quer dizer, farol das grandes esperanças que se concretizariam sob a forma de revoluções triunfantes (Arantes 2014). Na configuração das opções económicas para a economia soviética, os textos do primeiro líder bolchevique constituem uma referência obrigatória. Nas famosas *Teses de abril*, Lenine [1997 (1917)] expõe a sua visão para a futura economia de uma Rússia socialista. Entre as principais medidas propunha: (i) nacionalização total do sistema financeiro, com a fusão de todos os bancos num único banco

controlado pelo Estado, de forma a doravante o capital se subordinar aos interesses do povo; (ii) controlo popular da produção e distribuição de bens, através dos sovietes de operários; (iii) nacionalização de toda a propriedade fundiária, colocada debaixo do controlo dos sovietes de camponeses e não de burocratas, cabendo ao Estado legislar no que se prende com aspetos como a proteção da floresta e o melhoramento do solo. Tratava-se, pois, da socialização dos meios de produção, exigindo o desapossamento da burguesia financeira e rural, tendo em vista realizar um vasto programa de desenvolvimento económico para superar o enorme e histórico atraso da Rússia face aos países capitalistas mais avançados da Europa; neste programa a produção deixa de ter como objetivo a extração de mais-valias, passando a orientar-se para a satisfação das necessidades materiais dos cidadãos. Como sublinhavam as palavras iniciais de uma canção popular desse tempo, dando expressão concreta ao desafio que o poder revolucionário tinha em mãos, “nascemos para fazer de um conto de fadas uma realidade” (*apud* Klímov 1977: 18). Tal implicava construir o socialismo com o recurso às técnicas e à ciência moderna, como defendeu Lenine (1963) no seu texto “O infantilismo esquerdista e a mentalidade pequeno-burguesa”. Em boa medida, os teóricos e dirigentes socialistas não deixavam de ter uma certa admiração pelo carácter transformador do capitalismo, em termos técnicos e de mudança profunda das relações de produção e, conseqüentemente, de todas as relações sociais, questão sobre a qual Marx e Engels já haviam recorrido:

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços dos seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros [Marx e Engels 1968 (1848): 27].

Vencida a contrarrevolução e a guerra, movida pelas forças da velha ordem aristocrática e burguesa, apoiadas pelas principais potências imperialistas, a economia soviética iniciaria, a partir de 1920, um processo de modernização, interrompido pela Segunda Guerra Mundial, no final da qual a URSS se encontrou de novo numa situação terrível. Tendo contribuído decisivamente para a sua derrota, esta guerra cobrou à URSS um número de vítimas e de destruição sem paralelo com qualquer outro país vencedor³.

3 Para um total superior a 72 milhões de mortos, considerando militares e civis, a URSS perdeu mais de 25 milhões de pessoas (11,4 milhões de civis), enquanto os EUA, o RU e a França perderam,

Praticamente autárquica, implacável e impondo severos sacrifícios aos seus cidadãos, a industrialização avançou, antes e após a Segunda Guerra Mundial, a um ritmo sem precedentes (Huberman e Sweezy 1968). Os resultados obtidos geraram expectativas tão promissoras que se fizeram projeções sobre o ano em que a URSS ultrapassaria os EUA. Na década de 1960, escreve Davis, “com seus *sputniks* triunfantes e mísseis balísticos intercontinentais, a União Soviética ainda era um modelo plausível de industrialização velocíssima pela indústria pesada e pelos planos quinquenais” (2006: 199). Estimulada por este desempenho económico, a URSS acabaria por se envolver numa disputa com os EUA, marcadamente desigual, considerando os recursos disponíveis, as condições de partida e o trajeto histórico de ambos os países.

Se no período crítico dos primeiros anos da revolução, e mesmo posteriormente da guerra contra o nazismo, o que importava era garantir a sobrevivência do Estado soviético, toda a história do desenvolvimento no bloco socialista é marcada por um desprezo pelos seus efeitos ambientais, podendo-se assim considerar que também aqui a natureza era vista como um simples recurso a explorar e cujos eventuais efeitos negativos poderiam ser superados pela tecnologia. Os resultados não deixaram de replicar o que aconteceu um pouco por todo o Ocidente capitalista, ainda que marcados por acontecimentos desastrosos como foi o acidente nuclear de Chernobyl em abril de 1986. Ou soluções tecnológicas extremamente poluentes, cuja expressão maior foi o Trabant (Fotografia 1). Hoje um ícone da *ostnostalgie*, foi um automóvel produzido na RDA entre 1957 e 1991; construído em duroplast, uma resina plástica reforçada com fibras, na época de muito difícil reciclagem, era propulsionado por um motor a dois tempos, com emissões tóxicas muito elevadas (Bahro 1979, Rubin 2009 e www.autosoviet.altervista.org/ENGLISH-automotorusse9-I%28Trabant%29.htm).

Fazendo a crítica, Taibo argumenta que,

com o poder soviético materialmente anulado em proveito duma maquinaria hierárquica e autoritária que teimava em identificar o socialismo com o desenvolvimento

cada um, cerca de meio milhão de pessoas. Com a exceção da França, as vítimas foram sobretudo militares. A dimensão humana do custo da guerra para os soviéticos foi mesmo largamente superior à da Alemanha. Apesar de ter feito a guerra em quase todas as frentes e de ter acabado devastada pelos exércitos aliados, o total de mortos ascendeu a 5,5 milhões. Mesmo se medido em termos relativos, o balanço é desfavorável à URSS: na Alemanha o total de mortos representou 10,77% da população total, ao passo que na URSS ascendeu a 13,71% (https://pt.wikipedia.org/wiki/Mortos_na_Segunda_Guerra_Mundial).



Fotografia 1. O automóvel Trabant, modelo P601

Fonte: <http://carinpicture.com/2012/09/trabant-601-1963-1989/trabant-601-1963-1989-photo-03/>

das forças produtivas, verificado além disso num só país, era difícil que os fatos discorressem por um caminho diferente. Hoje sabemos, aliás, que um eventual triunfo dos sistemas do socialismo irreal nos teria situado, noutras palavras, perante problemas similares aos que neste momento, e no âmbito ecológico, devemos enfrentar (Taibo 2010: 47-48).

Para os teóricos marxistas, o desenvolvimento tem de ser feito também em rutura com as lógicas imperialistas que submetem a periferia aos países centrais, inicialmente através da integração de áreas não capitalistas no capitalismo, em proveito das principais potências capitalistas. Conceito fundamental da teoria marxista, o termo “imperialismo” tem a sua origem na literatura económica, reportando-se aos impérios coloniais britânico, francês e de outros Estados europeus. O conceito original foi transformado pela teoria marxista, em especial pelo contributo determinante de Lenine (Palloix 1972a: 62). Em *O imperialismo: estádio supremo do capitalismo* [1974 (1916)], o líder bolchevique recusa o conceito vulgar, até aí dominante, do imperialismo

como expressão do jugo imperial exercido pelas potências europeias sobre territórios coloniais. Considerando uma realidade muito complexa e ampla, Lenine argumenta que o imperialismo é uma fase específica do capitalismo, exatamente a sua fase suprema. Para o líder bolchevique são cinco os elementos fundamentais constitutivos do imperialismo: (i) concentração da produção e do capital, permitindo ao monopólio desempenhar um papel fundamental no campo económico; (ii) fusão do capital financeiro com o capital industrial, com o predomínio do primeiro, conduzindo à formação de uma oligarquia financeira; (iii) primazia da exportação de capital em prejuízo da exportação de mercadorias; (iv) repartição do mundo por parte de grupos monopolistas internacionais; (v) concorrência entre as principais potências capitalistas. Ou seja, o imperialismo está indissolvelmente conectado ao modo de produção capitalista, devendo ser compreendido num “duplo contexto: o da extensão do modo de produção capitalista a um espaço mundial e o da evolução deste modo do estágio de concorrência para o estágio monopolista” (Palloix 1972a: 63). Daí que o imperialismo não seja somente fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista; é também necessário para garantir a reprodução das relações capitalistas de produção. Concretizado por ação do desenvolvimento assimétrico das forças produtivas, exprime também uma acumulação muito desigual de capital (Palloix 1972a: 64-65). Quando as condições necessárias à acumulação capitalista são ameaçadas, os países imperialistas agem, se necessário através da guerra, mobilizando argumentos como a defesa da “democracia” ou da “liberdade”, lembrou Palloix 1972b: 16) há já mais de quatro décadas. Hoje, estas intervenções, que tiveram nas guerras contra a Jugoslávia e o Iraque expressões fortes, podem aparecer suportadas pelo conceito mais recente de “imperialismo dos direitos humanos” (Hobsbawm 2008: 16-17).

Um dos aspetos mais relevantes para a presente discussão é o financeiro: na transição do século XIX para o século XX terá ocorrido, defende Lenine, uma alteração estrutural do capitalismo, com a fase concorrencial a dar lugar à fase monopolista. Doravante, o capital financeiro seria dominante, ficando o produtivo na sua dependência. Seguindo de perto os argumentos de Braudel [1992 (1979)], Arrighi argumenta que

o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenómeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna (Arrighi 1996: IX).

Quer isto dizer que para Arrighi o capitalismo tem conhecido, ora fases de predomínio do capital produtivo, ora fases de predomínio do capital financeiro, como a que atualmente prevalece. Também discordando de Lenine, Löwy (2014: 20) vai mais longe na crítica, ao considerar que o imperialismo não é a etapa final do capitalismo, mas uma política que este impõe quando não é possível aplicar meios menos violentos, isto é, os relacionados com o comércio livre. Conquanto os argumentos sejam interessantes por sublinharem a flexibilidade do capitalismo e por o seu trajeto permitir conferir-lhes alguma pertinência, haverá também que considerar que, mesmo nas fases mais “produtivas”, a força da finança é extrema.

Já o keynesianismo – cujo trabalho do seu fundador, o economista inglês John Maynard Keynes, é inseparável da Grande Depressão – é provavelmente a teoria económica que maior êxito teve enquanto alternativa ao liberalismo, alcançando uma posição hegemónica nos países capitalistas no período entre 1945 e meados da década de 1970. Defendia também a intervenção do Estado na economia, mas sem visar, de modo algum, a construção do socialismo:

Ao declarar que a era em que vivia representava o “fim do *laissez-faire*”, Keynes não pretendia que tal desfecho significasse o fim da iniciativa individual ou do espírito e alma que anima a economia de mercado, dominada por uma *bourgeoisie* bem-educada e cultivada à qual John Maynard Keynes declarou pertencer e na qual confessou sentir-se bem (J. L. Cardoso 2010: 183).

Para Keynes tratava-se somente de regular o funcionamento da economia, condicionando o *laissez-faire*, e limitar os efeitos dos diferentes ciclos económicos, em especial das crises de superprodução e conseqüente depressão severa que caracterizam o funcionamento do capitalismo. Como assinalam Louçã e Caldas, “o papel do estado tinha de ser reforçado e o *laissez-faire* sacrificado exactamente para salvar o capitalismo do colapso, não para o liquidar” (2009: 69). Em *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, a sua obra mais importante e matriz fundadora do keynesianismo, publicada pela primeira vez em 1936, o economista nega o princípio do pleno emprego como elemento constitutivo do funcionamento normal da economia capitalista. Para o garantir, e não colocando em causa a posse privada de meios de produção e o comércio livre, Keynes defendia uma forte intervenção do Estado na economia, nomeadamente a nível fiscal e de investimento público. Tal permitia contribuir para o crescimento da procura e a promoção do emprego, algo que entendia ser especialmente relevante em situações de depressão económica, durante a

qual os mercados se revelavam insuficientes para a debelar. Nestas situações, sustentava que o desemprego podia perdurar indefinidamente se os governos não fizessem gastos para estimular a economia e o crescimento:

Quando o mundo mergulhou na Grande Depressão, os adeptos do mercado livre disseram: “Não se preocupem. Os mercados autorregulam-se e, com o tempo, a prosperidade económica voltará.” [...] Keynes argumentou que os mercados não se autocorrigiam, pelo menos dentro de um prazo razoável. [...] Keynes foi ridicularizado, acusado de socialista, de crítico do mercado. Mas, de certo modo, ele era bastante conservador. Fundamentalmente, acreditava nos mercados. Se o estado conseguisse corrigir esta deficiência, a economia funcionaria com uma eficiência razoável. Ele não pretendia a substituição total do sistema de mercado, mas sabia que, se esses problemas fundamentais não fossem resolvidos, haveria enormes pressões populares. [...] Em suma, o sistema capitalista, nos anos 30, foi salvo por Keynes, que concebeu políticas destinadas a criar emprego e a salvar os mais afectados do colapso mundial (Stiglitz 2002: 300).

O keynesianismo foi, pois, uma solução para a crise do capitalismo que teve expressão maior na Grande Depressão dos anos trinta do século passado. Ou, seguindo o pensamento de Keynes em *A teoria geral*, uma resposta à “desgraça” em que a economia ortodoxa se encontrava e “sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” [1996 (1936): 27 e 341]. E que permitiu a preservação e legitimação do capitalismo, defendendo-o dos efeitos negativos decorrentes da sua instabilidade e das crises cíclicas dela decorrentes.

Passando à corrente institucional – para a qual Seers (1969), Myrdal [1970 e 1974 (1957)] e Schiavo-Campo e Singer (1970) deram contributos muito relevantes –, o facto de o ser humano ser um indivíduo social não pode ser entendido como irrelevante. Ao contrário do liberalismo, que o vê a partir de uma ótica individual, guiado por uma lógica racional orientada para o interesse estritamente pessoal, medindo sempre em termos de custo-benefício quantificável, os institucionalistas defendem que os valores e os próprios contextos sociais em que cada um atua devem ser também considerados. Nesta medida, os trabalhos de Veblen [*vd.*, nomeadamente, 1970 (1899) e 2005 (1904)] deram um contributo decisivo à corrente institucionalista, ao mostrar que as escolhas económicas são também guiadas por razões não estritamente económicas, como é o caso do consumo. Algo que viria a ser retomado mais tarde por Polanyi [1983 (1944): 75], ao lembrar que os seres humanos não agem

fundamentalmente orientados para a posse de bens materiais, mas antes para a defesa da sua posição e dos seus direitos, isto é, das suas vantagens sociais.

Escrutinando as origens do institucionalismo, com o fim da Primeira Guerra Mundial regressou o otimismo, ancorado no crescimento económico e na melhoria das condições de vida. Como lembram Louçã e Caldas, “a economia liberal, em que o estado se eximia de intervir activamente, parecia estar a triunfar, originando a prosperidade prometida” (2009: 66). Porém, como é sabido, tudo acabou na maior tragédia económica que o mundo enfrentou no século XX, a Grande Depressão, tão grave que ameaçou o próprio capitalismo. Respondida com soluções keynesianas, o debate foi posteriormente enriquecido com o contributo de outros economistas, com destaque para Seers (1969) e Myrdal [1974 (1957) e 1970]. Opondo-se simultaneamente aos liberais e aos marxistas, estes autores entendem que qualquer crise da economia capitalista será mais eficientemente debelada através da intervenção ativa do Estado. Seguindo M. C. Silva e A. Cardoso (2005: 38-39), os trabalhos destes autores deram origem à economia institucional, uma “economia sociologizada” cujos princípios fundamentais são os seguintes: (i) oposição às teorias clássicas, nomeadamente no que se prende com o equilíbrio estável do mercado autor-regulado, entendendo que assentam em princípios teleológicos; (ii) orientação para uma análise e compreensão da economia, suas bases e modos de funcionamento, com o recurso aos contributos de outras ciências sociais, como a sociologia e a antropologia, nos mais diversos campos (institucional, global, local); (iii) elaboração de modelos de desenvolvimento com o recurso a dados empíricos sólidos; (iv) papel relevante do Estado na regulação e intervenção na economia. Ou seja, na perspetiva institucional, o Estado deve intervir no campo económico (Aglietta 2001), nomeadamente em áreas como a ciência e a tecnologia, as infraestruturas e a educação e formação.

Estamos assim face a uma agenda política de carácter reformista orientada para a defesa e a promoção do bem comum. Adquirindo uma renovada importância e atenção por efeito da última crise capitalista, a abordagem institucionalista da economia procura identificar e compreender as formas de organização das sociedades, tendo em vista a sua reprodução. Para isso é crucial definir e compreender os modos de mobilização da economia para a produção de bens e serviços necessários à nossa sobrevivência, considerando sempre as instituições e a sociedade, incluindo os seus valores morais:

As instituições contam, portanto. Esta expressão, cara a todos os institucionalistas, pretende significar que o modo como um país ou região se estrutura e posiciona

num contexto mais amplo – o seu desempenho competitivo – não é apenas resultado dos recursos ou da tecnologia de que dispõe ou da sua dimensão. Está também relacionada com os valores, as lógicas sociais e políticas, as culturas cívicas e organizacionais, as instituições que lhe dão especificidade, espessura e sentido colectivo (Reis 2007: 8).

Os institucionalistas procuram escrutinar e encontrar soluções para as assimetrias persistentes que caracterizam o sistema capitalista a nível global. No seu entender, o sistema não tem qualquer tendência para o equilíbrio, uma vez que a posse pelos países mais desenvolvidos de certas vantagens acumuladas, nomeadamente em termos de infraestruturas, ciência, tecnologia e formação dos trabalhadores, produz uma tendência ascendente por contraponto a uma tendência oposta à qual os países periféricos estão atados. Esta incapacidade para gerar a “mudança cumulativa”, nas palavras de Myrdal (*apud* M. C. Silva e A. Cardoso 2005: 39), torna ainda mais central o papel do Estado na quebra destas tendências. Ou seja, a melhor forma de reduzir o *décalage* entre os países ricos e os países pobres passa por uma forte presença do Estado na economia, atuando não apenas como regulador mas também como ator direto, através de investimentos e controlo de sectores e empresas estratégicas para alavancar o desenvolvimento e recuperar o atraso face aos mais ricos [Myrdal 1974 (1957)].

Ainda que não rejeitando a abordagem institucionalista, muito pelo contrário, outros autores, como A. S. Lopes (1980 e 1986) e J. Reis (1994), propõem soluções fundadas no território e na valorização das capacidades dos atores (*vd.* também Long 2001), a partir da exploração dos seus recursos e capacidades, tendo como objetivo a promoção de um desenvolvimento local e regional sustentável reforçando a autonomia das regiões e países. Não estando em causa o reconhecimento, por parte destes autores, da importância do condicionamento exercido pelas dinâmicas globais, as estratégias de base local serão mais facilmente exequíveis e bem-sucedidas sempre que os territórios, regiões ou países possuam dimensão demográfica e económica, capacidade técnica e determinação política para defender uma agenda deste teor no exterior, nomeadamente junto dos outros Estados-membros, como acontece com os países que fazem parte da UE. A defesa e aplicação sistemáticas de uma agenda deste tipo permitirá incrementar a autonomia e o reforço dos poderes locais, de modo a definir e a concretizar soluções alternativas de desenvolvimento.

Não se colocando em causa o mérito, mormente ao valorizarem a capacidade de agência dos Estados nacionais e dos territórios locais e regionais, a eficiência destas propostas estão severamente limitadas pelas dinâmicas de integração

dependente que se acentuaram nas últimas décadas, pelo que, defendem M. C. Silva e A. Cardoso, “uma perspectiva do desenvolvimento local desligada do contexto global é hoje não só impensável como ilusória” (2005: 57), argumento aliás reafirmado bem recentemente por F. O. Baptista:

A actual e crescente mundialização da economia tem debilitado a autonomia e a capacidade de decisão a nível nacional ou, mesmo, de grandes grupos de países. As economias nacionais correspondem agora ao conjunto de pessoas e actividades que coexistem num determinado espaço, mas cujas dinâmicas dependem mais do modo como se relacionam com o exterior do que com decisões ou da regulação do estado de cada país (Baptista 2013: 119).

No entanto, tal não implica recusar a existência de uma relativa autonomia a nível local e sobretudo nacional, principalmente quando um Estado possui dimensão demográfica, recursos naturais e uma economia já equipada com algumas bases robustas para lhe permitir que possa agir com sucesso. É, assim, relevante a capacidade de iniciativa e de ação dos governos locais e nacionais na defesa dos interesses dos seus territórios e populações, até porque, face aos mesmos constrangimentos, as respostas e soluções políticas podem variar (M. C. Silva e A. Cardoso 2005: 58). Mas não só: a dimensão e a ação locais são cruciais para a implementação de algumas das propostas pós-desenvolvimentistas ancoradas no decrescimento, nomeadamente as relacionadas com a realocização da produção (Latouche 2005 e 2009a).

2. DA MODERNIZAÇÃO AO NEOLIBERALISMO: O DESENVOLVIMENTO ASSENTE NO MERCADO

Estando hoje globalizada como conceito e narrativa de progresso, a modernização é uma ideia ocidental. Como foi já explicitado em Ribeiro (2002: 246-247), a sua origem está ligada às grandes transformações económicas e industriais iniciadas na Europa a partir dos finais do século XVIII. Sendo as mudanças imensas no plano económico, mobilizando a utilização intensiva de capital, de tecnologia e de trabalho, a modernização transformou também radicalmente os modos de vida e as práticas políticas, sociais e culturais. Se até meados do século XX implicou a expansão do sector secundário, por via do crescimento industrial, hoje as mudanças traduzem-se nos países do capitalismo avançado, como os EUA e os Estados-nação da UE, por uma desindustrialização em paralelo com o crescimento do comércio, dos serviços e das actividades ligadas

à produção e utilização de informação. Podendo também caracterizar, por exemplo, o desenvolvimento de um determinado Estado, região ou até empresa, tendo em vista o incremento da produção de bens e serviços e a construção de infraestruturas de produção, de habitação, de comunicações, de saúde, entre outras, a modernização é sustentada pela visão evolucionista da história e das sociedades. À semelhança do que acontece com a visão vulgar do desenvolvimento, com o qual faz par, a modernização é frequentemente entendida como uma expressão da superioridade da economia e da cultura ocidentais (Bastide 1979). Trata-se de um preconceito explícito, expressão forte de uma leitura do mundo eurocêntrica dos teóricos da modernização que entendem que a “Grande Europa” (incluindo a América do Norte e a Australásia) “mostra o caminho” (Van der Linden 2008: 8).

Daqui decorre que as teses da modernização sejam construídas, como referem M. C. Silva e A. Cardoso (2005: 37), com base numa série de dicotomias – tradicional/moderno; bárbaro/civilizado; primitivo/evoluído –, tendo em Talcott Parsons, na sociologia, uma das suas principais figuras. Parsons [1988 (1951)] exerceu uma forte influência teórica e política, nomeadamente através dos conceitos de sistema, de equilíbrio homeostático e de variáveis-padrão a nível cultural que, no seu entender, constituem as relações sociais responsáveis pela definição e construção de qualquer sistema cultural. Valorizando a estabilidade das sociedades capitalistas modernas, propôs que as tradicionais se guiassem pelo modelo positivo da sociedade moderna, que tinha na norte-americana a sua principal referência. Em Parsons, em linha com as dicotomias acima referidas, está presente uma forte dualização, que se exprime, no que se refere à análise comparativa das sociedades, através de variáveis-padrão que opõem, por exemplo, particularismo a universalismo.

A teoria da modernização surgiu nos anos 1950 como produto de um contexto histórico marcado pela descolonização – que conduziu à desintegração dos impérios coloniais e, por conseguinte, ao surgimento de novas nações –, pela concorrência entre os EUA e a URSS e, por último, pelo alastramento do movimento comunista a nível mundial. Pelos seus pressupostos teóricos e contexto histórico, as agendas modernizadoras tiveram importantes implicações políticas, ao fornecer uma justificação implícita para a relação assimétrica de poder entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas (So 1990).

Na perspetiva modernizadora, os países subdesenvolvidos, enquanto sociedades atrasadas, deviam ter como guia os países da Europa ocidental e os EUA, enquanto sociedades modernas e desenvolvidas. Estes países seriam, assim, o farol para os Estados pobres e para o chamado Terceiro Mundo, considerado

atrasado, primitivo, tradicional e inferior. A fazer-se por etapas, esta modernização do Terceiro Mundo constitui-se, por outro lado, como garantia para o seu afastamento do comunismo, justificando e legitimando as políticas de ajuda externa levadas a cabo pelos EUA e seus aliados ocidentais. Ora, como as teorias críticas, em especial as do sistema mundial e da dependência, defendiam, e os factos haveriam de demonstrar, os países pobres não foram capazes de percorrer os mesmos trajetos percorridos pelos países ricos. Porque estruturalmente constrangidos, na larga maioria dos casos a sua situação subordinada acabaria simplesmente por se reproduzir, mantendo a sua posição no sistema mundial (Chase-Dunn e Grimes 1995).

A discussão sobre a modernização não pode ser feita sem examinar os contributos dos teóricos liberais. Autores como Walt Whitman Rostow e Berthold Frank Hozelitz procuraram soluções que têm como modelo os países ocidentais, em especial os EUA. Na sua abordagem mais liberal, que tem em Rostow [1974 (1960)] a sua figura de proa, a teoria da modernização pretendia promover o desenvolvimento no quadro da contenção do socialismo e defesa do “mundo livre”⁴. A sua principal obra, *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*, é posterior a um período negro da democracia norte-americana, marcado pela perseguição aos cidadãos progressistas, em especial aos catalogados como simpatizantes comunistas, uma evidente “caça às bruxas” promovida e liderada pelo senador Joseph McCarthy. Seguindo a síntese de M. C. Silva e A. Cardoso (2005: 35), no modelo do *take-off*, proposto por Rostow [1974 (1960)], baseado num esquema unilinear de crescimento e mudança, no qual os EUA se constituíam como paradigma a seguir por todas as outras sociedades, estas, confrontadas com os constrangimentos ambientais, teriam desiguais graus de crescimento, de acordo com as seguintes disposições: (i) desenvolvimento da ciência fundamental; (ii) aplicação da ciência a objetivos económicos; (iii) aceitação e introdução de inovações; (iv) progresso; (v) consumo; (vi) descendência.

4 Este economista conservador, antigo oficial dos serviços secretos americanos durante a II Guerra Mundial, ocupou na década de 1960 cargos políticos de elevada responsabilidade e gozou de uma enorme influência junto das administrações Kennedy e Johnson (www.eco.utexas.edu/faculty/Rostow). No seu exercício minucioso de “desmontagem” da sociologia do desenvolvimento produzida ao longo das décadas de 1950 e 1960 em numerosas escolas ocidentais, em especial nos EUA, Frank (1976) dedica especial atenção a Rostow e à sua teoria da modernização e a Hoselitz (1960), sociólogo, fundador do Research Center in Economic Development and Cultural Change. Neste exercício, Frank dissecou os erros teóricos e empíricos e, por outro lado, as motivações político-ideológicas, muitas vezes não assumidas, que conduzem os textos de Rostow e Hoselitz.

Estas disposições determinariam a dimensão do volume de aplicação de capital e de força de trabalho tendo por objetivo o crescimento económico. É bem conhecida a tipologia criada por Rostow para classificar as sociedades. Tendo por base o lugar ocupado por elas no seu esquema unilinear de evolução, crescimento e mudança, o autor classifica-as em: (i) sociedades tradicionais; (ii) sociedades com condições para o arranque (*take-off*); (iii) sociedades a caminho da maturidade; (iv) sociedades de crescimento autossustentado e de consumo em massa, cujo paradigma são os EUA. Na sua perspectiva, era dever dos EUA e dos seus aliados ocidentais, mormente por razões de defesa do seu sistema político e económico, incentivar os países subdesenvolvidos a engajarem-se na via da modernização capitalista. Nisbet (*apud* Van der Linden 2008: 8), criticando asperamente esta construção teórica, considera que esta olha para os povos como fazendo parte de uma enorme procissão, na qual os valores económicos, políticos, morais e religiosos do Ocidente se elevam a condição de vanguarda e farol a ser seguido por todos os outros, não obstante a indiscutível relevância de outras civilizações, como a chinesa ou a indiana. Estas e todas as outras, incluindo as ameríndias, deverão dar os passos necessários para alcançar o completo desenvolvimento consagrado pelo Ocidente.

O envolvimento dos países periféricos nestas dinâmicas modernizadoras foi estimulado pela criação de agências e organizações para o desenvolvimento nos países centrais. O caso mais elucidativo é o da USAID, fundada em 1961 pelo governo Kennedy que elegeu, como principal guia teórico, o modelo de Rostow. Como é sublinhado no seu sítio de internet (www.usaid.gov), esta agência do governo norte-americano defende os interesses deste através da “expansão da democracia e dos mercados livres”⁵. Sendo a mais poderosa agência de ajuda ao desenvolvimento, desde a sua fundação que o governo norte-americano fez dela um instrumento, ora para a luta contra o aparecimento de governos progressistas, ora para apoiar os países aliados, em especial aqueles que disponibilizam território para a instalação de bases militares (Milando 2005: 106).

Na década de 1970, as agendas políticas baseadas na modernização pareciam estar esgotadas. Segundo N. Smith (1997: 172-174), a modernização entrou em crise porque as políticas de desenvolvimento “oferecidas”, através da ONU, do BM e do FMI, aos países periféricos pelos países centrais falharam. Acossadas pelo sucesso das lutas anti-imperialistas, cuja expressão mais forte foi a derrota

5 Nos anos 1980, é conhecido o telegrama de George Shultz, então secretário do Tesouro do governo norte-americano, enviado a funcionários da agência, no qual instava estes a agir no sentido de forçar a privatização das empresas públicas nos países onde atuavam (Killick *apud* Davis 2006: 157).

dos EUA no Vietname, as teorias modernizadoras levaram o golpe fatal em 1979, com a revolução islâmica no Irão. A partir daí, a modernização deixou de poder ser assumida como uma agenda universal para o Terceiro Mundo, tendo este fracasso conduzido ao que N. Smith designa por “*satanic geographies of globalization*” (1997: 174). Daí que o paradigma da modernização tivesse de ser reformulado e substituído pelo da globalização.

As dificuldades da modernização foram alimentadas pela crise económica da década de 1970, largamente despoletada pelo aumento do preço do petróleo na sequência da guerra israelo-árabe do Yom Kippur de 1973. Esta crise contribuiu para facilitar a reentrada em cena do liberalismo, colocando em causa o consenso até então dominante em torno das abordagens económicas de matriz keynesiana. Ou seja, a confluência de causas políticas, ligadas à crise da modernização, e causas económicas, ligadas à crise do capitalismo e às dificuldades de resposta por parte dos keynesianos, produziu profundas alterações que conduziram à hegemonia neoliberal e à aplicação das suas propostas económicas e de desenvolvimento. De uma forma simples, pode definir-se o neoliberalismo como uma teoria de práticas de economia política que entende que o bem-estar pode ser mais rapidamente alcançado através da chamada libertação da livre iniciativa das forças empresariais e dos talentos individuais (Harvey 2005: 2). Para isso há que estabelecer um quadro institucional regido pela defesa estrita dos direitos de propriedade e de mercados e trocas comerciais livres, se necessário garantidos pela força militar. Caso não existam, como na educação ou na saúde, os mercados devem ser criados. Descrevendo o processo histórico da recuperação liberal, Dixon (1999) sublinha o papel desempenhado pelas intervenções de diversos economistas e intelectuais, com destaque para Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises. No final da década de 1930 alguns deles reuniram-se. Partilhando uma animosidade declarada ao coletivismo e ao keynesianismo, deste encontro resultou um apelo à defesa do liberalismo, nomeadamente através da implementação de projetos e programas de intervenção. Inativo durante a Segunda Guerra Mundial, com o seu desenlace, este grupo volta a reunir-se, estabelecendo a Sociedade do Mont-Pèlerin. A esta iriam aderir instituições e personalidades que desempenhariam papéis fundamentais na disseminação do neoliberalismo, como as universidades de Viena e de Chicago e académicos como Karl Popper e Milton Friedman. Tratou-se de um trabalho persistente executado em muitos palcos pelos liberais, que nunca desistiram, mesmo nas três décadas pós-Segunda Guerra Mundial, marcadas pelo domínio praticamente absoluto das teses keynesianas. A tarefa de transformação do liberalismo em teoria hegemónica serviu-se largamente de uma

retórica na qual os críticos foram rotulados como arcaicos, irrealistas, utópicos (Dixon 1999). Mas não bastava; foi preciso também remover os economistas alinhados pela corrente do pensamento económico keynesiano das instituições internacionais responsáveis pela regulação do capitalismo, como o FMI e o BM. Assim, escreve Harvey (2005: 93), em 1982 os economistas keynesianos já tinham sido afastados destas instituições, enquanto nas universidades norte-americanas a larga maioria dos departamentos de economia passaria, ao longo da década de 1980, a ser dominada por economistas neoliberais.

Precisando cronologicamente esta viragem, em termos políticos, ela iniciou-se no final da década de setenta do século XX, com o triunfo eleitoral de Margaret Thatcher no RU, em 1979. Este foi seguido pela vitória de Ronald Reagan nos EUA no ano seguinte. Arrancava assim uma nova tentativa para instituir uma sociedade liberal com a extensão do mercado a todos os domínios da vida humana (Viveret 2006: 197-198), no quadro de uma transformação profunda do capitalismo – *Le nouvel esprit du capitalisme* na visão de Boltanski e Chiapello (1999). As estruturas produtivas de tipo fordista deram lugar a organizações mais flexíveis, nas quais as relações laborais se caracterizam pela precariedade e a insegurança (Sennett 2001).

Os EUA, o RU e as instituições internacionais foram decisivos na produção de um consenso ideológico e de uma agenda política e económica dominada pela austeridade orçamental, as privatizações e a liberalização do comércio (Stiglitz 2002). Tendo ficado conhecido por Consenso de Washington, o seu objetivo fundamental era o estabelecimento de uma economia global baseada no mercado e na iniciativa privada, livre da intervenção governamental e, para os mais radicais, da própria regulação estatal. As raízes desta construção remontam ao GATT, constituído em 1947, em Genebra, por 23 países signatários. Ao longo dos diversos ciclos de negociações comerciais, o grande objetivo foi o do esbatimento gradual das restrições ao comércio global. Os seis primeiros ciclos focaram-se apenas na redução das tarifas aduaneiras. O sétimo ciclo (1973-1979) coincidiu com o início da hegemonia do Consenso de Washington e a afirmação da força das empresas multinacionais que lutavam pela desregulamentação internacional. Entre elas estavam já presentes as que se interessavam pelo setor dos serviços, sedentas de se apoderarem dos monopólios estatais nesta área, particularmente na energia, transportes e comunicações (www.wto.org/english/thewto_minis_e/chrono.htm).

A chegada de Thatcher e de Reagan ao poder, que no caso norte-americano foi antecedida da designação de Paul Volcker para a Reserva Federal dos EUA em 1979, e o arranque da liberalização chinesa em 1978, sob a liderança

de Deng Xiaoping, constituem, argumenta Harvey (2005: 1-2), uma viragem na história económica e social a nível mundial. Os EUA viram reforçada a sua condição de modelo para a resolução dos problemas económicos, a seguir pelo resto do mundo. No caso dos líderes anglo-americanos, a luta contra a estagnação económica e a inflação era indissociável de uma agenda política assente na desregulação da economia, incluindo bancos e seguros, privatização de setores estratégicos no RU e limitação severa do poder dos sindicatos e dos trabalhadores.

Para conquistar a adesão popular, estes governos desenvolveram uma retórica sedutora assente na promoção do que designaram por capitalismo popular, onde cada trabalhador passaria a ser também um acionista. Harvey (2005: 19) argumenta que o liberalismo, enquanto ideologia, foi muito eficiente na justificação e legitimação do sistema e das suas práticas para concretizar os seus objetivos. No entender de Amin, “a utopia liberal e a sua receita milagrosa (mercado mais democracia)” (1999: 12) é uma expressão concreta (e violenta) da ideologia eurocêntrica que domina o sistema mundial, implicando uma visão do mundo e um programa político e económico global equipado de uma solução simples: a imitação do Ocidente, entendido como o maior e o melhor dos mundos. Afirmando o neoliberalismo como inevitável e irreversível, tal prescrição despolitiza o debate, facilitando a sua aceitação por parte dos cidadãos. Disfarçada de uma aparente neutralidade, estamos face à retórica da TINA (*there is no alternative*), tão do agrado de Margaret Thatcher, que contribuiu para esvaziar e deslegitimar a oposição política e social ao neoliberalismo⁶. Longe de ser novidade, ela retoma os argumentos esgrimidos no século XIX sobre a “aparente inevitabilidade do capitalismo” e sua “aparente invulnerabilidade” (Wallerstein 2002: 18).

6 A naturalização do capitalismo, incluindo o mercado, tem na religião uma força enorme. Desde o teólogo inglês Richard Baxet no século XIX – Polanyi [1983 (1944): 186] refere que esse século ainda não tinha passado o seu equador e já o liberalismo económico se havia instituído em cruzada e o *laissez-faire* em fé militante –, muitos procuraram legitimar o capitalismo do ponto de vista religioso. Defendendo que o elemento fundador de um sistema é sempre religioso, alguns paladinos do capitalismo tentam sacralizá-lo. Michael Novak, por exemplo, considera o mercado como a historização do céu ou do reino de Deus, transformando-se a empresa capitalista “na encarnação da presença de Deus [e a atividade de empresários e executivos numa] missão divina” (Sung 1989: 121). Algo bem enunciado por Walter Benjamin, quando começa o seu famoso texto com a frase “devemos ver no capitalismo uma religião” (*apud* Löwy 2014: 97). Antes de Benjamin, já Weber [1990 (1904)] tinha analisado o papel da religião, mais em concreto, da ética protestante no desenvolvimento do capitalismo, não como causa mas como correlação entre esta e as lógicas e regras necessárias ao nascimento e expansão do capitalismo (Silva 2009: 84).

Para o neoliberalismo, a competição entre territórios, sejam eles Estados, regiões ou cidades, relativamente insignificante nas décadas de 1950 e 1960, tornou-se crucial, conduzindo ao que Harvey (2005: 87ss) designa por situações de desenvolvimento geográfico desigual. Se bem que exacerbada pelo neoliberalismo, a competição é um elemento constitutivo do capitalismo, ainda que possa ser limitada pela ação deliberada do Estado. Como esclarece Arrighi, ao contrário do que se passou com todos os outros sistemas sociais existentes até ao seu aparecimento, o capitalismo

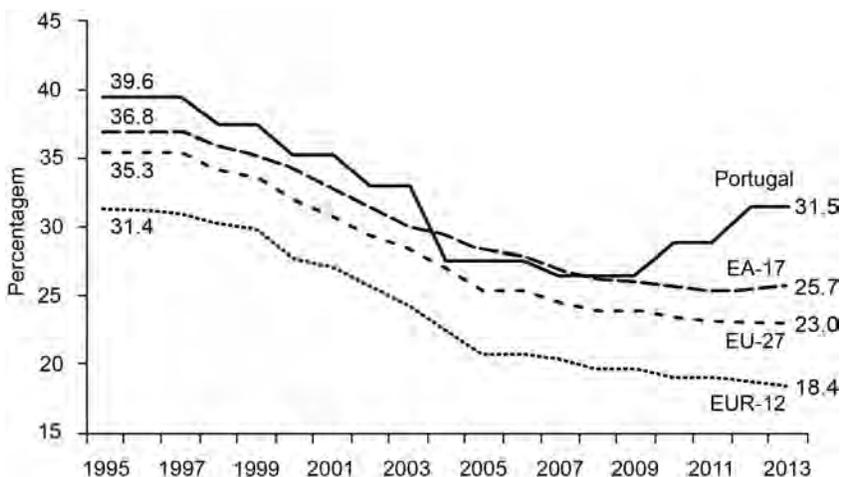
tende a gerar inovações que rompem qualquer ordem costumeira que tenha sido, ou esteja sendo estabelecida em um momento dado. Essa tendência aumenta as pressões competitivas que, por sua vez, suscitam novas ordens costumeiras.[.] As inovações económicas se agrupam no tempo principalmente porque não ocorrem num vazio social. Têm de vencer a resistência dos costumes enraizados na busca de segurança que, de maneiras diferentes, caracteriza estados, domicílios e empresas (Arrighi 1997: 19-20).

Envolvidos em lutas intensas, os Estados e regiões mais bem sucedidos colocam pressão sobre todos os outros, forçando-os a adotar os seus padrões, isto é, regras e práticas de matriz neoliberal. A competição fiscal no interior da UE é um exemplo da pressão que os Estados com tributação mais favorável ao capital exercem sobre os demais, forçando-os a segui-los. Em Portugal, o debate sobre a redução do IRC é bem elucidativo [Figura 3]. Nos últimos vinte anos, a taxa base do imposto sobre os lucros das empresas passou de 39,6%, em 1995, para 23%, em 2014 (sendo de 17% para os primeiros 15 000€ de matéria coletável) (www.pwc.pt/pt/guia-fiscal/2014/irc/taxas-gerais.jhtml); em 2015, é reduzida para 21%, havendo também que considerar que os bancos e as grandes empresas, baseados na chamada criatividade fiscal, podem sujeitar-se a uma taxa efetiva ainda mais reduzida.

Por sua vez, defendendo as leis de ferro do liberalismo, o direito e o sistema judicial limitam e impedem mesmo a ação do Estado, nomeadamente no que se prende com a proteção dos interesses dos investidores e empresas, como hoje se coloca de forma particularmente evidente com o TTIP (ainda em fase de negociação entre os EUA e a UE, e tendo como modelo o TPP, estabelecido pelos EUA e onze Estados asiáticos em outubro de 2015⁷), ou com o já

7 O TTIP ainda é mal conhecido da opinião pública mundial. Negociado à margem do controlo democrático, parece ser vontade dos negociadores a constituição do que se pode considerar um

Figura 3. Taxa efetiva de imposto sobre os lucros das empresas na UE, na EA-17, na EA-12 e em Portugal (1995-2013)



Notas explicativas:

Estão incluídas todas as sobretaxas de cariz local, municipal, nacional e estatal. No caso de Portugal, 31,5% é o valor máximo que o IRC pode atingir, pois a taxa-base é de 25%, a que pode acrescer a taxa de derrama municipal (de 0% a 1,5%) e a taxa de derrama estadual (até 5%).

EA-17: Países da Zona Euro.

EA-12: Países que aderiram à UE em 2004 (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) e em 2007 (Bulgária e Roménia).

Fonte: www.crescimentosustentavel.org/documents/MiguelFrasquilhoPCSNovembro092013.pdf, com base em dados do Eurostat, Comissão para a Reforma do IRC (2013), OCDE e KPMG.

existente CIRDI, criado em 1966 pelo BM⁸. O CIRDI arbitrou já quase meio milhar de casos. Um dos mais recentes, ocorrido em 2014, opôs a elétrica alemã RWF – apoiada, entre outros, pelos fundos de investimento ligados aos bancos

tribunal especial fora da jurisdição dos Estados signatários para arbitrar e resolver conflitos (www.esquerda.net/artigo/eurodeputados-exigem-acesso-aos-documentos-do-ttip/34483). Este tribunal está previsto no TPP, sob a designação de ISDS, na sigla em língua inglesa, permitindo que as empresas multinacionais possam demandar judicialmente os Estados que adotem legislação que coloque em causa os lucros presentes ou futuros (www.publico.pt/mundo/noticia/tpp-a-gigante-incerta-e-secreta-viragem-economica-dos-estados-unidos-para-a-asia-1710763?page=1).

⁸ O funcionamento do CIRDI está enquadrado pela Convenção para a Resolução de Disputas sobre Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados, constituindo um tratado multilateral formulado para estimular o investimento internacional.

Deutsche Bank e BNP – a Espanha. Ao governo deste país a RWF exigiu uma indemnização por ter alterado o quadro regulatório da energia obtida por via eólica, reduzindo assim os ganhos esperados, argumentando nomeadamente com o que designam por vulnerabilização da “segurança jurídica”, não obstante o governo entender que a sua decisão respeitou a rentabilidade razoável dos investimentos e a sua aplicação a todos os investidores, incluindo os espanhóis (<https://icsid.worldbank.org/apps/ICSIDWEB/cases/Pages/casedetail.aspx?CaseNo=ARB/14/34&tab=PRO> e http://internacional.elpais.com/internacional/2014/12/26/actualidad/1419586305_075579.html)⁹.

As duas décadas derradeiras do século XX foram difíceis para os países mais pobres. Mobilizando dados do PNUD, Davis (2006: 166) sublinha que na transição do milénio quase 50 países estavam mais pobres do que no início dos anos 1980, com a fome a aumentar em 25 deles. No tempo do aparecimento e da implementação das propostas desenvolvimentistas *bootstrap* – desenvolvimento autónomo, sem apoio externo, feito apenas com os recursos internos –, os países africanos foram severamente atingidos pelas políticas neoliberais designadas por ajustamento estrutural. Para este cenário contribuiu também o chamado Plano Baker que, em troca do acesso ao financiamento externo, exigiu aos países mais endividados que abandonassem qualquer estratégia de desenvolvimento assente no Estado (Davis 2006: 156 e 179). Foi o caso de Moçambique, demoradamente examinado em F. B. Ribeiro (2010). Em finais da década de 1980, com um endividamento externo imenso e as receitas de exportação a representarem apenas 14,5% do serviço da dívida, “a posição negocial de Moçambique não era muito forte” (Roesch 1992: 10-11). Os planos de ajustamento estrutural vão exigir a liquidação das empresas estatais moçambicanas, com destaque para a Caju de Moçambique, a maior empresa pública do país, com um peso enorme na economia e nas exportações. O resultado foi uma súbita e violenta destruição do emprego formal, com a larga maioria dos operários empurrada para as atividades informais. Indo ainda mais longe, em

9 Existe ainda um outro modo de defender os interesses dos investidores, mesmo que tal possa provocar a bancarrota dos Estados e colocar em causa os acordos estabelecidos com a maioria dos credores. É o caso do recurso aos tribunais norte-americanos, a cuja jurisdição pertencem muitas das emissões de dívida pública dos mais diversos Estados, por decisão dos governos que a emitiram. Um caso recente é a disputa que opõe os chamados “fundos abutres” à Argentina. Depois de uma decisão favorável à Argentina por parte de um tribunal de Nova Iorque, em 2012, o Supremo Tribunal dos EUA confirmou o direito a estes fundos receberem o valor total da dívida que compraram com 80% de desconto, a que acresce juros perfazendo um lucro de 1600%, situação que coloca em risco o pagamento aos credores que aceitaram reestruturar a dívida argentina em 70%, na sequência da bancarrota sofrida pelo país em 2001 (Weisbrot 2014: 16-17).

alguns países africanos a situação em que caíram os seus povos aproximou-os das mais cruéis distopias, podendo exprimir, como defende Davis (2006: 190ss), uma desconexão em relação à economia-mundo capitalista. É o caso do Congo e da sua capital, Kinshasa, onde em meados da década de 1990 menos de 5% dos seus residentes usufruíam de um rendimento regular (Redisch *apud* Davis 2006: 190). Eis uma descrição detalhada dessa distopia africana:

A ditadura de Mobutu, que durante 32 anos saqueou sistematicamente o Congo, foi o Frankenstein criado e sustentado por Washington, pelo FMI e pelo Banco Mundial, com o Quai d'Orsay no papel de coadjuvante. O Banco Mundial, cutucado quando necessário pelo Departamento de Estado, encorajou Mobutu a usar a garantia do setor mineral de seu país para tomar emprestadas grandes quantias de bancos estrangeiros, sabendo muito bem que a maior parte do dinheiro iria diretamente para contas bancárias particulares na Suíça. Então, o FMI começou com o primeiro PAE [Programa de Ajustamento Estrutural] em 1977, surgiu para garantir que os congolezes comuns pagassem a dívida com juros. As primeiras condicionalidades (impostas por uma equipe do FMI no Banque du Zaire e por uma equipa francesa no Ministério da Fazenda) dizimaram o serviço público: 250 mil funcionários – o maior grupo ocupacional formal da economia – foram demitidos sem indenização. [...] [Na década seguinte] O Clube de Paris rolou a dívida de Mobutu em troca de mais restrições ao setor público, mais abertura de mercado, privatizações de [empresas] estatais, remoção dos controles sobre o câmbio e aumento da exportação de diamantes. As importações estrangeiras inundaram o Zaire, as indústrias nativas fecharam e perderam-se mais 100 mil empregos em Kinshasa. A hiperinflação logo destruiu o sistema monetário e toda e qualquer aparência de racionalidade económica [...]. Segundo De Boeck, “a retirada do FMI e do Banco Mundial do país em novembro de 1993 atestou o facto de que o Congo não participava mais da economia mundial” (Davis 2006: 191-193).

Como aconteceu um pouco por toda a África, mas também pela América Latina e por largas zonas da Ásia, não escapando até os países centrais, as consequências para as classes trabalhadoras expressaram-se em desemprego, agravamento das condições de vida, miséria e mesmo fome. Impulsionados pelas propostas do empreendedorismo, muitos encontraram nas atividades informais saída, muito precária, para as suas vidas. Como observou Colloredo-Mansfeld (2002: 124-125), as atividades informais constituem uma oportunidade para todos aqueles que foram colocados na margem pelos novos cenários induzidos pela penetração das políticas neoliberais, fazendo com que a “classe trabalhadora

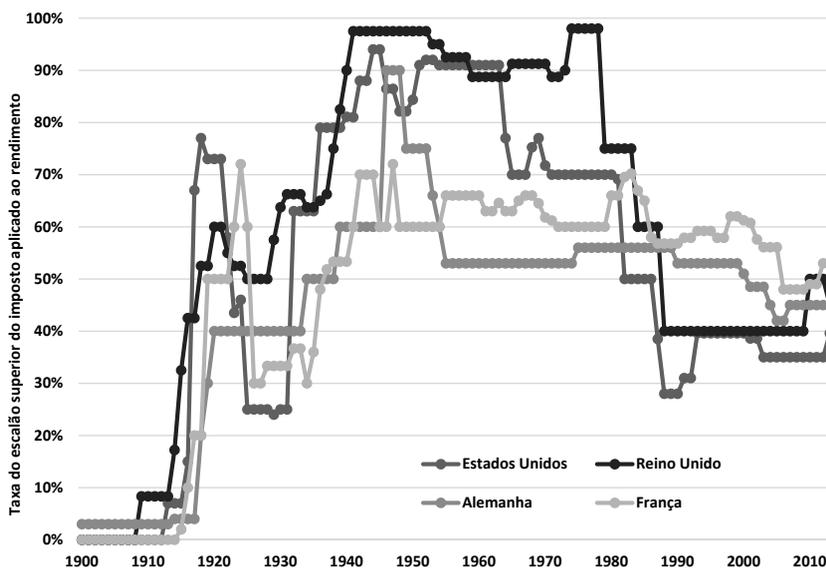
informal global [...] [se constitua como] a classe social de crescimento mais rápido e mais sem precedentes da Terra” (Davis 2006: 178). Trata-se de um sector que não é exterior ao modo de produção dominante nem à economia-mundo capitalista, antes os integra, embora de uma forma subordinada e dependente (B. S. Santos e Rodríguez 2003: 44). Muito fluido e heterogéneo, nos países mais pobres inclui atividades como produção artesanal, vendas ambulantes, comércio em barracas e outras construções precárias. No geral, são todas aquelas que não estão sujeitas às obrigações comerciais e fiscais ordinárias, não possuindo, em regra, qualquer tipo de conexão com o aparelho de Estado. Como notaram há mais de três décadas Gerry e Birkbeck (1981 e 1985), este sector é formado pelos falsos trabalhadores independentes (vendedores ambulantes dos mais variados bens por conta de uma empresa ou indivíduo) e pelos lúmpen-burgueses (proprietários de pequenos comércios ou serviços que põem a funcionar a partir de um pequeno capital). Por vezes, a distinção entre uns e outros é muito ténue. Apesar de colocado no indivíduo, sistematicamente sujeito aos discursos responsabilizadores das teses empreendedoras, o sucesso está condicionado pelas estruturas económicas prevaletentes, quer dizer, por uma economia empobrecida, caracterizada pela grande concentração geográfica e social do dinheiro e do património, bem como pelo fortíssimo desemprego.

Estamos, pois, perante a multiplicação das desigualdades. Não sendo apenas económicas mas também políticas e culturais [Balsa, Boneti e Soulet (orgs.) 2006], exprimem-se de modos muito diversos, que refletem, como se procurará analisar no capítulo seguinte, um mundo globalizado mas que permanece, em muitos dos seus campos, heterogéneo. Face ao agravamento da miséria, pobreza e exclusão social, Castells (2003) vai mais longe, considerando que estamos perante um novo mundo, que designa como Quarto Mundo:

compreende vastas áreas do globo, como, por exemplo, boa parte da África sub-saariana e zonas rurais empobrecidas da América Latina e Ásia. Mas também está presente literalmente em todos os países e todas as cidades, nessa nova geografia da exclusão social. É formado por guetos norte-americanos do centro das grandes cidades, enclaves espanhóis criados pela massa de jovens desempregados, *banlieues* franceses repletos de norte-africanos, bairros *yoseba* no Japão e bairros de lata nas megalópoles asiáticas. [...] Essas pessoas constituem a maioria em algumas áreas, minoria noutras e uma pequena minoria em alguns contextos privilegiados. Entretanto, em toda a parte, o seu número está a aumentar e também a sua visibilidade, à medida que a triagem seletiva do capitalismo informacional e o colapso político do estado de bem-estar social intensificam o processo de exclusão social.

O balanço continua longe de ser favorável à maioria, ainda que tenha contribuído para aumentar a concentração do poder e da riqueza das classes privilegiadas para um nível que não era visto desde os anos vinte do século passado (Harvey 2005: 119), bem como o número de milionários para uma dimensão jamais conhecida na história do capitalismo (*vd.* capítulo 1). Estreitamente relacionados com o crescimento mais lento dos salários face ao crescimento do rendimento do capital e do PIB – em alguns casos tivemos até redução dos salários reais, como na Alemanha (*vd.* capítulo 4) –, os rendimentos do trabalho representam hoje, nomeadamente nos países capitalistas centrais, pouco mais de 50%, em muitos casos até abaixo deste valor, fazendo com que muitos que vivem do trabalho não sejam detentores de património. Em suma, para este crescimento não serão estranhas as políticas fiscais favoráveis aos mais ricos, com destaque para o imposto sobre o rendimento que conheceu, nas últimas décadas, uma significativa redução, sobretudo nos EUA. Neste país, a diminuição foi especialmente intensa entre 1980 e 1988, com a taxa marginal superior deste imposto a diminuir de 70% para 28% [Figura 4.].

Figura 4. Taxa do escalão superior do imposto sobre o rendimento (1900-2013)



Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty 2013).

Exprimindo, em termos políticos, “uma contrarrevolução que modifica não apenas a macroeconomia, mas também afeta as relações pessoais nos planos individual, familiar e comunitário” (Petras 1999: 11), o neoliberalismo não cumpriu as promessas que entusiasmaram segmentos significativos das classes trabalhadoras em muitos países e contribuíram para as vitórias eleitorais dos partidos conservadores. Ao invés, as desigualdades sociais e as dificuldades dos mais pobres aumentaram, mormente pela ação das políticas de austeridade implementadas, logo que uma crise se fizesse anunciar. E foram muitas ao longo destes quase quarenta anos de neoliberalismo: a crise da dívida soberana nos anos 1980, que atingiu muitos países periféricos, nomeadamente latino-americanos; a crise do SME na Europa, com a qual George Soros obteve milhões de dólares em poucos dias, especulando contra a libra esterlina¹⁰; a crise asiática, despoletada na Tailândia em 1997 e que alastrou rapidamente aos países vizinhos e a geografias mais distantes, incluindo países como a Rússia e a Turquia; a derrocada argentina em 2001 e o consequente *default* de quase noventa mil milhões de \$USD por iniciativa do recém-eleito presidente Nestor Kirchner; mais recentemente, a crise financeira nascida nos EUA e que se transformou principalmente na crise das dívidas soberanas dos países do Sul da Europa. Assim, “o tectonismo violento da globalização neoliberal desde 1978 é análogo aos processos catastróficos que, no princípio, deram origem ao ‘Terceiro Mundo’ durante a época final do imperialismo vitoriano (1870-1900)” (Davis 2006: 175). Enfim, como pertinentemente sublinha Harvey (2005: 119), o neoliberalismo, sob uma máscara sedutora de palavras bem sonantes, como *liberdade, escolha e direitos*, permitiu a expansão da riqueza e do poder das classes privilegiadas e dos principais centros financeiros do capitalismo global em prejuízo das classes trabalhadoras. E com ele aprofundou-se aquilo que alguns, com particular acutilância, designam por capitalismo mafioso (Lebert e Vercellone 2010), no qual o mercado se organiza também (e cada vez mais) com base nas mais diversas formas de tráficos: lavagem de dinheiro, operações ditas *off-shores* em “paraísos fiscais”, corrupção, práticas criminosas para aumentar a rentabilidade do capital (Oblin e Vassort 2010). O exemplo mais recente é o da manipulação das emissões de gases dos automóveis pela Volkswagen, deliberadamente organizada e aplicada ao longo de quase dez anos.

10 Conhecido especulador, Soros construiu uma fortuna colossal através da aplicação circulante de capital financeiro, que se traduziu, ciclicamente, por destabilizações financeiras e sociais nos países por onde ele “passou”. Avisadamente, é hoje um crítico do neoliberalismo, reclamando a implementação de medidas de regulação do sistema.

3. AS ABORDAGENS CRÍTICAS: TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Como foi acima discutido, o trajeto histórico do sistema mundial moderno está marcado, desde as origens, pela expansão. Tratou-se de um processo muito lento que fez da sua economia-mundo, já no século XX, a primeira economia-mundo que abrange todo o planeta. Feito de alargamentos, mas também de desconexões parciais, a partir do seu centro europeu realizou-se a integração de vastos territórios, até aí exteriores ou praticamente marginais a ela. Mas esta integração não se produziu de uma forma homogénea. Vastas zonas geográficas ficaram subordinadas ao poder e aos interesses do centro, fazendo com que uns países beneficiem mais do que outros com as relações de troca capitalistas que se estabelecem entre eles [vd., entre outros, Wallerstein 1990 (1974) e Wolf 1982]. Em termos históricos, neste processo encontramos algumas similitudes com os impérios. Também nestes a integração dos territórios que lhes eram exteriores se fez de uma forma dependente e polarizada. Ao invés do que foi aceite durante largo tempo pela antropologia (Donham 1999: 6)¹¹, desde o início do sistema mundial moderno que os mais diversos povos e culturas foram por ele influenciados e condicionados. Como salientou Frank,

os resultados desta penetração foram já apresentados e a tese da consequente transformação e integração persuasivamente discutida, por Eric Wolf, para a América Central; para a Índia, por Marx, Dutt, Desai; para a China, por Owen Latimore; para a África por Woddis, Suret-Canale e Mamadou Dia; e, inclusive, para a Indonésia, o berço do dualismo, por Wertheim e Geertz, este último antigo companheiro de investigação de Higgins e, actualmente, colega de Hoselitz (Frank 1976: 82).

Ao colocar em conexão vastas áreas territoriais até então desconectadas ou, em alguns casos, com ligações muito ténues e intermitentes, o sistema mundial moderno coloca em confronto diferentes modos de produção e culturas. Daqui iria resultar que, como foi já assinalado, um modo de produção se tornaria hegemónico¹²: o capitalismo, imposto por uma correlação de forças

11 Refira-se que nesta obra Donham (1999) assume o argumento de Frank, embora sem o citar. Tal como este, sustenta a sua posição nos trabalhos de Wolf (1982) mas também de Mintz (1985).

12 Como foi já analisado em F. B. Ribeiro (2002b, 2002c e 2002d), o modo de produção caracteriza a articulação, capaz de se reproduzir, entre as forças produtivas e as relações de produção, constituindo a base ou a infraestrutura da formação económica e social. Conceito complexo, não se circunscreve apenas ao modo de produção da vida material que, nas palavras de Marx, “condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” [1971 (1859): 28-29],

abissal. Dizer isto não significa, de modo algum, que os modos de produção e as culturas dominadas desapareceram. As relações são mais complexas. De facto, para onde se expandiu, o capitalismo, primeiro mercantil, posteriormente industrial, agora dominado pela finança, ora removeu ora integrou, de modo sempre dependente, os modos de produção pré-existentes. De certa forma, o mesmo se passou com o avanço da cultura moderna ocidental para fora dos seus limites geográficos originais. Esta caminhada, quase sempre violenta, enfrentou em diferentes graus e intensidades as resistências dos povos africanos, ameríndios e asiáticos. Por exemplo, a colonização, enquanto processo de implantação de relações capitalistas de produção e de uma ideologia moderna, desencadeou formas de resistência de duração e sucesso variáveis. Neste processo de expansão, o capitalismo produziu a periferação de muitos territórios, alguns muito próximos dos países centrais (Wolf 1982). Ou mesmo no interior destes países, embora tal não invalide a existência de desigualdades, muitas delas marcantes, entre aqueles e os países periféricos. Como escreve Arrighi,

todos os estados incluem, dentro das suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Alguns [países do núcleo orgânico] incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns [países periféricos] incluem atividades predominantemente periféricas. Consequentemente, os primeiros tendem a ser o *locus* de acumulação e poder mundiais, e os segundos o *locus* da exploração e da impotência (Arrighi 1997: 140).

Se a teoria do sistema mundial moderno não estava ainda construída, quando se começou a elaborar a teoria da dependência, a ideia de centro e periferia estava já presente. T. dos Santos refere que “Prebisch já falava nos anos 1950 da existência de um centro e uma periferia mundial, tese que ele aperfeiçoará na década de 1970 sob a influência do debate sobre a dependência” (1997: 25). Assim, centro e periferia, enquanto categorias analíticas, são fundamentais para as abordagens teóricas da dependência e do desenvolvimento desigual produzidas ao longo dos anos sessenta e setenta do século XX por economistas, sociólogos

mas também envolve outras dimensões, como a jurídico-política e a ideológica (superestrutura). Mais concretamente, “a um modo de produção determinado (no sentido restrito) correspondem, numa relação simultaneamente de compatibilidade e de causalidade estruturais, diversas formas determinadas de relações políticas, ideológicas, etc., e designam o conjunto dessas relações económicas e sociais analisadas na sua articulação específica também pelo nome de modo de produção (desta vez no sentido lato)” (Godelier 1973: 41).

e outros cientistas sociais, muitos deles latino-americanos¹³. Guiados por uma visão complexa da economia¹⁴, analisada considerando o seu enraizamento social e político, logo influenciados pelas abordagens institucionalistas, Prebisch [s.d. (1949)], Frank (s.d., 1976, 1979), T. dos Santos [2011, (1978)], Bambirra [1992 1972)], Amin (1974, 1988), Furtado (1961, 1964, 1976), F. H. Cardoso (1971, 1974), F. H. Cardoso e C. Falleto (1970) e Marini [1991 (1973)] escrutinam as causas das assimetrias de desenvolvimento entre os países, relevando o papel desempenhado pelas relações de dependência, em regra de tipo imperialista, que subordinam os países pobres aos países ricos, procurando assim compreender os modos de funcionamento do desenvolvimento, nomeadamente na periferia, severamente condicionados pelo domínio económico e político exercido pelos países centrais e suas empresas multinacionais.

O contexto político e social nos anos de 1950 e 1960 era favorável à renovação e enraizamento das teorias críticas, não obstante estarem comprometidas com as classes populares e longe do poder na maior parte dos países, dominados por elites burocráticas e burguesas submissas aos interesses do imperialismo norte-americano e dos seus aliados europeus. As lutas anticoloniais, algumas ainda em curso, como nas antigas colónias portuguesas em África, concorriam também para estimular os movimentos anti-imperialistas em países já com independências centenárias, como era o caso dos da América Latina, colocando pressão sobre os países capitalistas centrais¹⁵. Como escreve T. dos Santos, um dos fundadores da teoria da dependência,

13 Alguns dos teóricos da dependência, como Frank e Furtado, foram citados por Wallerstein [1990 (1974)], quando trabalhava na elaboração da teoria do sistema mundial. Não obstante algumas divergências de análise, como as que se prendem com as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que Wallerstein entendia de forma mais ampla e flexível [vd. 1990 (1974): 102-103], há um diálogo entre ambas as teorias, podendo hoje afirmar-se que fazem parte do acervo teórico crítico dos estudos sobre o desenvolvimento.

14 Não é descabido insistir que, como justamente fazem Louçã e Caldas (2009), não há uma economia mas sim muitas economias, muitas teorias, muitas soluções, não raro opostas e concorrentes; a economia não é, simplesmente, uma ciência fundada sobre princípios objetivos, isenta de valores e indiferente às opções políticas e à ação coletiva organizada; economia implica escolhas, escolhas resultam sempre das lutas políticas e sociais, das respostas que em cada momento histórico as sociedades encontram para os seus problemas económicos.

15 Se é indiscutível o papel inestimável que o bloco socialista prestou às lutas de libertação na Ásia e em África, para o seu sucesso contribuíram, como salientou Fanon (1980), as contradições entre os principais países capitalistas. Mais propriamente, entre as antigas potências coloniais e os EUA, com estes interessados em disputar ao RU e à França as suas tradicionais zonas de influência, de forma a acrescentar novas áreas à sua tradicional coudada latino-americana. Por experiência própria, facilitada pelo facto de, como antiga colónia, nunca terem tido possessões coloniais clássicas, para os EUA era claro que a dominação já não poderia ser feita nos moldes

a América Latina, apesar de ser uma zona de estados independentes desde o século XIX, sente-se identificada com as aspirações de independência econômica dos antigos povos coloniais e deseja também uma independência política real diante das pressões diplomáticas e intervenções políticas e militares diretas da Inglaterra, sobretudo até 1930, e dos Estados Unidos particularmente depois da II Guerra (T. dos Santos 1997: 5).

Conquanto as lutas fossem muito diversas, bem como os regimes políticos adotados, os objetivos estavam estreitamente vinculados a uma estratégia de rutura com a dependência que atava os países periféricos às suas antigas potências colonizadoras e, de um modo geral, aos países centrais. Daí a forte influência das teses terceiro-mundistas. A Conferência de Bandung em 1955 foi um dos seus momentos fundadores. Com ela pretendia-se desenhar uma efetiva autonomia dos países do Terceiro Mundo face à URSS e, sobretudo, aos EUA. Ao mesmo tempo que animava os movimentos de libertação nas suas lutas pela independência nos territórios ainda sob domínio colonial direto, o terceiro-mundismo era portador de enormes esperanças para a humanidade que permanecia em baixo (Rivière 2000: 132-133). Para T. dos Santos (1997: 5), Bandung conduziu ao aparecimento de novas instituições políticas e econômicas, como o Movimento dos Não Aliados e a UNCTAD, enquanto outras organizações, como a FAO, incorporaram as perspetivas críticas produzidas nos países periféricos.

Nascida no contexto latino-americano, a teoria da dependência é muito mais do que uma proposta de análise e compreensão dos modos de funcionamento do capitalismo nesta região do mundo, antes sendo válida e passível de aplicação a outros contextos periféricos, como o africano, e mesmo semi-periféricos, onde as assimetrias e subordinações também se fazem, como é manifesto para o caso português¹⁶. Por outras palavras, a teoria da dependência procura encontrar as respostas explicativas para o bloqueio e a deformação do desenvolvimento dos países periféricos no quadro da sua integração no

tradicionais, sob pena de os custos superarem os benefícios, sendo necessário empreendê-la por outras vias, incluindo a dos programas de ajuda e assistência econômica.

16 T. dos Santos (1997: 21) lembra a importância de Amin para o contexto africano. Foi por sua iniciativa que se realizou, em 1970, uma reunião em Dakar que tinha como objetivo estimular o diálogo entre o pensamento social crítico latino-americano e africano. Já na Europa, defende T. dos Santos (1997: 23), esta abordagem teórica foi bem acolhida pela esquerda, incluindo algumas franjas da social-democracia, influenciando a investigação levada a cabo pelo Starnberg Institute, em Starnberg, por teóricos alemães, franceses e ingleses.

sistema capitalista, tendo como referência a América Latina (M. C. Silva e A. Cardoso 2005: 48-49). Pode-se mesmo considerar que, mais do que uma teoria, estamos face a uma escola de pensamento económico, sociológico e político, com diferentes correntes no seu seio, aliás assinalada por M. C. Silva e Cardoso (2005: 48) e Leite (2009). Conquanto existam outras propostas classificatórias destas correntes, a distinção entre estruturo-institucionalistas, cujas figuras de proa foram Prebisch e Furtado, e marxistas, como T. dos Santos, Marini e Bamberger, parece pertinente. Nesta proposta, Cardoso tanto aparece como membro de uma ou de outra corrente, com Frank a ocupar uma posição esdrúxula na corrente marxista, em virtude de recusar um vínculo teórico ao marxismo (T. dos Santos 1997: 11).

Procedendo à localização histórica das origens da teoria da dependência, dela emerge Raul Prebisch, uma figura maior da teoria económica latino-americana. Resolutamente comprometido com os interesses económicos da América Latina e, de um modo geral, dos países periféricos (Couto 2007), à frente da Cepal¹⁷, que dirigiu entre 1948 e 1962, procurou compreender os mecanismos do desenvolvimento, a partir de outros enfoques que não os da teoria da

17 A Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi criada em 1948, por decisão do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), estando sediada desde então em Santiago do Chile. A Cepal é uma das cinco comissões económicas regionais da ONU. Tem como objetivo acompanhar e avaliar as políticas de desenvolvimento da América Latina, incluindo as que são hoje guiadas por modelos de sustentabilidade social e ambiental, e promover o reforço dos laços económicos com outras zonas do mundo (www.eclac.cl/cgi-in/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl). A Cepal exerceu uma forte influência nos países latino-americanos nas décadas de 1950 e 1960, nomeadamente no Brasil. Neste país, o governo federal implementou uma política de desenvolvimento industrial através do recurso aos incentivos fiscais e outros instrumentos disponibilizados pelo BNDES, uma entidade bancária pública fundada em 1952, cuja finalidade social é o financiamento a longo prazo de empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento da economia, nos seus mais variados domínios, incluindo indústria e agricultura. Destaque-se o papel desempenhado por Celso Furtado, mormente na Sudene, um organismo do governo federal brasileiro por ele concebido e a quem coube a responsabilidade da sua presidência nos três primeiros anos de funcionamento (1959-1962) (Furtado 1959a e 1959b). Sobre a vida e a obra de Prebisch, ver a extensa biografia de Dosman (2011). Sublinhando o papel crucial desempenhado pela Cepal, Leite (2003:2) argumenta que, “se existem alguns consensos nas clássicas discussões sobre desenvolvimento na América Latina, um deles parece ser o de que o *background* da Cepal foi uma espécie de ponto de partida para o debate. Goste disso ou não, foi a partir da focagem cepaliana que outras formulações foram desenvolvidas. A referência temporal do seu surgimento situa-se fundamentalmente nos anos 1950, opondo-se à teoria neoclássica das relações internacionais. A análise cepaliana desenvolve uma ‘abordagem estruturalista’ do sistema económico mundial, com a sua argumentação nuclear partindo das relações entre o centro e a periferia para explicar a origem e a reprodução do subdesenvolvimento”.

modernização de Rostow [1974 (1960)] e das vantagens comparativas¹⁸. E isto porque o proposto por estas abordagens não tinha comprovação empírica na América Latina: o desenvolvimento dos países centrais não se alastrava aos países periféricos; antes pelo contrário, provocava graves problemas nas suas economias. Como escreve Prebisch, no texto fundador das suas perspetivas teóricas para a América Latina,

segundo essa premissa [da economia política clássica e da economia neoclássica], o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. [...] Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respetivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade. Existe, portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho [Prebisch s.d. (1949): 72].¹⁹

Logo, haveria que procurar outras explicações para este aparente paradoxo, não reconhecido pelas teorias liberais e pela própria escola económica neoclássica, desde as teses seminais de A. Smith. Como já foi analisado, estas consideravam que as relações entre países eram, no quadro de uma economia de mercado livre, sempre compensadoras para todos os envolvidos. No prefácio à coletânea de textos de Prebisch, Bielschowsky entende que o pensamento do economista argentino

18 Como lembra oportunamente Felipe Macedo de Holanda, no prefácio à edição brasileira da obra de Ricardo, “a teoria das vantagens comparativas ainda tinha muita força entre os economistas da maioria dos países na entrada dos anos de 1950, quando se iniciava a etapa da rápida industrialização nos países subdesenvolvidos. E foi com ela que tiveram de dialogar os defensores da industrialização latino-americana, quando se tratava de demonstrar que seus países necessitavam industrializar-se” [in Ricardo 1996 (1817): 11].

19 A edição citada é a disponibilizada pela Cepal, no seu arquivo, consultável em <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>. O texto foi originalmente publicado em 1949, como introdução ao *Estudio económico de la América Latina, 1948* (E/CN. 12/89) e, posteriormente em 1962, no *Boletín económico de América Latina*, vol. VII, n.º 1.

salienta as restrições ao crescimento que decorrem das condições estruturais específicas da América Latina, periferia do mundo desenvolvido. Prebisch usa o contraste com as economias “centrais” para caracterizar as economias latino-americanas. O argumento é o de que as diferenças correspondem a condições inadequadas de crescimento na periferia, que impõem restrições ao processo de industrialização e ao progresso técnico. Elas exigem estratégias de crescimento coordenadas pelo estado, pois, nessas condições, as forças de mercado são incapazes, por si sós, de viabilizar o crescimento. [...] Com base na identificação desse conjunto de problemas estruturais da periferia, Prebisch e a Cepal construíram sua análise do crescimento econômico, do desenvolvimento periférico e das relações centro-periferia, junto com suas teses fundamentais: deterioração dos termos de troca, não convergência das rendas *per capita* do centro e da periferia, desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, vulnerabilidade externa, hiato de poupança e de divisas, dinâmica do processo de substituição de importações, etc. Nessas condições altamente problemáticas, o planejamento e a ação estatal eram necessários para sustentar a industrialização e o progresso técnico, bem como para evitar as tendências perversas inerentes a tais condições. Para Prebisch, a principal tendência perversa era o desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos (Bielschowsky 2011: 10-12).

Assim, em Prebisch temos uma explicação pluricausal para os problemas do subdesenvolvimento da América Latina, na qual se destacam os efeitos assimétricos produzidos pelas relações econômicas entre centro e periferia, impulsionados nomeadamente pela degradação dos termos de troca. Enquanto os países latino-americanos exportavam sobretudo *commodities*, os países centrais, para os quais estas eram exportadas, vendiam principalmente produtos com elevado valor acrescentado. Ou seja, os países periféricos confrontavam-se com receitas de exportação insuficientes para pagar as suas importações. Daí o desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos, assinalado por Bielschowsky, que teria de ser combatido pela industrialização e o avanço tecnocientífico orientados para o rompimento da divisão do trabalho internacional então existente – mesmo que a escassez de capital e a fragilidade dos recursos organizacionais e do sistema tecnocientífico que suportavam a indústria fizessem que do seu labor

resultasse uma produção menos eficiente que a das indústrias congêneres dos países mais avançados. Para demonstrar o desacerto das proposições retiradas do esquema ricardiano de vantagens comparativas, os economistas latino-americanos

diziam que não podia funcionar perfeitamente nas condições que se apresentavam nas trocas entre os países centrais e a periferia, porque os pressupostos do livre-cambismo não ocorriam de maneira perfeita — nem os ganhos de produtividade ocorridos nos países centrais eram repassados aos preços dos produtos (a organização dos trabalhadores e o monopólio das novas tecnologias faziam reter estes lucros sob a forma de salários maiores, lucros extraordinários ou de repasses ao estado de bem-estar), nem na periferia os ganhos de produtividade podiam ser retidos em função da desorganização do mercado de trabalho, pela heterogeneidade entre os setores econômicos, etc. [Felipe Macedo de Holanda, *in* Ricardo 1996 (1817): 11].

Por seu lado, Furtado (1961), no seguimento da extensa análise da economia brasileira em *Formação Económica do Brasil* [2005 (1959)], não deixando de defender a industrialização, entendia que os países periféricos tinham implementado uma industrialização dependente dos países capitalistas centrais²⁰; ou seja, muito condicionada pelos seus interesses e condições económicas, no qual o excedente servia sobretudo para alimentar o consumo conspícuo das suas classes sociais privilegiadas. E, ao mesmo tempo, mantinha-se uma economia de subsistência, largamente maioritária e sobretudo dominante, da qual resultou uma forte dualização económica do Brasil. Temos assim, nas palavras de Leite (2003: 2-4), obstáculos exógenos e endógenos ao desenvolvimento na América Latina. Seguindo os argumentos de Furtado, os primeiros obstáculos estavam relacionados com o tipo de industrialização implementada, baseada na substituição de “bens de consumo leves”, sem grande densidade tecnológica, ou seja, deixando nas mãos dos países centrais a produção de bens de grande complexidade técnica e elevado valor acrescentado. Ou seja, a industrialização através da substituição de importações não dispensava, antes ampliava, a necessidade de importação de bens duráveis e de bens de capital, isto é, máquinas e outros equipamentos de produção. Já os obstáculos endógenos estavam relacionados, sublinha Leite, com a estrutura fundiária, marcada por produtividade e utilização da terra arável escassas, na qual a introdução de técnicas modernas e equipamentos nas culturas de exportação geraria um forte excedente de mão-de-obra que concorreria para a redução dos salários e a concentração da riqueza.

20 Na sua minuciosa análise do pensamento de Furtado, Leite (2005) demonstra a relevância da história e da economia política internacional para a compreensão das dinâmicas do desenvolvimento (e do subdesenvolvimento) na construção teórica empreendida pelo economista brasileiro.

Agindo de forma articulada e cumulativa, os problemas detetados por Prebisch e Furtado, F. H. Cardoso (1971), F. H. Cardoso e Falleto (1970) e outros economistas, sociólogos e cientistas sociais latino-americanos conduzem à tese do subdesenvolvimento como um produto do próprio desenvolvimento capitalista, isto é, à existência de uma estreita relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, na qual este se explica pela integração forçada e dependente na economia-mundo capitalista de regiões e países sob o domínio dos países capitalistas centrais. Na notável síntese de Frank, a

relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é apenas comparativa, no sentido de que alguns países são mais desenvolvidos que outros, resulta antes de um processo histórico comum de vários séculos e da influência recíproca que entre as duas realidades existiu, existe e continuará a existir ao longo da história. [...] O subdesenvolvimento desenvolveu-se em íntima conexão com o desenvolvimento dos países desenvolvidos e como resultado concomitante do processo histórico do desenvolvimento capitalista ao longo dos séculos (Frank s.d.: 17).

Se Prebisch e Furtado foram os impulsionadores de uma visão teórica alternativa para a economia e o desenvolvimento na América Latina, não deixando de dar contributos relevantes para a teoria da dependência, coube a T. dos Santos e a Marini a produção de um novo e diferente impulso, elaborando uma análise marxista que supera largamente a visão estruturo-institucional daqueles. Considerando o conceito de dependência como fulcral para enfatizar a dimensão histórica das relações de dependência, superando os erros das teorias do desenvolvimento e da modernização, T. dos Santos considera que a mesma deve ser situada e compreendida no quadro geral da teoria do imperialismo, aliás em linha com o defendido por F. H. Cardoso (1974):

A pesar de que la dependencia debe ser situada en el cuadro global de la teoría del imperialismo, tiene su realidad propia que constituye una legalidad específica dentro del proceso global y que actúa sobre él de esta manera específica. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa no solo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su mejoría y reformulación [T. dos Santos 2011 (1978): 357-358].

Partindo, pois, de uma abordagem crítica do capitalismo, de claro enraizamento marxista, T. dos Santos entende que a dependência é fundamental para compreender, a partir do ponto de vista dos países periféricos, o funcionamento

da economia mundial e o modo como nela operam os diferentes Estados. Trata-se de uma economia fortemente hierarquizada e dominada por monopólios, na qual subsistem diferentes modos de produção, alguns não capitalistas mas em posição de dependência em relação a estes. Ou seja, estamos face a relações de dependência típicas do imperialismo que limitam o crescimento económico dos países periféricos, atando-os fundamentalmente à condição de fornecedores de matérias-primas aos países centrais, daqui decorrendo que “o lucro imperialista baseia-se, portanto, num comércio desigual e na exploração financeira, que se traduz na crescente contração de dívidas das economias exploradas em relação às economias centrais” (F. H. Cardoso 1971: 105-106).

Tal como acontecia com Prebisch e a sua equipa na Cepal, as preocupações de T. dos Santos com a América Latina são bem evidentes. Porém, o seu quadro teórico vai muito para além desta realidade geográfica, não só procurando aplicá-lo a outros contextos geográficos como, não menos importante, entendendo que só faz sentido quando se considerar o capitalismo à escala global. Para T. dos Santos, dependência é

una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes. Los países dominantes disponen así de un predominio tecnológico, comercial, de capital y sociopolítico sobre los países dependientes (con predominio de algunos de esos aspectos en los diversos momentos históricos) que les permite imponerles condiciones de explotación y extraerles parte de los excedentes producidos interiormente. La dependencia está, pues, fundada en una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y limita este mismo desarrollo en otros, sometiéndolos a las condiciones de crecimiento inducido por los centros de dominación mundial [T. dos Santos 2011 (1978): 361-362].

Já Marini [1991 (1973)] parte da análise das condições concretas do funcionamento do capitalismo na América Latina, entendendo que, por efeito das especificidades económicas e sociais, ele não se desenvolveu nesta região do

mesmo modo que nos países centrais. A sua compreensão exige que seja considerada a sua inscrição no contexto mundial, aliás em linha com o defendido não só por T. dos Santos mas também pela generalidade dos autores da corrente teórica da dependência. Em Marini esta implica uma relação de subordinação entre centro e periferia, com uma espessura histórica de dimensão secular:

Forjada al calor de la expansión comercial promovida, em el siglo XVI, por el capitalismo naciente, América Latina se desarrolla en estrecha consonancia con la dinámica del capital internacional. Colonia productora de metales preciosos y géneros exóticos, en un principio contribuyó al aumento del flujo de mercancías y a la expansión de los medios de pago, que, al tiempo que permitían el desarrollo del capital comercial y bancario en Europa, apuntalaron el sistema manufacturero europeo y allanaron el camino a la creación de la gran industria. [...] Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional do trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia [Marini 1991 (1973): 5].

Não detendo nem as tecnologias nem o controlo de empresas capazes de produzir bens com elevado valor acrescentado, aos países periféricos sobra a exploração da força de trabalho, inclusive no sector industrial. Marcada pela intensificação e extensão do tempo de trabalho e por salários muito degradados, esta força é essencial para permitir a produção de mais-valias sistematicamente transferidas para os países centrais, no quadro das leis de ferro impostas pelo funcionamento da economia-mundo capitalista e sua divisão internacional do trabalho, nomeadamente em termos geográficos. Trata-se de uma industrialização precária, permanentemente ameaçada pela transferência das indústrias para outros países onde o custo da força de trabalho é ainda mais reduzido, facilitada pelo facto de existir, historicamente, uma separação entre a produção e a circulação de mercadorias. Como escreve com minúcia Marini,

Llamada a coadyuvar a la acumulación de capital con base en la capacidad productiva del trabajo, en los países centrales, América Latina debió hacerlo mediante una acumulación fundada en la superexplotación del trabajador. En esta contradicción

radica la esencia de la dependencia latinoamericana. La base real sobre la cual ésta se desarrolla son los lazos que ligan a la economía latinoamericana con la economía capitalista mundial. Nacida para atender a las exigencias de la circulación capitalista, cuyo eje de articulación está constituido por los países industriales, y centrada pues sobre el mercado mundial, la producción latinoamericana no depende para su realización de la capacidad interna de consumo. Se opera así, desde el punto de vista de país dependiente, la separación de los dos momentos fundamentales del ciclo del capital – la producción y la circulación de mercancías – cuyo efecto es hacer que aparezca de manera específica en la economía latinoamericana la contradicción inherente a la producción capitalista en general, es decir, la que opone el capital al trabajador en tanto que vendedor y comprador de mercancías [Marini 1991 (1973): 16-17].

Esta industrialização é historicamente também dependente dos países centrais por uma outra via, uma vez que é nestes que “a produção de meios de produção (tecnologia) continua concentrada nas economias capitalistas avançadas (principalmente nos Estados Unidos)” (F. H. Cardoso 1974: 116). Por seu turno, Frank (1976: 65-66) acrescenta que a difusão da tecnologia nos países periféricos (ou colônias) se faz sempre de acordo com o interesse dos países centrais (ou metrópoles), mantendo estes assim um forte controle sobre os primeiros. Por outro lado, há que considerar as especificidades nacionais, nomeadamente em termos de recursos naturais e de composição das classes sociais, que acabam por conduzir a formas de industrialização e de desenvolvimento económico específicas:

Assim era porque, realçava-se, existiam formas diferentes de relação entre as economias nacional e internacional, na medida em que, na região, algumas economias nacionais se organizavam a partir de um enclave – cobre no Chile, petróleo na Venezuela, por exemplo –, nas quais o capital e a tecnologia vinham de fora. A economia local se relacionava com esse enclave por meio do estado, via imposto, sustentando uma classe média, sendo que, muitas vezes, o próprio estado era gerido por uma aliança entre essa classe média e grupos da oligarquia agrária. A partir do enclave, tinha-se uma classe operária avançada, moderna, em contraposição à classe dirigente tradicional. Por outro lado, apontava-se um outro tipo de economia, como a do Brasil, na qual se formou uma camada de empresários nacionais, sendo a decisão do investimento no café, por exemplo, do próprio cafeicultor (Leite 2003: 15).

Considerando o caso brasileiro na atualidade, especialmente marcado pelas políticas neodesenvolvimentistas levadas a cabo pelo PT entre 2003 e 2016, esta relação de dependência ainda não foi superada. Apesar da consolidação de um vasto sector industrial autónomo – é o caso da aviação com a Embraer e da exploração e transformação de petróleo e gás natural com a Petrobras –, apoiado por um sistema tecnocientífico que conheceu na última década uma forte expansão e consolidação, permanece a subordinação ao capital estrangeiro, nomeadamente no estratégico sector da construção automóvel. Este é totalmente dominado pelas grandes empresas multinacionais que nele atuam, com destaque para a Fiat, a Volkswagen e a GM, as três maiores no mercado brasileiro. Por sua vez, se o notório desenvolvimento do mercado interno nas duas últimas décadas, coloca parcialmente em causa o argumento de Marini sobre a dissociação entre produção e consumo – ao mesmo tempo que os salários tiveram um crescimento sensível, impulsionados por condições económicas e sociopolíticas muito favoráveis –, ele continua presente, por exemplo, no México, cuja indústria, como é bem evidente na fabricação de automóveis, desempenha um papel relevante no abastecimento do seu vizinho norte-americano.

Este cenário parece confluir para dar validade aos argumentos dos que consideram que os países latino-americanos entraram numa nova fase de dependência, a quarta. Seguindo as teses de T. dos Santos, na síntese de Leite (2009), depois da dependência colonial, assente na exportação de matérias-primas, da dependência financeira-industrial, assente na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, e da dependência técnica, assente no controlo industrial por parte das multinacionais, abre-se uma nova fase assente na transferência de recursos financeiros e na valorização do capital fictício, sem que os elementos que marcaram as fases anteriores tenham desaparecido totalmente. Assim, mantém-se a exportação de matérias-primas e de produtos agrícolas, bem como a produção industrial controlada pelas multinacionais. Esta industrialização pode assumir mesmo um carácter muito especializado orientado para a exportação, como é o caso da mexicana, acima mencionado. Daqui não decorrem, sublinhe-se, grandes benefícios para o México, como sublinha Cypher (2017: 29), pois não se verifica no país um desenvolvimento tecnológico autónomo ou o investimento nacional em fábricas e na formação de técnicos que possa contribuir para a melhoria da cadeia de valor da economia mexicana. Nas palavras incisivas de Cypher, “a missão do país, tal como é concebida pela elite do país, é o *dumping*. Tantos nos âmbitos laborais como no do ambiente ou dos impostos” (2017: 29).

Fazendo, a fechar o século XX, um balanço (sempre provisório) da teoria da dependência, T. dos Santos considera que

a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960-70, representou um esforço crítico para compreender a limitação de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (T. dos Santos 1997: 10).

Apesar de volvido meio século desde as suas primeiras formulações, a teoria da dependência não perdeu o seu vigor analítico. Continuando a ser um instrumento fundamental para se compreender a marcha do sistema capitalista, resiste bem às interpelações teóricas decorrentes do sucesso de alguns países do Sudeste asiático:

muitos autores apresentaram a consolidação do crescimento desses países [do Sudeste asiático] como evidência do fracasso da teoria da dependência. São vários os estudos sobre estes processos e são unânimes em reivindicar as especificidades da situação regional. As economias da região não fizeram uma grande dívida externa na década de 70, como os latino-americanos e os países do leste europeu. Elas passaram por reformas agrárias radicais nos anos 40 e 50, para o que tiveram especial apoio norte-americano, devido a sua proximidade com os inimigos da guerra fria. Elas contaram com a acumulação de capitais japonesa e a política do MITI de exportar as indústrias de tecnologia em processo de obsolescência para os seus países vizinhos. Elas tiveram condições especiais de penetração no mercado norte-americano pelas razões geopolíticas já mencionadas. Mas, sobretudo, elas praticaram uma forte intervenção estatal e protecionismo que lhes permitiu sustentar suas políticas econômicas e desenvolver, ao mesmo tempo, uma base tecnológica própria, apesar de modesta. Esta evolução mostra que a agenda colocada na ordem do dia pela teoria da dependência continua a ser de grande atualidade apesar das mudanças fundamentais que ocorreram no período (T. dos Santos 1997: 19-20).

Não se podendo negar as severas limitações e, logo, a reduzida margem de manobra que encontram os países periféricos para sair da dependência e subordinação em relação ao centro, as dinâmicas sociais e políticas internas podem proporcionar oportunidades para negociar a posição no contexto internacional. Como bem demonstra o trajeto dos países acima referidos, como hoje está a acontecer com a China e, a uma escala menor e mais incerta, com o Brasil, é possível quebrar as grilhetas da dependência, sendo condição fundamental a intervenção do Estado, como aliás foi há muito reconhecido por Marini:

Si la dependencia es una situación condicionante, entonces establece los límites posibles del desarrollo de estos países y de sus formas. Sin embargo, esto no es definitivo por dos motivos:

a) Porque las situaciones concretas de desarrollo están formadas tanto por estas condicionantes generales de la dependencia, como por las características específicas de la situación condicionada, que redefinen y particularizan la situación condicionante general; b) La situación misma de dependencia se puede cambiar, y de hecho se altera, según cambien las estructuras hegemónicas y las mismas estructuras dependientes. Estos cambios pueden darse sin romper las relaciones de dependencia, sino simplemente reorientándolas (el paso, por ejemplo, de la dependencia mercantil a la industrial-financiera); o rompiendo esas relaciones y buscando consolidar una economía independiente [T. dos Santos 2011 (1978): 363].

Confrontando o texto com o presente, a quebra da dependência não se verificou nos exatos termos enunciados por T. dos Santos. Porém, se olharmos para o caso da China, é indiscutível que este país passou de uma situação de dependência baseada em uma dominação de tipo semicolonial – exercida até 1949 pelas potências ocidentais – para uma situação de incorporação não dependente na economia capitalista global debaixo do controlo do Estado. Ainda em curso, esta foi antecedida por uma longa fase, até meados da década de 1970, de independência fechada sobre si própria. Deste processo decorre o rompimento das velhas relações de dependência e subordinação, através de um desenvolvimento alicerçado na captação de investimento estrangeiro, novas tecnologias e industrialização, no qual o papel do Estado e da nova burguesia chinesa se assume como determinante. A caminho de se tornar, a breve prazo, a maior economia mundial, a China parece ser, doravante, um ator autónomo e estratégico que indicia uma transformação estrutural do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo capitalista. Em suma, estamos perante uma evidência incontornável: o sistema mundial moderno é dinâmico, feito de mudança e de lutas permanentes no seu interior, nomeadamente em torno da posição que cada país nele ocupa. Apesar da resiliência das suas estruturas e da posição nele ocupada pelos diversos países, o rompimento com a dependência é possível, ainda que raro e decorrente de condições nem sempre presentes e suficientes, nas quais sobressai o político como fator estratégico e decisivo.

CAPÍTULO 3.

OUTROS CAMINHOS DA TEORIA: DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO DECRESCIMENTO?

1. QUESTIONAR O “VELHO” DESENVOLVIMENTO: AS CRÍTICAS E AS PROPOSTAS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A modernização e o crescimento económico a ela associado permitiram progressos em numerosos domínios da vida social, com impactos positivos nas condições de existência dos indivíduos. Porém, produziram também problemas novos. Aos velhos e persistentes problemas da pobreza e das desigualdades, juntam-se com especial acuidade os ecológicos que, interagindo com aqueles, colocam desafios crescentes aos governos e instituições internacionais. A produção de danos, longe de ser recente e decorrente, por exemplo, da exploração mineira e das atividades industriais, pode recuar até ao surgimento da agricultura e às primeiras grandes civilizações e ao que Giddens refere como “destruição progressiva do meio ambiente físico” (2000d: 74). Hoje, esta destruição conhece uma outra dimensão, radicalmente mais profunda e intensa, sendo admissível que tenhamos mesmo alterado a própria história climática do planeta.

Embora tenha sido sobretudo a partir do último quartel do século XX que a questão ambiental adquiriu uma dimensão política e social incontornável (Reis e Lima 1999), desde os alvares do capitalismo que ela interessou a diversos teóricos, como Mill [1951 (1848)], Marx [2014 (1867)] e Engels [1978 (1873)]. Se Mill foi, porventura, pioneiro na denúncia das atividades humanas que implicavam o consumo irracional de matérias-primas insubstituíveis, foram Marx e Engels que expuseram e analisaram os efeitos indesejáveis da expansão das atividades humanas e do consumo fundados na destruição dos recursos naturais. Já no século XX, ainda antes do célebre trabalho de Carson

[2002 (1962)], Leopold [2008 (1949)] publicou um livro que impulsionou, no entender de Soromenho-Marques, “uma mudança radical do olhar sobre as relações entre o Homem e a Natureza [...denunciando] o modo desastrado e destruidor de que se revestem a maioria das intervenções humanas sobre os ecossistemas” [2008 (1949): 9].

Hoje, em boa medida consequência dos impactos económicos e sociais decorrentes da degradação ambiental e das alterações climáticas, estudados e criticados pelos mais diversos campos científicos, as preocupações ambientais deixaram de ser assunto exclusivo das organizações ecologistas. Elas interessam às instituições internacionais, aos governos e mesmo a outras instâncias como as religiosas. Por exemplo, na carta encíclica *Laudato si*, com o sugestivo subtítulo “Sobre o cuidado da nossa casa comum”, o chefe da Igreja Católica examina com minúcia a situação do nosso mundo. Pugnando por aquilo que designa por “ecologia e progresso integrais” – na perspetiva de Francisco não existem duas crises mas apenas uma, socioambiental –, o documento denuncia com veemência a poluição, os desperdícios e resíduos tóxicos, consequência do que designa por “cultura do descarte, que afeta tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo” (Francisco 2015: 9).

O ano de 2015 encerrou com mais uma conferência da ONU sobre mudanças climáticas. Desta vez em Paris, realizou-se num momento em que é cada vez mais inquestionável a ligação entre alterações climáticas e seus efeitos no bem-estar humano. Afetam com particular severidade os mais pobres, não só porque vivem em regiões mais expostas a fenómenos climáticos extremos como também porque os seus países estão mais desprovidos de recursos tecnocientíficos e financeiros para enfrentarem e mitigarem os seus efeitos. Se nada mudar, o cenário climático projetado poderá conduzir de volta à pobreza extrema mais de 700 milhões de pessoas. Logo, qualquer agenda consequente de luta contra a pobreza terá de considerar e agir também sobre as causas humanas que provocam as alterações climáticas em curso (Granoff *et al.* 2015). Em Paris, os Estados confrontaram-se com desafios muitos ambiciosos: alcançar um acordo universal e vinculativo para lutar contra as alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa de forma a limitar o aquecimento global a 2° C, e acelerar a transição para uma economia descarbonizada, logo mais sustentável. Para isso pretende-se garantir a mobilização de cem mil milhões de dólares por ano para apoiar os países pobres na luta contra as alterações climáticas no quadro da promoção de um desenvolvimento sustentável e justo (www.cop21.gouv.fr/es/cop21-cmp11/desafios-de-la-cop21). Trata-se, pois, de prosseguir com a elaboração e aplicação de propostas de desenvolvimento

sustentável para diminuir e mesmo eliminar alguns dos problemas produzidos pelo desenvolvimento, em especial no domínio ambiental. Desta forma procura-se concretizar novos avanços, em linha com o já alcançado para questões como a proteção da camada de ozono, nomeadamente através da Convenção de Viena (1985) e do Protocolo de Montreal (1987) (cf. http://proclima.cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2014/08/convencao_viena.pdf).

Retomando o escrutínio histórico da crítica ao desenvolvimento, uma das obras pioneiras que contribuíram para que os problemas ambientais se transformassem numa questão social e política central no debate contemporâneo foi publicada em 1962 por Carson [2002 (1962)]. Intitulada *Silent Spring*, rapidamente se tornou uma referência na denúncia dos efeitos dos pesticidas no ambiente, em especial o DDT¹, abrindo o caminho para a definição de um outro olhar acerca dos efeitos do desenvolvimento e da modernização. Progressivamente, a questão ambiental irá emergir “como problema das próprias bases de produção” (Raposo e Silva 2013: 65), dando renovada atualidade ao argumento colocado por Engels [1978 (1873): 183] quando, no final do século XIX, sublinhou que a realidade nos mostra a todo o tempo que a humanidade não se coloca acima da natureza, antes a ela pertence, não podendo as atividades económicas fazerem-se desligadas dela:

Os factos lembram-nos a cada passo que não reinamos sobre a natureza como conquistadores sobre um povo estrangeiro submetido, como alguém que estaria para além da natureza, mas que lhe pertencemos com a nossa carne, o nosso sangue, o nosso cérebro [Engels 1978 (1873): 183].

Alguns anos antes o próprio Marx, numa passagem luminosa de *O Capital* (vol. 1), havia criticado severamente os efeitos ambientais do capitalismo ao afirmar que

todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção

1 O DDT é a sigla de diclorodifeniltricloroetano, um pesticida largamente usado nas décadas de 1950 e 1960. De baixo custo e fácil aplicação, muito eficaz no combate aos mosquitos, como os que transmitem a malária, Carson [2002 (1962)] denunciou os seus efeitos prejudiciais na vida animal. Nos seres humanos aumenta exponencialmente o risco de cancro (v.www.panna.org/issues/persistent-poisons/the-ddt-story).

capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda riqueza: a terra e o trabalhador [Marx 2014 (1867): 571].

Sem a formalizar, Marx antecipa a dupla contradição do capitalismo, que mais de um século depois seria definida por O'Connor (1991a, 1991b e 1998). Este autor, figura de proa do ecomarxismo, argumenta, em linha também com o pensamento de Polanyi [1983 (1944)], que o capitalismo reduz a natureza, tratada como um conjunto agregado de coisas em lugar de sistema, a um simples meio para a produção de mercadorias e serviços com valor mercantil. Também mencionada por B. S. Santos (1994), O'Connor desenvolve a tese da dupla contradição do capitalismo vislumbrada por Marx. A seu ver, o capitalismo não é formado por uma única contradição – a contradição entre capital e trabalho –, mas antes por duas, sendo a segunda a contradição entre condições ecológicas em que o capital opera e a sua tendência para sobre-explorar os recursos naturais, degradando assim as bases que lhe permitem produzir e extrair as mais-valias. Por outras palavras, como provocatoriamente aponta Latouche, citando Boulding, “quem acredita que um crescimento infinito é possível em um mundo finito [...] ou é louco ou é economista [ortodoxo]” (2009a: 16).

A crise ecológica confronta-nos com os problemas gerados pelo capitalismo. A degradação do planeta exprime-se sob a forma de erosão e salinização do solo, poluição, desflorestação, alterações climáticas e escassez de água potável em muitas regiões e cidades do planeta. Esta degradação é inseparável do sofrimento a que estão submetidos milhares de milhões de seres humanos, atingidos pela fome em muitos dos mais pobres dos países pobres, com a produção de alimentos transformada em mais um recurso de especulação financeira (Caparrós 2015); vivendo cada vez mais em favelas e aglomerações degradadas, é de quase mil milhões a população que em 2016 nelas habita. Longe de se reduzir, este número pode passar para 1400 milhões em 2020, ou seja, um crescimento superior a 40% em apenas quatro anos. Os peritos da ONU não têm dúvidas face aos dados por eles analisados agora citados: a urbanização contemporânea constitui um desastre social e ambiental, com severos efeitos na vida dos mais pobres (World Cities Report 2016).

Fome e favelização são, pois, expressões cruéis do fracasso da “agenda desenvolvimentista”. Os trabalhos de Dumont e Rosier (1966) e de Castro (1966) foram pioneiros ao escrutinarem os problemas políticos, sociais e económicos relacionados com a fome. Retomando-os na sua análise da geografia planetária da fome, Caparrós (2015) confronta-nos com um dos mais iníquos paradoxos do

capitalismo: centenas de milhões de pessoas não comem o suficiente, adoecem e morrem, apesar de o mundo produzir alimentos suficientes para que todos possam ter acesso a uma dieta alimentar apropriada. Quanto à favelização, na perspectiva de Davis (2006), muito crítica mas empiricamente bem fundamentada, aliás secundada por Žižek (2005: 20) – constatando o aumento explosivo da população a viver em favelas, o teórico esloveno define o fenómeno como o “evento geopolítico crucial do nosso tempo” –, o que caracteriza o mundo hoje, aquilo que é nele dominante, é a favelização e não o desenvolvimento. Daí a expressão corrosiva de “planeta favela” adotada por Davis. Sublinhe-se que as questões urbanas não são questões menores na vida de todos nós, sobretudo agora que a maioria da população mundial vive em cidades². Pilar fundamental da atividade produtiva e financeira no capitalismo, a construção da cidade é feita ora de forma abertamente violenta, nomeadamente onde os direitos de propriedade privada não estão devidamente instituídos ou garantidos pelo Estado, como na China ou nos bairros clandestinos da América Latina, ora através da mobilização do direito de remover populações indesejadas de zonas nobres ou em processo de gentrificação (Harvey 2011: 264-265). A cidade é, pois, espaço de lutas sociais e políticas no qual a todo o tempo se jogam questões como a justiça social, a democracia e a sustentabilidade ambiental.

Se os teóricos críticos radicais interpelam o capitalismo, ligando a resolução dos problemas ambientais à própria luta pela sua superação, outros autores, ainda que criticando os seus impactos mais danosos, apresentam argumentos que não o colocam ostensivamente em causa. É o caso de Beck (2000: 6-7) e da sua reflexão em torno do que define como sociedade do risco, no seu entender a configuração societal contemporânea. Para Beck, a produção de “bens” conduz a efeitos inesperados e, em regra, não desejados, como sejam os relacionados com a megatecnologia nuclear e química, o ambiente, a investigação genética, a sobremilitarização e o empobrecimento da população nos países periféricos. Daqui decorre que os conflitos sociais e políticos sobre a distribuição dos bens, tais como rendimentos, emprego, segurança social – que fazem parte dos conflitos fundamentais da sociedade industrial –, dão lugar aos conflitos sobre a distribuição dos “males”. Produzindo inquietação e perturbações sociais, estes novos conflitos que caracterizam a sociedade do risco abalam as bases em que

2 Sobretudo a partir do século XIX, a questão urbana está presente nas lutas sociais e políticas. Por exemplo, na Comuna de Paris, Harvey (2011: 264) lembra que um dos dois primeiros decretos dos revolucionários franceses de 1871 foi precisamente uma moratória sobre o pagamento das rendas. Para uma análise densa dos conceitos de urbano e do seu contraponto, o rural, *vd.* L. V. Baptista (2006) e M. C. Silva (2013).

assentam as concepções sociais de segurança, bem como a própria convicção no progresso. E, ao mesmo tempo, dão força à cooperação e ação globais, uma vez que nenhum dos problemas que estão na origem destes novos conflitos pode ser cabalmente resolvido à escala nacional (Beck 2013: 87).

Face a este trajeto de destruição do planeta, era inevitável que o desenvolvimento acabasse por ser interpelado a partir de variadas perspetivas teóricas e políticas (*vd.*, entre outros, Portela 1999b, Escobar 1991 e Guèye 1997). Podendo mesmo ser entendido como parte do aparato hegemónico que domina a atual fase de transformação em que se encontra mergulhado o sistema-mundo moderno, o modelo desenvolvimentista capitalista está regido pelo produtivismo e pelo consumismo. Atingido por múltiplas crises económicas e sociais, não considera os limites ecológicos do planeta, antes procura tirar vantagem. Assim, procuraram-se alternativas. Como a crítica radical tem procurado mostrar, as abordagens baseadas no “desenvolvimento sustentável” parecem não ser suficientes para superar os efeitos sociais e ecológicos negativos do desenvolvimento, defendendo por isso uma superação radical do próprio conceito e não apenas uma alteração profunda na sua agenda e modo de operar. B. S. Santos vem reclamando, há quase duas décadas, que “em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento” (1999: 3). Ou seja, trata-se de procurar a superação radical do próprio desenvolvimento como projeto e agenda políticos. Para esta discussão há que considerar os contributos críticos dos movimentos sociais, nomeadamente ligados às causas ambientais, de defesa dos povos indígenas e de formas de produção alternativas (Castells 1999 e B. S. Santos e Rodríguez 2003).

As iniciativas em favor do desenvolvimento alternativo envolvem movimentos sociais, ONG e até alguns governos periféricos, com destaque para a Bolívia. Procuram, entre outros objetivos, promover formas associativas de produção, como cooperativas e outros sistemas alternativos de produção, apoiar movimentos feministas comprometidos com a luta contra a exclusão das mulheres dos programas de desenvolvimento convencional e movimentos sociais populares, como o da ocupação de terras. Merecem ser destacados os programas de microcrédito, sem dúvida importantes para os mais pobres, mas que, ao não questionarem, em regra, o capitalismo que produz a pobreza, acabam por funcionar como um pilar de apoio. Igualmente são relevantes as iniciativas que favorecem a “relocalização” da produção, ao contribuírem, nomeadamente, para a atenuação dos custos ambientais e para o incremento do seu controlo por parte dos produtores [*vd.* B. S. Santos (org.) 2003b, em

especial o texto de Quijano]. Em linha com as abordagens substantivistas da antropologia e da sociologia económicas [vd., entre outros, Polanyi 1983 (1944) e Bourdieu 2000], recusa-se que a economia possa constituir uma esfera independente e separada da vida social (B. S. Santos e Rodríguez 2003: 40-43). Não se descartando totalmente o princípio do crescimento económico, colocam-se limites que deverão estar subordinados a imperativos não económicos. Por outro lado, propõe-se que o desenvolvimento se faça de “baixo para cima” em vez de “cima para baixo”, isto é, que considere o envolvimento dos cidadãos e das suas organizações, nomeadamente de ordem local. Em suma:

A teoria do desenvolvimento alternativo é constituída por múltiplas análises e propostas formuladas por críticos dos pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais. A origem da teoria remonta aos inícios dos anos 1970, época em que, por todo o mundo, intelectuais, peritos em planeamento económico e ativistas, todos eles críticos, começaram a formular reflexões e a organizar eventos à volta dos quais se canalizou o descontentamento face à abordagem tradicional ao desenvolvimento. Alguns dos encontros fundadores foram a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente (1972) – que deu lugar à fundação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – e o seminário sobre “Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento”, em Cocoyoc (México), em 1974, organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (B. S. Santos e Rodríguez 2003: 39).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada na capital sueca em junho de 1972, foi aprovada a Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano (www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en). Na parte inicial, composta por uma proclamação, é feita uma vigorosa denúncia do estado do mundo, apontando-se nomeadamente os males crescentes produzidos pela civilização em diferentes regiões do planeta que se exprimem sob a forma de indicadores perigosos de poluição na água, no ar, na terra e nos seres vivos, desequilíbrios ambientais, destruição de recursos insubstituíveis e enormes impactos ecológicos prejudiciais à saúde física, mental e social dos seres humanos no seu ambiente de vida e de trabalho (§ 3.º da Proclamação). Acrescenta-se ainda que nos países em desenvolvimento os problemas ambientais são causados também pelo subdesenvolvimento, com milhões de pessoas a viver muito abaixo dos patamares mínimos imprescindíveis a uma existência humana decente, sem

alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde e saneamento adequados. Por outro lado, insta-se a que os países industrializados, onde os problemas ambientais estão geralmente ligados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico, se esforcem por reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento (§ 4.º da Proclamação). Entre os principais compromissos assumidos pelo documento, composto por 23 princípios antecedidos de uma proclamação organizada em sete parágrafos, sobressaem aspetos como a importância crucial dos ecossistemas para o bem-estar humano e a defesa da precaução e da preservação dos recursos como princípios fundamentais da ação humana, considerando-se “a planificação racional [...] um instrumento indispensável, para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente” (§ 5.º da Declaração de Princípios).

Estas orientações, exprimindo as preocupações acerca dos efeitos provocados pelos seres humanos no ambiente, em especial os que são decorrentes da pobreza e do subdesenvolvimento, serão reafirmadas e aprofundadas dois anos mais tarde, no seminário no México acima referido, do qual resulta a Declaração de Cocoyoc (http://helsinki.at/projekte/cocoyoc/COCOYOC_DECLARATION_1974.pdf). Nela se inventariam problemas e causas e se apresentam soluções para um desenvolvimento mais sustentado. Os signatários sublinham que a incapacidade da sociedade para proporcionar uma vida feliz e segura à generalidade dos seres humanos não é consequência da falta de recursos materiais mas sim resultado do modo como a economia e a sociedade se organizam, com destaque para a desigualdade. É interessante observar as críticas severas ao *world market system*, isto é, ao capitalismo, hoje não só absolutamente surpreendentes como de improvável aprovação, atendendo à atual correlação de forças e à hegemonia do pensamento liberal. O capitalismo é acusado de funcionar favorecendo os mais ricos em detrimento dos pobres.

A Declaração apresenta um programa político para o desenvolvimento, começando por defini-lo. No entender dos signatários, este não deve ter como finalidade o desenvolvimento de coisas mas sim o desenvolvimento do ser humano. Este, por sua vez, tem necessidades básicas como alimentação, abrigo, vestuário, saúde e educação, que devem ser satisfeitas, sob pena de tal ferir gravemente a ideia de desenvolvimento. Por outro lado, os signatários consideram que qualquer forma de crescimento que beneficie apenas os mais ricos e mantenha ou até reforce as desigualdades entre países e no interior de cada país não pode ser classificada como desenvolvimento, é antes exploração. Antecipando argumentos posteriormente expostos por A. S. Lopes (1980) e

por Sen (1999), na Declaração afirma-se que o desenvolvimento não é apenas a satisfação das necessidades humanas básicas, é também a liberdade de expressão, o direito ao trabalho e, ainda mais radical, o direito a não se ser alienado através de processos de produção que se servem dos seres humanos como simples ferramentas. Prefigurando o conceito de desenvolvimento sustentável, que apenas será formulado na década seguinte, reconhece-se que é necessário também impor limites às necessidades humanas, pois elas podem provocar danos não só nos próprios indivíduos e na sociedade em geral – que encontram na “compulsão pelo consumo” uma das expressões mais fortes – mas também no ecossistema, uma vez que este é finito.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” foi elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ficou conhecida como Comissão Brundtland. Esta comissão, criada em 1983, foi responsável pelo relatório *Nosso futuro comum*, onde os autores apresentaram propostas para uma agenda orientada para o desenvolvimento sustentável. Na sua perspectiva, o desenvolvimento é sustentável quando satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para fazer face às suas necessidades. O relatório está organizado em três partes: (i) preocupações comuns; (ii) desafios comuns; (iii) esforços comuns. Nele se analisam de forma muito aprofundada os problemas e desafios que atingem a sociedade humana, como os que se relacionam com a população, a segurança alimentar, o ambiente, a energia e a urbanização, bem como as soluções, nomeadamente no domínio da produção industrial, da paz e de outras intervenções orientadas para o bem comum da humanidade.

Uma ideia forte atravessa todo o relatório: a da existência de um destino comum a cumprir-se num planeta finito. Daí a necessidade imperiosa de compromissos e ações envolvendo todos os países, nomeadamente no que respeita à paz, à proteção do ambiente e à redução das desigualdades e da pobreza. Reconhecendo a importância decisiva em que terá de assentar a sustentabilidade – ecologia, economia e equidade social –, as medidas propostas abrangem os mais diversos campos, nomeadamente demografia, recursos básicos, biodiversidade, ecossistemas, energias renováveis, habitação e urbanismo e consumo racional e sustentável de água e alimentos. Ou seja, procura-se combinar desenvolvimento económico com bem-estar social e sustentabilidade. Trata-se de aplicar o desenvolvimento sustentável, de modo a que se garanta a preservação dos sistemas naturais dos quais depende a vida do planeta, como a atmosfera, os solos e a água. Tal implica uma profunda transformação, não apenas económica mas também social e cultural, enfim, uma mudança radical

no modo de vida que, ao mesmo tempo que procura preservar o planeta, promove o bem-estar geral da humanidade [Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento 1991 (1987)].

Bem acolhido, nomeadamente pelos movimentos ambientalistas, o conceito de desenvolvimento humano foi sujeito a uma vibrante discussão e aprofundamento ao longo da década de 1990, procurando-se encontrar os caminhos para que o crescimento económico contribuisse efetivamente para a erradicação da pobreza. O conceito merece o melhor acolhimento no primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano produzido pelo PNUD, em 1990, no qual se entende que a situação socioeconómica de um país não se pode medir apenas em termos de desempenho económico, antes devendo ser considerados outros aspetos que concorrem para o bem-estar, como os relacionados com a educação, a saúde e a esperança de vida. Tendo como ideia-farol “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações” (www.pnud.org.br/IDH/RDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_RDH), o relatório apresenta o IDH como solução de medição alternativa ao até então utilizado PIB para avaliar e comparar o desempenho de cada país no domínio do desenvolvimento. Este indicador exprime as novas perspetivas decorrentes dos relatórios e documentos acima mencionados, procurando dar conta da pluralidade de aspetos que envolvem os indivíduos e os países onde eles vivem, rejeitando assim a avaliação com base exclusivamente no desempenho económico medido por indicadores como o do PIB *per capita*. Deste modo, reconhece-se que o bem-estar dos indivíduos não depende apenas do rendimento monetário disponível mas também de outros fatores como educação, saúde, liberdade e oportunidades de vida, enfim, as condições necessárias para uma vida longa e feliz. Esta visão mais complexa e menos economicista do desenvolvimento será posteriormente aprofundada por Sen (1999)³. Para o economista indiano, o desenvolvimento não se circunscreve apenas à esfera económica, mesmo que numa configuração sustentável, antes depende da expansão de outras liberdades, como as políticas e as sociais. A pobreza não implica apenas privação em relação às formas básicas de subsistência mas também a dificuldade (e mesmo a impossibilidade) de acesso aos instrumentos e recursos necessários para que os indivíduos possam lutar pela melhoria das suas condições de vida. Ou seja, falta de capacidade de agência, logo de poder de disposição – *Verfugungsgewalt*

3 Não será certamente coincidência que o relatório, cujo primeiro responsável foi o economista paquistanês Mahbub ul Haq, tenha contado com a colaboração de Sen (v. www.pnud.org.br/IDH/RDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_RDH).

segundo o sentido dado por Weber (*vd.* M. C. Silva 2010: 3) – para lutar por um outro destino.

Constatando a contradição entre uma opulência sem precedentes e a negação dos bens essenciais à realização da liberdade para a maioria, Sen propõe um desenvolvimento “doce” e flexível, no qual o crescimento económico é combinado com a melhoria das condições sociais e das liberdades individuais, incluindo nestas as capacidades do ser humano para se realizar individual e coletivamente nos mais diversos contextos (político, social e cultural). Reconhecendo os contributos relevantes do economista indiano para uma conceção mais densa do desenvolvimento, envolvendo aspetos como a liberdade, entendida num sentido muito mais amplo do que o processual-jurídico, M. C. Silva (2001) convoca a nossa atenção para a contradição fundamental no pensamento de Sen: à justa rejeição dos efeitos perversos do capitalismo não corresponde a oposição a este, antes o aceita, valorizando mesmo a economia de mercado. Neste sentido, a implementação das propostas de Sen, necessariamente orientadas para a identificação e a compreensão dos desafios que as populações e países pobres enfrentam, tem virtualidades mas também limites insuperáveis:

Se é crucial relevar o desenvolvimento como liberdade, não é possível realizar este objectivo sem colocar na agenda as questões das desigualdades, quase sempre banalizadas, senão mesmo ignoradas pelos defensores do *statu quo*. Certas “liberdades” fruídas por certas classes nomeadamente burguesas são o reverso das não-liberdades de classes exploradas e oprimidas tais como o campesinato, as classes trabalhadoras da indústria e serviços e outros grupos sociais ainda mais excluídos (desempregados, minorias étnicas). Uma política económica que não restrinja fortemente as liberdades das primeiras só pode ter um nome: política económica moralista, piedosa, ilusória. Pretender no quadro da actual ordem capitalista um desenvolvimento como liberdade não será afinal mais “utópico”-irrealizável do que pretender a mudança radical desta mesma sociedade? (M. C. Silva 2001: 345).

O desenvolvimento sustentável, enquanto conceito e bandeira política, foi assumido com manifesto sucesso mediático pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, mais conhecida por Cimeira da Terra, Eco 92 ou também Rio 92, realizada no Rio de Janeiro. Os quase 180 países participantes, exprimindo a necessidade urgente de ação para a preservação dos recursos naturais do planeta, procuraram definir o quadro da cooperação internacional no domínio do ambiente e da política de desenvolvimento. No entender de Spindler (2013), esta conferência lançou

as bases para a governação global do ambiente e seus problemas, através da elaboração de seis documentos, a saber: *(i)* declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficaria conhecida como Declaração do Rio; *(ii)* princípios da floresta; *(iii)* quadro para a convenção sobre as alterações climáticas; *(iv)* convenção sobre a diversidade biológica; *(v)* convenção de combate à desertificação; *(vi)* Agenda 21. Neste último documento, definiu-se um programa de ação para tornar sustentável o desenvolvimento, incluindo medidas concretas de preservação dos recursos naturais, redução do crescimento da população e proteção da atmosfera e da biodiversidade. Dando plena expressão à dimensão política do desenvolvimento, questões como a pobreza e a dívida externa dos países periféricos foram também alvo de recomendações, assim como a defesa e valorização das mulheres, dos povos indígenas, dos sindicatos e das ONG, entre outros, tendo em vista a concretização dos objetivos fixados no documento (www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/).

Mais recentemente, a Carta da Terra (<http://earthcharter.org/discover/the-earth-charter/>) adensa-se ainda mais na articulação da ecologia com a justiça social. Encontrando a sua origem nas recomendações da Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, e tendo uma primeira versão apresentada em 1992, num evento paralelo ao da Cimeira da Terra – Eco 92, o documento final seria lançado em Haia, em junho de 2000, após demorados debates e compromissos. Hoje apoiada por mais de 6000 entidades, incluindo governamentais e internacionais (<http://earthcharter.org/discover/what-is-the-earth-charter/>), na Carta da Terra defendem-se quatro princípios fundamentais: *(i)* respeito e cuidado com a vida em sociedade; *(ii)* integridade ecológica; *(iii)* justiça social e económica; *(iv)* democracia, não violência e paz. Em boa medida por ser uma construção política não governamental, a Carta da Terra leva mais longe do que qualquer outro documento a articulação entre ecologia e justiça social, democracia e paz, assumindo uma visão radical da sustentabilidade.

Em menos de uma década, o desenvolvimento sustentável conseguiu enraizar-se política e socialmente. Na transição do milénio, sublinha Castells (1999: 141ss), a larga maioria dos cidadãos europeus e norte-americanos assume uma filiação às causas ambientais. Por sua vez, as empresas multinacionais, incluindo as que atuam no setor da energia fóssil, procuram tornar as suas agendas mediáticas mais verdes. Os problemas ambientais passam também a fazer parte das agendas políticas, dos governos e das instâncias internacionais, condicionando as decisões económicas. Indiscutivelmente bem-sucedido, porém, as propostas de desenvolvimento sustentável não foram capazes, como

se procurará demonstrar, de solucionar os problemas fundamentais que se propõem atacar ao não questionarem as causas fundas que estão na origem destes.

2. PARA LÁ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O DECRESCIMENTO COMO ALTERNATIVA PÓS-CAPITALISTA?

Se bem que o conceito de sustentabilidade tenha representado um avanço inquestionável, largamente promovido em encontros internacionais – *v.g.*, Cúpula da Terra+5 em 1997 (www.un.org/esa/earthsummit/), Cimeira de Joanesburgo em 2002 (www.un.org/jsummit/) e Cimeira Rio+20, novamente realizada no Rio de Janeiro, em 2012 (<https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>)⁴ –, não só funciona muitas vezes como recurso retórico dos políticos (Spindler 2013), como foi capturado pelas grandes empresas multinacionais (Latouche 2009a), logo subordinado a lógicas mercantis. É o caso da constituição do mercado de carbono, com a compra e venda de direitos de emissão de dióxido de carbono, isto é, do direito a poluir contra o pagamento de uma dada importância por tonelada emitida. E é também o caso, de um modo ainda mais amplo, porque envolvendo os mais diversos campos das atividades mercantis, das chamadas “economia verde” e “economia circular”⁵. Assim, o desenvolvimento sustentável tem-se mostrado incapaz de superar os desafios e problemas contemporâneos, em boa medida por não questionar de modo suficientemente vigoroso alguns dos pilares sem os quais o capitalismo tem dificuldade em viver, como é o da expansão permanente:

Por que motivo os capitalistas reinvestem na expansão, em vez de esbanjarem os seus lucros? É aqui que as “leis coercivas da concorrência” desempenham um

4 Nesta discussão é necessário também considerar os avanços, ainda que precários, alcançados no domínio do ambiente pelas conferências organizadas pela UNFCCC sobre os problemas colocados pelas mudanças climáticas. A destacar temos o acordo conhecido por Protocolo de Quioto, estabelecido nesta cidade japonesa em 1997 e que entrou em vigor em 2005, assim que se logrou a ratificação por parte dos 55 países responsáveis por 55% das emissões totais lançadas para a atmosfera. Procurando reduzir a emissão de seis gases com efeitos de estufa, tal implicou a definição ou a melhoria de políticas nacionais orientadas para o incremento da eficiência energética, da promoção de práticas agrícolas menos danosas para o ambiente e, em especial, do desenvolvimento de energias renováveis (http://unfccc.int/kyoto_protocol/background/items/2879.php).

5 Beneficiando do largo apoio das instituições e dos principais governos europeus, ambas procuram compatibilizar a sustentabilidade com o mercado, de modo a que esta possa tirar partido daquela. E, claro, garantir que as empresas europeias capturam uma parte significativa dos lucros que elas podem gerar (*vd.*, entre outros, *The European environment – state and outlook 2015* (2015)).

papel decisivo. Se eu, capitalista, não reinvesto na expansão e um concorrente reinveste, é provável que eu seja afastado do negócio dentro de algum tempo. Tenho de proteger a minha quota de mercado. Tenho de reinvestir para continuar a ser capitalista. [...] Existe outra motivação para reinvestir. O dinheiro é uma forma de poder social de que os indivíduos se podem apropriar. Além disso, é uma forma de poder social sem limites inerentes. Há um limite para a quantidade de terra que uma pessoa pode possuir, para os bens físicos que pode controlar. Imelda Marcos tinha 6000 pares de sapatos, como se descobriu depois do derrube da ditadura do seu marido, mas isso ainda era um limite, do mesmo modo que as pessoas riquíssimas não podem ter milhares de milhões de iates ou de vivendas enormes. No entanto, não existe nenhum limite natural aos milhares de milhões de dólares que um indivíduo pode controlar (Harvey 2011: 57-58).

O capitalismo vive, pois, da expansão do capital (e sua circulação) sem que os capitalistas se preocupem com os seus efeitos ambientais e a finitude dos recursos naturais, ao mesmo tempo que naturalizam a desigualdade social, tornando legítimo que a riqueza e o poder possam ser apropriados por uma minoria. Ou seja, não sendo o desenvolvimento sustentável capaz de superar os problemas fundamentais provocados pelo capitalismo, há um outro debate teórico e político que tem por base uma rutura radical com o produtivismo, a competição e o crescimento: é o debate em torno do decrescimento, a bem dizer tão velho como as próprias teses do desenvolvimento sustentável. O decrescimento vai muito para lá das questões ambientais, implicando as suas propostas alterações nos modos de vida dos cidadãos, na cultura e na política; quer dizer, exige a construção de uma sociedade radicalmente diferente e livre das peias do produtivismo e do consumismo – “o compro, logo existo” de Bauman (2007) –, desde há muito criticados por, entre outros, Illich (1973) e Gorz (1997). Por isso, como se procurará argumentar,

qualquer projeto anticapitalista no Norte desenvolvido de princípios do século XXI tem de ser, por necessidade, decrescimentalista, autogestionário e antipatriarcal. De contrário estará a fazer o jogo dramaticamente – invertamos o argumento enunciado por quem nos critica – do sistema que pretende contestar. Mas, ao mesmo tempo, e em paralelo, lutemos, claro que sim, por nos afastar das eventuais modulações do decrescimento que não se revelam manifestamente anticapitalistas (Taibo 2010: 10).

O relatório *The Limits to Growth*, da responsabilidade de um grupo de investigadores e cientistas liderado por Meadows, por solicitação do então recém-criado Clube de Roma⁶, é incontornável no despoletar do debate sobre os limites a que o planeta se encontra sujeito, ao analisar os cinco fatores que, no entender dos autores, determinam o crescimento a nível global: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição (Meadows *et al.* 1972: 11-12). “Sabidamente malthusiano” (Davis 2006: 13), este relatório surgiu numa época marcada por uma intensa contestação social ao capitalismo, aliás sempre presente desde a sua origem:

Os vários séculos de predomínio do capitalismo não conseguiram diminuir a indignação e a resistência efetiva contra os valores e as práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema económico e forma civilizacional. De facto, a história do capitalismo, desde o seu aparecimento no que Wallerstein (1979) designou por “longo século XVI”, é também a história das lutas de resistência e da crítica contra esses valores e práticas (B. S. Santos e Rodríguez 2003: 21).

Se em França o Maio de 1968 foi o momento culminante da agitação, não constituindo o ambiente uma questão central nos protestos dos estudantes e trabalhadores, nos EUA a agenda da contestação já o incluía. No entender de Harvey, o modelo de urbanização implementado pós-Segunda Guerra Mundial neste país contribuiu largamente para as revoltas:

as características desumanas da vida urbana desempenharam um papel nas espetaculares movimentações de protesto ocorridas nos Estados Unidos em 1968. Alguns estudantes suburbanos brancos de classe média revoltaram-se. Em Santa Barbara, na Califórnia, queimaram um *Chevy* na areia e pegaram fogo a um edifício do Bank of America, para mostrar o seu descontentamento. Estabeleceram alianças com outros grupos marginalizados, manifestaram-se contra o imperialismo norte-americano (a guerra do Vietname) e contra um consumismo suburbano ambientalmente insustentável (o primeiro Dia da Terra foi celebrado em 1970). Desencadearam um movimento poderoso, ainda que rudimentar, que visava a

6 O Clube de Roma tem a sua origem numa reunião realizada em abril de 1968, na qual este presente um pequeno grupo de pessoas das áreas da diplomacia, indústria, ciência e sociedade civil, a convite do italiano Aurelio Peccei. Como principais inquietações colocavam-se o pensamento de curto prazo a nível internacional e o consumo de recursos finitos num mundo finito e cada vez mais interdependente. Alcançou enorme notoriedade com o relatório coordenado por Meadows, publicado em 1972 (v. www.clubofrome.org/?p=375).

criação de um outro tipo de mundo, incluindo um tipo diferente de vivência urbana e uma relação diferente com a natureza (Harvey 2011: 188-189)⁷.

Este lastro histórico onde medrou a teorização em torno do decrescimento é fundamental para o compreender. Longe de ser um produto exclusivo da reflexão de teóricos, cujo contributo é indiscutível, o decrescimento resulta também das lutas sociais e políticas nas quais muitos académicos e teóricos participam. Envolvendo movimentos ambientalistas, antinucleares, de defesa dos povos indígenas, de estilos de vida alternativos e da preservação da biodiversidade e da vida selvagem, entre outras causas e agendas, o decrescimento é também um imenso espaço de debate e imaginação de alternativas societais ao capitalismo.

Procurando o rigor conceptual, Latouche (2009a) considera ser mais adequado utilizar a expressão “acrescimento” – não se confundindo com o chamado crescimento negativo, em si mesmo uma contradição de termos –, na medida em que ela facilita o descolamento em relação às noções comuns de progresso e de desenvolvimento, rejeitando aquilo que designa por um “culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo crescimento”. Ou seja, o negócio rentável para alguns que compromete a natureza, as gerações futuras, a saúde dos cidadãos, as condições de trabalho dos assalariados e muitos dos países pobres e cada vez mais também os ricos. E que não assegura o bem-estar social, pois, como assinalam, entre outros, Cheynet (2008) e Taibo (2010), o crescimento económico não se traduz necessariamente em coesão social, em melhoria dos serviços públicos ou na redução da pobreza e do desemprego. Atendendo à finitude dos recursos do planeta, não podemos continuar a perseguir infinitamente o crescimento e a expansão do consumo. Interpelar e rejeitar o crescimento e o consumo sem limites, dos quais tira largo partido o capital, é fundamental para abrir outras perspectivas humanas comprometidas com a construção de uma sociedade onde se possa viver melhor, consumindo menos, o que não se confunde com penúria e privação. Convém, aliás, acabar com todas as ficções desenvolvimentistas:

7 Podemos ver no movimento *Slow Cities* uma expressão concreta dessa procura de alternativas para a vida urbana mencionada por Harvey, tendo em vista, entre outros objetivos, a proteção e defesa do ambiente, a promoção da diversidade cultural e uma vida mais saudável (www.slowmovement.com/slow_cities.php). Com origem em outro movimento, o da *Slow Food*, nascido em 1986, em Itália, faz parte de uma corrente global de organizações e ativistas apostados em abrandar a intensidade com que se vive, trabalha e consome (www.slowmovementportugal.com/).

Visto que não há no planeta lugar para sete mil milhões de consumidores, a nossa primeira obrigação consiste em reduzir sensivelmente as nossas ilusões a esse respeito, tanto mais quanto o Norte rico consome 10 vezes mais energia do que o Sul, 14 vezes mais papel, 18 vezes mais produtos químicos, 10 vezes mais madeira, 6 vezes mais carne, 3 vezes mais peixe, cimento e água doce, 19 vezes mais alumínio e 13 vezes mais ferro e aço (Taibo 2010: 33).

Em suma, criticando severamente as lógicas produtivistas e consumistas que não consideram devidamente os limites ecológicos do planeta, sublinhando os problemas provocados pelo contínuo crescimento da população num planeta finito – revelando-se aqui uma influência neomalthusiana –, o decrescimento não é apenas mais um contributo para se pensar e imaginar alternativas ao capitalismo: só pode ser aplicado para lá deste, no quadro de uma sociedade pós-capitalista decorrente, como justamente assinala Löwy (2013: 84), da transformação revolucionária da sociedade, já não no sentido dado por Marx – a locomotiva da história – mas como ação que trava o comboio que nos leva ao abismo da catástrofe ambiental. E com isso proceder a uma reconfiguração radical da civilização humana, necessariamente progressista, pois trata-se de lutar por um futuro melhor.

3. O DECRESCIMENTO: AS PROPOSTAS

São muitas e nem sempre coincidentes as propostas em torno do decrescimento (Riechmann 2006 e 2009, Sempere 2008, Cacciari 2010, García Camarero 2010, Jackson 2011, Latouche 2005, 2008, 2009a, 2009b, 2012a e 2012b, Mosangini 2012, Skidelsky e Skidelsky 2012, Taibo 2010 e Ridoux 2006). No seu influente *Pequeno tratado do decrescimento sereno*, publicado originalmente em França em 2007, Latouche (2009a) apresenta a sua visão para uma sociedade de decrescimento, explicitando o modo como a transição das sociedades fundadas no crescimento e consumo se pode realizar, evitando assim o cenário de catástrofe ambiental e humana do qual, entende o autor, nos aproximamos a passos largos. Mais do que um simples conceito, o decrescimento pode ser entendido como

uma bandeira sob a qual se reúnem os que procuram formular uma crítica radical do desenvolvimento e querem desenhar os contornos de um projeto alternativo para uma política do após-desenvolvimento. Sua meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos (Latouche 2009a: 6).

Podendo olhar-se para o decrescimento como “uma proposta necessária para que volte a abrir-se o espaço da inventividade e da criatividade do imaginário bloqueado pelo totalitarismo economicista” (Latouche 2009a: 6), ele surge, em boa medida, como uma resposta ao fracasso da agenda desenvolvimentista. Confrontado com a persistência da pobreza e da degradação ambiental, Latouche (2009a) reconhece os contributos decisivos de André Gorz, François Partant, Jacques Ellul, Bernard Charbonneau e sobretudo de Cornelius Castoriadis e Ivan Illich. Ainda que fundados em perspectivas teóricas nem sempre coincidentes, os seus argumentos darão potência à tese central do decrescimento: a sociedade do crescimento não só não é sustentável como não é desejável. Latouche sublinha a influência exercida por Nicholas Georgescu-Roegen no campo da teoria económica. Pioneiro da bioeconomia, também designada por economia ecológica, Georgescu-Roegen [1999 (1971) e 1995] convocou a nossa atenção para a antinomia entre um crescimento infinito num mundo finito, sugerindo a substituição da ciência económica tradicional por uma outra economia, cujo funcionamento não pode ignorar nem ser feito em contradição com as condições e limites da biosfera. As críticas ao crescimento ilimitado estão solidamente ancoradas na insustentabilidade da chamada pegada ecológica, na qual a capacidade de regeneração do planeta está largamente excedida, pois a transformação dos recursos em resíduos é mais rápida do que a ação da natureza em os absorver e voltar a transformá-los em novos recursos (www.footprintnetwork.org). Concretizando, o planeta possui 51 mil milhões de hectares, sendo que apenas uma pequena parte, cerca de 12 mil milhões de hectares, é útil para a população humana. Se fosse “distribuída” de forma igual por todos os seres humanos, daria aproximadamente 1,8 hectares por pessoa. Porém, em média, não considerando as enormes assimetrias, entre países e entre indivíduos, cada ser humano consome já cerca de 2,2 hectares; logo estamos manifestamente a viver acima das possibilidades da natureza)⁸.

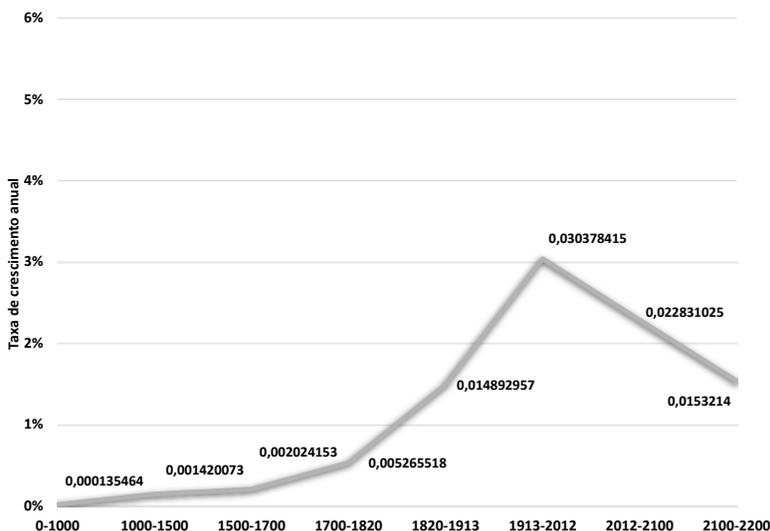
Taibo (2010) e Latouche (2009a), entre outros, sublinham a dimensão agitadora enquanto conceito e proposta de ação. Procurando marcar a sua distância em relação ao “desenvolvimento sustentável”, a crítica de Latouche (2009a) vai sobretudo para o que representa, no seu entender, a expressão “desenvolvimento”. Se a “sustentabilidade” não deixa de convocar a nossa atenção

8 O caso da ilha da Páscoa é um exemplo impressionante das consequências resultantes da sobre-exploração dos recursos naturais. Por razões estatutárias e de luta simbólica pelo poder, a utilização excessiva de árvores, muito para além da capacidade de regeneração da floresta, conduziu a um colapso ecológico que praticamente acabou com a sociedade local. Louçã e Caldas (2009: 282-283) oferecem-nos uma interessante análise deste processo de destruição ambiental.

para a relevância da prudência e da responsabilidade, já o “desenvolvimento”, argumenta o economista francês, assumindo uma posição muito questionável, é etnocêntrico e etnocidário. A aplicação destes dois conceitos, sublinha Latouche (2009a: 10), de modo algum impulsionou alterações decisivas nos modos de vida e padrões de consumo ou impediu o livre funcionamento da economia capitalista.

Caracterizada por Latouche (2009a) como uma economia do crescimento pelo crescimento, dificilmente será viável a longo prazo, já que os pressupostos em que assenta, os do crescimento ilimitado, não são conciliáveis com os limites do planeta, como bem mostram as alterações climáticas, a rarefação de recursos fundamentais como a água doce e a destruição da biodiversidade. Aliás, mesmo que nada seja alterado, as previsões para a produção mundial para os próximos dois séculos apontam para uma redução progressiva e substancial da taxa de crescimento médio anual da economia mundial (Figura 5). Se esta situação não deixa de exprimir o esgotamento do capitalismo, com o futuro a apontar para que o crescimento fique aquém do verificado nos últimos cem anos, ela reforça as possibilidades políticas e sociais das propostas decrescentistas.

Figura 5. Taxa de crescimento da produção mundial desde a Antiguidade até 2200



Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty 2013).

Pressionada pelos problemas da sustentabilidade, a sociedade de crescimento deve ser questionada, tornando-se pertinente pensar numa sociedade de decrescimento, radicalmente diferente. Na visão de Latouche (2009a), tal implica uma transformação societal assente em oito “R” que concorrem para construir o “círculo virtuoso do decrescimento sereno”: reavaliar, reconceptualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar. Procedendo ao seu escrutínio, Latouche (2009a: 43-58) define-os do seguinte modo:

- (i) *reavaliar* significa interpelar os valores dominantes, questionando o primado do dinheiro, do individualismo, da competição e do consumismo nas relações sociais e procurando outros valores como a cooperação, a solidariedade e a moderação;
- (ii) *reconceptualizar* traduz uma outra forma de conhecer a realidade, redefinindo conceitos como pobreza e riqueza, escassez e abundância, tendo em vista combater a produção incessante de necessidades e a extensão permanente da mercantilização;
- (iii) *reestruturar* implica a adaptação do aparelho produtivo e das relações sociais em função da mudança de valores orientados para a construção de uma sociedade de decrescimento inevitavelmente ligada à superação do capitalismo;
- (iv) *redistribuir* exige a distribuição menos desigual da riqueza e o acesso ao património natural por todos os países, sejam do Norte, sejam do Sul, bem como dentro de cada sociedade, sem distinção de classe, género e idade;
- (v) *relocalizar* significa dar prioridade à produção local dos produtos destinados à satisfação das necessidades da população, através de empresas locais financiadas pela poupança coletada também localmente, reduzindo assim os “consumos intermédios”, como transportes e energia, sem efeitos no consumo dos indivíduos;
- (vi) *reduzir* implica diminuir o impacto sobre a biosfera provocado pela existência humana, através da alteração dos modos de produzir e de consumir, limitando o consumo excessivo e o desperdício, incluindo ainda a redução das viagens e deslocações, bem como as horas de trabalho;
- (vii) *reutilizar* traduz-se no alargamento da vida útil dos equipamentos e dos bens produzidos, nomeadamente através da sua partilha, combatendo assim a obsolescência e o desperdício;
- (viii) *reciclar*, prática no final da linha, significa recuperar, transformar e dar nova utilidade aos equipamentos e bens sem condições de reutilização.

Embora todos sejam fundamentais para a concretização da “utopia concreta” (Latouche 2009: 40), porque proposta concretizável, Latouche atribui especial relevo à reavaliação, chave intelectual para a mudança, à redução, porque nela se inscrevem alguns dos princípios fundamentais do decrescimento, e à realocização, pois é através dela que se pode realizar a transformação da economia e da vida dos indivíduos. Trata-se de incrementar a autonomia local, nomeadamente a nível alimentar, energético e económico, através da valorização da produção agrícola de proximidade, a autossuficiência energética pelo recurso às energias renováveis e o incentivo à comercialização local de bens e serviços. Tal convoca ainda o conceito de comércio justo, também ele comprometido com a sustentabilidade, a justiça, a confiança e a devida consideração dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades comerciais, sobretudo aquelas que envolvem muitos intervenientes e transportes a longa distância (*vd.* Cotera e Ortiz 2009).

O decrescimento implica um projeto político coletivo enraizado no território enquanto espaço de vida em comum, participado e democrático. A sua implementação pode fazer-se de forma faseada, através do que Latouche designa por “iniciativas locais decrescentes”, a saber: (i) redução do consumo de energia; (ii) utilização nas cantinas escolares, hospitalares e outras de natureza pública produtos da agricultura biológica; (iii) não utilização de OGM; (iv) prioridade à compostagem como solução para a redução dos resíduos orgânicos e a fertilização dos terrenos agrícolas; (v) eliminação do uso de pesticidas na manutenção dos espaços públicos; (vi) promoção dos transportes públicos e das ciclovias. No mesmo sentido se pronuncia Taibo (2010: 73-79), quando imagina os seis alicerces em que deverá alicerçar-se o projeto societal simultaneamente pós-capitalista e pós-desenvolvimentista: (i) simplicidade e sobriedade voluntárias, expressas nomeadamente em menos consumo; (ii) defesa do lazer face ao trabalho, combatendo a centralidade e sobretudo a compulsão por ele na vida quotidiana, de forma a reduzir o tempo de trabalho e proporcionar trabalho para todos; (iii) primazia da partilha face às lógicas da propriedade e do consumo ilimitado; (iv) redução de muitas das estruturas produtivas, das organizações administrativas e dos sistemas de transporte; (v) valorização do local face ao global, de forma a reduzir o uso dos transportes, especialmente as viagens de longa distância; (vi) aprofundamento das políticas redistributivas, incluindo a implementação nos países mais ricos do rendimento básico de cidadania.

Assim, a organização de uma sociedade do decrescimento deverá considerar a imaginação de uma outra economia, na esteira do proposto na viragem

do milénio por Ramonet (2000: 6-7), comprometida com a redução da desigualdade, o acesso generalizado aos bens públicos essenciais ao bem-estar, o controlo dos mercados financeiros e a extinção dos paraísos financeiros. Terá ainda de promover a democratização do trabalho disponível, incentivando as políticas de lazer e de ocupação dos tempos livres, e atribuir a cada cidadão um rendimento mínimo, desde o nascimento e sem conexão com a sua condição familiar ou profissional. Esta última medida é uma proposta ambiciosa, fundada no princípio de que a capacidade produtiva para gerar riqueza assenta nos saberes científicos e técnicos acumulados pelas gerações anteriores. Trata-se de substituir o princípio de um rendimento para existir pelo princípio do rendimento porque se existe. A implementar de modo faseado, a começar pelos países centrais, deverá ser progressivamente universalizado de forma a garantir a todos, sem exceção, o acesso aos bens sociais fundamentais. Sublinhe-se que a sua implementação universal está longe de ser uma utopia longínqua, pelo menos se avaliada considerando a riqueza mundial existente⁹. Implicará também a rejeição do PIB como principal critério de desempenho dos países, por assentar numa lógica simultaneamente economicista e produtivista. Ainda que constituindo um campo também de debate, longe de estar encerrado, existem já outros critérios como Indicador de Progresso Genuíno, Índice de Riqueza Inclusiva, Índice do Planeta Feliz, Felicidade Interna Bruta, para além do consagrado e já mencionado IDH.

Atendendo às situações muito desiguais em que os diversos países e povos do mundo se encontram, esta proposta teórica de viver melhor consumindo menos não pode ser aplicada de modo homogéneo, como reafirmou Klein (2014) em texto recente. A pobreza e as carências materiais que continuam a afetar uma parte significativa das populações nos países periféricos interpelam e exigem um aumento do consumo que deverá ser contrabalançado com uma redução significativa nos países centrais, de forma a reforçar a viabilidade geral do planeta. Ou seja, de modo algum as propostas decrescentistas se traduzem em fazer da miséria uma realidade perene nos países pobres. Por exemplo, para África o decrescimento da pegada ecológica não é nem necessário nem desejável. No entanto, tal não significa que aqui também se estabeleça uma sociedade de crescimento, como é já notório entre as classes sociais mais afluentes,

9 O rendimento básico universal tem ocupado largamente a intervenção pública e a produção intelectual de Van Parijs. Fundador da Rede Europeia de Rendimento Básico, em 1986 – esta rede deu lugar à Rede Mundial de Rendimento Básico (v. www.basicincome.org/bien/aboutbien.html#history). Van Parijs é o autor, juntamente com Yannick Vanderborght, de uma das obras de referência sobre o tema (Vanderborght e Van Parijs 2006).

imersas em práticas de consumo simultaneamente compulsivo e conspicuo, segundo o sentido dado por Veblen [1970 (1899)]. Trata-se de romper com a dependência económica e ideológica em relação aos países centrais, procurando soluções locais e regionais, nomeadamente no domínio agrícola e industrial, que contribuam para a realocação das atividades económicas e o incremento da autonomia em relação aos países centrais, tendo como objetivo concretizar uma vida melhor para todos. De igual modo, os governos democráticos populares na América Latina enfrentaram estes dilemas. Na crítica severa de Frei Betto, o modelo de desenvolvimento dominante nas últimas duas décadas no sul do continente americano, que designa como pós-neoliberal,

não consegue fugir da equação que associa qualidade de vida e crescimento económico segundo a lógica do capital. Enquanto não socializa culturalmente a proposta indígena do bem viver, para a grande maioria viver bem será sempre sinónimo de viver melhor em termos materiais (Betto 2014: 13)¹⁰.

A questão do trabalho é central nas teses pós-desenvolvimentistas do decrescimento. Envolvendo a produção de bens materiais e serviços com valor de uso, incluindo todos os processos a eles necessários, o reconhecimento de atividades humanas como trabalho depende das condições objetivas, nomeadamente jurídicas, mas também dos significados subjetivamente atribuídos pelos indivíduos às suas ações. Ou seja, o trabalho tem de ser compreendido considerando os contextos em que os atores sociais atuam e o modo como neles se inscrevem. Assim, para uns construir uma casa ou reparar um automóvel pode ser trabalho, enquanto para outros são atividades de lazer executadas durante o tempo livre. Para as mesmas pessoas, estas tarefas podem ser uma e outra coisa, dependendo das circunstâncias em que elas são cumpridas. Daí que pensar o trabalho implica o seu contraponto, o lazer. Um não existe sem o outro. Operando uma rutura radical com o passado, foi com a modernidade que o trabalho e o não trabalho passaram a ser organizados em esferas

10 O texto de Mamani (2010) sobre o bem viver/viver bem é uma das principais referências no campo das propostas indígenas latino-americanas. Tendo por base a experiência política da Bolívia liderada por Evo Morales, Mamani confronta os diversos paradigmas (ocidental, indígena tradicional e comunitário), propondo uma alternativa económica e moral fundada no consumo sustentável e na redução, reutilização e reciclagem. Na sua perspetiva moral, viver bem não depende do consumo desenfreado ou da acumulação de riqueza. Considera ainda que é necessário recusar o individualismo, a mercantilização de todos os campos da vida social e a conceção da natureza como um simples recurso a explorar, inerte, sem vida.

separadas. Elemento da ordem social moderna, o lazer possui um valor moral relacionado com o progresso social e é parte vital de uma sociedade desejável.

Nas soluções de decrescimento está também a redução significativa do tempo de trabalho de forma a assegurar trabalho para todos os que têm condições para trabalhar, reforçando os direitos laborais e a valorização dos salários. A saída do produtivismo e do crescimento não se poderá fazer sem a mudança radical do lugar do trabalho e do modo como ele preenche a vida dos indivíduos. Assim, o enraizamento do decrescimento exige não só uma redução quantitativa do tempo de trabalho e da intensidade com que é exercido, mas também a sua transformação qualitativa, de forma a acabar com a centralidade social e ideológica do trabalho, tendo em vista o viver melhor para todos, sem exceção, aproximando-se assim o decrescimento da conceção liberal-igualitária de justiça que, no entender de alguns dos seus teóricos mais proeminentes,

pretende combinar, por um lado, um respeito igual relativamente a todas as conceções “razoáveis” de vida boa que se confrontam nas nossas sociedades pluralistas e, por outro lado, o desejo imparcial de assegurar a cada cidadão, tanto quanto possível, aquilo que lhe é necessário para a prossecução da realização da sua conceção de vida boa (Arnsperger e Van Parijs 2003: 52).

Em suma, trata-se de trabalhar e consumir menos para viver melhor. Uma certa frugalidade no dizer de Judt (2010: 38), cujo oposto “não é a prosperidade mas *luxe et volupté*”, compatível com o desenvolvimento indefinido de atividades como a educação, a arte, a investigação fundamental, desde que tal não implique o consumo irracional de recursos finitos, conforme o proposto há mais de 250 anos por Mill [1951 (1848)].

CAPÍTULO 4.

UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO? GLOBALIZAÇÃO, CRISE, UM PAÍS E A RECOMPOSIÇÃO DO MUNDO

1. A GLOBALIZAÇÃO: ORIGENS, FACES, CRÍTICAS

Repetidamente utilizada na academia, na política e na área empresarial, a palavra “globalização” faz parte do léxico popular, mesmo dos cidadãos menos escolarizados. Em Portugal e em qualquer outro lugar do mundo parece existir a consciência do que ela significa. Ela tem e produz sentido, o seu uso por toda a parte é, como bem argumenta Giddens (2000c: 20), “a melhor prova da evolução que ela representa”. Há, pois, que escrutinar, discutir e compreender a “globalização”. Procurando pensá-la a partir de um lugar esdrúxulo, Waters propõe uma abordagem interpeladora a este conceito:

A localização geográfica da Tasmânia, só ultrapassada eventualmente pela da terra do Fogo ou da Mongólia Exterior, faz dela o lugar perfeito para avaliar a globalização em toda a sua extensão. Se alguém puder colocar-se aqui, no limiar da sociedade humana, olhando o norte através do vasto continente deserto australiano e o sul em direcção ao vazio e à desolação, sabendo que se encontra a milhares de quilómetros de “cidades globais” como Tóquio, Frankfurt ou Los Angeles e se, mesmo assim, sentir que faz parte do mundo, então a globalização é verdadeiramente um processo impressionante (Waters 1999: xi).

A palavra “globalização” tem uma origem anglo-saxónica. Já os autores de língua francesa utilizam “mundialização”¹. Se até finais da década de oitenta do

¹ Embora reconhecendo que estamos perante expressões sinónimas, Forrester (2000: 9) apresenta-nos uma distinção singular: a “globalização” é mais forte do que a “mundialização”, pois remete-nos não apenas para a ideia de conquista e de alastramento a todo o planeta, mas

século passado a palavra era pouco comum, acabaria rapidamente por se generalizar a todo o planeta (Giddens 2000c: 20). Seguindo M. C. Silva (2000) e F. B. Ribeiro e Portela (2002), a sua generalização deveu-se, em boa medida, à utilização da expressão por parte dos gestores de empresas multinacionais. Estando ligada à convergência dos mercados a nível global, logo económica, a globalização não se circunscreve apenas a este campo, exercendo uma influência muito intensa sobre os mais diversos domínios da vida quotidiana. Também não se confina a um continente, região ou grupo de Estados, antes abrangendo todo o planeta. Usada em diferentes contextos e segundo pressupostos bem diversos, tem um sentido profundamente polissémico. Muitos entendem que estamos perante um fenómeno novo, ao qual atribuíram diferentes nomes: globalização (Featherstone 1991, Giddens 2000c), formação global (Chase-Dunn 1991), sistema global (Sklair 1991), cultura global (Appadurai 1996, Robertson 1992). Através deste esforço conceptual, tenta-se definir um conceito que caracterize a intensificação das relações sociais e do entendimento do mundo como um todo, da interdependência, nomeadamente económica, do aprofundamento das condições para a criação de um mercado global e da compressão geográfica radical do mundo. Definindo-a,

a globalização refere-se a um conjunto multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, estendem e intensificam interdependências e intercâmbios sociais à escala mundial, enquanto, ao mesmo tempo, encorajam nas pessoas uma consciência crescente de ligações cada vez mais profundas entre o local e o longínquo (Steger 2006: 22).

Conectando lugares, a “ação à distância” (Schuerkens 2003: 210) poderá ser considerada como um dos elementos mais decisivos da globalização, implicando que o que é feito ou acontece num determinado local possa ter repercussões à escala planetária. A economia do caju em Moçambique, em especial o seu sector industrial, é um caso bem elucidativo da “ação à distância” e seus efeitos em lugares completamente distintos e afastados daqueles onde as decisões foram tomadas (F. B. Ribeiro 2010). Em concreto, o encerramento das grandes fábricas de castanha de caju moçambicanas só pode ser compreendido se considerarmos as decisões políticas e os interesses das instituições internacionais, com destaque para o BM e o FMI, cujas sedes se localizam em Washington, a muitos milhares de quilómetros de Moçambique.

também para a vontade de investir e de englobar todos os elementos físicos e imateriais que compõem o planeta.

A globalização implica também uma compressão radical do espaço-tempo a nível mundial, sobre a qual se têm debruçado, entre outros, Bauman (1999) e Harvey (1992). Se na perspetiva deste último está em curso uma revolução das características objetivas do espaço e do tempo, de que decorrem mudanças radicais nas representações que fazemos do mundo e, conseqüentemente, crises de identidade mais ou menos profundas, já para Bauman conceitos como “perto” e “longe”, “dentro” e “fora”, essenciais para a produção e sentido geográfico, tornaram-se secundários ou mesmo inúteis.

Analisar a globalização implica escrutinar a sua idade. Alguns consideram que as suas origens se confundem com as origens do próprio sistema mundial capitalista. Por exemplo, para Wallerstein (1999: 149-150), o fenómeno não é novo, existindo desde o século XVI. O autor argumenta que, tal como acontece no nosso tempo com a fabricação de viaturas com peças oriundas de fábricas localizadas em diferentes continentes, já no século XVI a produção de muitos bens dependia de matérias-primas oriundas de distintas geografias. Apresentando como exemplo o pão, para a sua produção era essencial a circulação de trigo e de centeio produzido na Europa. Já Soros (1998: 133-135), utilizando parcialmente as teses de Wallerstein, considera que o sistema capitalista global – o autor utiliza este conceito em lugar do termo “globalização” – encontra as suas raízes na Liga Hanseática e nas cidades-estado italianas, ligadas entre si por vínculos comerciais e financeiros. Se as origens são velhas, a sua configuração atual é bem mais recente, argumentando Soros (1998) que o atual “regime capitalista global” tem elementos novos, pelo que o momento fundador está no desenvolvimento do mercado *offshore* de eurodólares nos anos setenta do século passado.

Para outros, a globalização é inseparável da atual fase imperialista do capitalismo, cujas origens se encontram no final do século XIX. Analisando os elementos constituintes do imperialismo, M. C. Silva (2000) considera que, excetuando a divisão territorial do planeta pelos monopólios, eles estão presentes na globalização, que define como: (i) a concentração do capital e da produção, decorrente de fusões e aquisições, muitas vezes hostis; (ii) a crescente subordinação do capital industrial ao financeiro; (iii) a exportação e a circulação intensiva de capitais, a esmagadora maioria deles especulativos; (iv) a divisão do mundo em zonas de influência. M. C. Silva (2000) remata o argumento afirmando que não se deve situar a origem da globalização por volta da década de 1970, nem fazê-la recuar ao mercantilismo do século XVI, mas antes ao período entre 1870 e 1914, durante o qual o capitalismo transitou da fase de concorrência para a de monopólio, nos termos colocados nomeadamente

por Lenine [1974 (1916)]. Os dados disponíveis sobre o comércio mundial concorrem para dar vigor estatístico ao argumento de M. C. Silva (2000). O volume do comércio mundial aumentou extraordinariamente entre 1850 e 1914, valendo nesta data 12% do PIB dos países industrializados – algo que jamais foi repetido até à década de 1970 –, e 33% da riqueza mundial, quando em 1800 valia apenas 3% (Waters 1999: 64). Para estes resultados foram decisivos os bancos multinacionais (responsáveis pelo financiamento de investimentos, da produção e do comércio à escala planetária), os sistemas globais de fixação de preços de matérias-primas e produtos agrícolas, as grandes inovações tecnológicas (caminho-de-ferro, navegação a vapor, telégrafo) e as novas fontes de energia (petróleo e eletricidade) (Steger 2006: 38ss). Assim, o comércio mundial foi o detonador da globalização, ao colocar em ligação interdependente produtores e comunidades afastados geograficamente e doravante integrados no capitalismo, facto aliás antevisto por Marx e Engels:

Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto refere-se tanto à produção material como à produção intelectual. [...] Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança [Marx e Engels 1968 (1848): 26-27].

Produzindo até novos gostos e práticas, como o do consumo de chá pelos britânicos, com o comércio mundial surge a divisão geográfica do trabalho, com os países centrais vinculados a produções intensivas em capital e alto valor acrescentado, por contraponto ao que ocorria nos países e regiões periféricas. De igual modo, Waters (1999: 65ss) argumenta que no período de 1870 a 1914 ocorreram dinâmicas fundamentais para a globalização. São elas: (i) desenvolvimento das redes de transportes e de comunicações que ligaram fisicamente o planeta (caminhos-de-ferro, transportes marítimos e telégrafo); (ii) expansão acelerada do comércio internacional; (iii) fluxo de capitais do centro para a periferia, cujas consequências foram aliás percebidas por Marx e Engels, contemporâneos e observadores atentos e críticos destas transformações:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia

imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais as matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo [Marx e Engels 1968 (1848): 26].

Já Steger (2006: 44ss) argumenta que a Conferência de Bretton Woods (EUA), realizada em 1944, foi um momento relevante, pois estabeleceu as bases de funcionamento do sistema mundial e da economia-mundo capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, mormente no que se prende com a regulação do comércio internacional, ao qual se pretendia dar um forte impulso. Nela se definem os princípios para a criação do FMI, do BM e do GATT – que dará origem à OMC em 1995 – e que se tornariam nos pilares fundamentais do que seria designado, mais tarde, por Consenso de Washington, expressão suprema da hegemonia neoliberal global.

Por fim, outros autores argumentam que a globalização é um fenômeno ainda mais recente, consequência das mudanças económicas, políticas e tecnológicas ocorridas nos últimos quarenta a cinquenta anos, apressadas pela derrota do socialismo no Leste europeu. Para B. S. Santos (2001: 35ss), as origens económicas da globalização estão na internacionalização da produção levada a cabo pelas multinacionais, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, dando origem a uma nova economia marcada pelo predomínio do sistema financeiro, a produção flexível e multilocal, a compressão dos custos de transporte, a mudança tecnológica nas comunicações, a desregulação das economias nacionais, a hegemonia das agências financeiras internacionais (FMI, BM, OMC) e o “comando do mundo” pela tríade capitalista constituída pelos EUA, a UE e o Japão.

As mudanças imprimidas pela globalização conduzirão, na perspectiva liberal, a uma sociedade do conhecimento, pós-capitalista e, principalmente, pós-socialista. E global, pois não se restringe ao Ocidente, antes se estende a todo o planeta. Deste modo, defende Drucker (1993: 8), com esta grande transformação globalizadora passa a “haver apenas história mundial e civilização mundial – embora ambas ‘ocidentalizadas’”. Para esta figura de proa da gestão empresarial, a globalização está terminada, sendo a prova material “o colapso do marxismo enquanto ideologia e do comunismo enquanto sistema” (Drucker

1993: 12). Ou seja, é o “fim da história”, proclamado por Fukuyama (1992). Ou ainda, na visão etnocêntrica daqueles que entendem viajar no *cockpit* da globalização, o fim da geografia (vd. N. Smith 1997: 183)². Os EUA, tirando partido do “privilégio exorbitante” do dólar (Louçã e Caldas 2009: 211), serão, segundo Brzezinski, antigo membro do Conselho Nacional de Segurança norte-americano e um especialista em “problemas do comunismo”, a “primeira sociedade global da história” e o proponente pioneiro de um “modelo global de modernidade” e, mais longe ainda, a “nova civilização” (M. C. Silva 2000).

Embora fundado em pressupostos teóricos diferentes, ainda que se possam cruzar com os liberais, Castells (1998) aponta para uma transformação sistêmica, com uma reconfiguração profunda do capitalismo que, embora não tenha acabado com ele, conduziu a uma economia nova assente em três elementos vitais: a informação, o global e a rede, dando origem ao que designa por “era da informação”. Global, porque a produção, a distribuição e o consumo, bem como os elementos que os compõem (capital, trabalho, matérias-primas, tecnologia, informação e gestão), estão organizados à escala global; informacional, porque a produtividade e a competitividade dependem essencialmente da capacidade dos atores económicos, sejam empresas ou indivíduos, de produzirem, tratarem e utilizarem informação alicerçada no conhecimento; em rede, porque a produtividade e a concorrência exprimem-se numa teia planetária de interação entre redes de negócios. Considerando que estamos em plena revolução informacional – característica distinta daquilo que Toffler (1980) designou “terceira vaga” –, Castells (1998) mostra-nos o modo como as inovações ocorridas nas áreas da microeletrónica, computadores e telecomunicações se combinaram entre si e foram exploradas pelas mais diversas áreas industriais e empresariais, passando a fazer parte do nosso quotidiano. Em concreto, temos um feixe de inovações – semicondutor, microprocessador, microcomputadores e internet – que contribuíram decisivamente para as atuais dinâmicas globalizadoras. Conquanto a tecnologia apenas forneça uma explicação parcial para a globalização, não sendo a causa da mesma, desempenhou não só um papel crucial na multiplicação e intensificação das ligações, nomeadamente comunicacionais, a nível global, como também, assinala Castells (1998), um papel fundamental no incremento da produtividade. Se é meritório o seu esforço em expor e refletir acerca do modo como as inovações estão a mudar o quotidiano e as relações sociais, Castells apresenta-nos contudo uma teoria que evacua os

2 N. Smith cita a obra de Richard O’Brien (1992), com o sugestivo título *Global financial integration: the end of geography*.

capitalistas, com o recurso a uma argumentação quase inebriada. No seu lugar, avança Castells, posiciona-se um capitalismo coletivo, sem rosto, composto de fluxos financeiros gerados pelas redes eletrónicas que, apesar do entusiasmo do sociólogo catalão, continua a depender do investimento produtivo e sobretudo do trabalho humano realizado, não raro, em condições brutais de exploração e opressão. Com ele surgem novos lugares estratégicos, como zonas de processamento de produtos para exportação – caso das zonas económicas especiais criadas pelo governo chinês nas regiões litorais do país –, cidades globais [Sassen 2001 (1991)] e centros financeiros *offshores*, comumente conhecidos por “paraísos fiscais”³.

Como elemento fundamental emerge a força enorme das empresas multinacionais: quarenta das cem maiores economias são empresas multinacionais. A maioria das duzentas maiores estão sediadas em países centrais, com destaque para os EUA (60) e UE (57), a que se juntam sete na Suíça (www.tni.org/article/planet-earth-corporate-world). Interessadas na liberalização do comércio a nível global, esta depende da abertura das economias nacionais ao mercado mundial, realizando-se num quadro político-económico marcado pela prioridade às exportações, pelas políticas monetárias e fiscais baseadas na redução da inflação e da dívida pública, pela diminuição da despesa pública e pela privatização generalizada de empresas públicas. Ideologicamente, esta abertura é sustentada pela hegemonia neoliberal, conquanto a aplicação da “receita” possa variar entre uma rigidez extrema e uma certa flexibilidade, dependendo da capacidade de resistência e grau de independência das elites que governam em cada país. Estas, ora se confrontam, ora, sobretudo, se articulam com uma classe capitalista transnacional. Composta por grandes acionistas e seus gestores de topo, governam as empresas multinacionais, que são responsáveis por mais de um terço do produto mundial, sendo uma parte significativa transacionada entre elas⁴. Pode mesmo falar-se na existência de uma aliança entre empresas multinacionais e a elite burguesa nacional, não

3 A *Tax Justice Network* estima que o valor dos capitais colocados em paraísos fiscais se situa no intervalo entre os 21 e os 32 biliões de US\$, o que corresponde a quase um terço do PIB mundial (cerca de 70 biliões US\$) (Dowbor 2014: 11).

4 Esta elite de gestores dá corpo ao que se pode designar como uma “burguesia de executivos” que, em muitos casos, tem origem no sector empresarial do Estado, em empresas que administravam como gestores e que foram privatizadas. Para África, o caso de Moçambique discutido em F. B. Ribeiro (2010) é paradigmático. Conquanto o conceito seja problemático, sobretudo a utilização da palavra “burguesia”, os executivos não deixam de ser uma classe não só em si mas também para si, ao partilharem uma situação comum de privilégio económico e interesses, nomeadamente os que estão vinculados à manutenção de relações capitalistas de produção.

raro conectada com os respetivos aparelhos de Estado, situação particularmente visível nos países periféricos⁵.

Nesta discussão importa também equacionar a tensão entre homogeneização e uniformização. B. S. Santos (2001) defende que a globalização contemporânea combina uma extrema diversidade de situações, muitas vezes antagónicas, relacionadas com a economia, a sociedade, a política, a religião e o direito, entre outras, a uma escala e intensidade nunca antes verificadas:

Nas últimas três décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados (Santos 2001: 31).

A produção de imagens está intimamente conectada e subordinada aos interesses do capitalismo. Ela é uma peça essencial na mercantilização da cultura produzida pela extensão dos processos de expansão do capitalismo a todos os campos da vida social (Watson e Kopachevsky 1996: 283-286). Importa acentuar que, não tendo sido produzida como mercadoria, a cultura nela se transforma por ação do mercado e dos interesses mercantis das classes burguesas, tal como aconteceu com outros aspetos onde a vida humana se inscreve. Marca intensa da globalização e de uma certa unificação do mundo a ela inerente, a circulação à escala planetária de imagens, assim como de capitais, bens e pessoas, tem beneficiado das inovações tecnocientíficas. Neste sentido, Jameson (2002) considera que estamos perante a transformação de uma cultura e de um modo de vida particular na cultura e no modo de vida hegemónico, tendo a língua inglesa desempenhado um papel fundamental na sua construção. Nesta nova cultura global americanizada, o consumismo, real para alguns, imaginado para a larga maioria, é o seu motor de legitimação, sem que tal garanta, sublinhe-se, a continuação da dominação económica dos EUA a nível mundial.

Uma das marcas mais fortes do nosso tempo é, pois, a da fusão da cultura com a economia: “a cultura se torna decididamente económica, e esse tipo especial de economia claramente define uma agenda política, ditando formas de ação política” (Jameson 2002: 24), dando origem a novas formas de imperialismo, nomeadamente cultural. Para aqueles que descreem desta fusão do

5 Para o caso moçambicano, *vd.* F. B. Ribeiro (2010), em especial o ponto 4 do capítulo 4.

cultural com o económico, Jameson lembra-nos que “os filmes e a televisão americanos são tanto base como superestrutura, são tanto economia quanto cultura e, juntamente com o agronegócio e os armamentos, são os principais produtos de exportação dos Estados Unidos” (2002: 50). Como para o liberalismo os bens e serviços culturais só interessam na medida em que possam ser transformados em mercadorias, B. S. Santos (2001: 42ss) sublinha o papel desempenhado pelos quadros jurídicos de enquadramento e proteção da produção e circulação mercantis da cultura.

Esta fusão entre economia e cultura detém uma importância particular na sociedade contemporânea pelo facto de o consumo assumir uma centralidade crescente no reconhecimento da posição dos indivíduos na estrutura social. Tão importante que se inventaram nas últimas décadas novos conceitos, tais como “cultura de consumo” (Ewen 1976), “sociedade de consumo” [Baudrillard 1991 (1970)] e, mais recentemente, “sociedade do hiperconsumo” (Lipovestky 2007) para caracterizar a atual configuração societal⁶. Na esteira de Bourdieu (1979), Sacramento sublinha que as práticas de consumo “extravagam o âmbito do simples acto volitivo individual e/ou as fronteiras da esfera económica, vinculando-se ampla e densamente a uma determinada ordem sociocultural” (2007: 28). Quer dizer, não só elas nos dizem muito sobre a forma como a sociedade se organiza, como a sua compreensão implica uma deslocação do olhar para as estruturas sociais e o lugar que o consumo nelas ocupa, invalidando as interpretações que diluem as práticas de consumo em meros atos individuais sem qualquer relação com a estrutura de classes e o modo como estas tendem a funcionar e a impelir os indivíduos a determinadas práticas, de acordo com a sua posição de classe. É justamente o que fazem M. C. Silva e J. M. Monteiro, quando expõem as insuficiências e as lacunas das análises dos estilos de vida que ignoram “a posição objectiva que os indivíduos ocupam na sociedade e, em particular, o seu lugar na divisão social do trabalho” (2000: 21), sem contudo negarem que a este está associado um conjunto de normas e práticas que se exprimem em modos de comportamentos – comer, beber, vestir, atividades de lazer, entre outros – socialmente reconhecidos e reproduzíveis em qualquer contexto, quer esperado quer imprevisto.

Sem a cultura e a ideologia, a hegemonia global liberal não passaria, de certo modo, de um “tigre de papel”. A conversão de uma cultura popular particular, a

6 Para Lasch (1985), a centralidade do consumo provoca uma “retração narcísica” dos indivíduos, pondo em causa a confiança nas suas capacidades de entendimento e de controlo da realidade que os rodeia. Para uma compreensão sociológica aprofundada da confiança, o livro organizado por Balsa (org.) (2006b), em especial o texto introdutório, é uma referência imprescindível.

ocidental, na cultura global hegemónica – ou, pelo menos, os seus aspetos mais adequados à ordem liberal, como o consumismo e o individualismo – contribuiu para produzir o que se pode designar como americanização do mundo. Juntamente com a ideologia, facilitou a liberalização e integração global dos mercados, apresentados como fenómenos naturais e com efeitos positivos na liberdade individual, na capacidade de consumo e no progresso do mundo. Para isso prescreve-se a globalização como inevitável e irreversível, abordagem que dá corpo a uma visão determinista das chamadas “forças de mercado” na sua criação. Acrescente-se que muitas vezes a globalização é apresentada como um fenómeno sem responsáveis, sejam eles decisores políticos, Estados ou organizações internacionais, ocultando-se assim a responsabilidade destes nesta realidade. Procura-se ainda dar força à ideia de uma globalização feliz, beneficiando todos os povos e comprometida com a difusão da democracia pelo mundo, mascarando a natureza profundamente antidemocrática da tomada de decisões na arena internacional.

Complexa, híbrida e multifacetada – envolvendo dimensões económicas, sociais, políticas, religiosas, culturais e jurídicas interligadas de modo tenso e intrincado (B. S. Santos 2001: 32ss) –, a globalização comporta diversas globalizações; ou seja, “não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural” (Santos 1997: 14). Entendida assim na sua pluralidade, a globalização exprime-se, argumenta B. S. Santos (1997: 14-18), através do localismo globalizado – *fast food*, música e cinema anglo-americanos, a língua inglesa⁷ –, do globalismo localizado – *v.g.*, o comércio de lixos tóxicos produzidos nos países capitalistas, a extração predatória de recursos naturais nos países pobres –, do cosmopolitismo – defesa de interesses percebidos como comuns por parte de Estados, regiões ou classes sociais – e, por fim, do património comum da humanidade – defesa da sustentabilidade da vida humana, preservação dos bens ambientais comuns, como as florestas tropicais ou a Antártida. Na esteira das críticas pertinentes de M. C. Silva (2000) a estas teses, importa sublinhar que as formas progressistas da globalização – o cosmopolitismo e o património comum da humanidade – não possuem a mesma força que as

7 Podemos também encontrar esse particularismo transformado em universalismo nas políticas sobre raça defendidas pelo movimento negro no Brasil: “a dicotomia negro/branco, que adquire uma forma histórica particular nos Estados Unidos, já que nesse país quem tem uma gota de sangue negro é negro; essa dicotomia, que corresponde a uma sociedade que teve um regime de escravatura, tende a universalizar-se e se torna a forma universal de colocar o problema” (Bourdieu, entrevistado por Loyola, 2002: 53).

formas reacionárias – localismo globalizado e globalismo localizado –, não sendo por isso possível olhá-las de modo simétrico.

Em suma, quer lhe chamemos globalização, formação global (Chase-Dunn 1991), cultura global (Appadurai 1996, Robertson 1992), sistema global (Sklair 1991), estamos perante um conceito multifacetado, implicando dimensões económicas, sociais, políticas, culturais e jurídicas, entre outras. Apesar de ter produzido uma compressão geográfica radical e a intensificação da consciência do mundo como um todo (Robertson *apud* Steger 2006: 19), ela não levou à homogeneização imaginada por Marx. Antes parece combinar, como sustenta B. S. Santos (2001: 32ss), universalismo – dissolução de fronteiras nacionais, cosmopolitismo – com particularismo – diversidade local, pertença étnica, comunitarismo. Se é certo que o centro exerce uma influência colonizadora sobre as periferias, estas não deixam de, por via do acesso a novos recursos, nomeadamente tecnológicos e simbólicos, porem em prática outros modos de lidar com a sua própria cultura (Hannerz 1987 e 1992). Na síntese inspirada de García Canclini, a globalização deve ser entendida como “um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las” (2010: 44-45). Ou seja, a globalização comporta uma tensão essencial e estruturante entre homogeneização e diferenciação, marcada por tendências e dinâmicas contraditórias, nas quais emergem a democracia liberal e a crescente importância do direito e dos acordos internacionais, sem que daqui decorra um desapossamento do poder dos Estados mais fortes ou a redução das múltiplas desigualdades que desfiguram o nosso tempo.

2. CRISE, TRABALHO E A EUROPA

A última grande crise do capitalismo conheceu os primeiros sinais no verão de 2007, com as dificuldades da Fannie Mae e da Freddie Mac, entidades financeiras especializadas no crédito habitacional nos EUA a indivíduos e famílias com baixos rendimentos e, quase sempre, resultantes de trabalhos precários (www.fanniema.com/portal/about-us/company-overview/about-fm.html e www.freddiemac.com/corporate/company_profile/our_business/?intcmp=AFCPOB). No ano seguinte explode, quando em setembro se dá a falência do Lehman Brothers, um banco de investimentos (*vd.* www.lehman.com). Esta crise é uma expressão devastadora e socialmente dolorosa das consequências produzidas pela “economia de casino”, cujos efeitos destrutivos sempre foram negados pelos neoliberais: predomínio da esfera financeira em detrimento

da produtiva, onde a relação ativos financeiros/PIB é um relevante indicador, representando 356% do PIB mundial em 2007, enquanto em 1980 representava apenas 119% (Louçã e Caldas 2009: 235). Aliás, mesmo depois de ela já se fazer sentir, os responsáveis do BCE foram incapazes de a reconhecer, aumentando as taxas de juro de referência para a zona euro no verão de 2008, ou seja, tornando evidente que os economistas neoliberais e seus sofisticados modelos matemáticos nem sempre acertam com a realidade.

Em nome da crise (e da sua superação), quando em causa estão simplesmente os meios para prosseguir com a obtenção da mais-valia por parte dos detentores do capital, as conquistas sociais dos últimos 150 anos, muitas arrancadas a ferro e fogo pelo movimento operário e seus partidos progressistas, parecem ameaçadas. Apesar das crises que afetaram o capitalismo desde a década de 1970, a última teve uma dimensão e virulência que apenas se pode comparar com a da Grande Depressão ocorrida oitenta anos antes. E implicações políticas e sociais que, em lugar de fazerem recuar as políticas neoliberais, antes as consolidam, nomeadamente na Europa:

Será que esta crise assinala, por exemplo, o fim do neoliberalismo de mercado livre como modelo económico dominante para o desenvolvimento capitalista? A resposta depende do significado que se atribui à palavra “neoliberalismo”. Em meu entender, ela refere-se a um projeto de classe que se aglutinou durante a crise da década de 1970. Mascarada por muita retórica sobre a liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, do mercado livre e do comércio livre, a palavra legitimou políticas draconianas concebidas para restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. [...] As políticas atuais propõem que se saia da crise com uma maior consolidação e centralização do poder da classe capitalista (Harvey 2011: 21 e 23).

Para consolidar o poder capitalista, é necessário, entre outras medidas, reduzir os direitos e a força das classes trabalhadoras, ora por via do direito, ora por via do desemprego e da precarização, esta também produzida por aquele. Por isso, estamos perante um processo acelerado de dismantelamento e reestruturação do trabalho a nível mundial que afeta com especial intensidade também os países centrais, seguindo os governos neoliberais a “doutrina do choque”, como designa Klein (2008: 16) a estratégia de ação proposta por Friedman. Segundo este, só em contexto de crise se pode romper com o *statu quo*, tornando possíveis (e sobretudo dificilmente reversíveis) as mudanças que, em condições normais, jamais seriam aceites pela maioria dos cidadãos.

Assim, o poder estatal deve agir com rapidez e determinação na aplicação da referida doutrina de choque. Amin (2008: xv) sublinha que, ao contrário do que se verificou durante os chamados “gloriosos trinta anos” (1945-1975), voltamos a estar confrontados com o desemprego em massa e concomitante aumento da pobreza, ressurgindo inclusivamente um discurso político legitimador da caridade, como modo de gestão fundamental da solidariedade social⁸. Mobilizando os dados estatísticos, (*ibidem*: xix), a percentagem de população precarizada passou de um quarto para mais de metade da população urbana a nível mundial, vivendo de atividades informais (http://laborsta.ilo.org/applv8/data/INFORMAL_ECONOMY/2012-06-Statistical%20update%20-%20v2.pdf).

Este cenário não é ditado por qualquer determinismo económico ou outro, mas sim por via da ação política, que terá de ser compreendida considerando a profunda alteração na correlação de forças entre o capital e o trabalho ocorrida nos últimos quarenta anos, com prejuízo manifesto para os trabalhadores. Ao contrário de algumas leituras vulgares, o empobrecimento das classes trabalhadoras não se traduz necessariamente no aumento da sua capacidade reivindicativa e organizacional, como já havia constatado Kaustky:

todos os ganhos políticos e económicos do proletariado eram conjunturais, que uma crise geral era inevitável, estando de facto em formação, e que, numa crise assim, a burguesia tentaria recuperar à força quaisquer concessões políticas e económicas que tivesse feito ao proletariado anteriormente. Nestas circunstâncias, tudo estaria perdido, a menos que o proletariado e suas organizações fossem preparados para tomar e manter, se necessário através de meios politicamente revolucionários, o alto comando do Estado e da economia (*apud* Arrighi 1997: 313).

As dinâmicas liberalizadoras, impulsionadas pela globalização, têm desempenhado um papel decisivo na restrição do poder e das capacidades reivindicativas do movimento sindical e das classes trabalhadoras. Como assinalou Arrighi, há quase duas décadas,

a revitalização das forças do mercado mundial, ocorrida sob hegemonia americana, progressivamente minou as condições de isolamento económico nacional em que estavam baseados o poder social do trabalho organizado nos países

⁸ Bréville (2014) apresenta uma excelente síntese da evolução histórica nos últimos trinta anos da caridade e seus efeitos políticos na minagem do Estado-providência nos países capitalistas ocidentais.

centrais e os avanços da revolução comunista nos países semiperiféricos e periféricos (Arrighi 1997: 352).

Não existindo fora da vida humana, o trabalho designa as atividades produtivas que fazem parte da vida, podendo mesmo ser visto como a própria vida humana (Meillassoux 1997). Daí em boa medida a sua enorme importância para a realização pessoal e a vida de cada cidadão, incluindo em termos identitários. Hoje, não obstante a valorização de outros campos, como o do lazer, o trabalho continua a desempenhar um lugar central na sociedade capitalista, não podendo esta ser analisada sem o considerar, como justamente defende M. C. Silva (2001: 329). Tal investe-o de uma relevância social e simbólica sem par, operando também neste campo uma rutura com os sistemas históricos anteriores, nomeadamente com o feudalismo.

Como foi já discutido em textos anteriores (*vd.*, por exemplo, F. B. Ribeiro 2004 e 2010), há já mais de quatro décadas que Wallerstein [1990 (1974): 31] mostrou, esteado em documentos coevos conservados por arquivos ingleses, que na Idade Média um dia de trabalho na agricultura estava compreendido entre o nascer do sol e o meio-dia. No mesmo sentido se pronuncia Schor (1991: 44-46), embora apresentando dados não totalmente coincidentes. Na sua perspetiva, o capitalismo implicou um aumento da duração e da intensificação do ritmo de trabalho. A maioria das análises acerca dos tempos de trabalho é incapaz de detetar esta evolução, em virtude de se concentrar na comparação das quarenta horas de trabalho, atualmente cumpridas por muitos dos trabalhadores dos países centrais, e as mais de setenta horas a que estiveram sujeitos os operários ao longo de boa parte do século XIX⁹.

Historicamente, o trabalho organizou-se segundo a geografia e o direito dos estados-nação. Conjugada com as mudanças no domínio do direito laboral e o desemprego estrutural, a liberalização das trocas comerciais traz consigo a concorrência feroz entre trabalhadores, a incerteza e a flexibilidade, elementos fundamentais para a definição do “novo capitalismo” e do que Sennet (2001) designa por corrosão do carácter. Esta concorrência, avivando o individualismo

9 O aumento da duração e intensificação do trabalho não impede as estratégias de redução das tarefas laborais colocadas em prática pelos indivíduos, muitas vezes possuindo uma dimensão de resistência (Paulsen 2015). Em linha com o há muito assinalado por de Certeau (1984), referindo os casos da secretária que escreve uma carta de amor durante o horário de serviço ou o operário que utiliza o tempo e os instrumentos de trabalho para fabricar um objeto pessoal, os indivíduos podem entregar-se no período laboral a atividades não produtivas, na ótica do patrão, como acontece hoje recorrentemente com a utilização da internet, acedendo a sítios e trocando mensagens nas redes sociais por razões não profissionais.

que organiza as nossas vidas e tudo corrói, coloca em confronto os europeus contra os asiáticos, os do Norte da Europa contra os da Europa do Sul, os norte-americanos e canadenses contra os mexicanos, os brasileiros contra os chineses e indianos, promete intensificar-se com a revolução tecnoindustrial em curso, cunhada por teóricos e cientistas alemães, estreitamente conectados com a indústria do seu país e o governo federal, como a *industrie 4.0* [vd., entre outros, Sendler (org.) 2013, Herman, Pentek e Otto 2015 e Dais 2017]¹⁰.

Neste novo mundo laboral, o trabalho mantém, em muitos casos, algumas das características que o definiram na época do taylorismo e do fordismo: o cumprimento rigoroso dos horários, a obediência submissa à hierarquia, a aquiescência a uma ordem e a uma cultura organizacionais que oprimem os trabalhadores mas que são frequentemente assimiladas para garantir o salário (García Canclini 2010: 24-25). Não raro, a degradação salarial traduz-se em formas de sobre-exploração do trabalho, isto é, de captação de *substance vivante* do trabalhador, por via da diminuição da saúde devido a doenças profissionais, violação da integridade física sob a forma de acidentes de trabalho e redução da esperança de vida. Todas estas formas de extração do lucro através da mutilação da vida do trabalhador podem, em muitos contextos, não ser devidamente consideradas e repercutidas em termos do valor do salário pago (Meillassoux, 1997: 13ss).

Hoje é frequente a realização de trabalho sem a contrapartida salarial. É o caso, entre outros, dos jovens qualificados envolvidos em estágios, realizando tarefas e produzindo riqueza sem qualquer remuneração. É a exploração absoluta, produzindo-se, assim, uma regressão civilizacional extrema que atira largas camadas das classes trabalhadoras para uma situação de trabalho similar ao escravagismo, ainda que com uma diferença: nesta configuração societal o senhor era responsável por alimentar, alojar e cuidar dos seus escravos. Marini [1991 (1973): 14], na sua análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, refere que o trabalho escravo é um obstáculo à diminuição do custo com o trabalhador, pois o seu proprietário tem de o alimentar e alojar, mesmo nos períodos não produtivos, ou seja durante toda a sua vida. Mais, citando Marx,

10 A expressão “Industrie 4.0” tem origem numa iniciativa com o mesmo nome, realizada em 2011, envolvendo membros de empresas, da política e da academia, com o objetivo de promover a competitividade da indústria alemã. O governo alemão apoiou a iniciativa, integrando-a na chamada “High-Tech Strategy 2020 for Germany” (Herman, Pentek e Otto 2015: 5). Baseada na chamada internet das coisas, sistemas ciberfísicos e fábricas inteligentes, esta nova revolução tecnocientífica e industrial implica uma automatização radical da produção, ampliando as possibilidades de redução da utilização de trabalho humano.

em *O capital*, Marini sublinha que a compra de um escravo implica a mobilização de um capital. A sua morte (ou incapacidade absoluta para o trabalho) significa a perda desse capital, o que implica novo investimento para a compra de substituto. Com o trabalhador assalariado, juridicamente livre, a relação não implica a mobilização de capital e, tão-pouco, a assunção dos custos com a sua reprodução social, incluindo os tempos não produtivos. Com a separação entre tempo de trabalho e tempo de vida do trabalhador, imposta pelo salariedade, o empregador está livre de qualquer constrangimento em relação à existência dos seus trabalhadores para além das instalações da produção. Desempregado, o assalariado deixa, ao contrário do que acontece com o escravo, de estar a cargo do patrão (Meillassoux 1997: 12). Ou seja, como enfatiza Marini, com o trabalhador assalariado, o capitalista só é responsável pelo pagamento da sua força de trabalho, ficando a cargo daquele o tempo não produtivo. A força de trabalho, que apenas existe, importa repetir, por força da vida humana do seu portador, é reduzida a uma duração temporal contabilizável, a hora de trabalho, ou o equivalente em produto material. Este regime e seus efeitos foram severamente alterados por ação das lutas dos trabalhadores nos últimos dois séculos, sobretudo nos países capitalistas centrais, nomeadamente através de férias pagas e outros benefícios laborais. O capital, ao procurar, hoje, reestabelecer a conexão perfeita entre salário e tempo de trabalho produtivo e efetivamente prestado, almeja novamente levar o salariedade ao seu limite extremo, ao mesmo tempo que defende e procura praticar a máxima flexibilidade que permite a todo o tempo a dispensa do trabalhador. Ou seja, a força de trabalho readquire totalmente o seu carácter de mercadoria, tal como ele foi encarado e fixado nos alvares da revolução industrial.

Esta regulação do trabalho coloca-se em ostensiva contramão às reivindicações dos movimentos operários e de trabalhadores. Desde sempre, estas não estavam só centradas na melhoria dos salários mas também em tempo livre, para combater os efeitos alienantes e desgastantes do trabalho assalariado nas fábricas, enfim, para procurar a felicidade e a satisfação na vida. Primeiro sob a forma da redução do horário diário de trabalho – oito horas para trabalhar, oito horas para dormir e oito horas para si foi a grande reivindicação, só plenamente alcançada em Portugal na segunda metade da década de 1990, por via de uma ação coletiva bem organizada e sucedida, que ainda hoje está na memória de muitos, sobretudo daqueles que foram protagonistas dessa luta –, mais tarde sob a forma de férias pagas. Estas querem dizer, precisamente, salário pago contra trabalho não realizado. O direito à justa remuneração e ao tempo livre pago constituem dois aspetos fundamentais,

no campo do trabalho, dos compromissos políticos e sociais que foram construídos ao longo do século XX e que deram corpo ao Estado-providência¹¹. Como assinala B. S. Santos,

a regulação do tempo de trabalho, das condições de trabalho e do salário, a criação de seguros sociais obrigatórios e de segurança social, o reconhecimento da greve, dos sindicatos e da negociação e contratação coletiva são momentos decisivos do longo percurso histórico da socialização da economia. Por ele se foi reconhecendo que a economia capitalista não era apenas constituída por capital, fatores de produção e mercado, mas também por trabalhadores, pessoas e classes com necessidades básicas, interesses próprios e legítimos e, em suma, direitos de cidadania. Neste percurso, os sindicatos tiveram um papel decisivo, o de reduzir a concorrência entre trabalhadores, fonte primacial da sobre-exploração a que estavam inicialmente sujeitos (Santos 1998: 12).

Confrontados com as deslocalizações em massa, no contexto de um processo consentido e mesmo planeado de desindustrialização dos países capitalistas centrais – que também atingiu países periféricos, nomeadamente africanos, ainda em situação de industrialização incipiente, como foi o caso de Moçambique (*vd.* F. B. Ribeiro 2010, 2015 e 2016) –, com o concomitante desemprego e a degradação das condições de prestação do trabalho, os governos reagem legislando de acordo com os interesses do capital. São as sucessivas reformas das leis laborais, a bem dizer contrarreformas, que mais não visam do que reduzir o valor do salário e instituir a precarização, a insegurança, o aumento do tempo de trabalho e até incrementar a pauperização de segmentos significativos de quem vive do trabalho. Ser trabalhador pobre é consequência da “repressão salarial” (Harvey 2011: 27) que os países capitalistas centrais vivem desde a década de 1980. Harvey recorda-nos a posição de um dos conselheiros económicos de Thatcher:

11 No importante prefácio à edição portuguesa do livro de Esping-Andreson, M. C. Silva (2008) argumenta que, embora não seja possível afirmar que o Estado-providência compatibiliza capital e trabalho, por um lado, e capitalismo e democracia, por outro, haverá que reconhecer que os países onde esta configuração sociopolítica mais se aprofundou foram bem-sucedidos na criação de serviços públicos universais que proporcionaram um bem-estar social elevado, facilitando a inclusão social das classes sociais mais desfavorecidas. É atinente mencionar que o Estado-providência, decorrendo largamente das reivindicações das classes sociais exploradas e dominadas, exprime uma reconfiguração do aparelho estatal por parte das elites dirigentes, em especial as conservadoras, visando a integração e coesão sociais de acordo com os padrões desejados pelas classes dominantes.

Alan Budd [...] admitiu posteriormente que “as políticas da década de 1980 de ataque à inflação através de restrições da economia e da despesa pública foram uma cobertura para maltratar os trabalhadores” e criar, desse modo, “um exército de reserva industrial” que minasse o poder da força de trabalho e permitisse aos capitalistas lucros mais fáceis para sempre (Harvey 2011: 28).

E para isso evoca-se sempre a “globalização”, sublinha Bourdieu (2001). Conquanto os seus efeitos se façam sentir no nosso quotidiano – é certamente impossível viver sem consumir produtos “globalizados”, isto é, desenhados num determinado lugar, produzidos num outro completamente distinto com peças provenientes de vários países, cuja energia foi extraída em outros lugares ainda –, o mundo ainda está longe de uma globalização total, isto é, de uma situação em que a geografia já não conte. Assim, a globalização

é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma “ideia-força”, uma ideia que tem carga social, que obtém crença. É a arma principal das lutas contra as garantias adquiridas do *welfare state*: os trabalhadores europeus, diz-se, devem rivalizar com os trabalhadores menos favorecidos do resto do mundo. São apontados assim como modelos aos trabalhadores europeus países em que o salário mínimo não existe, em que os operários trabalham 12 horas por dia em troca de um salário que varia entre 1/4 e 1/15 do salário europeu, em que não há sindicatos, em que se recorre ao trabalho infantil, etc. E é em nome de um modelo semelhante que se impõe a flexibilidade, outra palavra-chave do neoliberalismo, quer dizer o trabalho noturno, o trabalho ao fim-de-semana, as horas de trabalho irregulares, outras tantas coisas inscritas desde toda a eternidade nos sonhos patronais (Bourdieu 2001: 43).

Na Europa, não obstante quase dois terços das trocas económicas dos Estados-membros da UE se fazer no espaço interno (www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/63_das_exportacoes_e_importacoes_fazem_se_dentro_da_europa), logo a concorrência entre trabalhadores é sobretudo europeia, a globalização é sistematicamente evocada como razão forte e incontornável para impor políticas económicas contrárias aos interesses dos trabalhadores. Como sinalizaram já na década passada Bieler e Schulten (2008: 232-234), todas as políticas implementadas pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros, apesar das promessas de defender os interesses sociais, nomeadamente os relacionados com o trabalho com direitos e adequadamente remunerado, orientaram-se ostensivamente para a implementação de uma

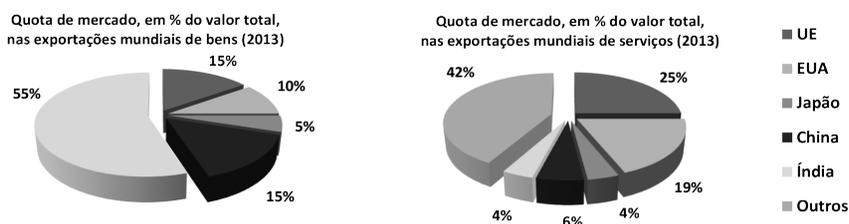
agenda neoliberal baseada na promoção da competitividade e da subordinação da sociedade aos interesses das empresas. Daí a crescente discrepância entre a chamada “Europa social” e uma realidade socioeconómica marcada por opções neoliberais que colocam a UE perante a censura e a descrença crescente dos cidadãos que, a não ser revertida, terminará numa crise severa de legitimidade, extensamente analisada por Beck (2013).

Intimidada pela crise das dívidas soberanas e pelo rompimento da solidariedade entre os Estados-membros, na Europa emergem ressentimentos e rivalidades que muitos julgavam ultrapassados, entre um Norte próspero, que beneficiou da adesão de novos países, da liberalização do comércio mundial e do euro, e um Sul pobre, enredado na armadilha da desregulação das trocas internacionais, da moeda única e da desindustrialização. Face a isto, não é certo que a Europa tenha entrado definitivamente, como aponta Fernandes (2008: 269), numa fase pós-nacional. Pelo contrário, a questão nacional ressurge, elevando-se à condição de recurso fundamental para combater o *diktat* alemão e de seus aliados que, a bem dizer, exprime também a defesa dos seus interesses nacionais em detrimento do interesse geral europeu. Constatada a recorrência do nacionalismo um pouco por toda a Europa, nomeadamente no Estado espanhol e na Bélgica, M. C. Silva (2006: 133) reclama a sua importância como resposta à exploração levada a cabo pelas empresas multinacionais e, já no plano europeu, às ingerências das principais instituições comunitárias nos Estados-membros, algumas delas sem qualquer controlo democrático, como o BCE. Não constituirá, pois, surpresa o crescimento do mal-estar, da desconfiança e do medo em relação ao futuro, firmemente instalados, indiciando causas fundas, certamente ligadas ao sistema político, ao desemprego e à precariedade como regime de vida e de existência social. Em curso está, como atinentemente observou Bourdieu há já quase duas décadas, a “destruição de uma *civilização*, associada à existência do serviço público, à igualdade republicana dos direitos, direitos à educação, à saúde, à cultura, à investigação, à arte e, acima de tudo, ao trabalho” (2001: 31).

Quer isto dizer que os nossos problemas são sobretudo políticos. Há que os discutir nesta esfera no confronto de posições, de ideias e de interesses diferentes, concorrentes e, não raro, antagónicos, que poderão conduzir certamente a compromissos mas não a consensos. Se assim nos colocarmos, poderemos politizar aquilo que nos é oferecido como a realidade inelutável, uma espécie de fatalismo sociopolítico que corrói o nosso sistema imunitário político, desarmando-nos e tornando-nos incapazes, muito simplesmente, de pensar fora dos quadros ideológicos do neoliberalismo, doravante naturalizado.

Dizem-nos, políticos, banqueiros e gestores de grandes empresas, mais os diligentes comentadores e especialistas de economia, a ciência do Estado neoliberal (Bourdieu 2000: 11), que povoam o espaço audiovisual e radioelétrico, que temos de fazer sacrifícios, que o Estado social é demasiado caro e ineficiente, que a globalização não nos deixa alternativa que não seja o empobrecimento e a austeridade, como se ela tivesse sido imposta por ordem de uma qualquer divindade e não como consequência da ação política deliberada da parte dos governos, alguns europeus, que realmente contam na arena global. Enfim, concluem asseverando que a Europa está em declínio económico acentuado. Se é verdade que está a perder peso relativo, aliás como os EUA, no todo mundial, nada indica que, como veremos mais à frente, a Europa se veja superada, arrasada e liquidada pela emergência de novas potências, como a China, a Índia ou o Brasil. Isto, claro, se a UE não colapsar enquanto entidade política, cenário que não pode ser descartado. Não se podendo negar que os europeus enfrentam desafios decisivos no campo económico, a verdade é que as multinacionais europeias, nomeadamente dos sectores dos bens de equipamentos industriais, do automóvel, da aviação civil e militar e do luxo, se têm dado muito bem com a expansão económica chinesa e indiana, cujas classes afluentes são “adictas” às marcas e produtos europeus, essenciais para a produção da distinção social. Ao mesmo tempo, estas empresas permanecem competitivas nos mais diversos sectores transacionáveis, incluindo os bens de produção e os relacionados com os serviços. Considerando os dados de 2013, a UE é o maior bloco comercial do mundo, incluindo no campo das exportações, razoavelmente distanciada dos EUA e da China (www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.2.1.html e Figura 6).

Figura 6. Principais potências económicas segundo o critério das exportações de bens e serviços

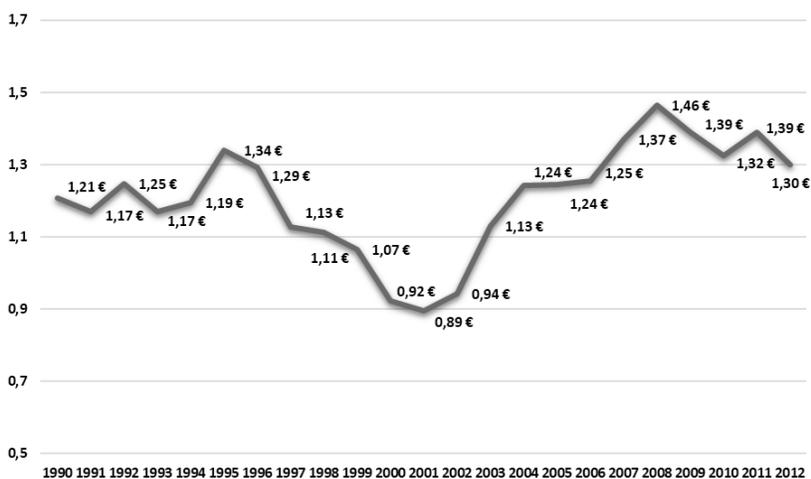


Fonte: http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/es/trade_es.pdf

Mesmo o euro, se avaliado a partir de critérios estritamente financeiros, tem revelado uma significativa resiliência. Mantendo-se regularmente acima de 1,30 dólares norte-americanos no período mais agudo da crise, entre 2008 e 2012, valia 1,17 dólares em 1 de janeiro de 1999, aquando da entrada em circulação, então apenas como moeda escriturária, isto é, sem existência física [Figura 7], e hoje é uma moeda de referência a nível global. Ou seja, como referiu o antigo chanceler Helmut Schmidt no seu discurso ao congresso do SPD, em Berlim, em dezembro de 2011,

o euro tornou-se na segunda moeda mais importante da economia mundial. Esta moeda europeia é até, quer interna, quer externamente mais estável do que o dólar americano e mais estável do que o marco foi nos seus últimos dez anos. Toda a conversa sobre uma suposta “crise do euro” é conversa fiada leviana dos media, de jornalistas e de políticos (*in* <https://tasbomagazine.wordpress.com/2012/11/25/discurso-de-helmut-schmidt-no-congresso-federal-do-partido-socialdemocrata-alemao-spd-de-4-de-dezembro-de-2011/>).

Figura 7. Evolução da taxa de câmbio euro-dólar (1990 a 2012)



Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty 2013).

Assim, a Europa não está falida nem, tão-pouco, a Alemanha pode viver sem os outros europeus. Ou será que algum país cujo comércio depende em quase dois terços dos seus parceiros pode, como ouvimos repetidamente dizer, obliterar o mercado europeu, focando-se em outras regiões e países, como a China, cujas importações dependem, em boa medida, da sua capacidade para vender na Europa (<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/deu/#Destino>)? A dependência da Alemanha, válida para o conjunto da UE, tem-se mantido em torno de dois terços do total exportado, facto que revela não só a forte interdependência existente entre os diversos Estados-membros como a já referida relativa autonomia face à pressão da globalização. Repisando, se a crise resultou de desequilíbrios internos, entre o centro e as periferias europeias, logo a resposta tinha de ser política.

A estratégia austeritária foi imposta por Berlim e praticada com zelo militante pelos governos dos Estados resgatados, uma e outros combinando em grau desigual petulância ideológica e desconhecimento da história e confiando que a crise das dívidas soberanas e dos desequilíbrios económicos se resolvem com políticas orçamentais restritivas, a poupança e a focalização generalizada nas exportações. Desta abordagem decorrem consequências há muito desvendadas por Keynes, com o chamado “paradoxo internacional da poupança”, cujos principais efeitos se fazem sentir na redução da capacidade de crescimento das economias, adiamento dos investimentos e incremento da poupança (Temin e Vines 2015). Não poupando as palavras críticas, H. Schmidt lembrou que

quem acredita que a Europa pode, só através de poupanças orçamentais, recompor-se faça o favor de estudar o resultado fatal da política de deflação de Heinrich Brüning em 1930/32. Provocou uma depressão e um desemprego de uma tal dimensão que deu início à queda da primeira democracia alemã (*in* <https://tasbomagazine.wordpress.com/2012/11/25/discurso-de-helmut-schmidt-no-congresso-federal-do-partido-socialdemocrata-alemao-spd-de-4-de-dezembro-de-2011/>).

Em nome do mercado e da privatização dos bens públicos, sobretudo nos países periféricos da Europa do Sul, aproveitando-se da crise para estender o “capitalismo de desastre” (Klein 2008), Berlim, Bruxelas e a grande burguesia europeia parecem apostadas em fazer regredir as condições de vida na Europa, se necessário abeirando-se do abismo e liquidando-a em boa medida.

Fazendo um breve excurso pela história, os objetivos que estiveram na fundação do projeto europeu não se circunscreviam à paz, conquanto esta fosse indiscutivelmente relevante, atendendo às duas guerras mundiais da

primeira metade do século XX que mancharam de sangue o solo do continente. Passavam também, obviamente no quadro do capitalismo (e pela sobrevivência deste face aos avanços do socialismo), por uma melhoria muito significativa das condições de vida dos povos europeus. Este objetivo seria concretizado através da construção de compromissos entre o capital e o trabalho que dariam origem ao Estado-providência, com o qual se assegurou o mais longo período de bem-estar social na Europa (e mesmo no mundo), desde a revolução industrial, ainda que também à custa da exploração dos países periféricos. Como se fixa com incisiva clareza na Declaração Schuman – como doravante ficou conhecido o discurso do governante francês –, “A Europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único. Far-se-á através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto” (http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_pt.htm). Em marcha desde então, o projeto europeu ficou marcado por avanços impressionantes que permitem a um protagonista e observador privilegiado deste processo, como é H. Schmidt, referir no discurso acima mencionado: “quando olho para trás, para 1945, ou posso olhar para 1933 – tinha acabado de fazer 14 anos –, o progresso que fizemos até hoje parece-me quase inacreditável” (*in* <https://tasbomagazine.wordpress.com/2012/11/25/discurso-de-helmut-schmidt-no-congresso-federal-do-partido-socialdemocrata-alemao-spd-de-4-de-dezembro-de-2011/>).

Na visão dos fundadores do projeto europeu, era necessário manter a paz entre nações historicamente inimigas, isto é, aplacar os velhos imperialismos europeus, com destaque para o alemão e o francês, que assistiram, com a Segunda Guerra Mundial, ao surgimento de uma nova hegemonia, a norte-americana. Doravante subordinada aos EUA, a construção da Europa (da parte ocidental) também se fez tendo como referência e sobressalto o bloco socialista liderado pela URSS e tendo sempre presente o que ele representava para parte significativa das classes trabalhadoras na Europa ocidental, bem como para os povos ainda sob domínio colonial. Este projeto suscitou não só a oposição de muitos dos partidos comunistas na Europa Ocidental, como é o caso do português, mas também do próprio Partido Trabalhista britânico, que se opôs terminantemente à adesão do RU à então CEE, concretizada em 1973, argumentando que esta “fincava suas raízes na Guerra Fria e só tinha um objetivo: consagrar a vitória do liberalismo económico e enterrar de uma vez por todas as aspirações dos socialistas” (Jones 2014: 28). Na sua síntese histórica, H. Schmidt sublinha que

em 1946, Churchill, no seu grande discurso em Zurique, tinha duas razões para apelar aos franceses para se entenderem com os alemães e construírem com eles os Estados Unidos da Europa: em primeiro lugar a defesa conjunta perante a União Soviética, que parecia ameaçadora, mas em segundo a integração da Alemanha numa aliança ocidental alargada. Porque Churchill previa perspicazmente a recuperação económica da Alemanha. [...] Tudo isto aconteceu na perspetiva realista de um possível desenvolvimento futuro do poder alemão. Não foi o idealismo de Victor Hugo, que em 1849 apelou à união da Europa, nem nenhum idealismo esteve em 1950/52 no início da integração europeia então limitada à Europa Ocidental. Os estadistas dessa época na Europa e na América [...] não agiram de forma nenhuma por idealismo europeu, mas sim a partir do conhecimento da história europeia até à data. Agiram no juízo realista da necessidade de impedir uma continuação da luta entre a periferia e o centro alemão. Quem ainda não entendeu este motivo original da integração europeia, de que continua a ser um elemento fundamental, quem ainda não entendeu isto falta-lhe a condição indispensável para solucionar a presente crise altamente precária da Europa. Quanto mais, durante os anos 60, 70 e 80, a então República Federal ganhava em peso económico, militar e político, mais a integração europeia se tornava aos olhos dos governantes europeus o seguro contra a de novo possível tentação de poder alemã (*in* <https://tasbomagazine.wordpress.com/2012/11/25/discurso-de-helmut-schmidt-no-congresso-federal-do-partido-socialdemocrata-alemao-spd-de-4-de-dezembro-de-2011/>).

E esta tentação não pode ser descartada, quando somos confrontados com “as fanfarrônicas de Volker Kauder, antigo líder do grupo parlamentar da CDU alemã, dizendo que ‘a Europa agora fala alemão’” (Anderson 2012: 18), ainda que tal seja de improvável realização, pelo menos pelos meios violentos bens conhecidos do imperialismo. Utilizando a austeridade como arma de dominação (Lapavistas 2015: 12), o governo alemão pode conjeturar uma Europa cada vez mais submetida ao comando germânico – Beck (2013) considera mesmo que se trata já de uma realidade política estabelecida –, porém, é aceitável considerar que jamais os povos europeus, como aconteceu repetidamente no passado, aceitarão esta imposição sem contestação e que tão-pouco o permitirão os EUA e a Rússia. Ou seja, por tudo o que foi dito, atendendo à força que decorre da dimensão e eficiência da sua economia, mas também da história e das suas estruturas e dinâmicas geopolíticas, a Alemanha ou será europeia ou não haverá Europa. Nem, certamente, haverá Alemanha, pelo menos nas condições em que hoje a conhecemos.

No “olho do furacão” da crise e das respostas engendradas está o euro. Se bem que as dificuldades dos países do Sul resultem da combinação de múltiplos aspetos, externos e internos, a arquitetura da moeda única desempenha um papel decisivo. Como sublinha Van Parijs, em entrevista à revista brasileira *Carta Capital* (dezembro de 2012),

há um problema realmente sério na Zona do Euro. Temos um sistema muito instável e doentio por termos uma moeda comum. Quando um país se torna menos competitivo, ele não pode desvalorizar a moeda. E assim a crise não é mitigada (*in* www.cartacapital.com.br/sociedade/bolsa-familia-para-todos).

Nem, tão-pouco, existem instrumentos legais e as condições políticas, ao contrário do que ocorre nos EUA, para que a resposta possa ser radicalmente diferente. Como expõe de modo magistral Anderson,

não existe uma *Schicksalsgemeinschaft* – essa “comunidade de destinos” da nação weberiana – que ligue governantes e governados numa ordem política comum, em que os primeiros pagam caro pela sua ignorância total das necessidades existenciais dos segundos. No simulacro europeu de federalismo, não podia haver uma “união de transferência” como no modelo americano. Quando a crise atingiu a zona euro, a sua coesão só podia vir, não da despesa social, mas do *diktat* político: o estabelecimento pela Alemanha, à frente de um bloco de pequenos estados nórdicos, de programas draconianos de austeridade – impensáveis para os seus próprios cidadãos – dirigidos aos países do Sul doravante incapazes de recuperar competitividade graças à desvalorização da moeda (Anderson 2012: 17).

O resultado das políticas ditadas por Berlim, apoiadas pelos seus aliados do Centro, do Leste e do Norte da Europa, e aplicadas com zelo militante por Bruxelas, é conhecido: a Grécia, recorrentemente chantageada, ameaçada mesmo de modo despudorado por Bruxelas e Berlim, vive uma catástrofe económica e social que só tem paralelo com uma situação de guerra¹²; Portugal, vergado pelo peso do serviço da dívida e o compromisso com o seu pagamento integral, “custe o que custar” – repetindo o que se tem passado, desde há muito, nos países pobres, nos quais “as reivindicações dos bancos e credores estrangeiros

12 A queda do PIB grego entre 2007 e 2013 foi de 26%, enquanto o PIB da Alemanha caiu 29% e o da França 25%, entre 1913 e 1919, período em que estes países foram devastados pela Primeira Guerra Mundial (Halimi 2015: 6).

têm precedência sobre as necessidades dos pobres rurais e urbanos” (Davis 2006: 157) –, afastou de momento o espectro da estagnação, em boa medida devido ao impacto muito favorável do crescimento do turismo, sem que tal tenha feito desaparecer a precariedade e os baixos salários.

Coloca-se, pois, a pergunta: os políticos e banqueiros que planejaram o euro não ponderaram as consequências? Será que estamos perante o “fracasso das elites”, como entende Habermas (2013)? Na esteira de Toussaint (2014), não creio que se possa falar em distração ou em fracasso. Estes só existiriam se as elites perseguissem algo diferente do que têm feito. Por exemplo, a união monetária foi deliberadamente construída sem o seu contraponto social, pois é desta forma que melhor se defendem os interesses dos mercados financeiros e seus atores que, por via da moeda única, desarmam os Estados, incapacitando-os de responder à violência por eles produzida. Ao contrário do argumento de Soromenho-Marques (2014), o euro nunca foi, não obstante a retórica que suportou a sua introdução na viragem do milénio, um instrumento de convergência entre os Estados e os cidadãos europeus. A Bourdieu pertence uma das primeiras e mais avisadas críticas a este projeto político, quando em 1997, em Francoforte, afirmou que

não podemos esperar da integração monetária que assegure a integração social. Muito pelo contrário: sabemos, com efeito, que os estados que quiserem preservar a sua competitividade no interior da zona do euro a expensas dos seus parceiros terão como único recurso diminuir os encargos salariais reduzindo os encargos sociais; o *dumping* social e salarial, a “flexibilização” do mercado de trabalho serão os únicos recursos deixados aos estados, privados da possibilidade de jogarem com as taxas de câmbio. Ao efeito destes mecanismos virá somar-se sem dúvida a pressão das “autoridades monetárias”, como a *Bundesbank* e os seus dirigentes, sempre prontos a preparem a “austeridade salarial” (Bourdieu 2001: 77)¹³.

Por outras palavras, a união monetária sem um Estado social é a arma atômica contra as garantias nele adquiridas, a começar pelas laborais. Se a concorrência no mercado de trabalho é global, ela é também europeia. Todas as alterações recentes em Portugal – desde a flexibilização, passando pelo aprofundamento da precarização, nomeadamente através do alargamento

13 Em Portugal, na década de 1990, foram de João Ferreira do Amaral as críticas mais consistentes ao projeto da moeda única. Posicionando-se contra a corrente do entusiasmo quase geral, em especial das elites, desde então que Ferreira do Amaral não deixou de nos apresentar as mais fundadas análises aos efeitos do euro na economia nacional (*vd.*, entre outros textos, Amaral 2013).

dos motivos para o despedimento, pelo esvaziamento da contratação coletiva, pela redução do custo das indemnizações, enfim, pela redução dos salários – têm sido feitas evocando sobretudo a falta de competitividade face aos outros países europeus, em especial face à Alemanha. Esta, por sua vez, agravando os problemas dos países do Sul, reforçou a sua competitividade à custa dos trabalhadores que nela trabalham. Como escreve Dufresne (2012), as reformas do mercado laboral empreendidas pelos governos de Gerhard Schröder entre 1998 e 2005, em linha com o que vinha sendo feito pelos governos conservadores dirigidos por Helmut Kohl desde o início da década de 1990, permitiram à Alemanha incrementar fortemente a sua competitividade, para gáudio dos grandes exportadores e banqueiros, ainda que tal se tenha traduzido numa derrota social para os assalariados: na década passada os seus salários reduziram-se, em termos reais, em 4,5%, enquanto, por exemplo, em França e em Portugal subiram quase 10% nesse mesmo período. Mas não só. A Alemanha criou aquilo que Schröder considera ser, como afirmou triunfalmente no Fórum Económico Mundial de Davos, em 2005, “um dos melhores sectores de baixos salários na Europa” (*apud* Dufresne 2012: 10). Designados por *mini jobs*, confrontam os que deles vivem com um salário inferior a 500€. Peça-chave do “inferno do milagre alemão” (Cyran 2017), estes empregos a tempo parcial contribuíram para o aumento do trabalho mal remunerado, situação que afeta desde a década passada também muitos dos que trabalham a tempo inteiro (Dribbusch e Schulten 2008: 193-185). A resposta em Portugal, na Grécia, em Espanha, na Itália, em França, um pouco por todo o lado consistiu em instituir o *dumping* salarial, isto é, colocar os salários de quase todos a preço de saldo. Consolida-se, assim, o mau emprego como uma realidade cada vez mais dominante, apesar de ainda definida como atípica, marcada pela baixa remuneração, precariedade e desqualificação, de curta duração e sem perspectivas de progressão e carreira profissionais (Hespanha *et al.* 2007: 19). Não poupando nas palavras, Anderson argumenta que

a Alemanha, que foi mais responsável do que qualquer outro estado pela crise do euro através da sua política de repressão salarial, dentro do país, e de capital barato, no exterior, foi também a principal arquitecta das tentativas de fazer com que a factura fosse paga pelos mais frágeis. Neste sentido, chegou a hora de uma nova hegemonia europeia. Com ela surgiu, pontualmente, o primeiro manifesto desavergonhado de uma suserania da Alemanha sobre a União (Anderson 2012: 18).

Fundamentalmente, como se verificou com a aceitação dos memorandos pela Grécia e por Portugal, “a coesão da zona euro já só assenta no medo das consequências que a sua fragmentação poderá ter” (Steeck 2015: 22), o que é manifestamente pouco para dar continuidade sustentável a um projeto europeu fundado na justiça, na solidariedade e na igualdade entre Estados e cidadãos. Mas nada está definitivamente jogado: o futuro continua a depender daquilo que as classes trabalhadoras e seus partidos, sindicatos e movimentos forem capazes de fazer no campo da política, através da ação coletiva organizada, defendendo os interesses de todos os que vivem do seu trabalho. Incompatíveis com o liberalismo, mesmo na variante alemã (ordoliberalismo)¹⁴, tingido por um mercantilismo exacerbado e de uma ética moral com laivos do puritanismo protestante, na qual a punição é vista como regeneradora, é necessário escolher soluções progressistas, baseadas nos direitos humanos e no bem-estar social, nos justos (e nada utópicos) termos colocados por Habermas (2012), no seu *Um ensaio sobre a constituição da Europa*¹⁵. Para as concretizar, é necessário reconstruir e aprofundar a “solidariedade de facto” referida na Declaração Schuman, hoje desprezada pelas elites dirigentes europeias, ora por convicção ideológica, ora por mero cálculo político, ora também por subserviência despudorada a Berlim¹⁶.

14 Nascido na Alemanha, no período entre as duas guerras mundiais, o ordoliberalismo, ao contrário do liberalismo, considera que o Estado deve organizar as condições e criar as estruturas, nomeadamente jurídicas e morais, necessárias ao funcionamento do mercado. E, estabelecidas estas, deve também garantir o respeito estrito pelas regras, isto é, a *ordnungspolitik*, a ordopolítica, um conceito que é tributário do “sentido que lhe dava Agostinho de Hipona: uma regra disciplinar ordenadora da vida comum” (Denord, Knaebel e Rimbart 2015: 25).

15 A descrição de Geithner (2014) da reunião com Wolfgang Schäuble, ministro das Finanças alemão, em 2012, na ilha de Sylt (Alemanha), é bem elucidativa da vontade punitiva de Berlim. Na apreciação de Geithner, o governo alemão estava obstinado em aniquilar os gregos, a quem apontavam a total responsabilidade pela crise. Esta punição está em total concordância com a visão moral produzida pela ideologia capitalista, pois, como argumenta Löwy, na sua minuciosa análise ao texto seminal “O capitalismo como religião”, de Walter Benjamin, “o sistema reduz a grande maioria da humanidade a ‘condenados na terra’, que não podem esperar a salvação de Deus, porque ele próprio está implicado em sua exclusão da graça. Culpados pelo seu próprio destino, eles não têm direito à esperança da redenção. O deus da religião capitalista, o dinheiro, não tem piedade daqueles que não o têm” (2014: 103).

16 Escrutinando as origens do conceito, Supiot lembra que, “mesmo devendo o essencial de sua fortuna ao pensamento sociológico e político, a noção de solidariedade tem uma origem jurídica. Ela designou inicialmente (no Código Civil francês de 1804) uma técnica do direito da responsabilidade, utilizada em caso de pluralidade de credores (solidariedade ativa) ou devedores (solidariedade passiva) de uma mesma obrigação. Foi só no final do século XIX que ela adquiriu um sentido jurídico novo: o de uma organização coletiva que permite enfrentar os riscos engendrados pelo maquinismo industrial e fazer pesar sobre seus autores uma responsabilidade objetiva,

A “solidariedade de facto” depende de muitas medidas como a mutualização da dívida pública dos Estados, a uniformização fiscal, sobretudo nos tributos que incidem sobre as empresas, o aumento significativo das transferências financeiras dos países ricos para os pobres, e a construção do Estado social a uma escala europeia. Enquanto os bancos, organizados à escala europeia (e mesmo acima dela, global), quando em dificuldades, são salvos à custa dos recursos dos contribuintes, o Estado social está organizado a um nível inferior ao da união monetária e do mercado único. Isto é, enquanto estes têm escala europeia, aquele funciona a uma escala nacional. Como explica Van Parijs (*in* www.cartacapital.com.br/sociedade/bolsa-familia-para-todos), estando as economias dos diferentes países vinculados a uma mesma moeda, quando surgem problemas de competitividade económica o resultado é o aumento do desemprego que, por sua vez, leva ao aumento das despesas públicas e, com isso, ao agravamento da dívida. Ou seja, a um círculo vicioso que exige a redução das despesas com saúde, educação e proteção social.

De urgência imperiosa coloca-se o ataque à crise das dívidas soberanas, ampliadas pelos constrangimentos decorrentes da arquitetura da moeda única acima discutida. Trata-se, como foi exaustivamente solicitado pelo governo grego liderado pelo Syriza, de organizar uma conferência europeia para a reestruturação das dívidas soberanas, segundo os mesmos princípios que enquadraram a conferência de Londres, da qual saiu o perdão substancial da dívida alemã em 1953. Tal como naquele momento, é importante que os países credores sejam sensíveis à razão económica e ao interesse europeu. Como vimos, a situação económica, nomeadamente da Grécia, não é substancialmente diferente daquela que enfrentava a Alemanha, com a diferença, absolutamente substancial, de que os gregos não devastaram países nem aniquilaram povos inteiros. Trata-se de dar uma resposta conveniente ao “facto de a dívida aumentar ao mesmo tempo

independentemente de qualquer erro. Assim foram instituídos os regimes de solidariedade, que Jean-Jaques Dupeyroux descreveu como “poupanças comuns [...] em que se cotiza segundo seus recursos e das quais se tira segundo suas necessidades” (2014: 18). Sendo a solidariedade um conceito plural, envolvendo dimensões e campos como o altruísmo, a família, o associativismo e o Estado (Portela 2009), M. C. Silva (2009: 21-22) considera que existem quatro perspetivas teóricas fundamentais sobre a solidariedade: (i) de orientação durkheimiana e de inspiração religiosa, na qual a solidariedade se realiza através da mobilização de instituições como a família, a escola e as corporações profissionais; (ii) de orientação liberal, que defende que a proteção social não deve ser da responsabilidade exclusiva do Estado mas também da família e do mercado; (iii) de orientação social-democrata, na qual o Estado assume uma especial responsabilidade, nomeadamente na definição e implementação de políticas sociais; (iv) de orientação marxista, na qual a solidariedade é inseparável das mudanças a nível económico e político para a construção do socialismo.

que a economia se contrai”, como escreveu na carta aos credores o chanceler alemão Konrad Adenauer em 6 de março de 1951 (*apud* Lambert 2015: 10).

Galbraith, Holland e Varoufakis (2014) propõem medidas concretas: (i) garantia da dívida dos Estados-membros por parte do BCE até ao limite de 60% do PIB; (ii) definição e aplicação de um programa de investimento a nível europeu, financiado pelo BEI, guiado por preocupações sociais e ambientais, de forma que se constitua como contraponto à estagnação e recessão que atingiram os Estados-membros periféricos; (iii) estabelecimento de uma política fiscal à escala europeia que minimize as enormes assimetrias fiscais existentes, impedindo as empresas e os indivíduos muito afluentes de explorar a chamada “criatividade” fiscal para diminuir o valor dos impostos pagos, em prejuízo da capacidade de investimento e da concorrência justa entre os diferentes Estados-membros. Se isto faz parte das tarefas inadiáveis, é preciso ir mais além, organizando o Estado social a uma escala europeia, financiado pelo orçamento comunitário e não dos Estados, equipado nomeadamente de um rendimento básico comum a todos os europeus, fazendo com que as medidas ditadas por Berlim não lhe sejam indiferentes do ponto de vista financeiro. Fazendo a síntese, Bourdieu argumenta que

só um Estado social europeu seria capaz de contrariar a ação *desintegradora* da economia monetária. [...] capaz de controlar, antecipando-os, os efeitos sociais da união reduzida à sua dimensão puramente monetária, segundo a filosofia neoliberal que entende fazer desaparecer todos os vestígios do Estado (social) como outros tantos obstáculos ao funcionamento harmonioso dos mercados (Bourdieu 2001: 77-78).

Sem esta (improvável) construção política, a saída da crise por parte dos Estados periféricos, considerando o cenário de permanência no euro, é feita sobretudo com base no empobrecimento de quem vive do seu trabalho, por via da compressão dos salários. Como podem os que vivem do seu trabalho responder? Começando por recusar as políticas impostas por Bruxelas, a mando da Alemanha e com o apoio dos seus aliados nórdicos e do Centro e Leste da Europa. Nestas políticas sobressai o que Fritz Scharpf (*apud* Supiot 2014: 18) designou por “integração negativa”, forma baseada na destruição das solidariedades nacionais (nomeadamente segurança social e serviços públicos), sem que, em seu lugar, se organize uma solidariedade europeia. Esta recusa deve ser consolidada através da definição de alternativas definidas pela ação coletiva organizada em todos os níveis – europeu, nacional, local –, por parte das forças políticas e sociais progressistas, incluindo alemãs, tendo em vista

a construção de um outro compromisso e hegemonia políticos. Como peça-chave coloca-se a construção da “comunidade de destino”, de que nos fala Anderson (2012) – indo buscar o conceito a Max Weber, como reconhece o próprio autor –, desenhando um sistema redistributivo que seja indiferente às fronteiras e à situação económica dos Estados-membros.

Esta luta tem de ser travada lado a lado com uma outra, a da desnaturalização e desfatalização económica e política. Como descortinou Bourdieu (1999: 16-17), trata-se da luta contra a hegemonia neoliberal, empenhada na supressão dos direitos e benefícios sociais duramente conquistados pelo movimento operário e de trabalhadores ao longo dos últimos 150 anos. No seu entender, a luta deve ser travada a nível europeu, pois, apesar de estarmos perante alguns dos mais poderosos Estados centrais, a defesa do Estado-providência e de tudo o que lhe é inerente é mais bem realizada a esta escala do que à escala nacional. Assim, é necessário que os governos queiram participar na definição de estratégias e ações contra-hegemónicas de dimensão europeia. Se não formos bem-sucedidos – e nada aponta para que o sejamos –, a Europa não resistirá às tensões sociais e políticas que a dilaceram hoje. Trata-se, pois, da construção de uma outra Europa, a única que pode interessar às classes trabalhadoras e aos povos europeus, cujo fracasso não deixará outra alternativa que não seja, como aventa M. C. Silva (2013: 163), a da rutura e superação dos choques decorrentes, necessariamente com o apoio de outros Estados periféricos.

Embora pareça nítido que os cidadãos sabem o que não querem (Žižek e Horvat 2015), tendo os anos da crise na Europa desencadeado numerosos protestos de rua contra as políticas que empobrecem e produzem precarização e desemprego em massa, as escolhas políticas parecem não conseguir superar o ceticismo que atravessa as gerações, incluindo as mais jovens, cujas existências (e as dos seus pais) são tingidas pelo medo do futuro. Esta expressão dramática e socialmente aniquiladora do colapso das expectativas, isto é, da ideia mobilizadora e produtora de sentido para a vida coletiva e individual que olha para o futuro como promessa de um tempo melhor do que o do presente – para o qual B. S. Santos (1998) tem há muito convocado a nossa atenção e foi objeto de uma interpeladora discussão por Arantes (2014) –, exige uma resposta adequada. Esta terá de ser fundada na compreensão aprofundada das dinâmicas políticas, sociais e económicas em que a Europa está mergulhada e construída no quadro de uma discussão participada e democrática. Deverá ter como objetivo a identificação e superação das causas profundas que estão na origem e trajeto da atual crise europeia e que concorrem para consolidar as desigualdades sociais, especialmente presentes nos países periféricos, como é o caso de Portugal.

3. UMA SOCIEDADE NA PERIFERIA EUROPEIA: CONSTRANGIMENTOS, CRISE E PERSPETIVAS EM PORTUGAL

Enquanto objeto sociológico e político, a sociedade portuguesa suscita leituras plurais e, não raro, antagónicas. De onde partir para se compreender as causas fundas que explicam a presente crise e, ainda mais relevante porque estrutural, o subdesenvolvimento persistente e secular em que o país vive? Como analisar um país muito desigual, com a pobreza atingindo uma parte muito significativa da população?

Em linha com a abordagem teórica crítica seguida ao longo do texto, pouco se avança neste exercício demorado se não considerarmos as propostas explicativas ancoradas nas teorias do sistema mundial moderno e da economia-mundo capitalista e mobilizando conceitos como o de semiperiferia. Originalmente, este conceito caracterizava os Estados que serviam de mediadores entre os centrais e os periféricos, sendo utilizados pelos primeiros como um instrumento de dominação económica e política sobre os segundos (Wallerstein, 1984: 7). Apesar de Soares (1976) atribuir ao país, no contexto da sua defesa da integração europeia, “especiais qualificações para se apresentar como ‘intermediário privilegiado’ nas relações da Europa com a África”, a validade empírica do conceito é duvidosa, uma vez que desde há muito que a dominação da periferia pelos países centrais dispensa largamente os países semiperiféricos. Porém, o conceito possui um valor heurístico se reformulado e contextualizado para países como Portugal da forma como fizeram, entre outros, B. S. Santos (1990) e Fortuna (1993). Procurando aplicá-la ao contexto português, a leitura de B. S. Santos (1994: 53ss) mantém larga pertinência, não obstante as mais de duas décadas já decorridas desde a elaboração. No seu entender, Portugal define-se como: (i) sociedade de desenvolvimento intermédio; (ii) ilusão do centro por via da integração europeia, com uma nítida descoincidência entre os discursos e a realidade concreta; (iii) sociedade muito heterogénea, atravessada por múltiplas e persistentes desigualdades.

Neste quadro analítico, a compreensão da sociedade portuguesa exige que se considerem, desde logo, os elementos de dimensão sistémica que determinam, em boa medida, a sua inserção no contexto mundial. Como já foi atrás discutido, a posição semiperiférica (e periférica no contexto europeu) de Portugal é uma realidade, no sentido braudeliano, antiga, secular mesmo, que permaneceu relativamente estável desde os primórdios do sistema mundial moderno, não obstante as mudanças ocorridas, incluindo as que se relacionam com a sucessão de distintas hegemonias. Se esta é a sua grande marca de carácter estrutural, e

não havendo espaço para uma análise temporalmente muito longa, fazendo-a coincidir com a idade do sistema mundial moderno, optou-se por circunscrevê-la a um período que abrange parte significativa do século XX, a contar desde o Estado Novo, pois muitos dos problemas com que nos confrontamos no domínio do desenvolvimento são inseparáveis desse regime que tão bem soube durar, parafraseando Rosas (2012). Como se procurará demonstrar, o regime, sobretudo na sua fase inicial, até à década de 1960, foi guiado por uma ideologia resolutamente antimodernista e conservadora, desconfiando do progresso e das mudanças a ele associado, aprofundando assim o atraso já secular do país, bem evidente no campo industrial e tecnocientífico.

Empreendendo um breve excursão sobre este período de 1926 a 1974, o país viveu em ditadura, designada a partir de 1933 por Estado Novo. Não podendo dizer-se que a generalidade dos militares golpistas do 28 de Maio de 1926 era guiada por uma ideologia e objetivos fascistas, o movimento acabará, sobretudo a partir da entrega da liderança do governo a Salazar em 1932, por se transformar numa configuração político-jurídica de recorte fascizante (Chilcote 2014). A censura e a polícia política, diretamente dependentes do ditador (A. C. Pinto 2008 e Pimentel 2008), foram, juntamente com a oligarquia, as forças armadas e a Igreja Católica, os principais suportes do regime (Rosas 2012). Se até meados da década de 1960 prevaleceu uma “política e ideologia ruralista, passadista e anti-modernista”, os últimos anos do regime deram “algum espaço subordinado à burguesia agroindustrial” (M. C. Silva 2013: 162).

Desde o primeiro momento que a questão colonial emergiu como um assunto maior do regime. As colónias não só foram um pilar fundamental do nacionalismo defendido pelo Estado Novo, como a sua sobrevivência foi “a variável mais importante da política externa da ditadura. À medida que a cena internacional se tornou progressivamente desfavorável, o colonialismo transformou-se ‘gradualmente na quinta-essência do regime’” (A. C. Pinto 2007: 33). Se numa fase inicial (1930-1960) se destacou o aprofundamento das bases institucionais tendo em vista a exploração económica das colónias, os anos derradeiros, encerrados pela descolonização em 1975, são marcados pela persistência colonizadora, manifestamente fora do tempo, guiada por uma inflexibilidade política que custou um elevado preço ao país e milhares de vidas humanas perdidas nos vários palcos da guerra colonial (Fortuna 1993 e Castelo 2014).

Quebrando o impulso modernizador almejado pela Primeira República – mais programático do que concretizado, mercê das condições adversas, com destaque para a Primeira Guerra Mundial, as lutas contra as forças conservadoras,

incluindo a Igreja Católica, e as divisões internas no campo republicano (Valente 1974) –, o Estado Novo foi responsável pela implementação de uma prática repressiva que mantinha os baixos salários, impedia a organização autónoma do movimento sindical e reprimia as reivindicações por parte dos trabalhadores. Dando expressão a um bloco político e social dominado pelos grandes latifundiários e pela burguesia financeira, o Estado Novo garantia ao patronato uma posição consentânea com os seus interesses e posicionamentos mais reacionários. Mais, qualquer forma de desenvolvimento do país e sua consequente modernização deveriam fazer-se sem beliscar a organização corporativa do Estado e o predomínio do carácter rural do país (M. C. Silva 1989: 134-135). O ditador Salazar desconfiava da concentração de operários em bairros, com tabernas e espaços de convívios próprios, isolados do resto da sociedade. Aos seus olhos representava um “viveiro” de indisciplina e de revolução, agravando os efeitos decorrentes do trabalho nas fábricas:

o trabalho moderno e a vida na fábrica tinham-se tornado pontos de encontro de misturas perigosas, entroncamentos de circulações imediatas. Trabalhando na fábrica, o homem corria o risco de se amotinar, de militar num sindicato revolucionário, de aderir a ideias políticas malsãs. À família cabia, pois, a terapêutica do homem doente e irracionalizado (M. L. Martins 1990: 72).

O respeito pela ordem social e seus códigos disciplinares, um dos pilares do regime, passava por uma “casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família” (Salazar 1939: 202). Segundo M. L. Martins (1990: 75-115), a ideologia promovia o que ajuizava como a ordem e a disciplina por contraponto à desordem e à indisciplina, sendo que a perversão do que considerava ser o temperamento dos portugueses (hedonismo, ociosidade, dependência) era contraposta pelo sacrifício, o trabalho e a independência. Esta constituía-se numa referência fundamental na ideologia nacionalista do Estado Novo, na qual o comunismo era elevado à condição de “inimigo privilegiado e declarado da nação” (Fernandes 2008: 222).

Em ostensiva oposição a qualquer agenda desenvolvimentista e modernizadora, o ditador Salazar evocava “a sentença de Poincaré: ‘os monopólios industriais são prelúdio do socialismo’, propugnando constantemente pela manutenção do carácter rural, corporativo da sociedade portuguesa” (M. C. Silva 1989: 137). Concorrendo decisivamente também para a produção do consentimento e da legitimação, a relação que o regime estabeleceu com o campesinato, sobretudo no Norte do país, permitiu-lhe garantir a paz social

fundada, como assinala M. C. Silva (2012b: 35), numa retórica mistificadora assente no enaltecimento do trabalho rural e dos valores camponeses vinculados à poupança, à família e à religião. Tratava-se, pois, de produzir um regime, não assente, como aconteceu com os países centrais, em compromissos duramente negociados entre o capital e o trabalho, mas sim na “inculcação de uma ideologia concentracionária centrada na ideia da harmonia social e na submissão das classes trabalhadoras a interesses miticamente comuns” (B. S. Santos 1990: 127). Facultando ao patronato mão-de-obra a baixo custo e pouco reivindicativa, esta dominação exercida sobre os trabalhadores beneficiou largamente da carência estrutural de trabalho, consequência direta do insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, situação que esteve na origem da emigração em massa de portugueses, sobretudo na década de 1960, sem, no entanto, obnubilar outras causas, como as relacionadas com a fuga à guerra colonial e à repressão política.

Perante este cenário, não constituirá surpresa que a relação salarial de tipo taylorista – dominante nos países centrais até à Segunda Guerra Mundial e em que as transformações na organização do trabalho produziram ganhos de produtividade mas não tiveram reflexos no modo de vida dos operários – se tenha prolongado em Portugal bem pela segunda metade do século XX, nomeadamente em regiões de industrialização em meio rural (*vd.*, entre outros, J. Reis 1992 e 1993, A. S. Silva 1994 e F. B. Ribeiro 2005). A relação salarial de tipo fordista só tardia e muito parcialmente se fez sentir em Portugal, a partir da segunda metade da década de 1960, coincidindo com a crise final do Estado Novo e apenas para os sectores mais progressivos da economia portuguesa (construção naval, banca e seguros), e sobretudo após o 25 de Abril de 1974, precisamente quando ela começou a ser contestada pelo neoliberalismo, em vésperas de se elevar à condição de regime político-ideológico hegemónico¹⁷.

Os baixos salários facilitaram a persistência da pluriatividade, um fenómeno que ainda hoje está presente, sobretudo nas zonas mais rurais. Aos operários proporcionava-lhes alguma segurança, preservando-os da miséria extrema e da fome, conquanto os baixos salários e a escassa protecção social não lhes

17 Segundo B. S. Santos (1990: 157-158), a relação salarial fordista assenta nos seguintes princípios: (i) carácter coletivo, no qual a contratação coletiva é o elemento central; (ii) uniformização dos estatutos sociais, consequência da concentração de um grande número de operários no mesmo espaço, com um modo de reprodução social comum, assente nos rendimentos do trabalho, distanciados por igual da administração e totalmente apartados do processo de decisão; (iii) efetividade de emprego, garantindo-se ao trabalhador a segurança através da restrição dos despedimentos, principalmente os de carácter individual.

permitted libertar-se de um quotidiano precário. Nesta dualidade económica (A. S. Silva 1994: 270), a agricultura foi preterida em favor da indústria, por trazer rendimentos mais regulares e superiores, sem deixar de permanecer como um recurso a que as pessoas podiam recorrer sempre que se confrontavam com o desemprego. Considerando que podem existir dois padrões de pluriatividade, um centrado nos rendimentos agrícolas, outro centrado nos rendimentos industriais, A. S. Silva sublinha que “a fábrica’ veio dar às pessoas duas vantagens de monta sobre a agricultura, horário de trabalho e salário; mas não se pode confiar a cem por cento na segurança do emprego fabril” (1994: 326). Isto é, a atividade agrícola funcionava – e ainda funciona, apesar de profundamente corroída pelas dinâmicas capitalistas e produtivistas impostas nomeadamente pela PAC (M. C. Silva 2012b) – como uma “espécie de seguro contra os riscos do assalariamento em condições subalternas e precárias, e reserva de uma posição no tabuleiro social da terra, a usar quando e se o jogo nele se tornar mais favorável” (A. S. Silva 1994: 294). A existência simultânea destas duas formas de remuneração permitia ampliar a autonomia económica das famílias de operários-camponeses, ao mesmo tempo que se mantinham modos de socialização mais próprios da sociedade rural tradicional. Em suma,

a presença da pequena agricultura familiar – geralmente praticada em base camponesa – como retaguarda de atividades e rendimentos noutros sectores económicos e, reciprocamente, o peso da pluriatividade e do pluri-rendimento na organização da exploração agrícola, fazem sentir-se à escala do território continental. A articulação entre o desenvolvimento da agricultura complementar e o modelo de industrialização no Norte e Centro litorais tem sido também demonstrada (A. S. Silva 1994: 270-271).

Mesmo em zonas com reduzida ou nula industrialização, como foi observado por Geraldés (1987) e M. C. Silva (1998) em aldeias do Noroeste de Portugal, a pluriatividade estava presente:

As pessoas recorrem ou não a tais fontes de rendimento consoante a percepção que têm das circunstâncias num dado momento. Exemplificando, um chefe de família pode “experimentar a sorte”, dedicando-se hoje à actividade de compra e venda de gado nas feiras locais e comercializar amanhã batata-semente, castanhas, nozes, lenha, madeira ou peles de animais domésticos ou do “monte”. A propósito diria um residente: “negoceia-se tudo o que aparecer à mão” (Portela 1981: 221).

Daqui decorrem relações entre capital e trabalho que contribuíram para o esbatimento das tensões sociais, pelo menos abertas entre as burguesias (industrial e agrária) e as classes dominadas (*vd.* entre outros, J. Reis 1988 e Ingerson 1981). A própria pequena-burguesia era formada, muitas vezes, por pequenos industriais que eram simultaneamente proprietários-agricultores não absentistas. Em termos de classe social, os operários-camponeses possuíam uma dupla pertença, dando lugar a situações contraditórias que se refletiam em mapas cognitivos, universos simbólicos e *habitus* de classe muito distintos dos que ideal e tipicamente são atribuíveis ao operariado ou às relações entre ele e a burguesia. As relações capital/trabalho são, assim, atravessadas por anéis de relações oriundas de práticas e ideologias portadoras de lógicas de ação não capitalistas, o que contribui para a fragmentação ou atomização interna do operariado e, em certa medida, da própria burguesia (B. S. Santos, 1990: 119-123)¹⁸.

A pluriatividade é, pois, essencial para conferir inteligibilidade a uma realidade social muito específica, comum a muitas outras regiões e países da periferia europeia. Por sua vez, a interdependência entre o trabalho assalariado e o trabalho no campo concorrem para a manutenção dos valores de parentesco, de vizinhança e de aliança típicos de contextos rurais tradicionais, sem que daí se possa falar em concórdia social e no predomínio das formas de entreatajuda e de solidariedade face às rivalidades e aos conflitos, como foi já assinalado por muitos autores (*v.g.*, Portela 1986 e M. C. Silva 1998)¹⁹. Ao invés

18 Estas situações convocam o conceito de localização contraditória de classe, desenvolvido por Wright (1979 e 1989a). Inicialmente aplicado nas sociedades capitalistas avançadas aos indivíduos que ocupavam lugares intermediários nas empresas – encarregados, por exemplo –, é hoje largamente utilizado, possuindo uma indiscutível relevância para a análise das classes nas sociedades contemporâneas. Partindo de uma posição marxista clássica, Wright soube integrar algumas das propostas formuladas pelos teóricos weberianos. Assim, para a localização de classe do indivíduo, são importantes não apenas os recursos em meios de produção, mas também os recursos organizacionais e as qualificações, académicas e outras. A flexibilidade teórica e metodológica deste modelo permitiu romper a enorme fragmentação classista que domina, em boa medida, a análise das classes. A aplicação deste modelo em Portugal (Estanque e Mendes 1998) é uma excelente demonstração da validade teórica da proposta de Wright (F. B. Ribeiro 2002a, 58-59). Para uma visão crítica e comparativa das distintas abordagens teóricas sobre as classes sociais, os trabalhos de M. C. Silva (2009 e 2012a) são referências obrigatórias. A partir do escrutínio das teorias estruturo-funcional, marxista e weberiana, o autor propõe uma conceção multidimensional de classe, na qual procura superar a velha dicotomia entre estrutura e ação.

19 No seu trabalho clássico sobre classes e conflitos nas sociedades industriais, Dahrendorf (1959: 178-179) distingue entre *interesses latentes* e *interesses manifestos*. Enquanto estes, similares, no entender do autor, ao conceito marxista de consciência de classe, estão presentes nas mentes dos indivíduos, sendo indiferente as posições (de dominação ou de submissão) que ocupam na organização social, os interesses latentes são, em termos psicológicos, não existentes.

do verificado em muitos países que viveram profundas mutações económicas e sociais, com o abandono radical de um modo de vida baseado na agricultura em favor da indústria, muitas vezes exprimindo-se sob a forma de profundas ruturas sociais, deslocações e desenraizamento geográficos e exposição às pressões sociais próprias do mundo industrial (*vd.* Esteva 1984: 226-227), perdurou, em muitas zonas do país, em especial no Norte e no Centro, uma pluriatividade combinando o trabalho assalariado na indústria com a atividade agrícola. Ao contrário da pluriatividade tradicional, que articula agricultura com artesanato e pequeno comércio, aquela está mais dependente do salário do que do rendimento obtido com a agricultura, como observou Lourenço (1991: 93-104) há já mais de duas décadas. O vinho, as batatas, as hortícolas e a criação de porcos, galinhas, coelhos e bovinos, entre outros produtos e animais, destinavam-se a ser sobretudo consumidos pela família. Este quadro não deixou, pois, de se repercutir ao nível das relações sociais de produção e da reprodução social.

Sendo os operários-camponeses, na sua larga maioria, indiferentes às lutas em prol do controlo dos meios de produção, a manutenção de vínculos fortes à ruralidade obstaculizou a consolidação de uma cultura operária vinculada às ideias socialistas, com interesses e reivindicações partilhadas a uma dimensão internacional e com um marcante antagonismo de classe face aos industriais. Pelo contrário, mantiveram um relacionamento com estes, próximo do que o camponês tradicional mantinha com proprietários, senhorios e comerciantes, que os via como patronos e intermediários (*vd.* Ingerson 1981: 870-874 e M. C. Silva 1998)²⁰. Para largas camadas das classes trabalhadoras, o sindicato nada significava, nunca tinham pertencido a nenhum, incluindo os fundados e organizados pelo Estado corporativo. O mesmo se aplicava às greves, nas quais muitos participariam apenas após Abril de 1974, com a democratização (*vd.* Freire 1993). O caso da indústria das duas rodas em Águeda (F. B. Ribeiro 1996) é um

20 Patrono faz par com cliente, o seu contraponto. Tópico muito estudado pela antropologia e a sociologia rurais, o patrocinato é um "mecanismo de vinculação e coerção psicossocial e, por vezes, física, no qual se verifica a servilidade e a dependência do cliente face a uma outra pessoa social e/ou politicamente influente denominada patrono" (M. C. Silva e Van Tor 1988: 54). Exprime uma relação desigual, na qual o patrono realiza favores e oferece alguns serviços em troca do apoio do cliente. Em termos históricos, o fenómeno clientelar esteve presente na colonização romana, através da romanização dos chefes gentílicos para o seu envolvimento nas tarefas de controlo da população. Já do ponto de vista político-administrativo, o patrono pode desempenhar o papel de cacique, isto é, um intermediário entre os grupos sociais locais e o Estado, daí retirando benefícios pessoais. Em troca dos votos, indispensáveis à reprodução e legitimação das instituições políticas, presta um conjunto de serviços – os "favores" – à população (Sobral e Almeida 1982).

exemplo expressivo dos valores e compromissos de classe do operariado. A posse, por parte dos operários, de pequenas parcelas de terras, para além de minimizar a dependência em relação ao salário obtido na fábrica, contribuiu para o esbatimento do antagonismo social entre patrões e operários acima mencionado. O próprio recrutamento dos operários em Águeda, à semelhança do observado por Ingerson (1981: 878-879) em Vila Nova de Famalicão, era de base local, assentando em lógicas de proximidade relacional: os patrões contratavam os filhos, irmãos, familiares ou amigos dos operários com quem já trabalhavam, preferindo-os a desconhecidos, constituindo-se as origens familiares como uma garantia da honestidade e da capacidade e zelo no trabalho do candidato, logo, detendo uma função de controlo social²¹.

Estas estratégias de recrutamento são uma reprodução social das práticas de mediação entre patronos e camponeses frequentes nas sociedades rurais, nas quais as relações verticais são mais importantes do que as relações entre classes unidas horizontalmente por interesses comuns, típicas das sociedades industriais (*vd.* Ingerson 1981: 878, M. C. Silva 1993: 489-521 e M. C. Silva 1998). Daqui decorrem consequências para a ação reivindicativa: perturbar o relacionamento com os patrões significava para o indivíduo e para aqueles que lhe eram próximos, nomeadamente o cônjuge e os filhos, a impossibilidade de obter trabalho em qualquer das fábricas existentes na zona onde se residia (*vd.* F. B. Ribeiro 1999).

A emigração em massa – “a debandada geral” na caracterização de Portela (1999a: 47) – e os planos de fomento, com notórios efeitos no campo industrial, implementados ao longo das décadas de sessenta e setenta do século passado, até ao derrube do regime em Abril de 1974, permitiram inverter a falta de emprego que afetava o país de forma persistente. A nível político deram-se alterações relevantes no contexto do que ficou conhecido por “primavera marcelista”. Em 1969 o governo altera o enquadramento legal dos sindicatos através de dois diplomas, alargando a sua presença a novos sectores profissionais e a outras geografias, deixando de ser obrigatória a homologação dos dirigentes eleitos, impedindo a nomeação de comissões administrativas e mesmo a dissolução dos sindicatos e tornando ainda obrigatória a negociação coletiva (Patriarca 2004: 174). Logo no ano seguinte, Marcello Caetano defende a substituição do “Estado Novo” pelo “Estado Social” – com reflexos ao nível das relações

21 Poderá parecer surpreendente, mas esta estratégia de recrutamento ocorreu igualmente em países centrais, não apenas em pequenas e médias empresas mas também em grandes empresas, incluindo públicas. Em França, na empresa de transportes públicos de Paris são numerosos os filhos e parentes dos trabalhadores que obtiveram nela um posto de trabalho (Bouvier 1989: 59-60).

estado/capital/trabalho e alargando os direitos sindicais –, imediatamente explorada pelos operários mais politizados de Lisboa e margem sul do Tejo, com reivindicações por melhores salários, condições de trabalho e proteção social. Oscilando entre a repressão e a contenção do protesto dentro dos limites possíveis para o regime, a ação do governo foi muito condicionada pela erosão a que estava exposto, sobretudo devido a uma guerra colonial desgastante, mortífera e de desfecho incerto (à beira do colapso na Guiné-Bissau), bem como a uma situação económica perto do pleno emprego, pelo que só com um aumento brutal da repressão se poderiam limitar as justas reivindicações dos trabalhadores (B. S. Santos 1990: 175ss e Rosas 2004: 9-25).

Não obstante as mudanças nos anos derradeiros da ditadura, no país prevaleceu um perfil socioeconómico marcado pelos salários baixos acompanhados por um peso significativo dos rendimentos provenientes de outras fontes, nomeadamente juros e rendas, muito por culpa de uma industrialização incipiente, e das remessas dos emigrantes. Esta situação não impediu, porém, a constituição de grupos económico-financeiros que iriam controlar boa parte da economia portuguesa ao longo do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (Rosa 2012). Eram grupos, alguns ainda hoje com destaque na economia portuguesa, em regra assentes em famílias cujo controlo empresarial se fazia por via da substituição geracional. Entre as mais destacadas, temos a Espírito Santo, afetada desde 2014 com o colapso do BES, a Orey Antunes, a Mello e a Soares dos Santos, atuando nos mais diversos sectores da economia. Com origens em tempos e contextos políticos diferenciados, estas famílias foram capazes de construir e, sobretudo, de dar continuidade a um enorme património que o tempo e principalmente a sucessão entre gerações colocam sob tensão. Esta capacidade de durar está bem visível, por um lado, no modo como as famílias afetadas reconstruíram os seus “impérios” empresariais após a sua nacionalização em 1975 e, por outro, no modo como conseguiram ultrapassar as dificuldades que se colocam na transmissão entre gerações do comando das empresas (A. P. de Lima 2003). Como assinala Chilcote:

Cada grupo era um aglomerado comercial, financeiro e industrial de companhias, sob a liderança de um dirigente capitalista, de uma família ou de uma conglomeração de interesses capitalistas e familiares. Alguns, como a Companhia União Fabril, tinham crescido rapidamente graças à exploração de óleos vegetais das colónias. Na década de 50, esses grupos expandiram-se ao integrarem capital empresarial e bancário (Chilcote 2014: 69).

Se as colónias foram decisivas para muitos grupos, o posterior estreitamento, a partir da década de 1960, dos laços com a Europa, primeiro com a EFTA – Portugal foi membro fundador da organização, nascida em janeiro de 1960 –, mais tarde com a CEE, no quadro do que ficou designado por abertura comercial e financeira, abriu novas possibilidades de expansão e consolidação da grande burguesia industrial-financeira portuguesa. No período que durou entre a adesão à EFTA e a adesão à CEE, o crescimento das exportações e das importações foi muito superior ao do PIB, facto que exprime uma clara abertura da economia portuguesa ao exterior (Amador e Cabral 2014: 191).

A revolução de Abril – que teve por base um golpe militar liderado por oficiais intermédios, nomeadamente majores e capitães, organizados no MFA – dá-se num contexto internacional muito difícil. Sem obliterar os enormes custos humanos, às dificuldades económicas e financeiras impostas pela guerra colonial desde o início da década de 1960 – as despesas com a guerra representaram, na larga maioria dos anos compreendidos entre 1961 e 1974, mais de 30% do total das despesas do Estado, ultrapassando os 50% em 1968 e 1969 (Guerra 1994: 390) – juntava-se a crise do capitalismo. A agitação política e social em 1974 e 1975, da qual sobressaem os inúmeros movimentos político-sociais – cuja ação se fez sentir nos mais diversos campos, incluindo o do trabalho – e o confronto entre modelos sociais radicalmente diferentes, concorreu para a desestabilização da economia (Santos, Lima e Ferreira 1976 e Fonseca 1983). Em causa estava o problema do desenvolvimento em Portugal, soluções para romper com o atraso secular e estrutural que marcava o país e o destino sofrido das classes populares, incluindo a questão agrária (F. O. Baptista 1994). Na síntese de Chilcote:

Primeiro, havia a perspectiva do Leste Europeu, associada ao PCP e aos marxistas ortodoxos, a favor da criação de laços estreitos com a Europa de Leste. Em segundo lugar, a perspectiva terceiro-mundista, defendida pela esquerda independente e por dissidentes socialistas, ligava Portugal às lutas da América Latina e das antigas colónias, defendendo que, enquanto país subdesenvolvido, Portugal deveria abandonar a sua postura tradicional de imperialismo e colonialismo. Em terceiro lugar, a perspectiva ocidental-europeia, ligada à CEE, à NATO e ao investimento norte-americano, orientava-se para a democracia burguesa e estava habitualmente ligada ao PS (Chilcote 2014: 256-257).

Não obstante os problemas e as lutas sociais estarem centradas no campo económico, os primeiros anos pós-revolução assistiram também à entrada

em cena das lutas ambientais, mesmo no interior politicamente conservador do país (P. G. Silva 2013). Foi, porém, a contestação à construção da central nuclear em Ferrel (Peniche) que ficou como a luta ambiental mais relevante deste período (L. Schmidt 2003). A nível político-institucional, em 1975 foi criada a primeira Secretaria de Estado do Ambiente, bem como o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, depois de no final do Estado Novo, em 1971, ter sido criada a Comissão Nacional do Ambiente, no âmbito da JNICT. Estas iniciativas, não deixando de refletir a influência das dinâmicas internacionais, devem considerar também o próprio contexto político nacional, marcado pela mudança de regime e a democratização. Segundo V. Rodrigues,

esta circunstância histórica terá determinado um alinhamento ecológico importante que acabou por criar uma clivagem inicial entre aqueles que viam no discurso ecológico um potencial integrador de aspectos como a fome e a opressão dos povos, a miséria gerada pelas guerras, o analfabetismo, as desigualdades no desenvolvimento, a destruição dos ecossistemas e a exploração selvagem dos recursos a troco do acesso a um modo de vida pretensamente civilizado; e aqueles que pautavam o seu discurso mais pelas ideias da modernização ecológica, pela prudência ou que limitavam os seus objetivos à protecção da natureza e do ambiente como fins em si mesmos (Rodrigues 2009: 204).

Os legisladores não ignoraram as questões ambientais, fixando no artigo 66.º da CRP o quadro legal fundamental a que o Estado se obriga para defender o ambiente e o direito dos seres humanos de viverem em condições ecológicas adequadas a uma boa qualidade de vida e bem-estar. Com o título “Ambiente e qualidade de vida”, nele se estabelece que é responsabilidade do Estado “promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica” (alínea *d* do § 2.º). Ainda no campo legislativo, destacam-se os DL n.ºs 356/75 e 357/75. Reconhecendo que o solo é um recurso limitado, património comum dos cidadãos e fundamental para a existência humana, nomeadamente como fonte de produção de alimentos, estes DL fixam as condições e limites do seu uso e transformação.

O confronto entre os modelos políticos em 1974 e 1975 envolveu, por um lado, as forças reacionárias e conservadoras, com o apoio do PS, e as forças revolucionárias, profundamente divididas em torno de soluções distintas. Se os governos provisórios, sobretudo os liderados por Vasco Gonçalves, foram dominados pelas forças progressistas, a vitória do PS nas eleições para a Assembleia Constituinte, reforçada por uma votação importante para os partidos de direita

(PSD e CDS), deixando em minoria o PCP e os restantes pequenos partidos à esquerda deste, facilitou decisivamente a inviabilização de uma saída revolucionária e socialista para o país. A estocada final seria dada pelo fracasso do golpe de 25 de novembro de 1975. Dele nascerá um compromisso político que irá ter expressão jurídica maior na CRP de 1976, da qual saíria um sistema de governo assente na legitimidade parlamentar, multipartidário e hegemônico pelos defensores da integração europeia e a permanência no campo ocidental. Como argumenta Chilcote:

Embora a Constituição de 1976 tenha surgido como um documento radical orientado para o marxismo e reflectindo as manifestações revolucionárias de 1974 e 1975, no seu texto também se destacavam elementos não-marxistas, com relevância para as instituições, a democracia política e o pluralismo (Chilcote 2014: 87).

O tempo viria a revelar que este compromisso era instável, acabando por fazer recuar as opções mais à esquerda fixadas na CRP, como a reforma agrária e as nacionalizações, com destaque para as do sector financeiro. Derrotadas as forças de esquerda, este conturbado processo daria origem a uma configuração estatal que B. S. Santos define como “estado paralelo” (1990: 135ss, 1993: 28ss), no qual sobressai uma acentuada discrepância entre a “lei escrita” e a “lei em ação”²². Caracterizado quer pela não aplicação da lei, quer pela sua aplicação seletiva ou mesmo instrumentalização, o Estado paralelo pode ser definido como uma configuração política vincada por “uma disjunção ou discrepância no modo de regulação social, nos termos da qual às leis e às instituições do modo de regulação fordista não corresponde, na prática, uma relação salarial fordista” (B. S. Santos 1993: 32). Como exemplos da não aplicação, temos a falta de regulamentação das leis, a inexistência dos serviços necessários à sua aplicação e a não cabimentação orçamental. Já a Lei n.º 77/77 de 29 de setembro (reforma agrária) é elucidativa da aplicação seletiva, pois apenas se procede à constituição de reservas, do interesse da burguesia fundiária²³. Por sua vez, o

22 Trata-se de um princípio bem conhecido da sociologia do direito. Expressando uma certa discrepância entre o que está fixado na lei e a sua aplicação prática, está presente em todos os Estados modernos, ainda que de forma muito variável.

23 O artigo de Barros (1979) continua a ser, não obstante os anos já decorridos desde a sua publicação, uma referência indispensável para a compreensão desta reforma ambiciosa mas inacabada, porque liquidada pelas forças conservadoras que se opuseram à transformação socialista do país. Apesar de a CRP obrigar à sua aplicação ao território nacional, ela ficou circunscrita ao Sul do país, em especial ao Alentejo e ao Ribatejo. Instrumento fundamental para concretizar a transição para o socialismo e estabelecer novas relações de produção nos campos, a derrota das

DL n.º 781/76 de 28 de setembro (contratos a prazo) exprime a instrumentalização da lei, considerando que o objetivo do aumento da oferta de trabalho seguida da posterior estabilidade de emprego não encontrou correspondência na prática.

Prosseguindo com os argumentos de B. S. Santos (1993), esta configuração estatal é consequência das contradições e compromissos emergidos do processo revolucionário de 1974 e 1975 (conhecido por Prec) que se exprimem, desde logo, na CRP, aprovada em abril de 1976, na qual se consignava como um dos objetivos fundamentais a construção de uma sociedade socialista (preâmbulo) e sem classes (art. 1.º); a este objetivo faltava a necessária vontade política, imediatamente visível na ação do primeiro governo constitucional chefiado por Mário Soares. Entre o Prec e a estabilização política após o golpe de 25 de novembro de 1975, as discrepâncias acentuaram-se. Se na experiência revolucionária foram as práticas que impulsionaram o legislador no sentido da introdução de leis de conteúdo progressista – direito à greve e à autonomia sindical, contratação coletiva, proibição de *lock-out*, alargamento e aprofundamento dos benefícios sociais, proteção no emprego, nomeadamente com a proibição dos despedimentos sem justa causa, sem esquecer a CRP, de orientação progressista e marcadamente programática –, após o 25 de Novembro de 1975 assistiu-se de certo modo a uma inversão. A legislação, sobretudo a aprovada durante o PREC, não foi acompanhada pela ação política, por manifesta falta de vontade (ou mesmo oposição) da parte dos governos constitucionais que se foram sucedendo.

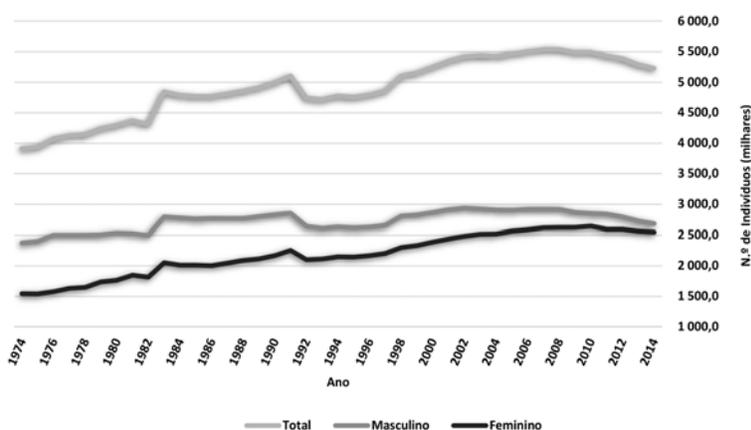
A discrepância manteve-se especialmente forte até 1982, ano a partir do qual os partidos conservadores, com a colaboração do PS, procederam a sucessivas revisões constitucionais que foram eliminando os artigos mais incompatíveis com a orientação política de teor neoliberal, que acabaria, ainda que com matices, por ser assumida pelos partidos do chamado “arco da governação” (PS, PSD e CDS), incluindo a eliminação da irreversibilidade das nacionalizações (www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx). Com isto iremos assistir ao regresso às empresas e aos bancos das velhas famílias da grande burguesia que tinham sido apartadas do controlo da economia portuguesa, reconstituindo assim os seus “impérios” empresariais após a sua nacionalização em 1975. Como mostra A. P. de Lima (2003), este processo beneficiou largamente da rede de relações sociais na alta finança internacional e na própria política, sem a qual estas famílias não teriam obtido os recursos

forças revolucionárias em 25 de novembro de 1975 impediu a concretização destes objetivos, embora algumas das unidades coletivas de produção e cooperativas, peças-chave da reforma agrária, tivessem prosseguido a atividade em condições políticas hostis.

financeiros de que necessitavam para adquirir as empresas nacionalizadas, apesar de terem beneficiado de condições muito favoráveis, considerando o ambiente político em que se desenrolou o processo de privatização.

Esta redução notória da discrepância entre o acervo jurídico-legal e as práticas políticas concorreu para dar origem a uma nova configuração estatal que B. S. Santos designa por “estado heterogéneo” (1993: 33). Nesta nova configuração, o modo de atuação do Estado baseia-se em diversos instrumentos e recursos como a concertação social, os incentivos fiscais, os subsídios e outros mecanismos financeiros, conjugados com uma ideologia desenvolvimentista, muito favorecida pela adesão à UE em 1986, então designada por Comunidade Europeia. Segundo B. S. Santos (1993: 33ss), a normalização contratual ocorreu num cenário de uma grande heterogeneidade do capital e do trabalho. Enquanto neste continuou presente a pluriatividade em muitas zonas do país, nomeadamente a nível industrial, no campo do capital as empresas modernizadas, orientadas para a inovação tecnológica, a exportação e condições de trabalho e salários de nível elevado, eram acompanhadas por uma miríade de pequenas e médias empresas, cuja viabilidade dependia de baixos salários. No último quartel do século XX algumas das tendências que hoje caracterizam o campo do trabalho estão já presentes, com destaque para a presença cada vez mais forte das mulheres (Figura 8).

Figura 8. Evolução da composição da força de trabalho segundo o sexo entre 1972 e 2014



Fonte: Pordata (www.pordata.pt)

À heterogenia estatal corresponde uma sociedade também muito heterogénea e de desenvolvimento intermédio que viveu durante largas décadas, até ao despoletar da crise global do capitalismo em 2007, aquilo que B. S. Santos designa por “ilusão do centro” por via da integração do país na UE. No seu entender:

Porque a UE é o centro de uma das grandes regiões do sistema mundial [...] – a integração na UE tende a criar a ilusão credível de que Portugal, por se integrar no centro, passa a ser central, e o discurso político dominante tem sido o grande agente da inculcação social da imaginação do centro: estar na Europa é ser como a Europa (B. S. Santos 1994: 58).

Esta integração, apoiada pelo PS, PSD e CDS, suscitou as maiores esperanças em largas camadas da sociedade portuguesa que olhavam para este processo como a solução para o atraso, as dificuldades e a pobreza que marcam e desfiguram a história económica do país. Esta aspiração coletiva foi, aliás, um dos temas principais da campanha para as eleições legislativas de abril de 1976, na qual o PS espalhou pelo país um cartaz (Figura 9. A Europa connosco!), onde evocava precisamente a conexão com a Europa, fundada na solidariedade e na ajuda dos países centrais aos mais pobres e periféricos (Soares 1976). Do ponto de vista político, este “estado-come-imaginação-do-centro” legitima as aspirações a uma vida melhor, ao mesmo tempo que deslegitima as alternativas políticas que não se enquadrem nos critérios de desenvolvimento impostos pela Europa, ao considerá-las como incompatíveis com a integração europeia (B. S. Santos 1994: 49ss). Apesar de negociada e concretizada quando “o optimismo gerado por quase trinta anos de crescimento económico ímpar já se tinha desvanecido” (Felizes 2006: 316), a adesão à CEE era vista como um instrumento que nos faria igual aos outros, através dos fundos necessários ao desenvolvimento do país e à melhoria das condições de vida dos portugueses, afastando de vez as crises agudas da balança de pagamentos, como a que ocorreu em vésperas desta adesão, com a intervenção do FMI entre 1982 e 1984. Este sentimento coletivo dominante foi bem enunciado por Mário Soares, no seu discurso aquando da assinatura do Tratado de Adesão, em 12 de junho de 1985:

para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e de modernidade. [...] Nas mãos dos agricultores, dos operários, dos cientistas, dos homens de cultura, dos empresários, dos quadros, dos intelectuais, dos

técnicos, dos artistas e sobretudo dos jovens, de todos os Portugueses em suma, mulheres e homens, está o futuro de Portugal, para cuja construção não faltarão a partir de agora os estímulos e as ajudas necessárias. Não estamos mais isolados. A solidariedade europeia não nos faltará, como hoje aqui ficou comprovado com a presença de qualificados representantes de todos os estados da Comunidade dos Doze (www.cvce.eu/content/publication/2001/10/22/0681895a-4ad6-4444-94fc-63304c0f6f4a/publishable_pt.pdf).

Já as questões ambientais permaneciam distantes das preocupações fundamentais dos governos e das lideranças políticas (Lima e Schmidt 1996 e Soromenho-Marques 2005), uma vez que continuavam centrais os problemas relacionados com a melhoria do rendimento e do bem-estar das classes trabalhadoras. Não obstante, em 1982 é criado o partido ecologista Os Verdes e em 1986 são constituídas duas das mais importantes organizações ambientalistas, a Quercus e o GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), que se juntam à velha LPN (Liga para a Proteção da Natureza), criada em 1948²⁴. Por seu lado, a integração europeia não deixará também de se traduzir em alterações a nível ambiental, conduzindo a uma efetiva construção de uma política de ambiente em Portugal (Queirós 2002 e Freitas e Martins 2012). Ou seja, “o ambientalismo



Figura 9. A Europa connosco!

Fonte: www.resistir.info/europa/queda_do_euro.html

24 Cinco anos mais tarde, em 1987, “Os Verdes” fizeram uma coligação eleitoral com o PCP, ainda hoje em vigor. No entender de B. S. Santos (1994: 63), esta coligação constituiu um exemplo forte daquilo que designou por carnavalização da política em Portugal, atendendo a que as teses destes partidos acerca do desenvolvimento estavam muito afastadas, pelo menos na década de oitenta do século passado. Ocupando o espaço político “verde”, este partido “conseguiria, no entanto, pelo simples facto de existir nominalmente, hipotecar as possibilidades de consagração político-partidária do ambientalismo em Portugal” (L. Schmidt 2003: 400).

era agora também uma imposição legal, consequência da integração europeia” (L. Schmidt 2003: 404). A primeira Lei de Bases do Ambiente, aprovada em 1987 (Lei n.º 11/87 de 7 de abril de 1987), é em boa medida tributária da influência exercida por Bruxelas. Com ela institui-se nomeadamente o princípio da prevenção. A influência (e pressão) europeia faz-se também através das diretivas europeias, como a relacionada com a avaliação do impacto ambiental, regulamentada em 2000 por via da transposição da Diretiva 85/337/CEE para o direito nacional (Freitas e Martins 2012: 82). As lutas ambientais passam a estar focadas sobretudo nas questões locais, em boa medida consequência da expansão da atividade económica nas mais diversas áreas, com destaque para as celuloses, o turismo e a construção civil e seus efeitos na floresta, na ocupação do território e nas infraestruturas que suportam as condições de vida dos cidadãos, como o saneamento básico e os aterros de lixos. As causas ambientais surgem também associadas à defesa do património, cujo exemplo mais notório foi a luta, bem-sucedida, contra a construção da barragem de Foz Côa em meados de 1990 [vd. Gonçalves (coord.) (2001)]. Nos últimos anos as questões ambientais cruzam-se com a defesa do bem-estar animal, refletindo-se na própria agenda político-partidária, com a criação do PAN em 2011, que conseguiu eleger um deputado à Assembleia da República em 2015²⁵.

Medida a partir de critérios estritamente económicos, nomeadamente em termos de crescimento do PIB, do investimento estrangeiro e de construção de infraestruturas, a adesão à UE produziu alguns resultados positivos, sobretudo nos primeiros anos; se medida a partir de critérios financeiros, a adesão afastou o país, por um quarto de século, das crises decorrentes dos mais diversos défices, nomeadamente orçamental e da balança de pagamentos. Este desempenho deu-se num quadro de alterações profundas na economia e sociedade portuguesas:

As transformações ocorridas nos primeiros 25 anos de participação de Portugal na UE atingiram todos os setores económicos, públicos e privados: os serviços ganharam ainda mais peso na economia, em detrimento da agricultura, das pescas e da indústria; a saúde e a educação tornaram-se partes importantes da despesa pública, [...] a influência da UE estendeu-se a muitas outras áreas, como o ambiente e as políticas sociais; o crescimento económico, o desenvolvimento dos mercados

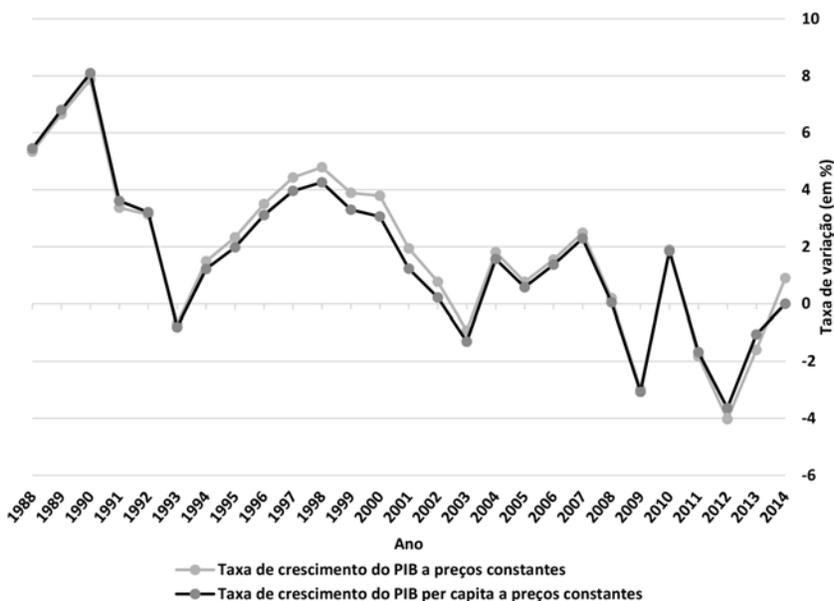
25 Foi registado junto do Tribunal Constitucional com o nome de Partido pelos Animais e pela Natureza, sendo o nome atual alterado em setembro de 2014. As suas origens remontam a 2009, quando se constituiu sob a designação de Partido pelos Animais (www.pan.com.pt/quem-somos.html).

financeiros e a queda abrupta das taxas de juro contribuíram para a formação de uma sociedade de consumo de massas; o acesso ao crédito foi fortemente direcionado para a aquisição de habitação (Alexandre *et al.* 2014: 44-45).

Se estes autores caracterizam como sucesso os primeiros quinze anos da integração europeia, o *boom* segundo R. Reis (2014), haverá que sublinhar que a partir de 1992 a economia portuguesa começou a dar sinais de alguma estagnação, nomeadamente no que se refere ao rendimento médio e à produtividade do trabalho e do capital, dificultando a redução da diferença em relação aos países mais ricos da UE (Lains 2009: 20). Ao mesmo tempo, a expansão do Estado-providência, nomeadamente na saúde e na educação, traduziu-se em endividamento público, muitas vezes acima dos 3% do PIB²⁶. A situação de estagnação acabará por se agravar com a adesão à moeda única em 1999, dando origem à fase do *slump*, que conheceu o seu cume com a crise da dívida soberana em 2010. Como assinalam Gaspar e St. Aubyn (2009: 88), Portugal faz parte do grupo de países com atrasos estruturais que, em contramão com o ocorrido nos países centrais, viu alguns dos seus indicadores económicos degradarem-se, com destaque para a deterioração das contas externas, devido ao crescimento das importações se ter realizado a um ritmo mais rápido do que o das exportações. Como a Figura 10 retrata, a evolução do PIB (total e *per capita*) a preços constantes desde 1988 possui uma dinâmica bem clara: depois de um forte crescimento, entre 1988 e 1990, que não mais se voltaria a repetir, e de um crescimento sempre acima dos 2% entre 1996 e 2000, desde este último ano a economia portuguesa foi incapaz de crescer acima desse valor, com a exceção de 2007. Temos, assim, uma depressão séria, mais “persistente e decepcionante do que a Grande Depressão americana dos anos 30, ou a década perdida japonesa” (J. Reis 2014: 73). E os resultados dificilmente poderiam ter sido outros. A aproximação aos países com melhores condições económicas e de vida no espaço europeu é difícil de ser alcançada, dependendo a sua concretização de um quadro que combine a dimensão económica e monetária com políticas estruturais, incluindo sociais e de transferência de recursos financeiros dos países do Centro e Norte para os do Sul.

26 O Estado-providência em Portugal é uma construção tardia, realizada num período marcado pelo “fim do compromisso entre a solidariedade social e a acumulação capitalista” (F. C. da Silva 2013: 29). Ainda que existam elementos constitutivos desta configuração estatal no Estado Novo, nomeadamente no domínio da previdência pública (*vd.* Pereirinha e Carolo 2006), “é à democracia em que vivemos que há que creditar o mérito da unificação dos regimes de protecção social e, sobretudo, do seu desenvolvimento quantitativo e qualitativo” (Dornelas 2013: 47).

Figura 10. Taxa de crescimento (%) do PIB e PIB *per capita* a preços constantes (base=2011)



Fonte: Pordata (www.pordata.pt)

Com 2008 chegam os primeiros sinais da crise, em marcha desde o ano anterior nos EUA. Encontrando-se o país numa situação económico-financeira frágil, decorrente em boa medida da adesão à moeda única, o governo da República fica encurralado entre o incumprimento do serviço da dívida, com a consequente declaração de moratória de pagamentos, e um pedido de auxílio à UE. Se é certo que existem fatores internos que concorreram para a crise, estes são secundários face à “sobredeterminação externa”, expressa sob a forma de estagnação prolongada – que coincide com a existência do euro –, défices persistentes das balanças comercial e de transações correntes e endividamento externo elevado (J. Reis 2014: 12). Embora evitando tirar as devidas ilações, isto é, equacionar o abandono da moeda única, Aguiar-Conraria, Alexandre e Pinho não têm dúvidas: “nos primeiros 12 anos, o euro teve um impacto negativo na evolução do PIB, sugerindo assim que os efeitos esperados da UE para o crescimento e convergência da economia portuguesa estão por cumprir” (2012: 314).

Decalcando o modelo gizado para a Grécia e a Irlanda, o financiamento da economia portuguesa assentou num acordo com a chamada *Troika* (UE, FMI e BCE). A “receita” foi brutal e, como assinala M. C. Silva (2013: 163), bem conhecida e de resultados dolorosos onde foi aplicada, nomeadamente na América Latina: compressão da despesa pública (nomeadamente em educação e saúde) e do investimento público (mormente em infraestruturas) e redução brutal das pensões de reforma e dos salários, a designada desvalorização salarial, como a única saída possível para o país ganhar competitividade de forma rápida, uma vez que não pode proceder à desvalorização da moeda. Alterou-se ainda a legislação laboral, no sentido da “flexibilização”, isto é, acentuando a precariedade, nomeadamente pelo alargamento dos motivos de despedimento, esvaziamento da contratação coletiva e redução do custo das indemnizações.

Muitos mergulham num quotidiano sofrido, vivendo do salário mínimo ou até menos, obtido através de um trabalho a tempo parcial, incerto e precário, disfarçado amiúde de trabalho “independente” e autónomo, trocando tempo de vida por um salário que não tem qualquer relação com as suas necessidades vitais. Configurando uma situação de sobre-exploração do trabalho, na qual o salário é insuficiente para assegurar a reprodução social, os trabalhadores têm de articular o salário principal com outras atividades geradoras de rendimentos (ou substitutivas de bens, nomeadamente alimentares, fornecidos pelo mercado), como é o caso do amanho da terra familiar, algo desde há muito estudado pela antropologia e sociologia rural portuguesa, como acima foi já discutido (*vd.*, entre outros, Geraldès 1987 e M. C. Silva 1998); ou ainda obter rendimentos adicionais através da acumulação de outros empregos, aspeto que Schor (1991) foi uma das primeiras a descrever, tomando como referência os EUA. De uma forma ou de outra, trata-se de privar estes homens e mulheres de tempo para si, isto é, de tempo para estar com a família, os pais, os filhos, os amigos, enfim, de tempo para viver. Estas dificuldades foram já captadas e analisadas pelas instâncias internacionais. Por exemplo, o relatório da OCDE *How's Life?*, de 2015, traça um retrato elucidativo da situação social em Portugal, tendo como referência o período antes da crise: desemprego elevado, redução de salários, insatisfação com a vida, para a qual concorrem o risco de perda de trabalho e os horários laborais muito longos (quase 10% dos trabalhadores trabalham 50 ou mais horas por semana).

Temos, assim, um cenário de agravamento da situação social em Portugal, marcado pelo desemprego e suas consequências pessoais e sociais (Caleiras 2015), salários demasiado minguados para prover todas as necessidades,

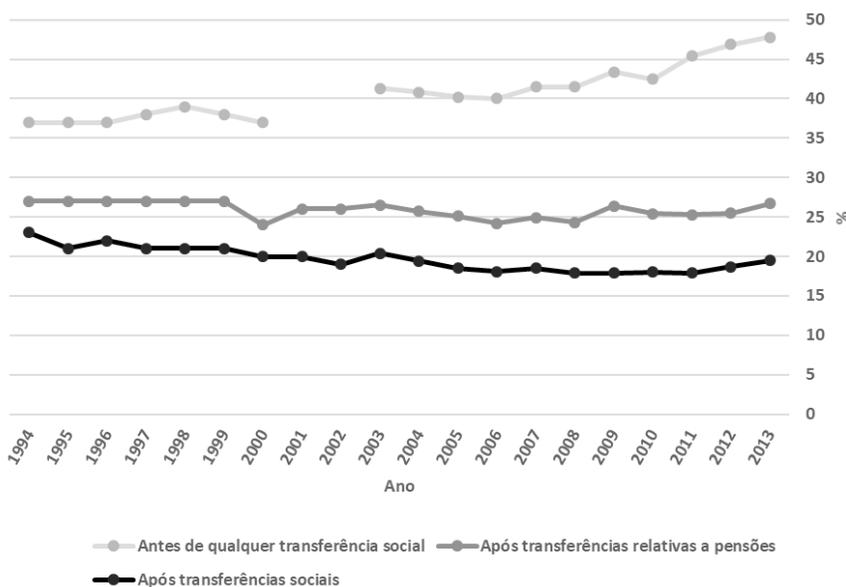
atingindo cada vez mais indivíduos e famílias das chamadas classes médias²⁷. A bem dizer, deixou de ser assunto dos outros, dos que vivem em bairros pobres localizados em zonas perigosas da cidade, para entrar pela porta adentro de todos nós: é um irmão, um filho, um amigo ou conhecido que mergulha nesta situação. Em termos estatísticos, quase dois milhões de cidadãos estão em situação de risco de pobreza (Figura 11. Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais)²⁸, ainda que, como contraponto, se deva dizer que nem todos são atingidos e sofrem do mesmo modo. A grande burguesia não viu beliscada a sua posição social e os seus privilégios. Não obstante os problemas que afetaram algumas das suas principais famílias, com destaque para a Espírito Santo, atingida pelo colapso do BES, em momento algum a crise colocou em causa a sua hegemonia política e ideológica²⁹. País de muitos

27 Caracterização justamente criticada por M. C. Silva (2009), a utilização da expressão “classes médias” vai ao encontro do pretenso esbatimento da conflitualidade social e política nas sociedades contemporâneas, muito do agrado dos teóricos neoliberais. Ora, se há que reconhecer que “o tema das classes não está na moda” (M. C. Silva 2009: 17), ele continua a constituir uma categoria sociológica fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas, nomeadamente a portuguesa. Sendo o conceito usado amiúde pelas mais diversas correntes sociológicas, é o marxismo, ainda que articulado com as perspetivas weberianas, que lhe dá densidade e maior relevância, ao eleger o conflito entre classes sociais antagónicas como o elemento histórico e sociológico mais importante. Nas últimas décadas o debate em torno do problema das classes sociais rasgou novas perspetivas. São de salientar, entre muitos outros, os contributos de Bourdieu (1985), de Poulantzas (1976) e, em especial, como já foi mencionado em nota de rodapé anterior, de Wright (1979, 1989a, 1989b e 1997), a quem cabe os méritos de um longo trabalho e uma extensa produção bibliográfica em torno das classes sociais.

28 A taxa de risco de pobreza representa a percentagem de indivíduos com rendimentos considerados baixos face à restante população, isto é, que ficam abaixo do valor fixado para o limiar de risco de pobreza, o qual corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente. Esta taxa pode ser calculada dos seguintes modos: (i) antes de qualquer transferência social, pelo que se consideram apenas os rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados; (ii) após transferências relativas a pensões, pelo que se consideram os rendimentos da alínea anterior, bem como as pensões de velhice e de sobrevivência; (iii) após transferências sociais, pelo que se consideram os rendimentos e as transferências sociais das alíneas anteriores, bem como transferências sociais como apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego e combate à exclusão social (www.pordata.pt).

29 Na esteira de J. Costa *et al.* (2010), a obra *Os burgueses: quem são, como vivem, como mandam*, de Louçã, J. T. Lopes e J. Costa (2014), é imprescindível para conhecer a grande burguesia portuguesa. Como foi sublinhado por F. B. Ribeiro e M. C. Silva (2015), os autores mostram-nos que em Portugal, como de resto acontece, em regra, nas sociedades capitalistas, a reprodução do capital não se faz à margem das relações familiares, não se podendo ver esta fusão entre propriedade e parentesco como um mero vestígio de estádios anteriores de capitalismo, na medida em que ela é, pelo contrário, um mecanismo central da continuidade intergeracional da estrutura de classes do atual capitalismo. Assim, o estudo aprofundado do par empresa-parentesco na sociedade portuguesa – que nos aparece ora como fazendo parte de campos perfeitamente

**Figura 11. Taxa de risco de pobreza:
antes e após transferências sociais**



Nota: Não existem dados de transferências sociais totais para os anos 2001 e 2002.

Fonte: Pordata (www.pordata.pt).

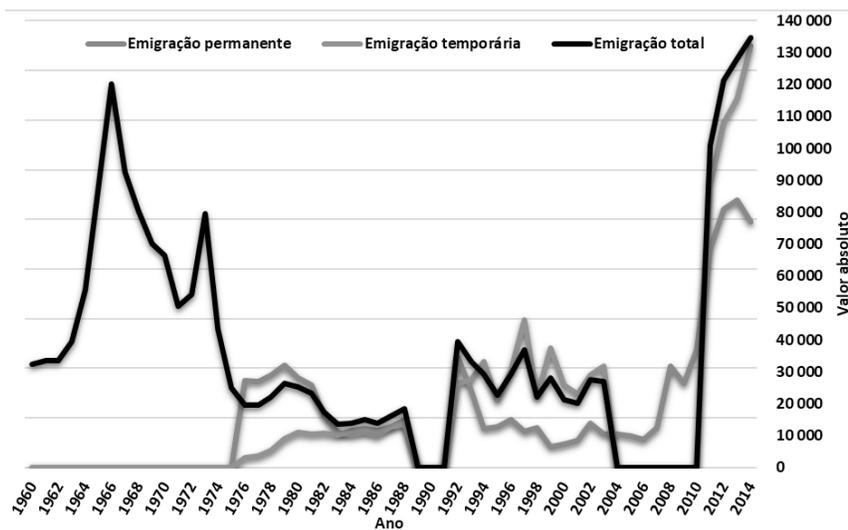
separados, ora como algo da esfera estrita da pequena empresa familiar, muito por força dos discursos meritocráticos da ideologia liberal – é essencial para a compreensão das formas de reprodução social da grande burguesia e do controlo por ela exercido sobre a economia e não só. Tal permite desfazer um dos mais fortes pilares da ideologia burguesa, cujos propósitos políticos têm sido defendidos em todas as instâncias e por todas as formas, mormente pela economia. Formatados, sobretudo os que pela força das disposições familiares foram destinados para a seu tempo ocuparem o comando das empresas, nas melhores escolas de economia e gestão do mundo, dominadas pela ortodoxia do pensamento teórico liberal, os membros das gerações mais novas incorporam com convicção os princípios económicos e, logo, políticos que servem na perfeição os seus interesses sociais, nomeadamente aqueles que são diretamente decorrentes da continuidade das suas empresas. Neste sentido, confrontamo-nos com a aparente contradição entre os discursos e as práticas da grande burguesia. Defensora do liberalismo económico e da ideologia meritocrática – que aplicada até às últimas consequências deveria implicar a recusa da herança, isto é, da transmissão do património às gerações mais novas –, as suas práticas estão marcadas pela defesa de outros valores e capitais que escapam ao campo estritamente económico, se bem que uns e outros sejam transferíveis entre si e, enfim, não possam ser separados. Tal expõe esta gente a uma severa contradição: defendendo abertamente o liberalismo económico no país, para si próprias colocam em prática sofisticados mecanismos, baseados no parentesco e em teias

pobres e de alguns muito ricos, não só uns não existem sem os outros, como a pobreza só pode ser compreendida considerando-os. Na esteira de Simmel [1998 (1907)], Portela argumenta certeira que “faz falta olhar a pobreza e a riqueza a partir de onde elas estão: o fundo e o topo da escadaria social” (2008: 109).

Neste contexto de crise severa, a emigração – sempre presente, mesmo nos períodos de bonança económica – voltou a elevar-se a alternativa maior para largas camadas da população portuguesa, incluindo as mais jovens e qualificadas. Assiste-se, assim, ao maior movimento migratório desde a década de 1960, arrasando com ele as expectativas e ilusões coletivas sobre a passagem, apesar das debilidades económicas e outras que persistiam, a país rico, à semelhança daqueles países que eram nossas referências e para os quais se emigrou em massa a partir dos anos 1960: a França, a Alemanha, a Suíça e o Luxemburgo. Simultaneamente fracasso das promessas da integração europeia e expressão forte da força das estruturas sistémicas, permanecemos, após um curto período em que a imigração concorreu com a emigração, um país de emigrantes. Longe de ser novo, trata-se talvez da marca mais forte do país desde o nascimento do sistema mundial moderno. Godinho (1971) sublinha que no final do século XVI eram mais de 100 000 os portugueses espalhados pelo mundo – Brasil, Japão, Pérsia, Timor, Filipinas e até a vizinha Espanha –, isto numa população de pouco mais de um milhão. Os dados são absolutamente arrasadores (Figura 12): a emigração portuguesa entre 2012 e 2014 não tem paralelo com nenhum outro ano nas últimas cinco décadas, com a exceção de 1966. Conhecida como a década do grande êxodo para a Europa, nesse ano a emigração superou as 120 000 pessoas. Observando a emigração nos quatro primeiros anos da década de dez deste século, ela atingiu respetivamente 100 978, 121 418, 128 108 e, por fim, em 2014, 134 624, entre emigrantes permanente

densas de relacionamento social, que mais não visam do que preservá-los, a si e às suas famílias, dos efeitos destrutivos das lógicas mercantis. A complexidade crescente dos negócios, combinada com a dificuldade de encontrar em cada nova geração os indivíduos com o perfil adequado à gestão de grandes grupos empresariais, pode forçar o recurso a gestores profissionais. Entra assim a classe-apoio de gestores referida pelos autores. Não descartando que tal gera uma tensão evidente entre detentores do património e detentores da gestão, não deixa de ser certo que, mesmo nos casos em que a gestão está entregue a profissionais, a família não perde o controlo sobre aquilo que é decisivo nos destinos da empresa: a sua viabilidade económica, quer dizer, a sua perenidade. A este propósito é interessante trazer para o debate exemplos não nacionais, como são os das famílias Quandt, na Alemanha, e Agnelli em Itália, respetivamente principais acionistas da BMW e da Fiat. Presentemente, a gestão destes grupos empresariais está nas mãos de gestores profissionais, mas tal não impede que as lideranças familiares intervenham na gestão, sempre que em causa esteja o que considerem como interesses fundamentais.

Figura 12. Emigração portuguesa (1960-2014)



Nota: Não existem dados da emigração total para os anos de 1989 a 1991 e de 2004 a 2010. Só a partir de 1976 passaram a existir dados destrinçando a emigração por tipo (permanente ou temporária).

Fonte: Pordata (www.pordata.pt)

e temporários, divisão que não deixa de refletir as atuais dinâmicas laborais, marcadas pela flexibilidade e precariedade, e a elevada mobilidade proporcionada pela redução significativa do custo das viagens aéreas.

Encerrando a discussão sobre a posição de Portugal no contexto europeu, é manifesto que, não obstante o país ser muito mais rico do que era em meados do século XX – apesar de ser um indicador muito parcelar e até contestado, o PIB *per capita* (a preços constantes de 2011) em Portugal passou de 3463 em 1960 para 16 887,2 em 2016 (www.pordata.pt) –, não conseguiu superar as diferenças negativas em relação aos países centrais, não só em termos económicos como ambientais (L. Schmidt 2007 e 2015). Mostrando que o estado-como-imaginação-do-centro continua a ser muito mais imaginação do que realidade, o país foi incapaz de superar as suas debilidades económicas estruturais que o remetem para uma posição subordinada e periférica no contexto internacional. E dificilmente poderia ter sido de outro modo. A aproximação significativa aos países centrais exigiria um programa de transferências financeiras muito

superior ao que até agora se verificou, de forma a, por um lado, fornecer os recursos financeiros necessários a uma reestruturação profunda da economia portuguesa, e, por outro lado, promover a coesão social e a melhoria da formação da força de trabalho em Portugal. As transferências financeiras são hoje ainda mais cruciais, considerando que o país é desde 1999 membro da Zona Euro, estando privado de instrumentos relevantes de política monetária, fundamentais para atenuar e contribuir para a superação das crises cíclicas que caracterizam o capitalismo e romper com a polarização, assinalada há mais de duas décadas por F. O. Baptista (1994), entre países produtivos e assistidos na UE. Assim, o trajeto histórico do país nas últimas décadas expõe as dificuldades de um país em alterar de modo significativo a posição ocupada no sistema mundial capitalista, nomeadamente no interior de um dos seus centros, o europeu.

4. A RECOMPOSIÇÃO DO MUNDO: EM DIREÇÃO A UMA CONFIGURAÇÃO MULTIPOLAR?

Globalização, crise, incertezas... e a recomposição do mundo. Desfeitos os sonhos norte-americanos de uma hegemonia prolongada pelo século XXI, o declínio dos EUA, que é também do Ocidente, é uma expressão forte das dinâmicas do sistema mundial moderno. A análise desta recomposição tem de colocar no seu centro o debate sobre o capitalismo, com especial atenção para as suas transformações recentes: o colapso da URSS, a emergência da China como grande potência, acompanhada pelos restantes países do chamado BRIC, e a revolução digital, cuja expressão mais forte é a internet (Harvey 1996 e Hann e Hart 2011).

A grande interrogação em torno da qual se têm travado acesos debates no campo anticapitalista desde, pelo menos, a década derradeira do século XX, é se estamos perante uma crise geral do sistema ou, ao invés, se estamos perante o final de uma fase, a do regime de acumulação ancorado na hegemonia norte-americana. Os que argumentam, como é o caso de Wallerstein (2002a), que estamos face a uma crise geral que pode conduzir a uma configuração radicalmente diferente do sistema mundial, não necessariamente capitalista, convocam fatores como a luta dos trabalhadores pela subida dos salários, a redução de espaços para a expansão das atividades capitalistas, as restrições ambientais e a existência do Estado-providência em muitos países, bem como a luta por ele em outros. Daqui decorrem constrangimentos para o livre funcionamento do mercado e a manutenção de altas cargas tributárias. Outros, como Arrighi (1997), Todd (2002) e Fonseca (2003), consideram que

estamos perante o final de uma fase que conduzirá a uma reconfiguração do sistema mundial capitalista, com uma redistribuição do poder em termos geográfico e estatal³⁰:

Depois de 600 anos nos quais “as dádivas” da história e da geografia fizeram do Ocidente o local original do capitalismo mundial, parece agora que as civilizações do leste asiático estão melhor posicionadas para tirar vantagem desta última reversão no ímpeto organizacional do capitalismo mundial. [...] o centro parece estar mudando para uma região do mundo não ocidental (Arrighi 1997: 365).

Harvey argumenta no mesmo sentido de Arrighi. Procurando conferir solidez à sua arguição, mobiliza as mais diversas fontes, nomeadamente as provenientes do Conselho Nacional de Informação dos EUA – *v.g.*, *O novo relatório da CIA: como será o mundo em 2025?* – para afirmar que:

Possivelmente pela primeira vez, um organismo oficial americano previu que, nessa data [2025], os Estados Unidos, embora continuem a ser um importante ator na cena mundial, já não serão o principal. O mundo será multipolar e menos centrado, ao mesmo tempo que se reforçará a importância de atores sociais (desde organizações terroristas até às ONG). Acima de tudo, irá prosseguir a já iniciada “transferência sem precedentes de riqueza e de poder económico, orientada *grosso modo* do Ocidente para o Oriente” (Harvey 2011: 49).

Apesar de ser de improvável sustentação empírica afirmar que a liderança política e económica dos EUA coincidiu apenas durante um período relativamente curto, entre 1934 e 1973 (Arrighi 1997: 30), é manifesto que “o declínio da supremacia americana foi acompanhado pelo espectacular surgimento do leste asiático, não apenas como principal ‘depositário da liquidez mundial’, mas também como a ‘oficina do mundo’” (Arrighi 1997: 363). Este declínio, ainda que relativo e parcial, há que sublinhar, não fez, porém, o governo norte-americano desistir de lutar para manter o comando político a nível mundial, apesar da crescente concorrência de potências emergentes e da desobediência intermitente de alguns aliados históricos (e tradicionalmente

30 Sobre o conceito de configuração numa perspetiva multidimensional, *vd.* Elias (1980: 140-151). M. C. Silva (2005) sublinha que, embora se trate de um conceito que beneficiou dos contributos de Simmel, Goffman, Bourdieu e Giddens, foi Elias quem o teorizou de modo mais extenso. O conceito permite superar as dicotomias estrutura-ação social e sociedade-indivíduo e evitar as análises marcadas pelo antagonismo entre estes elementos.

dependentes)³¹. Não implica também que os EUA – o mesmo se poderá dizer para os seus aliados europeus – deixem de ser relevantes do ponto de vista económico nem, de modo algum, em termos políticos. Se considerarmos que o poder militar é peça fundamental para a afirmação do poder político, não é provável que nas próximas décadas algum país, nomeadamente a China, se aproxime da capacidade militar norte-americana, nomeadamente a nível marítimo. Os valores das despesas militares são muito elucidativos, revelando a enorme desproporção de recursos em confronto (www.sipri.org/research/armaments/milex/Top%2015%20table%202012.pdf): 39% do que o mundo gastou em 2012 foram da responsabilidade dos EUA, isto é, 711 mil milhões de dólares, uma soma astronómica que corresponde a mais de quatro vezes a riqueza anual produzida em Portugal. A China e a Rússia, os países que se colocam imediatamente a seguir aos EUA, ficam a uma enorme distância, gastando respetivamente 166 mil milhões e 91 mil milhões de dólares. Conquanto este esforço militar, em termos de percentagem do PIB, tenha crescido nos últimos dez anos, passando de 3,7% em 2003 para 4,4% em 2012, trata-se de um valor manejável para a economia norte-americana. Tal garante aos EUA a manutenção de uma formidável máquina de guerra que assegura uma capacidade de intervenção e de defesa dos seus interesses em qualquer lugar do mundo, sem paralelo com qualquer outro Estado. Mais, ao mesmo tempo que continuará a pertencer a este país, bem como à Europa, a maioria das grandes multinacionais e instituições financeiras (Dowbor 2014: 11 e Nolan 2014), os EUA manterão uma posição dominante em muitos sectores económicos, com destaque para o da chamada economia digital, dominada pelas empresas do Vale do Silício, como a Google e a Apple, a que se juntam, entre outras, a Microsoft, a IBM e a Cisco:

Os provedores de acesso à internet e as grandes empresas formam a guarda pretoriana de um capitalismo digital centrado nos Estados Unidos. Sozinha, a Microsoft utiliza um milhão de computadores em mais de quarenta países para fornecer os seus serviços a partir de uma centena de bancos de dados. Android e iOS, os sistemas operacionais da Google e da Apple, respectivamente, estavam instalados em 96% dos *smartphones* vendidos no mundo no segundo trimestre de 2014. O capitalismo digital baseado na internet impressiona pela dimensão, dinamismo e

31 Se historicamente a França se tem revelado como o aliado menos alinhado dos EUA, nos últimos anos a Alemanha tem recusado alinhar cegamente, sendo o exemplo mais notório a posição discordante assumida na última guerra do Iraque.

perspetiva de lucro, como demonstram não apenas a indústria diretamente ligada à internet, mas campos tão diversos como o sector automotivo, os serviços médicos, a educação, as finanças (Schiller 2014: 23).

A erosão da hegemonia dos EUA não é um fenómeno novo na história do sistema mundial capitalista. Antes repete o que aconteceu em outros momentos de mudança da hegemonia e do centro da regulação do sistema capitalista, em que os antigos países dominantes continuaram a manter uma forte preponderância a nível global. Como assinala Arrighi (1997) na sua análise histórica ao sistema mundial moderno, antes dos EUA outros países exerceram um poder hegemónico. O RU, por exemplo, foi esse poder ao longo do século XIX e até 1914. Apesar de desde então já não o ser, manteve até hoje um lugar relevante na arena internacional, qualquer que seja o campo sob escrutínio: político, militar, económico, científico.

A recomposição do mundo é indissociável das alterações no regime de acumulação do capitalismo e suas hegemonias, marcadas por crises de profundidade e duração variáveis. Assim, debater o trajeto recente do capitalismo e, em especial, a sua última crise, é crucial para se compreender aonde nos pode levar a atual recomposição do mundo, até porque, como já nos lembrava Amin, num texto dos anos 1970, escrito em plena crise do petróleo que marcou o fim dos chamados “trinta anos gloriosos”, “dizer que o capitalismo está decadente não significa que este se desmoronará por si mesmo por efeito de qualquer contradição económica, irresistível” (1978: 25). Em boa medida consequência da mobilização política e da ação organizada dos países produtores e exportadores de petróleo, a resposta à crise assentou nas inovações técnicas e na reestruturação produtiva, conjugadas com uma mudança radical no campo das políticas económico-financeiras, com a substituição do keynesianismo pelo liberalismo. Tal permitiu uma expansão financeira sem paralelo desde os anos vinte do século XX, a par da intensificação da concorrência:

Expansões financeiras são momentos de crise e reorganização fundamental da economia mundial capitalista. Como em todas as expansões financeiras dos séculos anteriores, a força dirigente por trás do presente desvio de capital da compra e venda de mercadorias (incluído força de trabalho, instalações e equipamentos) para empréstimos e especulação, tem sido uma maior intensificação da concorrência intercapitalista, ela mesma consequência da expansão sem precedente da produção e comércio mundiais. [...] A intensificação da concorrência intercapitalista subjacente às expansões financeiras faz surgir também mudanças de época na

configuração espacial e na estrutura organizacional dos processos de acumulação de capital em escala mundial – mudanças que preparam o terreno para e no curso devido se traduzirem em uma nova fase de expansão do comércio e da produção mundiais” (Arrighi 1997: 359 e 363).

Como foi já discutido em outros textos (entre outros, *vd.* F. B. Ribeiro 2010), esta crise repercutiu-se também sobre a URSS e os seus aliados do este europeu, bem como sobre os países africanos e asiáticos aliados. Devido à rutura operada com a Revolução de Outubro, a URSS e progressivamente todos os países seus aliados mantiveram-se até à década de 1970 relativamente exteriores à economia-mundo capitalista, defende Hobsbawm (1994) na esteira de Mandel (1974). Esta posição colide com as teses de Wallerstein (1998: 79): “o sistema mundial capitalista em momento algum se deparou com um sistema histórico alternativo, isto é, uma ‘ordem-mundo social’”. Nesta perspetiva, os países socialistas, bem como todos os tipos de movimentos antissistémicos, não se constituíram em outro sistema-mundo. Não cabendo aqui escrutinar este dissenso em torno da sua relação com o capitalismo, nem “os problemas sistémicos insolúveis” da URSS e seus aliados (Fonseca 2002), deve sublinhar-se que o colapso do antigo bloco soviético teve efeitos económicos e sociais devastadores. Consequência direta das “terapias de choque” propostas pelos economistas e técnicos ocidentais, visando a privatização das empresas e bens públicos e o alargamento do mercado a todos os campos económicos no contexto de uma conversão ideológica radical – “market for soul” (Hann e Hart 2011: 130) –, o desaparecimento do “socialismo real” foi um evento extraordinário, qualquer que seja a posição de análise:

O maior acontecimento da década de 1990 foi a conversão de boa parte do antigo “Segundo Mundo” – o socialismo de estado europeu e asiático – em um novo Terceiro Mundo. No início dos anos 1990, aqueles considerados em extrema pobreza nos antigos “países em transição”, como diz a ONU, dispararam de 14 para 168 milhões de pessoas: uma pauperização em massa quase instantânea e sem precedentes na História (Davis 2006: 168).

A crise dos anos 1970, em conjugação com o declínio e posterior colapso do bloco liderado pela URSS, abriu novas possibilidades e destinos ao capital. Desaparecida a referência política que foi vista como alternativa para muitos povos e parte significativa das classes trabalhadoras durante largas décadas do século XX, particularmente na Europa, a grande burguesia e as forças

conservadoras lograram captar o apoio popular necessário para impor governos neoliberais na maioria dos países centrais, nomeadamente no RU, com Margaret Thatcher, a partir de 1979, e nos EUA, com Ronald Reagan, a partir de 1980. Por força da ação desreguladora imposta por estes governos e pelas principais instituições económico-financeiras internacionais, a grande burguesia procurou manobrar no sentido de garantir a produção de mais-valias, procedendo à redução de custos, sobretudo por via de despedimentos, deslocações e reestruturações produtivas, de forma a contrariar os efeitos da crise e da erosão dos fatores de expansão essenciais para a acumulação de capital, já acima mencionados e extensamente desenvolvidos por Wallerstein (1993)³².

A competição e as lutas entre os Estados para defender e afirmar a sua posição no contexto mundial interpela a conhecida tese de Hardt e Negri (2000), segundo a qual a rivalidade estatal é substituída por um sistema de dominação global que designam por “império”. Velho conceito reelaborado pelos autores, implica um entendimento jurídico novo, no qual a nova ordem simplesmente capitalista é apoiada por diversos poderes, nomeadamente militar, monetário, comunicacional, cultural e linguístico, extinguindo-se o papel político do estado-nação, doravante incapaz de defender os seus interesses. Este esvaziamento das competências do estado-nação, há muito também defendido por B. S. Santos (1994), ainda que reconhecendo que a contração do Estado só se possa fazer por via da própria intervenção, quer dizer, o Estado tem de regular a sua própria desregulação (B. S. Santos 2001)³³, é um dos pontos débeis da

32 Já com mais de duas décadas de vida, esta tese retoma a argumentação acerca do problema da acumulação empreendida no início do século XX por Luxemburgo [1967 (1912)]. Para a revolucionária polaco-alemã, os territórios não capitalistas funcionam como espaços de obtenção de terras, matérias-primas e reserva de força de trabalho para o sistema salarial. O mecanismo de expansão age, porém, sobre o próprio sistema. Porque a expansão está sujeita aos limites geográficos, físicos e materiais do planeta, apesar dos esforços do capital para, apoiado na ciência, na tecnologia e no *marketing*, compensar o esgotamento do espaço geográfico pelo aproveitamento de outros espaços, multiplicando-se as formas de consumo pela conjugação habilidosa de novas celebrações, segmentos, nichos de mercado e o próprio confisco do sono (Crary 2013), a reprodução alargada começa inexoravelmente a degradar-se, podendo provocar, na perspetiva luxemburguesa, o colapso do sistema. Esta visão determinista da revolucionária alemã foi negada pela sua luta política contra o capitalismo, que acabaria por lhe custar a própria vida. Do ponto de vista teórico, Löwy argumenta (1978: 115-124) que na fase mais tardia do seu pensamento Luxemburgo se afastou das leituras deterministas, valorizando o papel da ação coletiva organizada na transformação social.

33 Para B. S. Santos (2001: 42ss) são as seguintes as tendências gerais de transformação do poder estatal: (i) desnacionalização, com as capacidades do Estado a organizarem-se aos níveis subnacional e supranacional; (ii) desestatização, com a regulação económica e social a fazer-se cada mais em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais,

argumentação de Hardt e Negri. Como foi já discutido em Ribeiro (2010), o poder dos Estados nacionais confronta-se com o das empresas multinacionais e com a força e os constrangimentos decorrentes dos acordos internacionais que têm favorecido o aprofundamento de blocos regionais, com destaque para o NAFTA, o Mercosul e a UE e, em grau diverso, a valorização do papel de diversas instituições supranacionais (OMC, FMI, BM, OCDE, NATO). Porém, esta erosão não é homogênea nem confirmada pela ação política dos principais Estados, com destaque para os EUA, detentor de uma capacidade de intervenção política e militar a nível global sem concorrência.

Embora existam dinâmicas que concorrem para a promoção dos mecanismos de soberania partilhada, não é defensável a conexão mecânica entre globalização e fragilização crescente do estado-nação. Se é certo que muitos perderam poder e autonomia soberana, podendo também reinventar-se “sob a forma de governos locais e regionais que se espalham pelo mundo com os seus projetos, formam eleitorados e negociam com governos nacionais, empresas multinacionais e órgãos internacionais” (Castells 2003: 484), os Estados centrais, com os EUA à cabeça e, mais recentemente, a China, não deixaram de reforçar a sua capacidade de intervenção e influência na arena internacional. Ao mesmo tempo, outros países, como a Índia e o Brasil, procuram aumentar o seu peso político, isto sem descuidar a Rússia, que tenta reconstruir, parcialmente, o poder e a influência detidos pela desaparecida URSS. As assimetrias de poder entre os Estados permitem aos mais fortes agirem, inclusivamente através das instituições internacionais por eles controladas, no sentido de constrangerem a autonomia política e a soberania de facto dos demais, mostrando que o poder estatal continua a contar. Mas não só, a última crise global exigiu aos Estados centrais uma forte intervenção na economia, ainda que para proceder ao salvamento do sistema financeiro e dos seus acionistas. Por outro lado, a tese do Estado fraco é desmentida também no campo policial, jurídico e penal, pelos trabalhos de Wacquant, que demonstra que “à atrofia deliberada do estado social corresponde a hipertrofia do estado penal” (2000: 74).

Daqui decorre que o fator político estatal continua a ser crucial, conquanto neste momento não exista já coincidência perfeita entre liderança política e

paragovernamentais e ONG; (iii) internacionalização, com um impacto crescente deste campo na ação do Estado, sendo exemplos fortes a liberalização dos mercados, a flexibilização das leis laborais e a privatização de áreas e serviços essenciais às funções sociais do Estado. Em suma, temos uma configuração de carácter “pós-fordista, pós-keynesiano, pós-estado de bem-estar social e radicalmente globalizante, embora o estado-nação tenha permanecido central para os novos tipos de regulação” (Domingues 2013: 69).

liderança económica, atendendo a que os EUA já estão longe do tempo em que a sua economia possuía um peso hegemónico a nível global. Não se podendo obnubilar a força crescente do capital e das empresas transnacionais, geridas por uma classe de gestores, a mando dos grandes acionistas e cada vez mais protegido pelas leis de ferro impostas pela liberalização do comércio internacional, o poder estatal não desaparece. Não só continua a desempenhar um papel decisivo na manutenção da ordem mundial e do *statu quo* naturalizado pela ação do há muito designado pensamento único³⁴, de que depende a manutenção e reprodução das condições de acumulação, como detém um papel especialmente relevante na definição e implementação da liberalização, por exemplo, do comércio internacional.

Entendem-se os esteios em que Hardt e Negri assentam as suas teses: muitos dos problemas económicos, sociais e outros que enfrentamos excedem as possibilidades de regulação do estado-nação, algo para o qual Beck (2000: 5ss) já havia convocado a nossa atenção ao conceptualizar e explorar o conceito de sociedade do risco, por ele entendida como consequência do enfraquecimento da sociedade industrial³⁵. Não sendo, no seu entender, uma configuração societal passível de negociação ou rejeição, consequência de processos de modernização autónoma indiferentes às suas consequências, os riscos e ameaças por ela produzidos escapam ao seu controlo. Mas, a partir disto, remeter os Estados à impotência política é empiricamente insustentável³⁶. A argumentação de Hardt e de Negri é também negada pelas lutas interestatais no interior do sistema capitalista. Expressões de uma recomposição do mundo em curso, não apontam para a formação de uma nova hegemonia imperial de dimensão global, na qual a luta pela partilha do mundo entre os estados-nação se tornaria secundária. Ou seja, a projeção de Hardt e Negri é apenas uma possibilidade improvável,

34 A hegemonia do pensamento único tem beneficiado da ação diligente dos média, em particular do jornalismo de reverência (Halimi 1997). Para uma anatomia da burguesia enquanto conceito sociológico e protagonista histórico, *vd.* Wallerstein (1991: 135-152).

35 Discorrendo sobre o significado da palavra *risco*, Giddens (2000b: 32) sublinha que o conceito não existia na Idade Média, tendo adquirido relevância a partir das viagens marítimas do século XV e sendo utilizado para descrever a navegação em mares desconhecidos e ainda não carteados.

36 Nesta controversa tese, o conceito de multitude é central. Face a um poder disseminado, tentacular e sem centro nevrálgico, Negri (2002), repisando o defendido em Hardt e Negri (2000), valoriza a multitude: multidão ativa, cuja ação se ancora na auto-organização das redes e das ligações inorgânicas. Nas teses negrianas – “especulações pós-marxistas pomposas [...] sem fundamento em nenhuma sociologia política real” (Davis 2006: 2001) –, a multidão não corresponde ao povo. Enquanto este é uma unidade, podendo ser representado, a multidão é uma multiplicidade singular, na qual a soberania e a representação não são divisíveis nem alienáveis.

hoje severamente questionada pela emergência da China, da Rússia e do Brasil (enquanto “cabeça” da América Latina) na arena internacional. Não obstante as suas debilidades, a ascensão destes países certamente concorrerá para a definição de uma outra distribuição do poder estatal e das suas correlações de força a nível global, com os correspondentes efeitos no aumento da concorrência e da conflitualidade interestatal (*vd.*, entre outros, Genté 2014). Mas não só, no interior do próprio centro do poder estatal, a competição também se faz sentir. Apesar de continuar a manter uma situação de subordinação estrutural face aos EUA, nomeadamente em termos militares, a ação política e diplomática da UE mostra que aliados históricos podem divergir e tornar-se rivais, disputando mercados e zonas de influência. Talvez o exemplo mais forte seja o da aeronáutica civil, com uma luta intensa entre a Boeing e a Airbus.

Mesmo que a hegemonia imperialista se concretizasse nos termos acima imaginados, não implicaria a dissolução dos estados-nação. Estes são, como salienta Petras (2002), na sua crítica implacável às teses de inspiração pós-modernas e anarquistas defendidas por Hardt e Negri, fundamentais para garantir as condições para o funcionamento do mercado e a defesa dos privilégios e do poder das empresas transnacionais, quer pelo direito, quer pela ação política e militar. E, sempre que necessário, saindo em defesa dos capitalistas e dos seus negócios, nomeadamente financeiros, salvando-os do colapso. Por outras palavras, é o Estado capitalista que, em última instância, garante eficácia ao que Löwy designa “por forças impessoais – o mercado, as finanças, a dívida, o desemprego – que se impõem aos indivíduos como um destino implacável” (2014: 137-138). Mais, as sucessivas crises financeiras das duas últimas décadas de anos – México em 1994, Ásia em 1998, Brasil em 1999, Argentina em 2001, EUA em 2007, posteriormente alargada à Europa – expõem com nitidez o papel crucial dos países centrais na gestão das crises económicas e no auxílio aos investidores, empresas e instituições financeiras ameaçadas de bancarrota. Como incisivamente argumenta M. C. Silva:

O que está em causa não são “estados sem poder”, como ainda diriam Hardt e Negri (2000), mas a conivência dos respectivos Estados com esses interesses imperialistas, sejam eles, como nos mostram as recentes políticas militaristas expansionistas unilaterais de Bush nos Estados Unidos (Iraque, Afeganistão) ou, mais recentemente, as atitudes de neocolonialismo interno na Europa por parte do capital financeiro mediado por alguns governos como o de Merkel na Alemanha (M. C. Silva 2013: 164).

Sem deixar de constatar “as sete vidas” do capitalismo – como assinala Arrighi (1996: 4), citando Braudel, se algo o caracteriza é a “adaptação”, a “flexibilidade” e o “ecletismo” –, a instabilidade atual do sistema é elevada. Quer os seus críticos, como Wallerstein (2002a e 2002b) e Harnecker (2000), quer os seus defensores e interessados na manutenção do *statu quo*, como Soros (1998), assinalavam a grande instabilidade do capitalismo ainda no final do século XX, manifestamente agravada com a última crise (Harvey 2011). A tal crise não serão estranhas as velhas peias que enredam o capitalismo, já em parte sinalizadas por Luxemburgo [1967 (1912)] – a redução das possibilidades de expansão, nomeadamente geográfica, dificilmente compensada por outras formas –, a que crescem os constrangimentos ambientais. A última crise, mais do que anunciar o seu colapso, é certamente um novo momento no processo de reconfiguração do sistema mundial moderno e de reorganização da economia-mundo capitalista. Esta reconfiguração anuncia a emergência de novos centros e concomitante redistribuição do poder político estatal a nível global, na qual as periferias (ou pelo menos parte delas) já não estarão totalmente sujeitas a formas de controlo imperialista.

A China desempenha um papel crucial na construção desta multipolaridade. A longa luta empreendida pelos revolucionários comunistas liderados por Mao Tsé-tung terminou em 1949 com a sua vitória e a implementação de um regime socialista. País rural e flagelado pela guerra e pelas agressões imperialistas ao longo da primeira metade do século XX, o governo chinês logrou ao longo do primeiro quartel da sua existência um crescimento relevante, com uma média de 6% entre 1952 e 1974, não obstante os desastres decorrentes do “grande salto em frente” e da Revolução Cultural. Seguindo o modelo soviético, o desenvolvimento económico assentou na indústria, mostrando ser incapaz de superar o atraso tecnológico em relação ao Ocidente (Domingues 2013: 83ss). No final da década de 1970, na sequência da morte do líder e do julgamento do chamado “bando dos quatro”, o governo chinês opera uma mudança profunda na economia, orientando-a para a incorporação no sistema mundial capitalista (*vd.* N. Smith 1997 e Lew 1999). Sob o comando de Deng Xiaoping, a mudança pretendia fazer da economia chinesa um dos novos polos do capitalismo globalizado. Para o concretizar, descreve Harvey (2005: 121ss), o novo líder chinês apresentou em dezembro de 1978 um programa de reformas económicas que, prevendo a introdução do mercado na economia sob o comando do Estado, visava quatro modernizações: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa, seguindo o *xiaokang*, um conceito de sociedade ideal capaz de prover o bem-estar para todos os cidadãos.

É neste novo quadro político e ideológico que a China se abre aos investimentos e comércio estrangeiros, sempre debaixo do estrito controlo do governo. O pilar-chave de toda a reforma era a industrialização e o acesso à tecnologia. Para isso foram criadas zonas económicas especiais, isto é, territórios abertos ao investimento estrangeiro e à criação de indústrias, muitas delas deslocalizadas de antigos centros produtores, como os países periféricos europeus. A primeira zona económica a estabelecer-se foi na província de Guandong, localizada junto a Hong Kong, então sob domínio britânico. No entender da liderança chinesa, sublinha Harvey (2005: 121), tal permitiria a transferência de tecnologia, garantida pelas parcerias entre empresas estrangeiras e chinesas geridas pelo Estado, e aprovisionar reservas em moeda estrangeira, imprescindíveis para obter os meios necessários à criação de uma procura interna forte, da qual dependia a melhoria das condições de vida da população chinesa. Mais recentemente, a China tem procurado alargar a sua influência política e económica através do estabelecimento de acordos comerciais, incluindo eliminação de barreiras alfandegárias, com os seus vizinhos asiáticos, num movimento que exprime a intensa luta política e diplomática que trava com os EUA. É o caso da Parceria Económica Abrangente Regional (RCEP, na designação inglesa Regional Comprehensive Economic Partnership), envolvendo os países da Asean mais o Japão³⁷, a Austrália, a Nova Zelândia, a Índia e a Coreia do Sul, quase todos aliados históricos da grande potência ocidental. Ao mesmo tempo, procura aprofundar as relações com a Rússia, com quem tem já um vínculo mais amplo no contexto do BRICS (v. Bulard 2014: 20-21). Este avanço chinês é visto como uma ameaça para os EUA, pois concorre para colocar em causa a sua hegemonia sobre a Ásia, pelo que este país procura responder não só com a intimidação militar mas também com outros acordos comerciais (por exemplo, o TPP). Como explicita Barack Obama, “não podemos deixar que países como a China escrevam as regras da economia global” (http://economico.sapo.pt/noticias/eua-fecha-maior-acordo-comercial-da-historia_230855.html).

De uma forma extremamente rápida e bem-sucedida, como hoje começamos a descobrir com o aparecimento de produtos de alta tecnologia de qualidade reconhecida fabricados por empresas totalmente chinesas – é o caso, por exemplo, da Huawei e da ZTE na informática e telecomunicações –,

37 A Asean é uma associação de nações do Sudeste Asiático, fundada em 1967, à qual pertencem a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, Singapura, a Tailândia (desde 1967), o Brunei (desde 1984), o Vietname (desde 1985), Myanmar, o Laos (desde 1997) e o Camboja (desde 1999) (vd. www.asean.org).

a transferência acentuou-se a partir da última década do século XX, quando muitas das maiores empresas multinacionais estabeleceram laboratórios e centros de investigação na China. Foi o caso, entre outras, da Microsoft, da Motorola, da Siemens, da IBM e da Intel. Ao mesmo tempo, tiveram de conviver com uma enorme economia de pirataria, largamente tolerada pelo governo chinês, muito eficiente na apropriação de tecnologia e sua replicação com os meios crescentemente mais sofisticados da indústria autóctone (Harvey 2005: 121ss). Não obstante estes avanços, a China continua muito dependente das transferências tecnológicas provenientes do Ocidente, a elas acedendo através de um outro mecanismo, o da aquisição de empresas ocidentais. Servindo-se das enormes reservas em divisas, são muitas as empresas (e algumas bem emblemáticas) que caíram total ou parcialmente em mãos chinesas: a Volvo, adquirida à norte-americana Ford pela Zhejiang Geely Holding Group (http://global.geely.com/why_geely.php#viewIndex=4); a Peugeot, hoje parcialmente detida pela empresa estatal Dongfeng, construtora de veículos automóveis, com destaque para os pesados de mercadorias e passageiros (www.reuters.com/article/2014/02/18/us-dongfeng-peugeot-idUSBREA1H02J20140218 e www.dfmc.com.cn/info/introduce_en.aspx).

Na quarta década de vida desta enorme mudança, sempre sob o comando do Estado, a China é hoje a segunda maior potência económica. Em termos prospetivos, em 2050 será a maior economia do mundo, deixando para trás os EUA (Ward 2012). Porém, em linha com o que tem sido argumentado, ainda que a hegemonia norte-americana (e ocidental, considerando os seus aliados europeus) já não exista em 2050, o peso em termos absolutos dos EUA e do grupo de países que constituem a UE continuará a ser muito relevante a nível económico. Sem obnubilar também que, quando medidos pelo rendimento *per capita*, estes países colocam-se, na sua larga maioria, no *top 20* da classificação, facto que reflete a resiliência das suas economias e dos seus sistemas políticos, organizacionais, produtivos e técnico-científicos, nos quais está alavancada a produção de riqueza. Ou seja, como mostra o Quadro 2, o Ocidente continuará a possuir os mais elevados rendimentos *per*



Fotografia 2. *Made in China* (ou a expressão da força da economia chinesa)

Fonte: <http://brunobrasilweb.com.br/wp-content/uploads/2014/12/9152019-close-up-clothing-label-made-in-china2.jpg>

capita, apesar de a estabilização demográfica e mesmo diminuição de população em países como o Japão, a Alemanha, a Itália e inclusive Portugal – que vê a sua riqueza quase triplicar em termos absolutos e mais do que triplicar em termos de *per capita* – conduzir a uma queda na posição ocupada a nível global. Como é sabido, a estagnação demográfica, em regra combinada (e decorrente) do envelhecimento, limita as possibilidades de crescimento (Ward 2012: 2), algo que ainda não atingiu os países ditos emergentes.

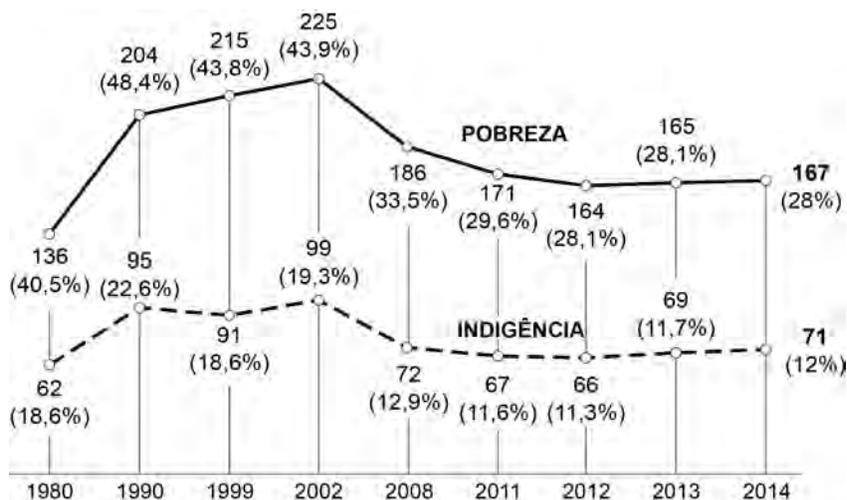
Quadro 2. Comparação da evolução de vários países nos campos económico e demográfico (2010-2050)

País	Dimensão da economia (preços constantes) em mil milhões			Rendimento <i>per capita</i> (preços constantes) em				População	
	2010	2050	Mudança na posição	2010	Posição	2050	Posição	2010	2050
	2000, USD	2000, USD		2000, USD		2000, USD		2000, USD	2000, USD
1 China	3,511	25,334	2	2,579	63	17,759	54	1,362	1,426
2 Estados Unidos	11,548	22,270	-1	36,354	6	55,134	8	318	404
3 Índia	960	8,165	5	790	88	5,060	86	1,214	1,614
4 Japão	5,008	6,429	-2	39,435	3	63,244	4	127	102
5 Alemanha	2,058	3,714	-1	25,083	18	52,683	10	82	71
6 Reino Unido	1,711	3,576	-1	27,646	11	49,412	14	62	72
7 Brasil	921	2,960	2	4,711	52	13,547	61	195	219
9 França	1,496	2,750	-3	23,881	20	40,643	21	63	68
11 Itália	1,124	2,194	-4	18,703	23	38,445	23	60	57
14 Espanha	711	1,954	-2	15,699	26	38,111	24	45	51
15 Rússia	412	1,878	2	2,934	58	16,174	56	140	116
19 Argentina	428	1,477	-2	10,517	33	29,001	38	41	51
24 Holanda	439	798	-9	26,376	14	45,839	18	17	17

País	Dimensão da economia (preços constantes) em mil milhões			Rendimento <i>per capita</i> (preços constantes) em				População	
	2010	2050	Mudança na posição	2010	Posição	2050	Posição	2010	2050
	2000, USD	2000, USD		2000, USD		2000, USD		2000, USD	2000, USD
25 Polónia	250	786	-1	6,563	39	24,547	45	38	32
29 Suíça	294	711	-9	38,739	4	83,559	3	8	9
32 Chile	103	592	12	6,083	43	29,513	36	17	20
33 Venezuela	158	558	2	5,438	46	13,268	63	29	42
35 África do Sul	187	529	-8	3,710	54	9,308	75	50	57
36 Áustria	222	520	-11	26,455	13	61,124	6	8	9
38 Suécia	295	507	-20	31,778	8	47,941	15	9	11
39 Bélgica	265	481	-18	24,758	19	41,842	20	11	11
43 Grécia	161	424	-11	14,382	29	38,756	22	11	11
45 Irlanda	147	386	-9	27,965	10	61,363	5	5	6
46 Romênia	56	377	9	2,596	62	20,357	51	21	19
48 Noruega	199	352	-22	40,933	2	59,234	7	5	6
49 República Checa	76	342	0	7,225	38	32,153	32	10	11
50 Portugal	123	336	-10	11,588	31	35,863	28	11	9

Fonte: Ward (2012: 3). Baseada em fontes do BM, da ONU e estimativas do banco HSBS.

Já na América Latina o cenário é outro. Massacrada por duas décadas de ajustamento estrutural (1980 e 1990) tendo como corolário o aumento da pobreza, incluindo na sua forma extrema, a da indigência, que atinge mais de 40% da população no início do presente século (Figura 13), este cenário é diretamente tributário, nomeadamente nas ditaduras militares na Argentina

Figura 13. Pobreza e indigência na América Latina (1984-2014)

(Em milhões, entre parêntesis em porcentagem)

Fonte: http://internacional.elpais.com/internacional/2015/01/30/actualidad/1422643328_842941.html

e no Chile, de opções políticas contrárias ao desenvolvimento com base na indústria e a um desinteresse pela sorte das classes trabalhadoras:

[os] regimes militares do Cone Sul – com exceção do Brasil – tentaram fazer voltar atrás a roda da história, desmontando a indústria com o fito de livrar-se da classe trabalhadora, implantando os primeiros experimentos reais com o neoliberalismo. Isso atingiu em cheio a Argentina e, no Chile, o processo foi levado a uma conclusão radical, com a ajuda de Milton Friedman e outros economistas que ali aterrizaram vindos diretamente de Chicago. As decisões políticas, configurando giros modernizadores antidesenvolvimentistas, travaram o desenvolvimento (Domingues 2013: 118).

A chegada ao poder de lideranças progressistas a partir dos finais dos anos 1990, nomeadamente na Venezuela, no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no Equador e no Uruguai, produziu alterações no subcontinente nos mais

diversos campos. Se no domínio social as mudanças são fortes, sobretudo no que se relaciona com a melhoria das condições de vida e o aumento do rendimento das classes populares, nas relações internacionais este grupo de países estabeleceu uma agenda política marcada por um notório afastamento em relação ao seu vizinho do Norte do continente, com quem mantinha uma situação histórica de dependência. Em lugar destas procuraram-se desenvolver formas de cooperação económica e política latino-americana que conduziram à criação de organismos de integração regional, nos quais, sublinha Howlett-Martin (2014: 13), os EUA não participam. São exemplos a Alba, o Mercosul, a Unasul, a Caricom e a CELAC.

Atravessado por contradições, velhas rivalidades e dilemas, este processo de integração de geometria variável, não raro caótico e até concorrencial entre si, marcado por uma enorme profusão de organizações e acordos estabelecidos, responde a um dos principais desafios da América Latina contemporânea (Leite 2008) e é inseparável, argumenta Oliver Costilla (2014: 24-25), de uma nova relação de forças que permitiu à América Latina deixar de se constituir em continente exemplo da subordinação às políticas e conceções impostas pelos países centrais. Daqui não decorre, é necessário relevar, uma rutura com o capitalismo, ainda que existam diferenças sensíveis entre os diferentes países que compõem o subcontinente latino. Para Oliver Costilla (2014: 25-29), estas diferenças permitem definir três grandes grupos de países. Começando pelos que persistem no alinhamento com os EUA e as políticas neoliberais, perfilham-se o México, a Colômbia, o Panamá e o Chile, não obstante este último ter conhecido na última década governos dirigidos pela social-democrata Michelle Bachelet. Em contraponto a este grupo temos a Venezuela, a Bolívia e o Equador, um conjunto de países andinos comprometidos com mudanças profundas, algumas delas em rota de colisão com as lógicas profundas do capitalismo³⁸. Por um lado, procuram construir uma nova economia com uma forte presença do Estado nos sectores estratégicos, como o da energia, das matérias-primas e da água, ao mesmo tempo que o tentam fazer funcionar também como parte do movimento social em estreita articulação com as

38 O caso da Venezuela é particularmente elucidativo do enfrentamento (e suas consequências) com a ordem neoliberal. Confrontado com situações agudas de conflito social e político, o regime bolivariano não tem conhecido tréguas. O golpe de abril de 2002 foi um dos seus momentos mais extremos (vd. Maringoni 2004). Beneficiando do apoio de Washington, as elites locais têm tirado partido dos erros cometidos pela liderança revolucionária e da crise económica em que o país está mergulhado, para tentar retomar o poder. E assim fazer fracassar uma agenda política progressista que procura reduzir a dívida social que o país tem para com os mais pobres, as gentes das favelas, os camponeses e a população indígena.

classes populares e a democracia participativa³⁹, na qual participam de forma intensa as comunidades indígenas, historicamente apartadas do bem-estar e dos direitos de cidadania nestes países da cordilheira andina.

A constituição da Alba exprime a vontade decidida destes países de se libertarem da subordinação política e ideológica em relação aos EUA, na qual entroncam as relações fundas que produzem o subdesenvolvimento nos termos entendidos pelos teóricos latino-americanos analisados no capítulo anterior. Em oposição clara à ALCA⁴⁰, a Alba foi proposta em 2001 pelo então líder venezuelano Hugo Chávez, sendo instituída em 2004, em Havana, através de uma declaração conjunta da Venezuela e de Cuba. No preâmbulo pode ler-se:

si bien la integración es, para los países de la América Latina y el Caribe, una condición imprescindible para aspirar al desarrollo en medio de la creciente formación de grandes bloques regionales que ocupan posiciones predominantes en la economía mundial, sólo una integración basada en la cooperación, la solidaridad y la voluntad común de avanzar todos de consuno hacia niveles más altos de desarrollo, puede satisfacer las necesidades y anhelos de los países latinoamericanos y caribeños y, a la par, preservar su independencia, soberanía e identidad (www.cuba.cu/gobierno/discursos/2004/esp/d141204e.html).

Posteriormente, a Bolívia, a Nicarágua, a República Dominicana, as Honduras, o Equador, São Vicente e as Granadinas e Antígua e Barbuda aderem a esta aliança. No entender de Sader (2007), a Alba situa-se claramente no campo da busca de alternativas no quadro da integração regional latino-americana, em contraponto aos acordos de comércio livre subscritos no âmbito da ALCA que perpetuam as relações de subordinação em relação aos EUA.

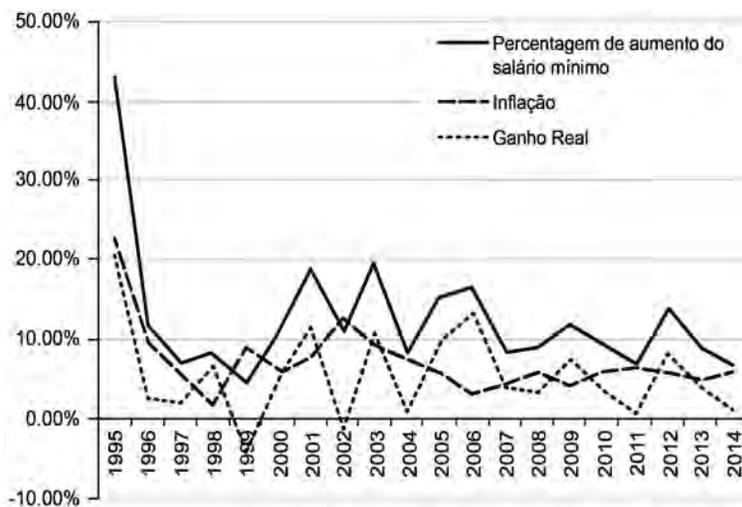
Ainda não subscritor da Alba, o último grupo é constituído pelos países do chamado Cone Sul do continente, do qual fazem parte o Brasil, a Argentina e

39 Sobre o conceito e práticas do Estado como movimento social, *vd.* B. S. Santos (1998).

40 A ALCA surgiu por iniciativa e pressão dos EUA, com o objetivo de criar uma zona de comércio livre envolvendo todo o continente americano. Foi criada em 1994, envolvendo todos os Estados do continente com a exceção de Cuba (www.ftaa-alca.org/View_p.asp). Apesar desta larga participação, os obstáculos têm sido muitos na concretização do objetivo fixado, algo aliás abertamente reconhecido pela câmara de deputados brasileira: “o Brasil e o Mercosul preveem grandes dificuldades na adaptação de suas economias a essa proposta de integração comercial” (www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ALCA.htm), situação que resulta em boa medida da existência de orientações e agendas políticas que são incompatíveis com o reforço dos laços subordinados dos países latino-americanos aos EUA.

o Uruguai (Oliver Costilla 2014: 25-29). Não mexendo nas estruturas econômico-financeiras que organizam a economia dos seus países e atuando dentro das regras fundamentais fixadas pela ortodoxia monetarista, recusam diminuir a presença do Estado na economia. Mantendo o controlo de empresas estratégicas, como a Petrobras no Brasil, ou assumindo o seu controlo, como aconteceu com a YPF na Argentina, expropriada à multinacional espanhola Repsol em 2012, os governos ousaram dinamizar a economia quer por via do apoio à industrialização, quer tirando partido da procura e aumento dos preços das *commodities* nas últimas duas décadas. Tal permitiu a estes países empreender políticas sociais e de redistribuição do rendimento em favor das classes populares, incluindo por via do aumento substancial dos salários mais baixos. O crescimento do salário mínimo no Brasil a partir de 2003 é bem elucido, proporcionando ganhos reais, não raro na ordem dos 10% (v. Figura 14). Ou seja, sem romper com o neoliberalismo, ao mesmo tempo que procuram melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras, os governos destes países tentaram implementar políticas de integração regional e de redução da dependência em relação aos EUA.

Figura 14. Aumento do salário mínimo no Brasil (1994-2014)



Fonte: <https://poucodeprosa.wordpress.com/2014/02/19/salario-minimo-no-brasil-ganho-real-entre-1995-e-2013/>.

A integração é feita também através do Mercosul. Fundado em 1991 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, os Estados signatários acordaram no estabelecimento da livre circulação de bens e serviços, na criação de uma tarifa aduaneira comum para os países terceiros, na definição de uma política comercial comum e, por fim, na coordenação de comum acordo de políticas macroeconómicas e sectoriais. Com capacidade para intervir, desde 2005, nas áreas dos transportes, da habitação, da saúde e da tecnologia, o Mercosul procura, de certo modo, replicar o modelo da convergência estrutural e da coesão social adotado pela UE (v. www.mercosul.gov.br/). Igualmente relevante e recentemente revigorada, temos a Unasul, formada por doze países latino-americanos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Guiana e Suriname), cujo grande objetivo é a integração do subcontinente americano, nomeadamente no domínio político, económico e social. Entre os diversos aspetos da sua ação colocam-se a construção de infraestruturas comuns, nomeadamente rodovia e ferroviárias, e a livre circulação de cidadãos pelos países signatários, seguindo de perto o modelo em vigor na EU e alargando assim o que se encontra em vigor para os países membros do Mercosul (v. www.unasursg.org/node/1). Por seu lado, a Caricom reúne os países caribenhos, tendo por objetivos, entre outros, a melhoria dos padrões de vida, o emprego e o desenvolvimento. Já a CELAC, a mais ampla das organizações da América Central e do Sul, pretende constituir-se como um fórum intergovernamental com a finalidade de promover a integração regional de todo este vasto espaço geográfico, nomeadamente estabelecendo mecanismos de ação concertada a nível internacional.

A viragem à esquerda de muitos países latino-americanos ao longo das duas últimas décadas conhece hoje um forte refluxo. Na Venezuela as dificuldades são imensas, alimentadas pela redução dos rendimentos do petróleo (com os quais o regime fazia a política social), pelas lutas no interior da própria liderança (cf. Migus e Rebotier 2014: 17) e pela vitória da direita nas eleições parlamentares de dezembro de 2015 – cuja maioria foi dissolvida por via da criação, em agosto de 2017, de uma assembleia constituinte controlada pelo poder bolivariano. Por seu lado, no Brasil a situação agravou-se com a destituição de Dilma Rousseff em 2016. País-chave para o processo de integração regional da América Latina, a queda do PT constitui um rude golpe para as forças progressistas na América Latina, sobretudo quando o seu grande vizinho do Sul, a Argentina, também se confronta com o regresso da direita ao poder. Sublinhe-se que, mesmo nos contextos mais propícios, são muitas as contradições e os impasses nos quais os governos progressistas estão enredados, em

boa medida porque incapazes de travar a “vocalização latino-americana como produtora e exportadora primária” (Domingues 2013: 125). Frei Betto identifica-os com particular acuidade:

O modelo económico predominante, gerenciado pelo grande capital e adotado pelos governos progressistas, visa aproveitar as vantagens da “globalização” para exportar *commodities* e riquezas naturais, a fim de fazer caixa para financiar, por meio de políticas públicas, o consumo dos segmentos excluídos pela dívida social. [...] Este é o modelo de desenvolvimento pós-neoliberal predominante hoje na América Latina (Betto 2014: 13).

Por outro lado, a China e o Brasil estão envolvidos com a Rússia, a Índia e a África do Sul, procurando construir articulações e parcerias que permitam melhor defender os seus interesses e quebrar a hegemonia dos EUA e das instituições internacionais por eles controladas, como o FMI e o BM. Uma das mais recentes iniciativas do BRICS, como se denomina e é conhecido este grupo de países, foi a assinatura do acordo para a criação do Banco do Desenvolvimento, em julho de 2014, na cidade brasileira de Fortaleza, cujo controlo acionista lhes pertence, em posição paritária. Claro desafio à hegemonia norte-americana, ao mesmo tempo que reforçam a sua autonomia nas relações internacionais, definindo uma agenda própria face aos interesses ocidentais, procuram agir no campo decisivo da finança, no sentido de se libertarem da dependência em relação às velhas instituições saídas dos acordos de Bretton Woods, que funcionaram até hoje como instrumento de dominação por parte dos EUA. Como se escreve no sítio de internet do governo federal brasileiro, “a criação do novo banco de desenvolvimento consolida o bloco económico BRICS, que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul” (www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2014-1/julho/brics-criam-novo-banco-de-desenvolvimento). Mais recentemente temos a criação do BAI. Iniciativa liderada pela China e com uma presença forte da Índia e da Rússia, respetivamente segundo e terceiro maiores acionistas desta nova instituição financeira, a sua criação traduziu-se numa derrota diplomática dos EUA, incapazes de impedir que alguns dos seus mais fiéis aliados aderissem, como o RU, a Coreia do Sul, Israel e mesmo Portugal. O BAI posiciona-se como mais um instrumento para a construção de uma alternativa a Bretton Woods e, em especial, à hegemonia do dólar, pois as operações serão realizadas em yuans (v. www.aiibank.org/).

Esta nova configuração emergente e ainda com contornos incertos abre oportunidades para os que desde os alvares do sistema mundial moderno

ficaram para trás: os países africanos. Apesar das dificuldades e as das crises, é manifesta uma alteração na situação geral do continente africano no contexto mundial. Ao contrário do que parecia provável na transição do milénio, já não é possível falar em desconexão, expressão forte do desinteresse dos países centrais e das suas multinacionais por África. Em boa medida graças à emergência de novas potências, como a China, a Índia e o Brasil – e onde se inclui também a África do Sul, a principal potência económica africana –, cuja expansão económica necessita de matérias-primas, o continente africano é religado, assistindo-se a uma atenção renovada e acrescida por parte dos outros blocos económicos do sistema capitalista global. Daqui tem resultado a produção de novos fluxos, nomeadamente financeiros, que concorrem para a dinamização das economias africanas, com a concomitante melhoria das suas perspetivas de crescimento a médio e longo prazo (*vd.* www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/forecast/).

Face a este cenário, a discussão sobre o lugar de África nesta nova configuração é também relevante. Como foi já discutido em F. B. Ribeiro (2010 e 2012a), os atuais Estados africanos são consequência da ocupação colonial e das lutas de libertação empreendidas pelas elites nacionais e os movimentos políticos por elas organizados. Embora atravessados por diversas correntes teóricas e políticas, o marxismo era preponderante em alguns destes movimentos, nomeadamente nos territórios sob domínio colonial português. A nível internacional, o apoio da URSS, da China e de outros países não capitalistas revelar-se-ia decisivo, envolvendo não só armas e outro material militar mas também formação política e militar. Se é indiscutível o contributo da URSS e da China para o êxito das lutas de libertação, Fanon (1980) assinala igualmente as contradições entre os principais países capitalistas, mais propriamente, entre as antigas potências coloniais e os EUA, com estes procurando conquistar influência em territórios sujeitos, nomeadamente, à dominação do RU e da França. Não podendo a dominação ser realizada pelos meios tradicionais, os EUA procuraram empreendê-la por outras vias, incluindo a dos programas de ajuda e assistência económica.

Conquistado o poder, as elites nacionalistas introduziram programas de modernização e de desenvolvimento. No caso dos países comprometidos com o rompimento da relação de subordinação aos países capitalistas, procurou-se uma transformação revolucionária da sociedade fundada em teorias socialistas. A sua implementação dependia, sobretudo quando implicavam mudanças sociais radicais, da força e do prestígio das elites, em grande medida granjeado na luta armada contra o colonialismo. Variando largamente a proximidade e

o apoio da URSS, os governos destes novos países estavam animados por um compromisso político fundado em princípios nacionalistas orientados para a “independência política, a modernização do Estado e a industrialização da economia” (Amin 2000: 230). Apesar de os sistemas políticos e as orientações ideológicas não serem homogêneos, com reflexos no modelo económico escolhido, estes novos Estados ensaiaram políticas que permitissem romper ou atenuar com a dependência que historicamente os atava às suas antigas potências colonizadoras, na maior parte também países centrais (Nkrumah 1975). Conscientes de que a dependência tinha sido gerada pelo colonialismo, produtor do subdesenvolvimento que atingia os povos africanos (Venâncio 2000: 48ss), as elites africanas progressistas compreenderam que a modernização e a melhoria das condições de vida dos seus povos dependiam da implementação bem-sucedida de agendas desenvolvimentistas.

Muito foi conseguido; porém, o balanço está longe de merecer uma avaliação totalmente positiva, considerando os problemas que os países africanos continuam a enfrentar nos mais diversos campos. A compreensão destes fracassos deve articular os fatores relacionados com o capitalismo, tal como o entendem as teorias da dependência, com os fatores internos, com destaque para a estrutura de classes e seus interesses. Esta articulação permite iluminar as mudanças produzidas em muitos destes países nos primeiros anos da década de 1980, ainda a existência da URSS parecia inquestionável, com a adesão de muitos deles às instituições de Bretton Woods e o abandono das soluções propostas pelos teóricos e técnicos marxistas e keynesianos, em linha com o que estava a ocorrer um pouco por todo o lado, incluindo nas instâncias internacionais⁴¹. Estas mudanças acabariam por acentuar a subordinação dos governos africanos aos países centrais, facilitando a aplicação dos chamados programas de ajustamento estrutural:

Para os países africanos, a aplicação dos programas de “ajustamento estrutural” implicou, contudo, a sua entrada num círculo vicioso de consequências desastrosas, deixando-os em situações piores do que antes. O fracasso destes “ajustamentos”

41 Note-se que, mesmo no período áureo da influência soviética junto dos países periféricos, o peso das relações comerciais na economia destes países e na ajuda ao desenvolvimento a estes concedidos pela URSS e demais Estados do bloco socialista foi sempre reduzido. Já na primeira metade da década de setenta do século passado, Mende (1974) assinalava que nunca as trocas económicas entre estes países superaram a importância do comércio com o Ocidente e que nem o apoio financeiro da URSS e seus aliados da Europa oriental, se bem que concedido segundo condições bem diferentes, se aproximou das verbas disponibilizadas pelos países capitalistas.

deixou muitos dos países em situações de maior vulnerabilidade às conjunturas externas, de depressão económica e de endividamento externo elevados (Milando 2005: 116).

Fazendo parte do “ajustamento”, a ajuda direta dos Estados centrais aos da periferia foi sendo substituída por formas de apoio indiretas. Destaca-se a canalização dos recursos financeiros para a ajuda ao desenvolvimento para as ONG que, no terreno e com a colaboração das entidades governamentais, implementam e gerem projetos. Estando politicamente direcionada e ideologicamente fixada, a ajuda ao desenvolvimento assume-se como um dos instrumentos mais eficientes dos Estados centrais e das organizações internacionais para imporem aos países pobres a ordem neoliberal e a agenda da promoção do mercado e da democracia. Enfim, trata-se também por esta via de colocar o mercado numa posição dominante (Pieterse 2001: 1).

Nos países africanos, sobretudo aqueles desprovidos de recursos naturais abundantes, continua a ser dominante a configuração estatal definida como “estado determinado a partir do exterior” (Saul 1994: 25) – outros preferem a designação “estado africano rentista” (Bierschenk 1991 e 2000) –, na qual a sua existência depende, em boa medida, da transferência de recursos dos países doadores e de instituições multilaterais para as populações (Bierschenk *et al.* 2000: 9). Em boa medida, são os recursos financeiros entregues aos Estados africanos que acabam por desempenhar um papel fundamental na preservação de uma relativa paz social e no próprio reconhecimento da legitimidade do poder estatal por partes das populações.

Os recursos oriundos dos doadores internacionais articulam-se com outras rendas, nomeadamente as produzidas pela exploração de recursos minerais e pela geopolítica. Neste último caso, o colapso do bloco socialista teve também impactos desfavoráveis, ao diminuir subitamente as suas vantagens neste domínio. A renda geopolítica permitia aos Estados negociar as alianças, melhorando o valor desta renda, bem como controlar a ajuda ao desenvolvimento que passava sobretudo pelo Estado, ao invés do que agora se verifica. A disseminação das agendas baseadas na ajuda ao desenvolvimento condicionou também largamente o acesso ao poder e aos recursos económicos, muito dependentes da capacidade adequada de circulação dos atores sociais pelas instituições internacionais, essencial para o acesso aos recursos, nomeadamente financeiros (Bierschenk *et al.* 2000: 6 ss.). Daqui decorre que a ajuda ao desenvolvimento constitui um instrumento decisivo para a regulação do poder estatal em África, permitindo o enraizamento das estruturas clientelares na

sociedade e a disseminação do aparelho do Estado pelo território. Fazendo-se a ajuda ao desenvolvimento através de três formas fundamentais – cooperação bilateral, realizada Estado a Estado; levada a cabo pelas agências da ONU; e pelas ONG –, as ONG assumem um papel central, constituindo-se num elo importante de ligação entre os países e instituições doadores e as populações a auxiliar, substituindo o Estado. Para B. S. Santos, a “sociedade civil secundária [prosegue] sob forma privada, através da sociedade, basicamente os mesmos interesses que anteriormente eram prosseguidos sob forma pública através do estado” (2003: 79). Ora, esta perspectiva não só dá acolhimento à retórica neoliberal em favor do Estado mínimo, esvaído das suas funções e recursos em benefício de atores e interesses privados, como ignora as pertinentes críticas que desde há muito vêm sendo feitas, entre outros, por Petras:

O Banco Mundial, os regimes neoliberais e as fundações ocidentais cooptaram e encorajaram as ONG a solapar o *welfare state* [...]. À medida que os regimes neoliberais foram devastando as comunidades, inundando os países com produtos baratos, pagamentos de dívidas e abolindo legislações trabalhistas, gerando um contingente crescente de trabalhadores mal remunerados e desempregados, as ONG foram financiadas para oferecer projetos de “autoajuda”, “educação popular”, treinamento profissional, etc., para absorver pequenos grupos de pobres, para cooptar líderes locais e debilitar as lutas contra o sistema. As ONG tornaram-se a “face da comunidade” do neoliberalismo (Petras 1999: 44-45).

O rompimento com as relações de dependência em relação aos países centrais, tal como procuram fazer muitos dos países da América Latina, passa largamente pela organização de modos de cooperação ao nível do continente, mantendo uma larga atenção ao que ocorre em outras geografias. Como foi defendido por F. B. Ribeiro (2015), ao Estado cabe um lugar determinante, sendo imprescindível para robustecer a autonomia nacional face às multinacionais, aos grandes interesses financeiros internacionais e aos Estados centrais. Para cumprir estas tarefas, é necessário que o Estado seja controlado por forças progressistas, a quem caberá a identificação de novos parceiros a nível internacional e o estabelecimento de alianças que possam reforçar a capacidade de decisão estatal, tendo em vista a defesa dos interesses nacionais. Assume particular relevância a redução da importância do mercado tendo como contraponto o reforço da capacidade do Estado, não apenas como regulador e redistribuidor mas também como ator estratégico nos sectores-chave da economia. Em concreto, trata-se de romper com a dependência económica e ideológica em relação

aos países centrais, procurando soluções locais e regionais, nomeadamente no domínio agrícola e industrial, que contribuam para a relocalização das atividades económicas e o incremento da autonomia em relação aos países centrais.

Em síntese, as mudanças em curso no sistema mundial abrem novas oportunidades para a ação política progressista sobretudo nos países onde os recursos naturais abundantes se articulam com um Estado com uma presença relevante na economia. Ainda não totalmente definida, descortina-se a emergência de uma configuração multipolar. Ao quebrar a hegemonia norte-americana, alarga as possibilidades de aprofundar a justiça entre Estados e povos. Esta não deve resumir-se ao acatamento da não agressão, ao respeito pelos pactos e acordos estabelecidos ou ao dever de assistência, nomeadamente em caso de fome ou outras calamidades, mas também incluir “um princípio de justiça distributiva global” (Arnsperger e Van Parijs 2003: 75). Mantendo uma relação crítica com Rawls [2001 (1971)], Arnsperger e Van Parijs defendem uma justiça distributiva internacional comprometida com a transferência de recursos para os países mais pobres, em linha com o proposto por Beitz (1999) e Cepaluni e Guimarães (2010).

CONCLUSÕES

Capitalismo, sustentabilidade, crise são centro e alavanca para a discussão sobre o mundo em que vivemos, a forma como se construiu e seus problemas. Confrontam-nos com o subdesenvolvimento mas também com o sobre-desenvolvimento [Butler (ed.) 2015], sem que os seres humanos tirem grande vantagem e para grande prejuízo da natureza; confrontam-nos ainda com a atualidade do debate sobre os caminhos alternativos que a imaginação humana e a teoria sociológica e política podem abrir e arquitetar.

Como foi discutido no capítulo 1, o desenvolvimento é um conceito polissêmico e polêmico. Tópico de discussões e confrontos sem fim, procurou demonstrar-se que estamos perante uma realidade histórica que só pode ser compreendida considerando o sistema onde ela surgiu e se enraizou: o capitalismo. Assim, o desenvolvimento é produto deste e das transformações por ele operadas, sobretudo ao longo dos últimos duzentos anos. Não se podendo pensar o desenvolvimento sem o seu contraponto, o subdesenvolvimento – repetindo uma das ideias mais fortes do pensamento de Frank (s.d.) –, o capitalismo construiu o mundo em que vivemos e nele se aprofundaram as desigualdades, nomeadamente económicas, que caracterizam e desfiguram o nosso quotidiano. Retratada em vidas destruídas e sofrimento, este cenário permanece apesar das incontáveis agendas desenvolvimentistas e dos avanços na ciência e nas técnicas que, como se procurou demonstrar, não devem ser confundidos com o progresso. Dando conteúdo concreto ao fracasso das agendas desenvolvimentistas – “a terra prometida da década de 1960 não surge mais nos mapas neoliberais do futuro”, lembra-nos Davis (2006: 200) –, uma parte bem significativa da humanidade é descartável para o capitalismo. Como se existissem seres humanos inúteis, homens e mulheres a mais, só porque o nascimento ou o trajeto de vida assim o ditou.

O debate não pode ignorar o contributo recente das abordagens pós-desenvolvimentistas do decrescimento. Objeto de análise no capítulo 3, o caminho percorrido até elas foi longo. No século XX as primeiras interpelações em relação aos efeitos ambientais do desenvolvimento remontam ao final da década de 1940 com o trabalho pioneiro de Leopold [2008 (1949)] – que haveriam de conduzir à emergência da noção de sustentabilidade como elemento fundamental das atuais agendas políticas no campo do desenvolvimento –; contudo, as inquietações ambientais estiveram também presentes no século XIX, quando autores como Mill e, sobretudo, Marx e Engels criticaram as consequências predatórias do capitalismo e dos processos de modernização sobre o meio ambiente e os recursos naturais. Sem formalizarem o conceito ou elaborarem uma teoria sobre o desenvolvimento sustentável ou, menos ainda, sobre o decrescimento, Marx e Engels foram pioneiros na crítica a muitos dos efeitos ambientais do capitalismo. À crítica das desigualdades sociais por ele cavadas, juntaram as críticas à relação predatória e, a longo prazo, inviável que o capitalismo estabeleceu com a natureza.

Estas preocupações ampliaram-se à medida que a degradação ambiental e os riscos se expandiram e aprofundaram ao longo do século XX, decorrente também das inovações científicas e militares (*v.g.*, DDT e armas nucleares). Foi assim que nos anos 60 e 70 desse século, num contexto também de elevada contestação ao capitalismo, se produziram relatórios, se organizaram encontros e formularam propostas que levariam à definição do conceito de desenvolvimento sustentável. Se, como vimos, este conceito representou um indiscutível avanço para as sociedades humanas, foi e continua a ser incapaz de solucionar os problemas fundamentais com que nos debatemos, ao não questionar radicalmente o capitalismo e a sua dupla contradição, simultaneamente social e ambiental, tal como foi formulada por O'Connor (1998).

Estas insuficiências da sustentabilidade aplicada ao desenvolvimento no quadro do capitalismo abriram espaço para outros caminhos críticos, facilitando a amplificação teórica e política das propostas em torno do decrescimento. Ainda que com diferentes tons, a crítica ao capitalismo está no centro da discussão teórica e política no campo do decrescimento; quer dizer, a definição de uma efetiva sustentabilidade ambiental vai a par de propostas para uma configuração societal pós-capitalista. Assim, o decrescimento é também uma agenda política de recorte progressista, propondo um futuro melhor para a humanidade. Aproximarmo-nos dele implica uma outra economia, na qual a depredação dos recursos naturais e os combustíveis fósseis dão progressivamente lugar à reutilização, à reciclagem e a uma utilização generalizada e eficiente das

energias renováveis. Para a concretizar, é necessário combinar soluções de não crescimento e mesmo de decrescimento com formas de crescimento seletivo que permitam aos países mais pobres melhorar as condições materiais de existência das suas populações, sem que tal implique a criação de sociedades de hiperconsumo e de desperdício.

Como se argumentou, nomeadamente no capítulo 4, o Estado está longe de estar acabado. Apesar de manietado cada vez mais por acordos internacionais, nomeadamente no âmbito das trocas comerciais, com o estabelecimento de parcerias de livre-comércio e a criação dos chamados mecanismos de proteção ao investidor, o Estado continua a ser um ator institucional da maior relevância para a transformação social e política. Em colisão com os discursos, desejos e manifestações de vontade por parte de quem tem interesse na sua fragilização no campo económico e social, ao mesmo tempo que legitima o endurecimento do seu aparato repressivo, o Estado continua a deter um peso determinante, sendo indispensável para reforçar a autonomia nacional face às multinacionais e aos grandes interesses financeiros internacionais (Mitchell e Fazi 2017). Se a preservação do poder é essencial para que o Estado se possa transformar em instrumento orientado para “uma redistribuição equitativa da riqueza globalmente produzida” (B. S. Santos 1998: 69), ele não se esgota nesta tarefa; é também necessário para se encontrarem caminhos alternativos ao desenvolvimento realmente existente. E foi mantendo-o como *pivot* decisivo que se procedeu, ainda no capítulo 4, à análise da crise que atingiu a Europa e se discutiu o trajeto da sociedade portuguesa, equacionando os seus problemas e as possibilidades de desenvolvimento.

Quando pensamos em alternativas, não se trata de construir uma autarcia radical em lugar da globalização. Atendendo às crescentes interdependências e, principalmente, dependências, nomeadamente tecnocientíficas, que se estabelecem entre o centro e as periferias, qualquer forma de autarcia radical acabaria sempre por acarretar consequências negativas para os Estados que as procurassem implementar. Em lugar desta, importa recuperar um certo “patriotismo económico e político” (Gresh 2005: 1), a partir do qual se poderão construir articulações de dimensão regional, como as que se ensaiaram nas últimas décadas na América Latina (Carvalho e Holanda 2014). Ou seja, a construção de agendas contra-hegemónicas visando programas de desenvolvimento nacional e não dependente exige que os Estados periféricos sejam capazes de estabelecer formas de associação e colaboração mais aprofundadas. Elas podem ser construídas com base na continuidade geográfica, como acontece com os países da América Latina, mas também podem ser realizadas com

base em outros critérios e motivos, como aqueles que envolvem os países que fazem parte do BRICS. A concretização destas agendas depende da oposição à dominação ocidental por parte de governos comprometidos com a identificação de parceiros a nível internacional e o estabelecimento de alianças que possam reforçar a capacidade de decisão estatal, tendo em vista a defesa dos interesses nacionais. Como foi analisado, as experiências progressistas latino-americanas constituem um bom exemplo, não obstante as agressões – caso dos golpes que derrubaram Manuel Zelaya nas Honduras, Fernando Lugo no Paraguai e Dilma Rousseff no Brasil –, as contradições e, principalmente, os compromissos internos e externos que tiveram (e têm) de assumir para manter o poder e governar. A um nível bem distinto, temos as articulações em torno do mencionado BRICS, que não deixam de concorrer para a configuração de um mundo multipolar, com efeitos positivos na capacidade de ação e continuidade dos governos progressistas, ao aumentar as possibilidades de parcerias e, logo, a diminuição da pressão exercida pelos EUA e principais potências europeias. Enfim, será no quadro da imaginação e concretização de alternativas à globalização neoliberal, demoradamente escrutinada no capítulo 4, que os cidadãos e os Estados poderão desenhar soluções mais justas, emancipatórias e viáveis em termos sociais e ambientais, inserindo-se deste modo no trabalho global de reconstrução de uma nova multipolaridade, na qual a diversidade cultural e de modos de vida não tenham de se colocar em oposição a uma partilha menos desigual do poder e dos recursos.

Interrogando a tese do “fim da história”, decorrente da hegemonia do capitalismo e da democracia liberal, considerados definitivos pelos liberais, as lutas sociais repolitizam o nosso quotidiano, abrindo novos horizontes para o debate e a imaginação de outras soluções políticas. De certo modo, a contestação ao capitalismo tem recuperado parte da vitalidade perdida, ocorrendo num contexto de persistência das exclusões e banalização do sofrimento social (Dejours 1998), por ação aparentemente imparável das desigualdades sociais. Não tendo o neoliberalismo, como foi discutido no capítulo 2, construído uma sociedade mais justa através do propalado “capitalismo popular e de proprietários” defendido pelo neoconservadorismo da primeira vaga da década de 1980 no RU e nos EUA, as lutas sociais na segunda década do século XXI aí estão para confirmar a renovação da contestação. Daqui resultam questões desafiantes para a teoria social, que não se esgotam neste campo, antes se colocam também no âmbito da discussão em torno dos modos de organização das lutas sociais e políticas, sobretudo no que se relaciona com o controlo do poder político e com a definição de agendas de intervenção e mudança social viáveis. Mas não só. Há também que discutir a democracia que, na sua configuração liberal, está

circunscrita à representação política, quer dizer, sem expressão em outros contextos, não menos importantes, como o das empresas e do trabalho. Ainda que as questões e as motivações concretas, muitas delas histórica e geograficamente situadas, possam hoje não ser exatamente aquelas que no passado animaram o cotidiano de muitos, importa repisar que a contestação ao capitalismo está presente desde o seu início, mantendo-se viva até ao presente.

Abalando o que parecia robusto – um mundo muito desigual, caucionado pelo direito da propriedade e das leis do mercado –, as lutas sociais renovam a força da ação coletiva, sobretudo quando organizada. Muito variadas, revelam-nos que a globalização antevista por Marx e Engels no *Manifesto* não se materializou exatamente do modo por eles imaginado, isto é, através da uniformização do mundo e de duas classes perfeitamente definidas em confronto irreduzível. Porém, as lutas sociais continuam a confrontar os mesmos de sempre: opressores e oprimidos, exploradores e explorados, dominantes e dominados. Por isso, a superação destas injustiças reside na construção de uma alternativa societal progressista, forçosamente ecológica e socialista. Considerando que “jamais como em nossa época as regras de ação da civilização capitalista industrial moderna exerceram tamanha coerção sobre as populações” (Löwy 2014: 138), trata-se de lutar por um outro caminho seguindo de perto o proposto por, entre outros, Gorz (1980), Bahro (1994), B. S. Santos (1994) e O’Connor (1998). Ainda que com muitos elementos novos, o ecossocialismo tem uma manifesta raiz nas correntes mais utópicas da tradição emancipatória socialista nascida no século XIX. Como escreveu Gustav Landauer¹, “o socialismo é retorno [ou conversão] [*Umkehr*]; o socialismo é um novo começo; o socialismo é uma restauração do laço [*Wiederanschluss*] com a natureza, uma reinfusão do espírito, uma reconquista da relação” (*apud* Löwy 2014: 107).

Esta abordagem política e teórica implica algum distanciamento em relação a Piketty (2013). Como foi examinado, nomeadamente no capítulo 1, este autor propõe uma solução baseada na criação de um imposto universal sobre o capital. Embora se deva reconhecer que a sua eventual (mas improvável) instituição constituiria um avanço social de grande impacto na redução das desigualdades, esta reforma muito positiva não eliminaria, porém, alguns dos aspetos mais perniciosos do capitalismo, aliás com o qual Piketty concorda. Tal suscita a crítica de Jacoby, acusando-o de propor um

¹ Militante anarcossocialista, influenciado por Proudhon, foi comissário do povo para a educação na efêmera República dos Conselhos de Munique, tendo sido assassinado em 1919 pelas tropas reacionárias, a mando do governo social-democrata alemão.

capitalismo à sueca, que já deu provas na eliminação das disparidades económicas extremas. Não se refere à força de trabalho excedentária, nem ao trabalho alienante, nem a uma sociedade que tem como motores o dinheiro e o lucro; pelo contrário, aceita-os e gostaria que atuássemos do mesmo modo. Em contrapartida dá-nos algo que já conhecíamos: o capitalismo, com todas as suas vantagens e com menos inconvenientes (Jacoby 2014: 35).

Enjeitando as abordagens mecanicistas e deterministas, é necessário relevar que o capitalismo não desaparecerá por si próprio, nem a história, tão-pouco, tem um sentido. Em linha com o argumento de Hobsbawm (1994: 18), citado no capítulo 1, Wallerstein admite que “o futuro não está escrito em parte alguma [...] ninguém sabe o que sairá das próximas décadas” (*apud* Vindt 1999: 153). Apesar das muitas derrotas, a que não será estranha a incapacidade das forças contra-hegemónicas de marcar a sua agenda nos campos político, ideológico e simbólico, as reflexões e as propostas são conhecidas, havendo pois que prosseguir com a ação de todos aqueles que, no passado, não se conformaram, tomando a expressão de B. S. Santos (1994: 278), com o “que existe, só porque existe”. Mesmo que a todo o tempo nos confrontemos com o fracasso da luta contra o capitalismo e sua improvável superação. Sobretudo se não soubermos pensar e agir fora do seu campo, como bem compreendeu Erich Unger há quase um século:

o ataque contra o “sistema capitalista” é fadado eternamente ao fracasso nos lugares de sua validade [...] para realizar alguma coisa contra o capitalismo é indispensável, antes de tudo, deixar [*heraustreten*] sua esfera de eficácia [*Wirkungsbereich*], porque, no interior dela, ele é capaz de absorver toda a ação contrária (Unger *apud* Löwy 2014: 106).

Ao desenvolvimento realmente existente, inclusive nas suas variantes menos nocivas, nas quais se procura incorporar princípios de sustentabilidade, ao mesmo tempo que fazem da ecologia um mercado (v. Klein 2014), proliferam as ideias e propostas alternativas, articulando reflexão teórica e intervenção popular, Norte e Sul geopolíticos. Considerando as condições de vida radicalmente diferentes e os problemas muito diferentes que os povos enfrentam, continua ainda por construir um amplo compromisso global contra-hegemónico que possa ser transformado em uma agenda comum de luta e intervenção política. Neste contexto, a dificuldade de definição alternativas é gigantesca. Mas será que delas devemos desistir? B. S. Santos argumenta que

não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum. Mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores colectivos conversarem sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam (1999: 3).

Será, então, suficiente a inteligibilidade e a conversação? Tal como o próprio B. S. Santos (1999: 8) sustenta, a hegemonia das classes dominantes assenta na convicção de que não existem alternativas ao que, bom ou mau, existe. Logo, estão desinteressadas de qualquer compromisso que faça recuar, ainda que muito parcialmente, a sua acumulação de riqueza e de património que conduziu às múltiplas desigualdades, agravadas nas últimas quatro décadas. Por isso, a reflexão e a ação para a definição de alternativas, simultaneamente abrangentes e flexíveis, é a estratégia fundamental para se desenharem novas soluções para os problemas económicos, sociais e políticos que se abrigam debaixo do largo “chapéu” designado por desenvolvimento. Por outras palavras, não basta a resistência, são necessárias a proposição de alternativas e a definição de modos de organização, de forma que as diferentes lutas possam ser capazes de quebrar a hegemonia liberal e não apenas fazê-la recuar.

Este debate em torno das alternativas reclama a ressocialização e a repolitização da economia, essenciais à construção de uma outra economia, parte necessária de uma sociedade mais igualitária, mais justa e ecologicamente sustentável, como defendem Louçã e Caldas (2009: 379). Para isso é necessário expor também as limitações de uma democracia que os liberais pretendem circunscrever às eleições livres, com escolhas que não podem colocar em causa a economia baseada no mercado e atada a um quadro jurídico que garante a supremacia do sistema financeiro. Por outras palavras, democracia não “casa” bem com capitalismo, sobretudo em períodos de crise, quando as elites se inquietam com a continuidade dos seus privilégios. Trazendo à discussão um texto quase esquecido de Weber, Löwy (2015) recorda-nos que o sociólogo alemão recusou a existência de uma afinidade eletiva entre o capitalismo, por um lado, e a democracia e a liberdade, por outro, sublinhando que “a questão verdadeira deveria ser: como essas coisas podem ser mesmo ‘possíveis’, a longo prazo, sob a dominação capitalista?” (Weber *apud* Löwy 2015)².

² Trata-se do texto “Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Russland”, de 1906, disponível em *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Band 22, Beiheft, 353, escrito por Weber, no qual este analisa a revolução fracassada de 1905 na Rússia.

Recusando o capitalismo, mesmo na sua versão “cívica” (Hay e Payne 2015)³, haverá que construir uma agenda que articule, com imaginação e criatividade, socialismo, ecologia e democracia, de modo a reduzir as desigualdades e as múltiplas formas de exclusão a que os cidadãos estão submetidos⁴. Seguindo os argumentos do marxismo ecológico, B. S. Santos (1994: 289ss) designa esta alternativa societal como paradigma (emergente) ecossocialista. Colocando-se a resposta progressista para a crise social e ambiental, o paradigma ecossocialista não se satisfaz com as ações atenuadoras dos efeitos sociais e ecológicos do capitalismo, que apenas visam limitar as tensões no interior do sistema. As teses do decrescimento constituem uma possível aproximação a esta proposta, que se traduz numa nova relação entre os seres humanos e destes com a natureza. Ou que concorrem, o que já não é pouco, para a implementação de políticas que, mesmo não colocando em causa a ordem capitalista, como foi notório na história recente de boa parte da América Latina, podem exprimir compromissos socialmente mais justos.

Neste quadro, o conceito de sociedade de pós-escassez é pertinente. Não se trata aqui – nomeadamente por constrangimentos insuperáveis, decorrentes dos limites ecológicos do planeta e também da capacidade, a bem-dizer, praticamente infinita de produzir bens e serviços (e logo novas necessidades) – de instituir o conhecido princípio comunista de “a cada um de acordo com as suas necessidades”, defendido por Marx [2012 (1875)], mas de construir a pós-escassez, libertando os indivíduos das compulsões consumistas e de uma vida organizada quase exclusivamente em torno do trabalho. Ao valorizar outros aspetos da vida social e pessoal que exigem um modo radicalmente distinto do uso do tempo, uma configuração societal assente na pós-escassez é uma solução na qual “o Ocidente tem muito a aprender com outras culturas às quais, no passado, apenas ameaçou com a extinção” (Giddens 2000b: 184-186).

3 Constatando o falhanço do “capitalismo anglo-liberal”, Hay e Payne (2015) propõem um capitalismo cívico, no qual o Estado assume o controlo do mercado, de forma a proporcionar aos cidadãos o acesso a bens e serviços públicos, essenciais para a promoção da equidade e da justiça social. Ou seja, trata-se de colocar o capitalismo ao serviço dos cidadãos, invertendo as lógicas que o guiam, em especial no neoliberalismo.

4 Se para muitos, apesar do colapso da experiência não capitalista na URSS e nos países aliados do Leste europeu, o projeto socialista de matriz marxista – a grande teoria moderna de emancipação universal – continua a ser um objetivo desejável, é imperioso admitir que ele não é, de todo, dominante nesta constelação de resistências. Porém, sublinhando as contradições e as justas críticas formuladas pela esquerda exterior ao movimento comunista internacional, importa não obnubilizar que o bloco socialista não deixava de funcionar como “contrapeso [...] face aos Estados Unidos” (M. C. Silva 2013: 155).

Fechando o texto, as respostas que se construirão para definir e empreender outros caminhos dependerão, como foi já enunciado, do que os movimentos sociais e os partidos políticos progressistas forem capazes de fazer, inventando e articulando com criatividade e determinação formas de colaboração internacionais e solidariedades contra-hegemónicas de dimensão global. Neste sentido, a viabilidade destes caminhos relaciona-se com a adequada definição dos objetivos estratégicos, mas também da capacidade dos atores sociais, sobretudo coletivos, em manterem uma certa autonomia, desde logo ideológica, de forma a não serem “capturados” pela ordem hegemónica global. Daqui não decorre, sublinhe-se, a secundarização da dimensão nacional. Como foi amiúde discutido, ela é absolutamente estratégica para o controlo do poder estatal e a construção, ainda que parcial e considerando os apertados limites impostos pelo capitalismo global, de agendas comprometidas com a melhoria das condições de vida das classes populares e a redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

- ADA, Jacques (1999), “500 anos de relações tumultuosas entre o estado e o mercado”, in Gérard Vindt, *500 anos de capitalismo: A mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*. Lisboa, Temas e Debates, 12-19.
- AGLIETTA, Michel (2001), “El capitalismo en el cambio de siglo: la teoría de la regulación y el desafío del cambio social”, *New Left Review*, 7, 16-70.
- AGUIAR-CONRARIA, Luís, Fernando Alexandre e Manuel Correia de Pinho (2012), “O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual”, *Análise Social*, 203, XLVII (2), 298-321.
- ALEXANDRE, Fernando, Pedro Bação, Pedro Lains, Manuel M. F. Martins, Miguel Portela e Marta Simões (2014), “Introdução: a economia portuguesa entre duas intervenções do FMI”, in Fernando Alexandre, Pedro Bação, Pedro Lains, Manuel M. F. Martins, Miguel Portela, Marta Simões (orgs.), *A economia portuguesa na União Europeia: 1986-2010*. Coimbra, Almedina, 43-68.
- ALTHUSSER, Louis *et al.* (s.d.), *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa, Presença.
- AMADOR, João e Manuel Caldeira Cabral (2014), “A economia portuguesa no contexto global”, in Fernando Alexandre, Pedro Bação, Pedro Lains, Manuel M. F. Martins, Miguel Portela e Marta Simões (orgs.), *A economia portuguesa na União Europeia: 1986-2010*. Coimbra, Almedina, 187-228.
- AMARAL, João Ferreira do (2013), *Porque devemos sair do Euro*. Lisboa, Lua de Papel.
- AMARO, Rogério Roque (2004), “Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 4, 35-70.
- AMIN, Samir (1974), *La acumulación a escala mundial: crítica de la teoría del subdesarrollo*. Cidade do México, Siglo XXI.
- AMIN, Samir (1976), *Imperialisme et développement inégal*. Paris, Minuit.
- AMIN, Samir (1978), *A caminho de uma nova crise estrutural do sistema capitalista*. Porto, Afrontamento.
- AMIN, Samir (1988), *L'Échange inégal et la loi de la valeur*. Paris, Anthropos.
- AMIN, Samir (1999), *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa, Dinossauro.

- AMIN, Samir (2000), *Os desafios da mundialização*. Lisboa, Dinossauro.
- AMIN, Samir (2008), "Foreword: rebuilding the unity of the 'labour front'", in Andreas Bieler, Ingemar Lidberg e Devan Pillay, *Labour and the challenges of globalization: what prospects for transnational solidarity?* Londres, Pluto Press, xiv-xxii.
- ANDERSON, Perry (2012), "A Europa face à hegemonia alemã: da solidariedade à suserania", *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 74, 16-19.
- APPADURAI, Arjun (1996), *Modernity at large: cultural dimensions of modernity*. Londres e Minneapolis, University of Minnesota Press.
- ARANTES, Paulo Eduardo (2014), *Novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo, Boitempo.
- ARIENTI, Wagner Leal e Felipe Amin Filomeno (2007), "Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi", *Ensaio FEE*, vol. 28, n.º 1, 99-126.
- ARNSPERGER, Christian e Philippe Van Parijs (2003), *Ética económica e social*. Porto, Afrontamento.
- ARRIGHI, Giovanni (1996), *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo, UNESP.
- ARRIGHI, Giovanni (1997), *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- BAHRO, Rudolf (1979), *The alternative in Eastern Europe*. Londres, New Left Books.
- BAHRO, Rudolf (1994), *Avoiding social & ecological disaster: the politics of world transformation*. Bath, Gateway Books.
- BALSA, Casimiro, Wessler Boneti e Marc-Henry Soulet (orgs.) (2006), *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí, Unijuí.
- BALSA, Casimiro (org.) (2006a), *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Colibri/Ceos.
- BALSA, Casimiro (org.) (2006b), *Confiança e laço social*. Lisboa, Colibri.
- BAMBIRRA, Vânia [1992 (1972)], *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Cidade do México, Siglo XXI.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1994), "A agricultura e a questão da terra: do Estado Novo à Comunidade Europeia", *Análise Social*, 128 XXIX (4), 907-921.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2013), *O destino camponês*. Castro Verde, 100Luz.
- BAPTISTA, Luís Vicente (2006), "Urbanização, ruralidade e suburbanidade: conceitos e realidades", in Casimiro Balsa (org.), *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Colibri/Ceos, 55-66.
- BARAN, Paul e Paul M. Sweezy [1970 (1966)], *O capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BARROS, Afonso de (1979), "A reforma agrária em Portugal e o desenvolvimento económico e social", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 3, 53-74.
- BARROS, Afonso de (1990), "A sociologia rural perante a problemática do espaço", *Sociologia – Problemas e práticas*, 8, 43-53.
- BASTIDE, Roger (1979), *Antropologia aplicada*. São Paulo, Editora Perspetiva.
- BAUDRILLARD, Jean [1991 (1970)], *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70.
- BAUMAN, Zygmunt (1999), *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- BAUMAN, Zygmunt (2007), *Vida de consumo*. Madrid, Fondo de Cultura.
- BEAUD, Michel (1992), *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. Lisboa, Teorema.
- BECK, Ulrich (2000), “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”, in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta, 1-51.
- BECK, Ulrich (2013), *A Europa alemã – de Maquiavel a “Merkievel”: estratégias de poder na crise do euro*. Lisboa, Edições 70.
- BEITZ, Charles R. (1999) “Liberalismo internacional e justiça distributiva”, *Lua Nova*, n.º 47, 27-58.
- BIELER, Andreas e Thorsten Schulten (2008), “European integration: a strategic level for trade union resistance to neoliberal restructuring and for the promotion of political alternatives?”, in Andreas Bieler, Ingemar Lidberg e Devan Pillay, *Labour and the challenges of globalization: what prospects for transnational solidarity?* Londres, Pluto Press, 231-247.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (2011) “Prefácio: Prebisch e Furtado”, in Raúl Prebisch, *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Contraponto, 7-14.
- BIERSCHENK, Thomas (1991), “Les projects et les politiques de développement sont-ils des préoccupations légitimes de l’anthropologie?”, *Bulletin de l’Apad*, 1, 12-14.
- BIERSCHENK, Thomas et al. (2000), “Les courtiers entre développement et état”, in Thomas Bierschenk et al. (dir.), *Courtiers en développement: les villages africains en quête de projets*. Mayence e Paris, Apad e Karthala, 5-42.
- BOLTANSKI, Luc e Ève Chiapello (1999), *Le Nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: critique sociale do jugement*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Les Structures sociales de l’économie*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Contre-feux 2: pour un mouvement social européen*. Paris, Raisons d’Agir.
- BOURDIEU, Pierre (2002), “Um saber comprometido”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), ano 3, 3.
- BOUVIER, Pierre (1989), *Le Travail au quotidien: une démarche socio-anthropologique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BRAUDEL, Fernand (1986), *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença.
- BRAUDEL, Fernand (1989), *Gramática das civilizações*. Lisboa, Teorema.
- BRAUDEL, Fernand [1992 (1979)], *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII): o tempo do mundo*. Lisboa, Teorema.
- BRÉVILLE, Benoît, “Quando os cidadãos substituem o estado de bem-estar”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 89, 20-22.
- BULARD, Martin (2014), “O ‘pivô asiático’ norte-americano contra a ‘rota da seda’ chinesa: competição tem parceira transpácifica como pano de fundo”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 87, 20-21.
- BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing consent: changes in the labour process under monopoly capitalism*. Chicago, The University of Chicago Press.

- BURAWOY, Michael (2004), "Public sociologies: contradictions, dilemmas and possibilities", *Social Forces*, 82 (4), 1-16.
- BURAWOY, Michael (2005), "For public sociology", *American Sociological Review*, 70 (Fevereiro), 4-28.
- BURAWOY, Michael (2008), "Por uma sociologia pública", in Ruy Braga e Michel Burawoy, *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, 15-66.
- BUTLER, Tom (ed.) (2015), *Overdevelopment, overpopulation, overshoot*. Novato, Goff Books.
- CACCIARI, Paolo (2010), *Decrecimiento o barbárie: por una salida no violenta del capitalismo*. Barcelona, Icaria.
- CALEIRAS, Jorge (2015), *Para lá dos números: as consequências pessoais do desemprego*. Coimbra, Almedina.
- CAPARRÓS, Martín (2015), *El hambre*. Madrid, Anagrama.
- CARDOSO, António (2013), *Território e desenvolvimento: populações no concelho de Barcelos*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1971), *Sociologie du développement en Amérique Latine*. Paris, Anthropos.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1974), "Imperialismo e dependência na América Latina", in *Imperialismo e Dependência*. Lisboa, Mondar, 101-131.
- CARDOSO, Fernando Henrique e Carlos Falleto (1970), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CARDOSO, José Luís (2010), "A economia em tempos de crise: desafios a uma ciência com história", in Vítor Neves e José Castro Caldas (orgs.), *A economia sem muros*. Coimbra, Almedina, 171-189.
- CARSON, Rachel [2002 (1962)]. *Silent Spring*. Nova Iorque, First Mariner Books.
- CARVALHO, Alba Maria Pinto de e Francisco Urribam Xavier de Holanda (orgs.) (2014), *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração*. Fortaleza, Edições UFC.
- CASA-NOVA, Maria José, Ana Benavente, Fernando Diogo, Carlos Estêvão e João Teixeira Lopes (org.) (2012), *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La Société en réseaux: l'ère de l'information*. Paris, Fayard.
- CASTELLS, Manuel (1999), *O poder da identidade (a era da informação: economia, sociedade e cultura)*. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel (2003), *O fim do milénio*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELO, Cláudia (2014), "'Novos Brasis' em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio", *Vária História*, vol. 30, n.º 53, 507-532.
- CASTRO, Josué de (1966), *O livro negro da fome*. Porto, Brasília Editora.
- CEPALUNI, Gabriel e Feliciano de Sá Guimarães (2010), "Discípulos de Rawls em busca de uma concepção cosmopolita de justiça distributiva internacional", *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, n.º 37, 59-73.
- CERTEAU, Michel de (1984), *The practice of everyday life*. Berkeley, University of California Press.
- CHASE-DUNN, Christopher (1991), *Global formation: structures of the world-economy*. Oxford, Blackwell.
- CHASE-DUNN, Christopher e Peter Grimes (1995), "World-systems analysis", *Annual Review of Sociology*, vol. 21, 387-417.
- CHEYNET, Vincent (2008), *Le Choc de la décroissance*. Paris, Seuil.

- CHILCOTE, Ronald (2014), *A revolução portuguesa: estado e classes sociais na transição para a democracia*. Porto, Afrontamento.
- COLLOREDO-MANSFELD, Rudi (2002), “An ethnography of neoliberalism: understanding competition in artisan economies”, *Current Anthropology*, 43 (1), 113-137.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO [1991 (1987)], *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- COSTA, Jorge, Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã e Fernando Rosas (2010), *Os donos de Portugal: cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto, Afrontamento.
- COTERA, Alfonso e Humberto Ortiz (2009), “Comércio justo”, in Cattani, António David, Jean-Louis Lavelle, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina, 60-67.
- COUTO, Joaquim Miguel (2007), “O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch”, *Economia e Sociedade*, v. 16, n.º 1 (29), 45-64.
- CRARY, Jonatham (2013), *24/7: Late capitalism and the ends of sleep*. Londres, Verso.
- CYPHER, James M. (2017), “O México apanhado na armadilhada dependência: projetos da Casa Branca semeiam pânico no vizinho do Sul”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 126, 29-30.
- CYRAN, Olivier (2017), “O inferno do milagre alemão: o modelo que inspira Macron”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 131, 16-18.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and class conflict in industrial society*. Londres, Routledge.
- DAIS, Siegfried (2017), “Industrie 4.0 – anstoß, vision, vorgehen”, in B. Vogel-Heuser, T. Bauernhansl, M. ten Hompel (eds.), *Handbuch Industrie 4.0 Bd.4*. Berlim, Springer Vieweg, 261-277.
- DAVIS, Mike (2006), *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo.
- DEJOURS, Christophe (1998), *Souffrance en France : la banalisation de l'injustice sociale*. Paris, Seuil.
- DELSAUT, Yvette e Marie-Christine Rivière (2002), *Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu suivi d'un entretien sur l'esprit de la recherche*. Pantin, Le Temps des Cerises.
- DENORD, François, Rachel Knaebel e Pierre Rimbert (2015), “Ordoliberalismo alemão, uma prisão para a Europa”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 106, 25-27.
- DIXON, Keith (1999), *Os evangelistas do mercado*. Oeiras, Celta.
- DOMINGUES, José Maurício (2013), *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte, UGMG.
- DONHAM, Donald L. (1999), *History, power, ideology: central issues in marxism and anthropology*. Berkeley, University of California Press.
- DORNELAS, António (2013), “Portugal: a construção do estado-providência em contexto desfavorável”, in Filipe Carreira da Silva (org.), *Os portugueses e o estado-providência: uma perspectiva comparada*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 45-83.
- DOSMAN, Edgar J. (2011), *Raúl Prebisch (1901-1986): A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

- DOWBOR, Ladislau (2014), "O sistema financeiro actual trava o desenvolvimento económico brasileiro: a esterilização dos recursos do país", *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 89, 10-12.
- DRIBBUSCH, Heiner e Thorsten Schulten (2008), "German trade unions between neoliberal restructuring, social partnership and internationalism", in Andreas Bieler, Ingemar Lidberg e Devan Pillay, *Labour and the challenges of globalization: what prospects for transnational solidarity?* Londres, Pluto Press, 178-198.
- DRUCKER, Peter F. (1993), *Sociedade pós-capitalista*. Lisboa, Difusão Cultural.
- DUBET, François (2004), *Les inégalités multipliées*. Paris, L'Aube.
- DUFRESNE, Anne (2012), "O difícil contra-ataque dos sindicatos europeus", *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 64, 11.
- DUMONT, René e Bernard Rosier (1966), *A fome: flagelo da humanidade*. Lisboa, Ulisseia.
- DUNN, Tony (1994), "Rapid rural appraisal: a description of the methodology and its application in teaching and research at Charles Stuart University", *Rural Society*, 4 (3/4), in www.csu.edu.au/research/crsr/ruralsoc/v4n3p30.htm (19 de março de 2013).
- ECO, Umberto (1986), *Viagem na irrealidade quotidiana*. Lisboa, Difel.
- ELIAS, Norbert (1980), *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- ENGELS, Friedrich [1978 (1873)], *Dialéctica da natureza*. Lisboa, Presença.
- ERIKSEN, Thomas Hylland (2015), "Globalization and its contradictions: anthropological research in an overheated world", in Pamela J. Stewart and Andrew J. Strathern (eds.) *Ashgate Companion to Anthropology*. Londres, Routledge, 293-314.
- ERIKSEN, Thomas Hylland (2016) "Overheating: the world since 1991", *History and Anthropology*, vol. 27, n.º 5, 469-487.
- ESCOBAR, Arturo (1991), "Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology", *American Ethnologist*, 18 (4), 658-682.
- ESTANQUE, Elísio e José Manuel Mendes (1998), *Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo*. Porto, Afrontamento.
- ESTEVA FABREGAT, Claudio (1984), *Antropología industrial*. Barcelona, Anthropos.
- EWEN, Stuart (1976), *Captains of consciousness: advertising and the social roots of the consumer culture*. Londres, Penguin Books.
- FANON, Frantz (1980), *Em defesa da revolução africana*. Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- FEATHERSTONE, Mike (1991), *Consumer culture and postmodernism*. Londres, Sage.
- FEATHERSTONE, Mike (1997), "Culturas globais e culturas locais", in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta, 83-103.
- FELICIANO, José Fialho (1998), *Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique*. Maputo, AHM.
- FELIZES, Joel (2006), "Em torno de uma ideia de Europa: do concerto das identidades nacionais ao desconcerto das múltiplas identidades", in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e estado: entre o global e o local*. Porto, Afrontamento, 315-327.
- FERLIE, Ewan, Lynn Ashburner, Louise Fitzgerald e Andrew Pettigrew (1996), *New public management in action*. Oxford, Oxford University Press.

- FERNANDES, António Teixeira (2008), *Nacionalismo e federalismo em Portugal*. Porto, Afrontamento.
- FONSECA, Ronaldo (1983), *A questão do Estado na revolução portuguesa (do 25 de Abril de 1974 ao golpe de Tancos)*. Lisboa, Livros Horizonte.
- FONSECA, Ronaldo (2002), *Marxismo e globalização*. Porto, Campo das Letras.
- FONSECA, Ronaldo (2003), “Nova fuga para a frente do imperialismo americano”, *Política Operária*, n.º 89, 23-24.
- FORTUNA, Carlos (1993), *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto, Afrontamento.
- FRANCISCO (PAPA) (2015), *Carta encíclica Laudato si: Sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano, Libreria Editrice Vaticana.
- FRANK, André Gunder (s.d.), *Do subdesenvolvimento capitalista*. Lisboa, Edições 70.
- FRANK, André Gunder (1976), *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. Coimbra, Centelha.
- FRANK, André Gunder (1979), *A acumulação mundial (1492-1789)*. Lisboa, Estampa.
- FREI BETTO (2014), “Impasses dos governos progressistas”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 87, 12-13.
- FREIRE, João (1993), *Anarquistas e operários – ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal (1900-1940)*. Porto, Afrontamento.
- FREITAS, Helena e Maria João Martins (2012), “A Europa e a política de ambiente em Portugal”, *Debater a Europa*, 7, 78-88.
- FRIEDMAN, Milton e Rose Friedman (1980), *Liberdade para escolher*. Mem Martins, Europa-América.
- FUKUYAMA, Francis (1992), *The end of history and the last man*. Nova Iorque, The Free Press.
- FUKUYAMA, Francis (1999), “Reflectindo sobre o fim da História dez anos depois”, *Público*, (www.publico.pt/publico/1999/07/17/EspaçoPublico/001.html).
- FURTADO, Celso (1959a), *Uma política de desenvolvimento económico para o Nordeste*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- FURTADO, Celso (1959b), *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- FURTADO, Celso (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (1964), *Dialéctica do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (1976), *Teoria e política do desenvolvimento económico*. Lisboa, Dom Quixote.
- FURTADO, Celso [2005 (1959)], *Formação económica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- GALBRAITH, James K., Stuart Holland e Yanis Varoufakis (2014), *Proposta modesta para resolver a crise da Zona Euro*. Lisboa, Leya.
- GARCÍA CAMARERO, Julián (2010), *El decrecimiento feliz y el desarrollo humano*. Madrid, Catarata.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor (2007), *A globalização imaginada*. São Paulo, Iluminuras.
- GASPAR, Vítor e Miguel St Aubyn (2009), “Política orçamental, ajustamento ao euro e crescimento em Portugal e em Espanha”, in Pedro Lains, *Sem fronteiras: os novos horizontes da economia portuguesa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 67-94.

- GEITHNER, Timothy (2014), *Stress test: reflections on financial crisis*. Nova Iorque, Crown Publishers.
- GENTÉ, Régis (2014), “Jogos de influência em uma Ásia central desunida: as rivalidades entre Estados Unidos, Rússia e China”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 89, 23-25.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas [1999 (1971)], *The entropy law and the economic process*. Lincoln, iUniverse.com.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1995), *La Décroissance: entropie, écologie, économie*. Paris, Sang de la Terre.
- GERALDES, Alice Duarte (1987), *Gente de minifúndio: produção e reprodução social em mudança na freguesia da Correlhã*. Braga, Universidade do Minho, volume I (tese de doutoramento).
- GERRY, Chris e Chris Birkbeck (1981), “The petty commodity producer in Third World cities: Petit-bourgeois or ‘disguised’ proletarian?”, in Frank Bechhofer e Brian Elliott (eds.), *The petite bourgeoisie: comparative studies of the uneasy stratum*. Londres, MacMillan, 121-154.
- GERRY, Chris e Chris Birkbeck (1985), “Les petits producteurs urbains du Tiers Monde sont-ils de petits bourgeois?”, *Tiers Monde*, 101, 31-40.
- GIDDENS, Anthony (1998), *As consequências da modernidade*. Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (2000a), *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (2000b), “Risco, confiança, reflexividade”, in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta, 174-187.
- GIDDENS, Anthony (2000c), *O mundo na era da globalização*. Lisboa, Presença.
- GIDDENS, Anthony (2000d), “Viver numa sociedade pós-tradicional”, in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta, 53-104.
- GODELIER, Maurice (1973), *Horizontes da antropologia*. Lisboa, Edições 70.
- GODELIER, Maurice (1995), *L'Énigme du don*. Paris, Fayard.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1961), “Complexo histórico-geográfico”, in Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Figueirinhas, vol. II, 130-135.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1963), *Os Descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa, Arcádia (2 vols.)
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1968), *Ensaio II: sobre história de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971), *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.) (2001), *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa, Edições 70.
- GORZ, André (1980), *Ecology as politics*. Boston, South End Press.
- GORZ, André (1997), *Misères du présent. Richesses du possible*. Paris, Galilée.
- GOULDNER, Alvin (1970), *The coming crisis of Western sociology*. Nova Iorque, Basic Books.
- GRAMSCI, Antonio (1974), *Obras escolhidas*. Lisboa, Estampa, vol. I.
- GRANOFF, Ilmi, Jason Eis, Will McFarland, Chris Hoy, Charlene Watson, Gaia de Battista, Cor Marijs, Amina Khan e Natasha Grist (2015), *Zero poverty, zero emissions: eradicating extreme poverty in the climate crisis*. Londres, Overseas Development Institute.
- GRESH, Alain (2005), “Insubmissão”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), ano 6, n.º 78, 1.
- GUERRA, João Paulo (1994), *Memória das guerras coloniais*. Porto, Afrontamento.

- GUÈYE, Sékou Pathé (1997), “Fin de l’histoire et perspective de développement: l’Afrique dans le temps du monde”, *La Pensée*, 309, 99-117.
- HABERMAS, Jürgen (1994), *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Edições 70.
- HABERMAS, Jürgen (2012), *Um ensaio sobre a constituição da Europa*. Lisboa, Edições 70.
- HABERMAS, Jürgen (2013), “Cuando las élites fracasan”, *El País*, 20 de agosto de 2013 (http://elpais.com/elpais/2013/08/13/opinion/1376411438_682870.html).
- HALFFMAN, Willem e Hans Radder (2015), “The academic manifesto: from an occupied to a public university”, *Minerva* (DOI 10.1007/s11024-015-9270-9).
- HALIMI, Serge (1997), *Les Nouveaux chiens de garde*. Paris, Raisons d’Agir.
- HALIMI, Serge (2015), “Apoiar a Grécia”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 101, 1 e 6.
- HANN, Chris e Keith Hart (2011), *Economic anthropology: history, ethnography, critique*. Cambridge, Polity.
- HANNERZ, Ulf (1987), “The world in creolization”, *Africa*, 57(4): 546-59.
- HANNERZ, Ulf (1992), *Cultural complexity: studies in the social organization of meaning*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- HARDT, Michael e Antonio Negri (2000), *Empire*. Cambridge, Harvard University Press.
- HARRIS, Marvin (1979), *Cultural materialism: the struggle for a science of culture*. Nova Iorque, Random House.
- HARVEY, David (1992), *Condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola.
- HARVEY, David (1996), “La globalisation en question”, in *Congrès Marx: cent ans de marxisme – bilan critique et prospectives*. Paris, PUF, 67-83.
- HARVEY, David (1999), *The limits to capital*. Londres, Verso.
- HARVEY, David (2005), *A brief history of neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press.
- HARVEY, David (2011), *O enigma do capital – E as crises do capitalismo*. Lisboa, Bizâncio.
- HAY, Colin e Anthony Payne (2015), *Civic capitalism*. Cambridge, Polity.
- HERMAN, Mario, Tobias Pentek e Boris Otto (2015), *Design principles for industrie 4.0 scenarios: a literature review*. Dortmund, Technische Universität Dortmund (working paper) (www.snom.mb.tu-dortmund.de/cms/de/forschung/Arbeitsberichte/Design-Principles-for-Industrie-4_0-Scenarios.pdf).
- HESPAÑA, Pedro (coord.), Jorge Caleiras, Sandra Pessoa e Vanda Pacheco (2007), *É o (des)emprego fonte de pobreza?* Coimbra, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (Núcleo Distrital de Coimbra).
- HOBBSAWM, Eric (1994), *A era dos extremos: história breve do século XX (1914-1991)*. Lisboa, Presença.
- HOBBSAWM, Eric (2008), *Globalização, democracia e terrorismo*. Lisboa, Presença.
- HOSELITZ, Berthold Frank (1960) *The sociological aspects of economic growth*. Chicago, The Free Press.
- HOWLETT-MARTIN, Patrick (2004), “EUA-Cuba, degelo sob os trópicos? Defesa do embargo perde força nos EUA”. *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 88, 12-13.
- HUBERMAN, Leo e Paul M. Sweezy (1968), “Lições da experiência soviética”, in Paul M. Sweezy e Leo Huberman, *Capitalismo ou socialismo?* Lisboa, Arcádia, 159-175.

- ILLICH, Ivan (1973), *Tools for conviviality*. Nova Iorque, Harper & Row.
- INGERSON, Alice (1981), “Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão”, *Análise Social*, volume XVII, n.º 67-68-69, 863-884.
- JACKSON, Tim (2011), *Prosperidad sin crecimiento: economía para un planeta finito*. Barcelona, Icaria e Intermon-Oxfam.
- JACOBY, Russel (2014), “Thomas Piketty ou a aposta num capitalismo de rosto humano: denunciar as desigualdades é necessário mas insuficiente”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 94, 33-35.
- JAMESON, Fredric (2002), *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, Vozes.
- JONES, Owen (2014), “Indignação social, voto à direita: ascensão do nacionalismo no Reino Unido”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 88, 28-29.
- JUDT, Tony (2010), *O chalet da memória*. Lisboa, Edições 70.
- KANE, Eileen (1997), “Participatory rural appraisal for educational research: helping to see the ‘invisible’”, *Irish Journal of Anthropology*, 2: 69-85.
- KEYNES, John M. [1996 (1936)], *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Nova Cultural.
- KLEIN, Naomi (2008), *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- KLEIN, Naomi (2014), *This change everything: capitalism versus the climate*. Londres, Simon & Schuster.
- KLÍMOV, Iuri (1977), *A construção das bases económicas do socialismo na URSS*. Moscovo, Agência de Imprensa Nóvosti.
- LAINS, Pedro (2009), “Introdução”, in Pedro Lains, *Sem fronteiras: os novos horizontes da economia portuguesa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 19-29.
- LAMBERT, Renaud (2015), “Dívida pública: um século de braço-de-ferro”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 101, 8-10.
- LAPAVITSAS, Costas (2015), “Saída do euro, uma oportunidade histórica”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 105, 12-13.
- LASCH, Christopher (1985), *The minimal self*. Londres, Picador.
- LATOUCHE, Serge (2005), “Ecofascismo ou ecodemocracia: rumo ao decrescimento”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), ano 6, n.º 80, 1 e 3.
- LATOUCHE, Serge (2008), *La apuesta por el decrecimiento: como salir del imaginario dominante?* Barcelona, Icaria.
- LATOUCHE, Serge (2009a), *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo, WMF Martins Fontes.
- LATOUCHE, Serge (2009b), *Decrecimiento y posdesarrollo: el pensamiento creativo contra la economía del absurdo*. Barcelona: El Viejo Topo, 2009.
- LATOUCHE, Serge (2012a), *La sociedad de la abundancia frugal: contrasentidos y controversias del decrecimiento*. Barcelona, Icaria.
- LATOUCHE, Serge (2012b), *Salir de la sociedad de consumo: voces y vías del decrecimiento*. Barcelona, Octaedro.

- LAYTON, Robert (1997), *An introduction to theory in anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEAF, Murray (1981), *Uma história da antropologia*. São Paulo, Zahar.
- LEAF, Murray (1998), *Pragmatism and development: the prospect for pluralist transformation in the Third World*. New Haven, Greenwood.
- LEBERT, Didier e Carlo Vercellone (2010), “Les rapports entre capitalisme cognitif et capitalisme mafieux”. *Tina*, 74-80.
- LEITE, Ivonaldo (2003), “O debate sobre desenvolvimento na América Latina: uma retrospectiva para uma prospectiva”, *La Fogata*, vol. 01.
- LEITE, Ivonaldo (2005), “Celso Furtado, a história económica e o presente”, in *Actas das Jornadas Celso Furtado*.
- LEITE, Ivonaldo (2008), “A nova divisão internacional do trabalho e os desafios latino-americanos”, *Espaço Acadêmico*, n.º 85, vol. 1, 1-5.
- LEITE, Ivonaldo (2009), “Teoria da dependência: retrospectiva e novas perspectivas”, *Universidade e Sociedade*, n.º 43.
- LENINE, Vladimir Ilitch [1974 (1916)], *O imperialismo: estágio supremo do capitalismo*. Coimbra, Centelha.
- LENINE, Vladimir Ilitch [1997 (1917)], *Las tesis de abril*. Madrid, Fundación Federico Engels.
- LENINE, Vladimir Ilitch (1963), *Collected works (Dezembro de 1910-Abril de 1912)*. Moscovo, Progresso, vol. 17.
- LEOPOLD, Aldo [2008 (1949)], *Pensar como uma montanha*. Águas Santas, Sempre-em-Pé.
- LEW, Roland (1999), “Na China, um estado autoritário mas fraco: os cinquenta anos da República Popular”. *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), ano 1, 7: 14-15.
- LIMA, Aida Valadas de e Luísa Schmidt (1996), “Questões ambientais: conhecimentos, preocupações e sensibilidades”, *Análise Social*, vol. XXXI (135), 1.º, 205-227.
- LIMA, Antónia Pedroso de (2003), *Grandes famílias, grandes empresas – Ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa*. Lisboa, Dom Quixote.
- LIMA, Maria Luísa Pedroso de (2008), “Percepção de riscos e desigualdades sociais”, in José Madureira Pinto (orgs.), *Desigualdades, desregulação e riscos nas sociedades contemporâneas*. Porto, Afrontamento, 267-290.
- LIPOVETSKY, Gilles (2007), *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa, Edições 70.
- LONG, Norman (2001), *Development sociology: actor perspectives*. Londres, Routledge.
- LOPES, António Simões (1980), *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1.
- LOPES, António Simões (1986), “Perspectivas de desenvolvimento (um ponto de vista)”, in Manuela Silva (org. e pref.), *Portugal contemporâneo: problemas e perspectivas*. Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 595-608.
- LOPES, João Teixeira (2012), “Da especificidade da sociologia na transformação do mundo”, in Maria José Casa-Nova, Ana Benavente, Fernando Diogo, Carlos Estêvão e João Teixeira Lopes (org.) (2012), *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 25-34.

- LORDON, Frédéric (2015), “Com Thomas Piketty não há perigo para o capital no século XXI: o êxito planetário de uma análise inacabada”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 102, 36-39.
- LOUÇÃ, Francisco e José Castro Caldas (2009), *Economia(s)*. Porto, Afrontamento.
- LOUÇÃ, Francisco, João Teixeira Lopes e Jorge Costa (2014), *Os burgueses: quem são, como vivem, como mandam*. Lisboa, Bertrand.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família rural e indústria: mudança social na região de Leiria*. Lisboa, Fragmentos.
- LÖWY, Michael (1978), *Método dialéctico e teoria política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LÖWY, Michael (2006), “A dialéctica marxista do progresso”, in José Neves (org.), *Da gaveta para fora: ensaios sobre marxistas*. Porto, Afrontamento, 261-265.
- LÖWY, Michael (2013), “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista”, *Cadernos CRH*, v. 26, 67, 79-86.
- LÖWY, Michael (2014), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo, Boitempo.
- LÖWY, Michael (2015), “Quando capitalismo não rima com democracia”, *Outras Palavras* (<http://outraspalavras.net/destaques/lowy-quando-capitalismo-nao-rima-com-democracia/>).
- LOYOLA, Maria Andréa (entrevistado por), 2002, *Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- LUXEMBURGO, Rosa [1967 (1912)], *L'Accumulation du capital*. Paris, Editions Sociales.
- MAMAMI, Fernando Huanacuni (2010), *Buen vivir/vivir bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima, Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas.
- MARINGONI, Gilberto (2004), *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga em tempos de Chávez*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- MARINI, Ruy Mauro [1991 (1973)], *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México, Era.
- MARTINELLI, Bruno (1987), “La fin et les moyens: l'ethnologie et l'intervention technologique”, *L'Uomo*, XI (2), 319-341.
- MARTINS, Hermínio (2003), “Aceleração, progresso e experimentum humanum”, in Hermínio Martins e José Luís Garcia (coord.), *Dilemas da civilização tecnológica*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 19-89.
- MARTINS, Moisés de Lemos (1990), *O olho de Deus no discurso salazarista*. Porto, Afrontamento.
- MARX, Karl [1971 (1859)], *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa.
- MARX, Karl [2012 (1875)], *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo, Boitempo.
- MARX, Karl [2014 (1867)], *O capital: crítica da economia política (Livro primeiro – O processo de produção do capital)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARX, Karl e Friedrich Engels [1968 (1848)], *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Escriba.
- MARX, Karl e Friedrich Engels (1978), *Sobre o colonialismo*. Lisboa, Estampa, vol. II.
- MASON, Paul (2015), *Postcapitalism: a guide to our future*. Londres, Allen Lane.
- MEADOWS, Donella, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III (1972), *The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. Nova Iorque, Universe Books.

- MEILLASSOUX, Claude (1997), *L'Économie de la vie*. Lausanne, Page2.
- MENDE, Tibor (1974), *Ajuda ou reconcolização? As lições de um fracasso*. Lisboa, Dom Quixote.
- MILANDO, João (2005), *Cooperação sem desenvolvimento*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MINTZ, Sidney W. (1985), *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. Nova Iorque, Viking.
- MIGUS, Roman e Julien Rebotier (2014), “Controvérsia dentro do chavismo”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 94, 17.
- MILL, John Stuart [1951 (1848)] *Principios de economía política con algunas de sus aplicaciones a la filosofía social*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- MILLS, Charles Wright [1980 (1959)], *The sociological imagination*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MITCHELL, Bill e Thomas Fazi (2017), *Reclaiming the state: a progressive vision of sovereignty for a post-neoliberal world*. Londres, Pluto Press.
- MOSANGINI, Giorgio (2012), *Decrecimiento y justicia Norte-Sur: o cómo evitar que el Norte Global condene a la humanidad al colapso*. Barcelona, Icaria.
- MYRDAL, Gunnar [1974 (1957)], *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MYRDAL, Gunnar (1970), *The challenge of world poverty*. Londres, Allen Lane.
- NKRUMAH, Kwame (1975), *A luta de classes em África*. Lisboa, Sá da Costa.
- NISBET, Robert (1994), *History of the idea of progress*. Nova Jersey, Transaction.
- NOLAN, Peter (2014), *Está China comprando el mundo?* Madrid, Instituto de Altos Estudios Nacionales e Traficantes de Sueños.
- OBLIN, Nicolas e Patrick Vassort (2010), “L’institutionnalisation du crime ou la sauvagerie victoire du capitalisme”, *Illusio*, n.º 6-7, 67-97.
- O'BRIEN, Richard (1992), *Global finance integration: the end of geography*. Nova Iorque, Royal Institute of International Affairs e Council on Foreign Relations.
- O'CONNOR, James (1991a), “Socialism and ecology”, *Capitalism, Nature, and Socialism*, 8: 1-12.
- O'CONNOR, James (1991b), “The second contradiction of capitalism: causes and consequences”, *CES/CNS Pamphlet*, 1.
- O'CONNOR, James (1998), *Natural causes: essays in ecological marxism*. Nova Iorque, Guilford.
- OLIVER COSTILLA, Lúcio (2014), “Prefácio: una integración con tramas orgánicas complejas y contradictorias y limitativas”, in Alba Maria Pinto de Carvalho e Francisco Uribam Xavier de Holanda (orgs.), *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração*. Fortaleza, Edições UFC, 21-37.
- PALLOIX, Christian (1972a), *A economia mundial de iniciativa privada: a fase da concorrência*. Lisboa, Estampa.
- PALLOIX, Christian (1972b), *A economia mundial de iniciativa privada: a fase de monopólio*. Lisboa, Estampa
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*, Madrid, Alianza Editorial.
- PATRIARCA, Fátima (2004), “Estado social: a caixa de Pandora”, in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 171-212.

- PAULSEN, Roland (2015), *Empty labor: idleness and workplace resistance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PAYNE, Anthony e Nicola Phillips (2009), *Development*. Cambridge, Polity.
- PEREIRA, Patrícia, Luís Vicente Baptista e João Sedas Nunes (2011), "Editorial", *Forum Sociológico*, 21, 7-9.
- PEREIRINHA, José António e Daniel Fernando Carolo (2006), *Construção do estado-providência em Portugal no período do Estado Novo (1935-1974): notas sobre a evolução da despesa social*. Lisboa, CISEP/ISEG.
- PETRAS, James (1999), *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, FURB.
- PETRAS, James (2002), "A rose by any other name? The fragrance of imperialism", *The Journal of Peasant Studies*, XXIX (2), 135-160.
- PIETERSE, Jan Nederveen (2001), *Development theory: deconstructions/reconstructions*. Londres, Sage.
- PIKETTY, Thomas (2013), *Le capital au XXI^e siècle*. Paris, Seuil.
- PIMENTEL, Irene (2008), "A política e a justiça política nos primeiros anos do salazarismo (1933-1945)", in António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho, *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 311-349.
- PINTO, António Costa (2008), "O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX", in António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho, *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 23-49.
- PINTO, José Madureira (1978), *Ideologias: inventário crítico dum conceito*. Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- PINTO, José Madureira (2008), "Desregulação da economia, menos Estado social?", in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.), *Desigualdades, desregulação e riscos nas sociedades contemporâneas*. Porto, Afrontamento, 105-150.
- POLANYI, Karl [1983 (1944)], *La Grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris, Gallimard.
- PORTELA, José (1981), "Fragueiro: notas sobre a agricultura local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, 217-246.
- PORTELA, José (1999a), "O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 39 (1-2), 45-65.
- PORTELA, José (1999b), "E se desenvolvessemos a noção de desenvolvimento?", *Cadernos da Serra*, 1: 55-60.
- PORTELA, José (2001), "Artesãos, microempresas e desenvolvimento: a centralidade do local e a periferia do centro", *Livro de Actas*, Ponta Delgada, Centro Regional de Apoio ao Artesanato, 79-84.
- PORTELA, José (2008), "Urge pensar a pobreza portuguesa, a partir do chão e muito para lá dos pobres", in Alcides A. Monteiro e Fernando Bessa Ribeiro, *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 109-136.
- PORTELA, José (2009), "A economia ou é solidária ou é fraticida", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, 115-152.

- POULANTZAS, Nicos (1976), *Teoria das classes sociais*. Porto, Escorpião.
- PREBISCH, Raúl [s.d. (1949)], *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais* (disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>, 15 de janeiro de 2014).
- PRESTON, P. W. (1982), *The theories of development*. Londres, Routledge e Kegan Paul.
- QUEIRÓS, Margarida (2002), “O ambiente nas políticas públicas em Portugal”, *Finisterra*, XXXVII, 73, 33-59.
- QUIJANO, Aníbal (2003), “Sistemas alternativos de produção?”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Afrontamento, 407-438.
- RAPOZO, Pedro e Manuel Carlos Silva (2013), “As políticas de modernização e desenvolvimento na Amazônia brasileira: olhares sobre o discurso e a questão ambiental contemporânea”, *Configurações*, n.º 11, 61-76.
- RAWLS, John [2001 (1971)], *Uma teoria da justiça*. Lisboa, Presença.
- REIS, José (1988), “Un exemple de ‘système productif local’: les industries d’Águeda (Aveiro)”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tomo 59, fascículo 2-3, 273-287.
- REIS, José (1992), *Os Espaços da indústria*. Porto, Edições Afrontamento.
- REIS, José (1998), “O institucionalismo económico: crónica sobre os saberes da economia”, *Notas Económicas*, 11, 130-149.
- REIS, José (1993), “Portugal: a heterogeneidade de uma economia semiperiférica”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto, Afrontamento, 135-161.
- REIS, José (1994), “O desenvolvimento local é possível?”, in Manuel Belo Moreira (org.), *O desenvolvimento local é possível?* Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 3-16.
- REIS, José (2007), *Ensaio de economia impura*. Coimbra, Almedina.
- REIS, José (2014), “Apresentação”, in José Reis (coord.), *A economia política do retrocesso: causas, crises e objetivos*. Coimbra, Almedina, 9-19.
- REIS, Manuela e Aida Valadas Lima (1999), “Desenvolvimento, território e ambiente”, in José Manuel Leite Viegas e Antónia Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?* Oeiras, Celta, 329-363.
- REIS, Ricardo (2014), “Hipóteses para a economia portuguesa”, in Fernando Alexandre, Pedro Bação, Pedro Lains, Manuel M. F. Martins, Miguel Portela, Marta Simões (orgs.), *A economia portuguesa na União Europeia: 1986-2010*. Coimbra, Almedina, 71-76.
- REMY, Jean e Liliane Voyé (1974), *La Ville et l’urbanisation*. Bruxelas, Duculot.
- RIBEIRO, Darcy (1997), *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (1996), *Memória industrial em Águeda: fundamentação preliminar para um enquadramento museológico*. Braga, Universidade do Minho (tese de mestrado).
- RIBEIRO, Fernando Bessa (1999), “O conflito no espaço da produção industrial”, *Análise Empresarial: Revista Galega de Economia e Ciências Sociais*, n.º 29, 87-95.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2002), “Modernização” in *Dicionário de Sociologia*. Porto, Porto Editora, 246-247.

- RIBEIRO, Fernando Bessa (2002a), “Classe social”, in *Dicionário de Sociologia*. Porto, Porto Editora, 58-59.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2002b), “Forças produtivas”, in *Dicionário de Sociologia*. Porto, Porto Editora, 169.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2002c), “Modo de produção”, in *Dicionário de Sociologia*. Porto, Porto Editora, 247-248.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2002d), “Relações de produção”, in *Dicionário de Sociologia*. Porto, Porto Editora, 315-316.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2004), *Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*. Vila Real, UTAD (tese de doutoramento).
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2005), “Iniciativa empresarial e mobilidade social na semi-periferia: O caso da industrialização em Águeda”, in Manuel Carlos Silva, Ana Paula Marques e Rosa Cabecinhas (orgs.) (2005), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/Inovação à Leitura, 99-115.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2006), “Sistema mundial, mercados e ajustamento estrutural: dinâmicas do capitalismo em Moçambique”, in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e estado: entre o global e o local*. Porto, Afrontamento, 195-208.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2008), “Das políticas que se fazem à acção esclarecida”, in Alcides A. Monteiro e Fernando Bessa Ribeiro, *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 161-170.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2010), *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2011), “Ciências sociais, autor e participação no espaço público: Retomando a proposta de Bourdieu por um saber comprometido”, in Pedro Gabriel Silva, Octávio Sacramento e José F. G. Portela (coords.), *Etnografia e intervenção Social*. Lisboa, Colibri, 229-243.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2012), “O desenvolvimento como campo de luta teórica e política: trajectos e discursos em África”, *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, vol. II, n.º 4, 111-128.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2015), “Do esgotamento revolucionário à liberalização: o movimento sindical face às privatizações em Moçambique na década de 1990”, *Caderno CRH*, vol. 28, n.º 74, 255-265.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2016), “Une histoire particulière de la mondialisation: technique, travail et industrialisation de la noix de cajou au Mozambique”, *Revue Africaine de Sociologie*, vol. 20, n.º 1, 20-35.
- RIBEIRO, Fernando Bessa e José Portela (2002), “Globalizações, resistências e/ou alternativas: David frente a Golias?”, in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).
- RIBEIRO, Fernando Bessa, José Portela e Chris Gerry (2009), “A terra dos heróis: espaço urbano e vida comercial em Manjacaze (Moçambique)”, *Análise Social*, vol. XLIV (4.º), n.º 193, 825-847.
- RIBEIRO, Fernando Bessa, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (orgs.) (2012), “Apresentação”, in Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (orgs.), *Trabalho, técnicas e o mundo, perspectivas e debates*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 13-24.

- RIBEIRO, Fernando Bessa e Manuel Carlos (2015), recensão de Francisco Louçã, João Teixeira Lopes e Jorge Costa (2014), *Os burgueses: quem são, como vivem, como mandam*. Lisboa, Bertrand Editora, 2014, *Configurações*, n.º 16.
- RIBEIRO, Fernando Bessa e Octávio Sacramento (2014), “A despistagem do VIH/sida: saúde pública e motivações dos utentes do teste rápido (Nordeste de Portugal)”, *Saúde e Sociedade*, vol. 23, n.º 2, 170-182 (também com versão em língua inglesa da responsabilidade do editor da revista).
- RIBEIRO, Gustavo Lins e Bela Feldman-Bianco (2003), “Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf”, *Etnográfica*, Vol. VII (2), 245-281.
- RICARDO, David [1996 (1817)], *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo, Nova Cultural.
- RIDOUX, Nicolas (2006), *La Décroissance pour tous*. Lião, Parangon/Vs.
- RIECHMANN, Jorge (2006), *Biomímesis: ensayos sobre imitación de la naturaleza –Ecosocialismo y autocontención*. Madrid: Catarata.
- RIECHMANN, Jorge (2011), *Como vivir? Acerca de la buena vida*. Madrid, Catarata.
- RIST, Gilbert (2014), *The history of development: from Western origins to global faith*. Londres, Zed Books.
- RIVIÈRE, Claude (2000), *Anthropologie politique*. Paris, Armand Colin.
- ROBERTSON, Roland (1992), *Globalization: social theory and social culture*. Londres, Sage.
- RODRIGUES, Valdemar (2009), *Desenvolvimento sustentável: uma introdução crítica*. Cascais, Príncipeia.
- ROESCH, Otto (1992), “Reforma económica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a formação das classes”, *Arquivo*, 11, 5-35.
- ROSA, Eugénio (2012), *Os grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização*. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (tese de doutoramento).
- ROSAS, Fernando (2004), “Prefácio – marcelismo: ser ou não ser”, in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 9-26.
- ROSAS, Fernando (2012), *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa, Tinta da China.
- ROSTOW, Walt Whitman [1974 (1960)], *Las etapas del crecimiento económico. Un manifiesto no-comunista*. México, Fondo de Cultura Económica.
- RUBIN, Eli (2009), “The Trabant: consumption, *eigen-sinn*, and movement”, *History Workshop Journal*, 68, 27-44.
- SACRAMENTO, Octávio (2007), “Consumo contido: práticas aquisitivas no contexto do comércio ambulante, em meio rural”, *Adra*, n.º 2, 23-37,
- SADER, Emir (2007), “Alba: do sonho à realidade”, in www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/ALBA-do-sonho-a-realidade/2/24170 (13 de novembro de 2014).
- SAHLINS, Marshall [1997 (1972)], “The original affluent society”, in Majid Rahnema e Victoria Bawtree (comp. e ed.), *The Post-Development Reader*. London, Zed Books, 3-21.
- SALAZAR, António de Oliveira (1939), *Discursos I: 1928-1934*. Coimbra, Coimbra Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto, Edições Afrontamento, 105-192.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar na semi-periferia: o caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto, Afrontamento, 15-56.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a democracia*. Lisboa, Gradiva/Fundação Mário Soares.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999) “Os novos caminhos da teoria crítica”, in www.ces.fe.uc.pt/coloquio/Boaventura_de_Sousa_Santos.html (6 de maio de 1999).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos da globalização”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização, fatalidade ou utopia?* Porto, Afrontamento, 31-106.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), “Prefácio”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Afrontamento, 11-19.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e César Rodríguez (2003), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Afrontamento, 21-63.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira (1976), *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Theotônio dos (1997), *A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense (textos para discussão – 22; disponível em www.reggen.org.br/discussion/index.html).
- SANTOS, Theotônio dos [2011 (1978)], *Imperialismo y dependencia*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho.
- SASSEN, Saskia [2001 (1991)], *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.
- SAUL, John (1994), “O estado da Frelimo: da revolução à recolonização”, *Arquivo*, 15, 5-42.
- SCHIAVO-CAMPO, Salvatore e Hans W. Singer (1970), *Perspectives of economic development*. Boston, Houghton Mifflin.
- SCHILLER, Dan (2014), “Geopolítica da espionagem: as ramificações do caso Edward Snowden”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 88, 22-24.
- SCHMIDT, Luísa (2003) *Ambiente no ecrã: emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMIDT, Luísa (2007), *País (in)sustentável: ambiente e qualidade de vida em Portugal*. Lisboa, Esfera do Caos.

- SCHMIDT, Luísa (2015), “Políticas de ambiente: vencer os impasses com uma agenda para o futuro”, in Viriato Soromenho-Marques e Paulo Trigo Pereira (eds.), *Afirmar o futuro: políticas públicas para Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 314-326.
- SCHOR, Juliet B. (1991), *The overworked American: the unexpected decline of leisure*. Nova Iorque, Basic Book.
- SCHUERKENS, Ulrike (2003), “The sociological and anthropological study of globalization and localization”, *Current Sociology*, 51(3/4), 209-222.
- SEERS, Dudley (1969), “The meaning of development”, *IDS Communication*, 44.
- SEMPERE, Joaquim (2008), *Mejor con menos: necesidades, explosión consumista y crisis ecológica*. Barcelona, Crítica.
- SEN, Amartya (1999), *Development as freedom*. Oxford, Oxford University Press.
- SENDLER, Ulrich (org.) (2013), *Industry 4.0: beherrschung der industriellen komplexität mit sysLM*. Berlim, Springer Vieweg.
- SENNETT, Richard (2001), *A corrosão do carácter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Oeiras, Celta.
- SHANIN, Teodor (1997), “The idea of progress”, in Majid Rahnema e Victoria Bawtree (comp. e ed.), *The post-development reader*. Londres, Zed Books, 65-72.
- SILVA, Augusto Santos (1994), *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura portuguesa*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (2002), *Dinâmicas sociais do nosso tempo: uma perspectiva sociológica para estudantes de Gestão*. Porto, Universidade do Porto.
- SILVA, Augusto Santos (2006), *A sociologia e o debate público: estudos sobre a relação entre conhecer e agir*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (2008), “Conhecimento sociológico e acção social”, in Anália Torres e Luís Baptista (orgs.), *Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção*. Porto, Afrontamento, 217-231.
- SILVA, Augusto Santos (2013), “Processos no tempo: uma reflexão sobre o valor que a história acrescenta à sociologia, a partir do magistério de Vitorino Magalhães Godinho”, *Forum Sociológico* [Online], 23 (<http://sociologico.revues.org/848>).
- SILVA, Filipe Carreira da (2013), “O modelo português de estado-providência: análise e perspectiva”, in Filipe Carreira da Silva (org.), *Os portugueses e o estado-providência: uma perspectiva comparada*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 23-42.
- SILVA, Manuel Carlos (1989), “Economia, campesinato e ‘Estado Novo’”, *Ler História*, n.º 15, 111-155.
- SILVA, Manuel Carlos (1993), “Camponeses, mediadores e estado”, *Análise Social*, XXVIII (122), 489-521.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), “Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica: notas para um debate”, in José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, integração, globalização*. Oeiras, Celta, 289-309.

- SILVA, Manuel Carlos (2001), “Sociedade, trabalho e desenvolvimento: virtualidades e limites do pensamento de Sen, *Sociedade e Cultura 3 – Cadernos do Noroeste* (Série Sociologia), vol. 16 (1-2), 323-348.
- SILVA, Manuel Carlos (2005), “Nota prévia”, *Configurações*, n.º 1, 5-6.
- SILVA, Manuel Carlos (2006), “Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o estado-nação e a democracia em perda”, in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e estado: entre o global e o local*. Porto, Afrontamento, 125-149.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), “Prefácio à edição portuguesa”, in Esping-Anderson (com Bruno Palier), *Três lições sobre o estado-providência*. Porto, Campo da Comunicação, 11-24.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos (2010), “Prostituição e formas de controlo feminino: trabalho, sexualidade e poder”, in Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), *Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, estado e políticas*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 15-49.
- SILVA, Manuel Carlos (2012a), “Classes, crise e acção colectiva: pressupostos, desfasamentos e precondições”, in Manuel Carlos Silva e João Valente Aguiar, *Classes, políticas e culturas de classe: capital, trabalho e classes intermédias*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 15-52.
- SILVA, Manuel Carlos (2012b), *Sócio-antropologia rural e urbana*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2013), “Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal”, *Revista Espanhola de Sociologia*, n.º 19: 153-168.
- SILVA, Manuel Carlos e António Cardoso (2005), “O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento”, in Manuel Carlos Silva, Ana Paula Marques e Rosa Cabecinhas (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/Inovação à Leitura, 23-79.
- SILVA, Manuel Carlos e Fernando Bessa Ribeiro (2000), “Ciências Sociais e desenvolvimento no Minho”, *Territórios Alternativos*, n.º 1, 121-135.
- SILVA, Manuel Carlos e Fernando Bessa Ribeiro (2010), *Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, estado e políticas*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos e Fernando Bessa Ribeiro (2015), “Ciências sociais, ética e bioética: o caso do trabalho sexual”, *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 3, n.º 5, 178-202.
- SILVA, Manuel Carlos e José Miguelote Monteiro (2000), “Estilos de vida numa concepção multidimensional de classe: o caso dos estudantes do politécnico de Viana do Castelo”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 13 (2), 7-50.
- SILVA, Manuel Carlos e Marga Van Toor (1988), “Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 51-80.
- SILVA, Pedro Gabriel (2013), *No rasto da draga: exploração mineira e protesto popular numa aldeia da Beira Baixa (1912-1980)*. Castro Verde, 100Luz.
- SIMMEL, Georg [1998 (1907)], *Les Pauvres*. Paris, PUF.

- SKIDELSKY, Robert e Edward Skidelsky (2012), *Cuánto es suficiente? Qué se necesita para una “buena vida”*. Barcelona, Crítica.
- SKLAIR, Leslie (1991), *Sociology of the global system: social change in global perspective*. New York, Harvester Wheatsheaf.
- SMITH, Adam [1999a (1759)], *A teoria dos sentimentos morais*. São Paulo, Martins Fontes.
- SMITH, Adam [1999b (1776)], *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I.
- SMITH, Adam [1999c (1776)], *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II.
- SMITH, Neil (1997), “The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s”, *Public Culture*, 10(1), 169-189.
- SO, Alvin Y. (1990), *Social change and development: modernization, dependency and world-systems theory*. Londres, Sage.
- SOARES, Mário (1976), *A Europa conosco*. Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- SOBRAL, José Manuel e Pedro Tavares Almeida (1982), “Caciquismo e poder político: reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, XVIII (72-74), 649-671.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2005), *Metamorfoses: entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Mem Martins, Europa-América.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato [2008 (1949)], “Introdução”, in Aldo Leopold, *Pensar como uma montanha*. Águas Santas, Sempre-em-Pé, 9-10.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2014), *Portugal na queda da Europa*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOROS, George (1998), *A crise do capitalismo global: a sociedade aberta ameaçada*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOUSA FILHO, Alípio de (2017), *Tudo é construído! Tudo é revogável! A teoria construcionista crítica nas ciências humanas*. São Paulo, Cortez.
- SPINDLER, Edmund A. (2013), “The history of sustainability: the origins and effects of a popular concept”, in Ian Jenkins e Roland Schröder (eds.), *Sustainability in tourism: a multidisciplinary approach*. Wiesbaden, Springer, 9-32.
- STANDING, Guy (2011), *O precariado: a nova classe perigosa*. Lisboa, Presença.
- STEGER, Manfred B. (2006), *Globalização*. Vila Nova de Famalicão, Quasi.
- STIGLITZ, Joseph (2002), *A globalização: a grande desilusão*. Lisboa, Terramar.
- STREECK, Wolfgang (2015), “Uma hegemonia fortuita”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 103: 20-22.
- SUNG, Jung Mo (1989), *A idolatria do capital e a morte dos pobres: uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo, Paulinas.
- SUPIOT, Alain (2014), “Nem assistencialismo nem caridade: solidariedade – fundamento da cidadania social”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 89, 18-19.
- TAIBO, Carlos (2010) *Decrescimento, crise e capitalismo*. Vigo, Estaleiro.

- THATCHER, Margaret (1995), *The Downing Street years*. Londres, Harper Collins.
- TEMIN, Peter e David Vines (2015), *Keynes: uma teoria útil à economia mundial*. Lisboa, Dom Quixote.
- TODD, Emmanuel (2002), *Após o império: ensaio sobre a decomposição do sistema americano*. Lisboa, Edições 70.
- TOFFLER, Alvin (1980), *A terceira vaga*. Lisboa, Livros do Brasil.
- TOUSSAINT, Eric (2014), “União Europeia: conquistas democráticas e sociais radicalmente postas em causa”, in <http://cadtm.org/Uniao-Europeia-conquistas>.
- VALENTE, Vasco Pulido (1974), *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa, Dom Quixote.
- VANDEBORGHT, Yannick e Philippe Van Parijs (2006), *Renda básica de cidadania: fundamentos éticos e económicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- VAN DER LINDEN, Marcel (2008), *Workers of the world: essays toward a global labour history*. Leiden, Brill.
- VAN ZANDEN, Jan Luiten et al. (eds.) (2014), *How was life? Global well-being since 1820*. S. l., OECD Publishing.
- VEBLEN, Thorstein [1970 (1899)], *Théorie de la classe de loisir*. Paris, Gallimard.
- VEBLEN, Thorstein [2005 (1904)], *The theory of business enterprise*. Nova Iorque, Cosimo.
- VENÂNCIO, José Carlos (2000), *O facto africano: elementos para uma sociologia de África*. Lisboa, Veja.
- VINDT, Gérard (1999), *500 anos de capitalismo: A mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*. Lisboa, Temas e Debates.
- VIVERET, Patrick (2000), “Um humanismo a refazer: Que vamos nós fazer da nossa espécie?”. *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), ano 1, 11: 20-21.
- VIVERET, Patrick (2006), *Reconsiderar a riqueza*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- WACQUANT, Loïc (2000), *As prisões da miséria*. Oeiras, Celta.
- WACQUANT, Loïc (2002), *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- WAJCMAN, Judy (2014), *Pressed for time: the acceleration of life in digital capitalism*. Chicago, University of Chicago Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990 (1974)], *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo no século XVI*. Porto, Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1984), *The politics of the world-economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1991), “The bourgeois(ie) as concept and reality”, in Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein, *Race, nation, class: ambiguous identities*. Londres, Verso, 135-152.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1993), “The world-system after the cold war”, *Journal of Peace Research*, XXX (1), 1-6.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1995), “Mudança social? ‘A mudança é eterna. Nada muda, nunca’”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 3-24.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas.

- WALLERSTEIN, Immanuel (entrevista com) (1999), “Um sistema desmorona-se hoje sob os nossos olhos”, in Gérard Vindt, *500 anos de capitalismo: a mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*. Lisboa, Temas e Debates, 148-153.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2000), *The essential Wallerstein*. Nova Iorque, New Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002a), “A left politics for an age of transition”, *Monthly Review* (janeiro de 2002), 17-23.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002b), *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2004), “A descoberta da economia-mundo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 3-16.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. (1996), *Para abrir as ciências sociais (relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais)*. Mem Martins, Europa-América.
- WARD, Karen (2012), *The world in 2050: from the top 30 to the top 100*. Londres, HSBC.
- WATERS, Malcolm (1999), *Globalização*. Oeiras, Celta.
- WATSON, G. Llewellyn e Joseph P. Kopachevsky (1996), “Interpretations of tourism as commodity”, in Yorgos Apostolopoulos et al. (eds.), *The sociology of tourism: theoretical and empirical investigations*. Londres, Routledge, 281-297.
- WEBER, Max [1993 (1922)], *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- WEISBROT, Marc (2014), “Na Argentina, os fundos abutres são postos em xeque: efeitos planetários de uma decisão da justiça americana”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 87, 16-17.
- VAN WILLIGEN, John (1986), *Applied anthropology: an introduction*. South Hadley, Bergin & Garvey.
- WOLF, Eric R. (1982), *Europe and the people without history*. Berkeley, University of California Press.
- WRIGHT, Erik Olin (1979), *Class, crisis and the state*. London, Verso.
- WRIGHT, Erik Olin (1989a), “A general framework for the analysis of class structure”, in Erik Olin Wright et al., *The debate on class*. Londres, Verso, 1-43.
- WRIGHT, Erik Olin (1989b), *Classes*. Londres: Verso.
- WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class counts*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ZIEGLER, Jean e Uriel da Costa (1992), *Até amanhã, Marx*. Lisboa, Puma.
- ŽIŽEK, Slavoj (2005), *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. São Paulo, Boitempo.
- ŽIŽEK, Slavoj e Srečko Horvat (2015), *O que quer a Europa? A União e os seus descontentamentos*. Lisboa, Relógio d'Água.

DOCUMENTOS E FONTES PRIMÁRIAS

- CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS (disponível em www.un.org/en/charter-United-nations/index.html).
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO [1991 (1987)], *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

- COMMISSION ON HIV/AIDS AND GOVERNANCE IN AFRICA (s.d.), *Globalised inequalities and HIV/AIDS*. Addis Abeba, Economic Commission for Africa (disponível em www.uneca.org/CHGA).
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (texto originário aprovado em 2 de abril de 1976), (disponível em www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf).
- DL n.º 356/75 de 8 de julho.
- DL n.º 357/75 de 8 de julho.
- DL n.º 781/76 de 28 de setembro.
- DL n.º 463-A/77 de 10 de novembro.
- LEI N.º 77/77 de 29 de setembro.
- LEI N.º 11/87 de 7 de abril (Lei de Bases do Ambiente).
- POINT FOUR BACKGROUND AND PROGRAM: INTERNATIONAL TECHNICAL COOPERATION ACT OF 1949, (disponível em http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pcaac280.pdf).
- PORDATA (disponível em www.pordata.pt).
- HOW'S LIFE? 2015: MEASURING WELL-BEING* (2015). Paris, OECD Publishing.
- THE EUROPEAN ENVIRONMENT – STATE AND OUTLOOK 2015* (2015). Copenhaga, Agência Europeia do Ambiente.
- WEALTH: HAVING IT ALL AND WANTING MORE* (disponível em www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf).
- WORLD CITIES REPORT 2016: URBANIZATION AND DEVELOPMENT – EMERGING FUTURES KEY FINDINGS AND MESSAGES* (2016). NAIROBI, UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT).

DOCUMENTAÇÃO EM SUPORTE ELETRÓNICO

- <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/deu/#Destino?> (22 de dezembro de 2017).
- <http://brunobrasilweb.com.br/wp-content/uploads/2014/12/9152019-close-up-clothing-label-made-in-china2.jpg> (6 de janeiro de 2015).
- <http://carinpicture.com/2012/09/trabant-601-1963-1989/trabant-601-1963-1989-photo-03/> (25 de março de 2015).
- <http://earthcharter.org/discover/the-earth-charter/> (26 de agosto de 2017).
- <http://earthcharter.org/discover/what-is-the-earth-charter/> (26 de agosto de 2017).
- http://economico.sapo.pt/noticias/eua-fecha-maior-acordo-comercial-da-historia_230855.html (11 de outubro de 2015).
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=fr&pcode=tgigs350> (12 de novembro de 2012).
- <http://ffms.pt/upload/docs/protocolo-com-o-instituto-de-ciencias-sociais-ul-RDkNpk2NsEuNXIDj2ZmzvA.pdf> (18 de fevereiro de 2015).
- http://helsinki.at/projekte/cocoyoc/COCOYOC_DECLARATION_1974.pdf (5 de dezembro de 2015).
- http://global.geely.com/why_geely.php#viewIndex=4 (15 de janeiro de 2015).

- http://internacional.elpais.com/internacional/2014/12/26/actualidad/1419586305_075579.html (27 de novembro de 2014).
- http://internacional.elpais.com/internacional/2014/12/19/actualidad/1419008786_874583.html (28 de dezembro de 2014).
- http://internacional.elpais.com/internacional/2015/01/30/actualidad/1422643328_842941.html (1 de fevereiro de 2015).
- http://laborsta.ilo.org/applv8/data/INFORMAL_ECONOMY/2012-06-Statistical%20update%20-%20v2.pdf (8 de janeiro de 2014).
- <http://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> (4 de novembro de 2015).
- http://proclima.cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2014/08/convencao_viena.pdf (26 de agosto de 2017).
- http://unfccc.int/kyoto_protocol/background/items/2879.php (2 de agosto de 2015).
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Mortos_na_Segunda_Guerra_Mundial (17 de junho de 2015).
- <https://icsid.worldbank.org/apps/ICSIDWEB/about/Pages/default.aspx> (28 de dezembro de 2014).
- <https://icsid.worldbank.org/apps/ICSIDWEB/cases/Pages/casedetail.aspx?CaseNo=ARB/14/34&tab=PRO> (28 de dezembro de 2014).
- <https://poucodeprosa.wordpress.com/2014/02/19/salario-minimo-no-brasil-ganho-real-entre-1995-e-2013/> (15 de janeiro de 2015).
- <https://sustainabledevelopment.un.org/rio20> (15 de fevereiro de 2015).
- <https://tasbomagazine.wordpress.com/2012/11/25/discurso-de-helmut-schmidt-no-congresso-federal-do-partido-socialdemocrata-alemao-spd-de-4-de-dezembro-de-2011/> (14 de janeiro de 2014).
- www.accenture.com/sitecollectiondocuments/pdf/accenture_wage_increases_in_china.pdf (12 de novembro de 2014).
- www.africaneconomicoutlook.org/po/outlook/forecast/ (23 de novembro de 2012).
- www.aiibank.org (19 de agosto de 2015).
- www.asean.org (15 de novembro de 2015).
- www.autosoviet.altervista.org/ENGLISH-automotorusse9-I%28Trabant%29.htm (15 de fevereiro de 2015).
- www.basicincome.org/bien/aboutbien.html#history (3 de agosto de 2015).
- www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ALCA.htm (14 de novembro de 2014).
- www.cartacapital.com.br/sociedade/bolsa-familia-para-todos (20 de março de 2013).
- www.clb.org.hk/en/content/wages-china (12 de novembro de 2014).
- www.clubofrome.org/?p=375 (28 de julho de 2015).
- www.cop21.gouv.fr/es/cop21-cmp11/desafios-de-la-cop21 (11 de setembro de 2013).
- www.crescimentosustentavel.org/documents/MiguelFrasquilhoPCSNovembro092013.pdf (7 de janeiro de 2015).
- www.cuba.cu/gobierno/discursos/2004/esp/d141204e.html (13 de novembro de 2014).
- www.cvce.eu/content/publication/2001/10/22/0681895a-4ad6-4444-94fc-63304c0f6f4a/publishable_pt.pdf (19 de janeiro de 2015).

- www.dfmc.com.cn/info/introduce_en.aspx (15 de janeiro de 2015).
- www.eclac.cl/cgi-in/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl (15 de janeiro de 2014).
- www.eco.utexas.edu/faculty/Rostow (2 de janeiro de 2014).
- www.esquerda.net/artigo/eurodeputados-exigem-acesso-aos-documentos-do-ttip/34483 (12 de novembro de 2014).
- www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.2.1.html (8 de janeiro de 2014).
- www.fanniemae.com/portal/about-us/company-overview/about-fm.html (8 de janeiro de 2015).
- www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2014-1/julho/brics-criam-novo-banco-de-desenvolvimento (2 de dezembro de 2014).
- www.fcsh.unl.pt/faculdade/departamentos/sociologia/lista-dos-cursos-leccionados-pelo-departamento (10 de abril de 2015).
- www.freddiemac.com/corporate/company_profile/our_business/?intcmp=AFPCPOB (8 de janeiro de 2015).
- www.ftaa-alca.org/View_p.asp (14 de novembro de 2014).
- www.footprintnetwork.org (13 de janeiro de 2013).
- www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (7 de janeiro de 2015).
- http://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/63_das_exportacoes_e_importacoes_fazem_se_dentro_da_europa (22 de dezembro de 2017).
- www.lehman.com (8 de janeiro de 2015).
- www.mercosul.gov.br/ (16 de fevereiro de 2015).
- www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/ (20 de maio de 2015).
- www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/cr-even-it-up-extreme-inequality-291014-en.pdf (1 de fevereiro de 2015).
- www.pan.com.pt/quem-somos.html (10 de outubro de 2015).
- www.panna.org/issues/persistent-poisons/the-ddt-story (18 de julho de 2015).
- www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx (2 de março de 2014).
- www.pnud.org/content/undp/es/home/mdgoverview/ (11 de março de 2015).
- www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf (4 de novembro de 2015).
- www.pnud.org.br/IDH/RDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_RDH (8 de janeiro de 2015).
- www.pnud.org.br/odm.aspx (4 de novembro de 2015).
- www.publico.pt/mundo/noticia/tpp-a-gigante-incerta-e-secreta-viragem-economica-dos-estados-unidos-para-a-asia-1710763?page=-1 (11 de outubro de 2015).
- www.publico.pt/politica/noticia/os-graffiti-que-o-ics-nao-quis-mostrar-1674981 (3 de novembro de 2014).
- www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-voltou-aos-niveis-de-pobreza-de-ha-dez-anos-1684583 (30 de maio de 2015).
- www.publico.pt/mundo/noticia/tpp-a-gigante-incerta-e-secreta-viragem-economica-dos-estados-unidos-para-a-asia-1710763?page=-1 (20 de outubro de 2015).

- www.pwc.pt/pt/guia-fiscal/2014/irc/taxas-gerais.jhtml (5 de janeiro de 2015).
- www.resistir.info/europa/queda_do_euro.html (27 de março de 2015).
- www.reuters.com/article/2014/02/18/us-dongfeng-peugeot-idUSBREA1H02J20140218 (15 de janeiro de 2015).
- www.slowmovement.com/slow_cities.php (19 de julho de 2015).
- www.slowmovementportugal.com/ (20 de julho de 2015).
- www.sipri.org/research/armaments/milex/Top%2015%20table%202012.pdf (12 de novembro de 2014).
- www.ted.com/search?q=+sustainable+development (29 de outubro de 2015).
- www.tni.org/article/planet-earth-corporate-world (8 de janeiro de 2014).
- www.un.org/esa/earthsummit/ (10 de fevereiro de 2015).
- www.un.org/jsummit/ (15 de fevereiro de 2015).
- www.unasursg.org/node/1 (16 de fevereiro de 2015).
- www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en (12 de abril de 2015).
- www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estima-que-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050- (18 de fevereiro de 2015).
- www.usaid.gov (2 de junho de 2013).
- www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Poroverv.pdf (13 de abril de 2013).
- www.wto.org/english/thewto_minis_e/chrono.htm (24 de março de 2015).

Sem desmerecer diversos artigos e trabalhos publicados em vários centros de investigação no país, mantinha-se, nomeadamente no âmbito da produção científica nacional, a falta de uma obra mais sistematizada sobre Sociologia do Desenvolvimento. Em boa hora, Fernando Bessa Ribeiro, com base no trabalho elaborado para efeito das suas provas de agregação, oferece aos colegas de sociologia e de outras ciências sociais uma obra de referência sobre a sociologia do desenvolvimento, a qual, dada a preocupação do autor, serve também certamente para os/as alunos/as de sociologia e de outras áreas científicas desde a antropologia e a história, passando pela geografia, até à própria economia e ciência política.

Do prefácio, **Manuel Carlos Silva**



FCT
 Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA


CICS.NOVA
 CENTRO INTERDISCIPLINAR
 DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Universidade do Minho

ISBN 978-989-755-310-3



9 789897 553103